

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

ISSN: 2175-1269



Nº 20 - janeiro a junho de 2009

**Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Goiás**

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Goiás**

Nº 20

Editora Kelps

Copyright © 2009 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Diagramação: Carlos Augusto Tavares

Arte da Capa: Carlos Augusto Tavares e Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Fotografias: Nelson Santos

Revisão: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas e Elizabeth Abreu Caldeira Brito.

CIP. Brasil. Catalogação na Fonte

Elaborado pela Bibliotecaria Maria José Lima Cruz CRB-1/1771

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. n.20, (2009) -- Goiânia: Asa Editora, 2009.

Organizadora: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas - Presidenta da
Comissão Editorial da Revista

266 p.

ISSN: 2175-1269

1.Goiás - História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

CDU: 94(817.3)(05)

82(817.3) (05)-82

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2009

Galeria de Honra

Primeiro Presidente

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo

Presidente Perpétuo

Colemar Natal e Silva

Presidente Ad Vitam

José Mendonça Teles

Presidente Honorário

Marconi Ferreira Perillo Júnior

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOLÁS

DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2009-2011

Presidente: Aidenor Aires

1º Vice-Presidente: Ruy Rodrigues da Silva

2º Vice-Presidente: Geraldo Coelho Vaz

3º Vice-Presidente: Luiz Augusto Paranhos Sampaio

Secretária Geral: Heloisa Selma Fernandes Capel

1ª Secretária: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

2ª Secretária: Narcisa Abreu Cordeiro

Tesoureiro: Bariani Ortencio

2º Tesoureiro: Augusta Faro Fleury de Melo

1º Orador Oficial: Ursulino Tavares Leão

2º Orador Oficial: Ana Braga

1º Bibliotecário: Eduardo José Reinato

2º Bibliotecário: Ubirajara Galli

Diretoria de Museu: Mary José Yazigi

Diretoria de Arquivo: Nancy Ribeiro de Araújo

**Diretoria da Revista: Lena Castello Branco Ferreira de
Freitas.**

Assessoria de História: Maria Augusta Sant'Ana de Moraes

Assessoria de Geografia: Horieste Gomes

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 2009-2011

1. COMISSÃO DE ESTATUTO

- Cristovam Francisco Castilho
- Getúlio Targino Lima
- Ney Teles de Paula

2. COMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTOS

- Waldomiro Bariani Ortencio
- José Mendonça Teles
- Rogério Arédio Ferreira

3. COMISSÃO DE HISTÓRIA

- Licínio Leal Barbosa
- Juarez Costa Barbosa
- Hélio Moreira

4. COMISSÃO DE GEOGRAFIA

- Antônio Teixeira Neto
- Itami Campos
- Noé Freire Sandes

5. COMISSÃO DE ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA

- Jadir de Moraes Pessoa
- Marilda Godoi
- José Fernandes

6. COMISSÃO DE BIBLIOGRAFIA

- Moema de Castro e Silva Olival
- Nasr Nagib Fayad Chaul
- Carlos Fernando Filgueiras Magalhães

7. COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- Áurea Cordeiro de Meneses
- Mauro Borges Teixeira
- Amaury Meneses

8. COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA

Titulares

- Lena Castello Branco Ferreira Freitas (Presidenta)
- Heloísa Selma Fernandes Capel
- José Fernandes
- José Mendonça Teles
- Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Suplentes

- Antônio César Caldas Pinheiro
- Antônio Teixeira Neto
- José Eduardo ReiNato
- Elizabeth Caldeira Brito
- Jadir de Moraes Pessoa
- Noé Freire Sandes

Sumário

Artigos

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 13 |
| Pequena história da agropecuária goiana (<i>Antônio Teixeira Neto</i>)..... | 19 |
| O centenário da revista O Tico Tico (<i>Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado</i>) | 59 |
| Raízes do Cangaço (<i>Paulo Nenes Batista</i>)..... | 69 |
| Gabriela Mistral y sus “motivos de San Francisco”. La poetisa y su relación con el santo (<i>Esteban Alvarado Vera</i>)..... | 77 |
| No Segundo Império, deputados e mandarins em Goiás (<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>) | 83 |
| O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino (<i>Maria Meire de Carvalho e Thiago Sant’Anna</i>) | 103 |

Palestras e Conferências

| | |
|--|-----|
| A filosofia de Agostinho da Silva na criação de Centros de Estudos no Brasil (<i>Gilberto Mendonça Teles</i>) | 117 |
| Regionalismo e subdesenvolvimento: o papel do escritor (<i>Modesto Gomes</i>) | 139 |
| O Brasil no contexto internacional (<i>Domingos P. Castello Branco Ferreira</i>)..... | 147 |

| | |
|---|-----|
| Primórdios históricos, educacionais e culturais de Porangatu (<i>Ana Braga</i>) | 169 |
|---|-----|

Estudos Biográficos

| | |
|--|-----|
| General médico Theodoro Rodrigues de Moraes (1816-1897) (<i>Alberto Martins da Silva</i>)..... | 197 |
| Dr. Joaquim Machado de Araújo Patrono da cadeira 17 da Academia de Letras e Artes do Planalto (<i>Terezy Fleuri de Godoi</i>) | 203 |
| Sabino Vieira – médico, político e revolucionário baiano (<i>João Alberto Novis Gomes Monteiro</i>) | 209 |

Eventos

| | |
|---|-----|
| Discurso do governador Marconi Perillo ao receber o título de presidente honorário do IHGG | 217 |
| Painel “Memória Goianiense” - Um dia de celebração | 221 |
| Encerramento da Semana Colemar - Centenário | 225 |
| Centenário de Augusto da Paixão Fleury Curado | 233 |
| Homenagem ao Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado | 237 |
| O centenário de um homem de bem | 241 |
| Agradecimento em nome da família | 243 |

Galeria de Fotos

| | |
|--|-----|
| Galeria de fotos | 251 |
| Relação dos eventos realizados | 257 |
| Relação de Sócios | 259 |
| Normas para apresentação de originais | 263 |

APRESENTAÇÃO

Aidenor Aires*

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, com muito esforço, chega ao seu vigésimo número. O veículo dedicado às ciências históricas, geográficas e à cultura de Goiás tem sobrevivido graças ao empenho dos dirigentes do Instituto e à colaboração de associados abnegados. Assim o número 20 da Revista constitui-se em importante conquista que marca a continuidade da instituição que mantém sua atuação, com poucas interrupções, desde o ano de 1932. Com esta edição a Revista do IHGG mostra seu nível de amadurecimento, seja quanto ao caráter científico da maioria de suas matérias, seja quanto à adequação formal às normas editoriais específicas e sua inscrição no ISSN, incluindo-se, portanto, no concerto da mídia acadêmica brasileira. É o caminho que deve seguir a instituição, sua práxis e produção, como já antevisto no artigo inicial de seu estatuto. A montagem desta edição teve, mais uma vez, o empenho de sua diretora, Lena Castello Branco Ferreira, da associada profa. Nancy Ribeiro de Araújo, e a especial dedicação da Secretária do Instituto, sócia efetiva Elizabeth Caldeira Brito, além do carinho do Diretor da Editora Kelps, Antônio Almeida e seus colaboradores. Sob aspecto de conteúdo, a publicação reúne colaborações de associados e pesquisadores que atuam na área da História e da Geografia, com aportes e reflexões ricas e esclarecedoras. Destaque-se, v.g., o artigo inicial, *Pequena História*

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

da *Agropecuária Goiana*, de autoria do associado Antônio Teixeira Neto; *O centenário da revista Tico-Tico*, onde o historiador Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado discute o papel da Revista no cenário cultural brasileiro; no artigo *Raízes do Cangaço*, o intelectual Paulo Nunes Batista analisa o fenômeno do cangaço, acrescentando importantes observações sobre esses bandoleiros e o processo social que os criou. Veja-se ainda, *Gabriela Mistral y sus "Motivos de San Francisco*, do sócio correspondente internacional Esteban Alvarado Vera, de Melipilla, Chile. Da Professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, o artigo *No Segundo Império, Deputados e Mandarins em Goiás*, trazendo os traços do rigor investigativo, da reflexão acurada da grande historiadora. O texto *O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino* tem a contribuição dos pesquisadores Maria Meire de Carvalho e Thiago Sant' Anna, que se debruçam sobre o acervo do Gabinete Literário Goiano, na cidade de Goiás, procurando dar visibilidade à documentação da "Federação Goiana para o Progresso Feminino" e outros enfoques relacionados aos estudos de gênero. Enriquecem ainda este número palestras e conferências como *A Filosofia de Agostinho da Silva na Criação de Centros de Estudos no Brasil*, de autoria do associado ilustre Gilberto Mendonça Teles. *O Regionalismo e Subdesenvolvimento: O Papel do Escritor*, do saudoso escritor e historiador, sócio emérito do IHGG, falecido este ano, Modesto Gomes. *O Brasil no Contexto Internacional*, palestra proferida no IHGG, em 20/8/2008, pelo especialista em assuntos estratégicos e política internacional, Almirante Domingos P. Castello Branco Ferreira, sócio correspondente do Instituto. *Primórdios Históricos, Educacionais e Culturais de Porangatu*, palestra pronunciada por Ana Braga, sócia efetiva do IHGG; *O Colégio Santa Clara, um Pioneiro em Goiás*, discurso proferido na Festa de Santa Clara, em 11/8/2005, pela educadora e historiadora Irmã Áurea Cordeiro de Menezes, ocupante da cadeira n.º 40 de nosso Instituto.

Encerra a revista com vários estudos biográficos sobre relevantes figuras de nossa história: *General Médico Theodoro Rodrigues de Moraes (1816-1879)*, por Alberto Martins da Silva do IHGB; *Dr. Joaquim*

Machado de Araújo, da sócia correspondente Terezy Fleuri de Godói; *Sabino Vieira – Médico, Político e Revolucionário Baiano*, por João Alberto Novis Gomes Monteiro, da Sociedade Brasileira de História da Medicina. Finalmente, insere-se ao fim do volume informes e manifestações sobre eventos promovidos pelo IHGG no período: inaugurações de obras, homenagens e comemorações de vultos históricos, especialmente pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, como Colemar Natal e Silva, presidente perpétuo e Augusto da Paixão Fleury Curado, e o grupo de intelectuais que fundaram o Instituto na Cidade de Goiás em 1932. Resta-nos agradecer a todos os associados, sempre atentos e generosos aos chamados do Instituto, seus funcionários, Diretoria Executiva e Comissões Permanentes. Acredito que, a partir de agora, a Revista passará a ter uma periodicidade, pelo menos semestral. Esperamos sugestões e colaborações para nossos próximos números. Minha especial gratidão à Diretora da Revista Profa. Lena Castello Branco Ferreira, à Comissão Editorial e a todos que contribuíram para a viabilização deste número.

Goiânia, março de 2009

Artigos

PEQUENA HISTÓRIA DA AGROPECUÁRIA GOIANA

O ouro acabou? Viva o boi!
O ouro se foi? Chegou o boi!

*Antônio Teixeira Neto**
Sócio Correspondente do IHGG

Resumo: A história de Goiás e dos goianos é ligada à agropecuária do mesmo modo que o cordão umbilical do bebê em gestação é ligado à mãe. Não há cidade, vila ou lugarejo goiano que não tenha relação direta com a agropecuária. Somos uma sociedade de raízes agrárias, cujos estigmas e estereótipos carregamos. Tradicional e de subsistência no início, a agropecuária goiana rapidamente queimou etapas e ateou fogo ao nosso principal bioma – o cerrado – para se situar entre as mais desenvolvidas tecnologicamente do Brasil. Entretanto, os avanços sociais no campo não conseguiram romper as barreiras do conservadorismo atávico, porque a terra continua mal dividida e as relações de trabalho no campo, mal resolvidas.

Palavras-chave: agricultura, pecuária, tradicional, moderna, cerrado.

INTRODUÇÃO

Tanto no presente como no passado, a abordagem de questões relativas à terra em nosso país – direito à sua posse e propriedade, reforma agrária, estrutura fundiária, movimentos sociais no campo, ligas camponesas e muitas outras mais – soaram, e soam, como um tabu,

* Licenciado em História, Engenheiro Agrimensor, Doutor em Geografia e Cartografia. netomap@hotmail.com

como uma espécie de síndrome, que, como um fetiche, tem cara de mau agouro e paralisa a sociedade. Nunca se falou e se escreveu tanto sobre elas como nos dias de hoje. Por quê? Porque, segundo o pensamento marxista clássico, na sociedade capitalista, a terra, como todo e qualquer objeto material, possui certas características que lhe são conferidas pelas relações sociais dominantes. É certamente por esse motivo que as classes sociais mais abastadas são levadas a pensar que se trata de um direito natural¹. As relações dominantes em nosso país, tanto no passado, como no presente, sempre se assemelharam a uma balança que pendeu, e pende, para um só lado: o da classe burguesa, que sempre exerceu controle irrestrito sobre a terra enquanto meio de produção e enquanto mercadoria portadora de um valor. A isto Marx, conforme observado logo acima, deu o nome de “fetichismo da mercadoria”. Ora, ao contrário do que pregam as doutrinas liberais, essas características atribuídas aos objetos materiais são, antes de tudo, de natureza social e o seu uso não pode ignorar essa condição. Porém, como soe acontecer, é sabido que em toda e qualquer sociedade capitalista esse fetichismo advém da idiosincrasia de um sistema marcado essencialmente pela extração da mais valia como forma de exploração da força de trabalho operário pela acumulação de capital, pela concentração da riqueza e da propriedade nas mãos de poucos e por muitas outras formas de busca a todo custo de lucro e de dinheiro.

As relações no campo sempre foram tensas e é de se perguntar se um dia elas serão mais brandas e mais justas. A realidade tem nos mostrado que não nos é permitido pensar desta maneira, pois, as questões agrárias no Brasil, e muito menos em uma sociedade de raízes eminentemente rurais, como a goiana, nunca são discutidas a fundo. De um lado, os que tudo têm cultuam a filosofia do direito puro e simples de ter e de dispor livremente do que é seu e, naturalmente, só vêem o problema por esse ângulo; de outro, os que nada têm, ou se conformam – como se a riqueza de uns e a pobreza de outros fossem características naturais da maneira como a própria sociedade se organiza – ou se rebelam numa

¹ Cf. BOTTOMORE, Tom, 1988, p. 149.

relação de forças desde o início desigual. Nesse embate, os movimentos da sociedade em direção a uma reforma dos privilégios concedidos a uns poucos e negados à maioria de deserdados parece dar apenas pequenos passos à frente e passadas largas para trás. Pelo menos, é o que se pode constatar, quando se debruça sobre os problemas inerentes à terra, sua propriedade e seu uso.

Em Goiás, qualquer abordagem histórica que se faça do território e de questões a ele inerentes – a terra e os homens, para resumir – começa com o ouro – e tudo o que ele criou de fato e de sonhos –, mas não termina com ele, pois, criar boi e plantar roça se constituiu na atividade permanente que deu continuidade ao processo histórico, social e econômico. O rápido esgotamento das minas impôs às pessoas que aqui permaneceram uma outra realidade bem mais difícil de ser enfrentada: o seu isolamento em um imenso território quase despovoado de uma Capitania encravada no coração do país e longe dos olhos da administração colonial. Mesmo isolada política e territorialmente do resto do Brasil, o peso da administração colonial e o rigor das leis que recaíam sobre a diminuta população – sobretudo a cobrança dos dízimos – funcionavam como uma espécie de freio a toda e qualquer iniciativa relacionada com a produção advinda do campo. Tanto no passado, como no presente, os impostos sobre o que os homens produzem para sua sobrevivência, e para fazer comércio com o que sobra, são desestimuladores para o produtor. Além do mais, a população órfã do ouro vivia uma outra contradição: era cercada por um imenso espaço próprio para a agricultura e a criação de gado, mas o uso e a posse da terra eram restringidos por leis bem rígidas e cheias de formalidades difíceis de serem cumpridas pelo mais comum dos camponeses, como, entre outras, a Lei de Sesmarias. Aliás, a concentração fundiária, ou melhor, a concentração da terra, em nosso país é um anacronismo de raízes históricas profundas. O Brasil já nasceu dividido entre poucas pessoas, com a criação e a concessão de Capitâncias Hereditárias a donatários privilegiados. Passados quase cinco séculos, a situação em quase nada se modificou, pois não houve ruptura histórica capaz de mudar o caráter concentrador da propriedade.

Vivemos em um país em que o acesso à propriedade da terra é difícil para quem mais necessita dela para produzir e os tributos que incidem sobre tudo o que se faz e o que se consome são os mais pesados em todo o mundo. Por isso, na organização da sociedade, as duas pontas da cadeia de produção são as mais penalizadas, porque, de um lado, devido à presença da abominável figura do atravessador, o produtor tem os preços de sua produção sempre avaliados por baixo; de outro, o consumidor, que depois de passar por inúmeros intermediários, vêem os preços dos produtos essenciais lá no alto. Parece que nada neste mundo consegue mudar esse estado de coisas, pois, desde a descoberta, as leis que regulamentam a posse da terra no Brasil jamais conseguiram corrigir as contradições que até hoje existem. Atualmente, não se fala em outras coisas que não sejam a reforma tributária, exigida por toda a sociedade, e a reforma agrária, exigida pelos agricultores sem terra. As disparidades são, então, enormes, e o fosso entre as classes abastadas e as mais necessitadas, só aumenta.

De um modo geral, nós nos esquecemos de que, desde os primórdios da humanidade, é o campo que produz os alimentos essenciais a todo indivíduo. Conforme enfatiza o historiador Daniel Thorner², “o campo sustenta tudo, invade tudo; as outras atividades são apenas ilhas no meio do mar”. Parece que a história do campo é contada dessa maneira em praticamente todos os lugares do mundo. A de Goiás, que tem a roça e o boi como símbolos mais que emblemáticos, não podia ser diferente, porque, por duzentos anos, o campo goiano e suas fazendas multifuncionais sustentaram tudo. Nesse processo, as cidades não passavam de apêndices, ou melhor, de dependências do que seria a aristocracia rural. A observação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o caráter eminentemente rural do povo brasileiro é particularmente inerente ao povo goiano, pois, como aconteceu no Brasil como um todo, por aqui também “era no campo que as coisas funcionavam [porque] toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve suas bases fora dos meios urbanos”³.

² Apud BRAUDEL, Fernand, 1989 v. 3, p. 10.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1969, p. 41.

Desse modo, tendo em vista as peculiaridades da sociedade goiana, indelevelmente marcada por suas raízes rurais, o objetivo desse trabalho não poderia ser outro que o de mostrar de maneira sucinta como a agropecuária goiana, de tradicional que era até recentemente, chegou ao topo da modernidade em tão pouco tempo e como o acesso à terra, os conflitos sociais no campo, a estrutura agrária e fundiária constituem uma das questões fantasmagóricas de nosso tempo e da sociedade. Dividida, como sempre foi desde o seu nascimento, a sociedade goiana é naturalmente cheia de conflitos e contradições como qualquer outra sociedade. Aliás, ao se perguntar certa vez “se houve uma única nação no mundo que não fosse dissimétrica”, o grande historiador francês Fernand Braudel⁴ estava, de maneira, indireta reafirmando que, em qualquer sociedade a desigualdade se instala por sim mesma e, conseqüentemente, “toda sociedade, é dividida e vive disto”. Mas, será que não há como fugir dessa contradição, que soa como um paradigma inerente a todas as formas de organização da sociedade? Uma coisa, porém, é certa: não há como conviver eternamente com a desigualdade.

COMO TUDO COMEÇOU

Todos nós sabemos que Goiás nasceu com a descoberta do ouro pelos bandeirantes, mas cresceu e desenvolveu com a pecuária e a agricultura. Dizem mesmo que a pecuária teria precedido à mineração. É bem possível, porque um dos nossos primeiros historiadores, o Padre Luiz Antônio da Silva e Souza, autor de *O Descobrimento da Capitania de Goyaz*,⁵ dá notícia de que bandeirantes desgarrados teriam se deparado com cabeças de gado bravio que já pastavam naturalmente na região do Vão do Paraná. Teriam vindo, também desgarradas, dos Gerais da Bahia, em que, desde as últimas décadas do século XVII, a pecuária – como já vinha acontecendo em todo o grande sertão nordestino – se tornara a principal atividade econômica e social. Quaisquer que sejam as estórias

⁴ Op. cit., v. I, p. 259.

⁵ SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1812-1967)

contadas, em um ponto historiadores e geógrafos são unânimes: a atividade agro-pastoril surgiu inicialmente para abastecer as minas (Luis Palacin), depois, já como atividade permanente, introduziu mobilidade em um território até então enclausurado pelas grandes distâncias e proporcionou o desenvolvimento do mercado interno (Antônio Teixeira Neto), o qual, conseqüentemente, serviu de base para a ascensão plena da atividade agrícola (Nasr Chaul).

Quando as minas de ouro, ainda no século XVIII, entraram em decadência, fazendo com que boa parte dos que para cá vieram debandasse para outras regiões do país, o território goiano e sua diminuta população permaneceram ilhados, como que náufragos, no coração do Brasil. Foi esse o estado de ânimo e a realidade retratada pelos historiadores. Acrescente-se a isto as dificuldades enfrentadas pela agricultura goiana no seu começo, como nos mostra Luis Palacin⁶, em seu trabalho mais importante sobre a os primeiros cem anos da história de Goiás:

O desenvolvimento da agricultura em Goiás tropeçava em dois graves obstáculos: um, com fundamento na psicologia social, era o desprezo pelos mineiros pelo trabalho agrícola, o outro, a legislação fiscal.

Durante os primeiros cinqüenta anos de Goiás, os administradores coloniais – inclusive o nosso primeiro governador, D. Marcos de Noronha, que governou de 1749 a 1753 – relegaram a agricultura ao patamar mais baixo das atividades produtivas. Goiás produzia muito ouro e os produtos de que necessitava a população mineira – todos ou quase todos – vinham de fora e eram pagos, literalmente, a peso de ouro. Foi necessário que as minas se esviassem de vez para que, não apenas a administração – mas também toda a população – acordasse para a única saída econômica capaz de tirá-la do estado de letargia coletiva em que se encontrava: a agricultura. Não havia outra saída, porque fora da roça e da criação de gado como formas permanentes de atividade, Goiás se transformaria em breve em uma imensa tapera, abandonado que seria pelos seus moradores.

⁶ PALACIN, Luis, 1972, p. 148.

Muitos estudiosos da história goiana, senão a maioria, ao comparar a época de fausto – que teria sido o ciclo do ouro – com o estado de desânimo – que, de um modo geral, tomou conta da população quando as minas secaram –; classificou essa fase de nossa história como a da decadência. Qualquer que seja o nome que se lhe dê, no nosso entender, ela foi, sobretudo, a fase das décadas perdidas. Mas, como de todo revés – seja ele histórico ou não – podemos tirar lições, lentamente os habitantes que aqui se enraizaram descobriram que o verdadeiro tesouro que procuravam se descortinava à vista de todos: esse grande ambiente natural, que é o bioma cerrado. As lições foram logo aprendidas. Uma delas, que perdura até hoje, foi perceber que diante de um meio geográfico rico, em que dominam as imensas chapadas cobertas de pastos naturais a perder de vista, entrecortadas aqui e ali por placas de solos férteis próprios para a roça tradicional – o “mato grosso” – e por vales também férteis, como os dos rios Paranaíba, Corumbá, Meia Ponte, Turvo, Bois, Maranhão, Crixás-Açu, Claro, Caiapó, Santa Tereza, Paranã... –, a verdadeira vocação social e econômica dos goianos e do seu imenso território não era cavoucar a terra à procura do ouro incerto, mas nela plantar e criar para produzir alimentos, nem que fosse para a subsistência das pessoas. Como um rio que não seca de vez, lentamente os que aqui permaneceram souberam reencontrar o leito natural de sua história e de sua vocação social e econômica: ser vaqueiro e lavrador. Ao dar início a uma outra fase econômica, social e, sobretudo, política – na qual se acham indistintamente envolvidos todos os goianos – a nossa gente descobriu o caminho da roça, ou melhor, tomou consciência de que fora da atividade agro-pastoril, Goiás continuaria trilhando pelos caminhos da desilusão que o ouro abria.

O NASCIMENTO DE UMA SOCIEDADE DE RAÍZES AGRÁRIAS

Após o longo período de letargia coletiva, como classificou Palacin⁷ a fase da desilusão criada pelo ouro, os imensos campos em volta

⁷ Op. cit.

dos arraiais coloniais foram sendo ocupados – mais de forma ilegal que legalmente, conforme enfatizara Nasr Chaul – pelos antigos mineiros. Segundo este autor, “quando a mineração dava os seus últimos sopros, não restava outra opção aos mineiros senão a ocupação das áreas próximas aos antigos centros mineradores. Apossaram-se das terras, requereram sesmarias, e procuraram legalizá-las (valendo mais a posse que a lei), com o intuito de desenvolver uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus”⁸. Assim, desde aquele momento, com ou sem consentimento legal, pode-se dizer que a agricultura e a pecuária tornaram-se a principal e mais importante atividade econômica permanente da ex-Capitania de Minas e, até hoje, marcam as relações econômicas, sociais e políticas de Goiás, tanto para os que têm muito – os grandes proprietários e produtores rurais –, como para os que pouco ou nada têm – os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores sem terras. Entretanto, para chegarem ao ponto em que chegaram, essas duas atividades conheceram caminhos espinhosos, porque a agricultura, antes de se transformar em atividade comercial e altamente moderna, só alimentava as pessoas em volta dos pequenos arraiais, e a pecuária, antes de se transformar em intensiva e altamente científica e tecnológica, foi praticada extensivamente, à solta, sobre as imensas pastagens naturais.

Apesar dos problemas de ordem estrutural e conjuntural – cobrança de dízimos acachapantes sobre produtos que eram mais de subsistência que para gerar excedentes, taxas elevadas sobre a comercialização de ínfimas cabeças de gado, facilidades de acesso à propriedade da terra apenas para pessoas abastadas, preconceitos contra os “roceiros”, precariedade da infra-estrutura, sobretudo dos caminhos, quase ausência de mercado e de moeda circulante, morosidade na retomada dos fluxos migratórios e de outras atividades, como o comércio a grande distância –, a agropecuária foi durante quase 200 anos a única atividade sócio-econômica que assegurou a existência e o desenvolvimento material e social de Goiás. Todas as outras atividades – o comércio, sobretudo – dependiam direta e indiretamente do que era duramente produzido na roça e nos pastos. Social, política e economicamente, as oligarquias que exerceram

⁸ CHAUL, Nasr Fayad, 1997, p. 85.

por muito tempo o poder em terras goianas provinham do meio rural, e a figura mais representativa dessa classe poderosa – como nos mostrou Francisco Itami Campo em sua mais importante obra sobre as origens agrárias da sociedade goiana⁹ –, sem dúvida, é a do Coronel. Ao escrever sobre a história de nossa terra, não há como ignorar o coronelismo como a forma de exercício do poder que melhor retrata as relações políticas e sociais de nossa sociedade, sobretudo no campo. Aliás, o coronelismo se situa na base de uma das questões sociais mais emblemáticas, senão a mais emblemática, de nosso tempo: a reforma agrária e o movimento que a ela está intimamente associado – o dos trabalhadores sem terras, cuja sigla – MST – soa como um flagelo para a grande burguesia.

A Lei de Sesmarias deu certo em Portugal, de onde foi importada, mas no Brasil – como nos mostram muitos estudos sobre o assunto, principalmente o de Ruy Cirne Lima, amplamente citado por Edma José Silva¹⁰, o da professora Maria do Amparo Albuquerque Aguiar¹¹ e o do historiador José Honório Rodrigues¹² –, em vez de corrigir o que estava errado, dificultou mais ainda o acesso à propriedade da terra por parte de quem realmente dela dependia para produzir e sobreviver – os camponeses. Outras leis que vieram em substituição a ela eram desprovidas de propósitos sociais – sobretudo a *Lei de Terras* de 1850 –, pois, no conjunto, reforçavam mais ainda o poder de concentração da terra por parte dos grandes proprietários, ou do próprio Estado. Indistintamente, por um lado, todas elas dificultavam – ou simplesmente proibiam – o acesso à terra a pequenos produtores familiares, enquanto que, por outro, reconheciam, fechando os olhos para as fraudes, como os pseudos direitos dos grandes proprietários sobre posses de dimensões ilimitadas. Estudos recentes, como este de Antônio Márcio Buainain e Daniela Pires¹³, mostram que “enquanto outros países, em momentos de ruptura histórica, adotaram legislação apropriada para corrigir as

⁹ CAMPOS, F. Itami, 1982.

¹⁰ SILVA, Edma José, 1996, p. 118-129.

¹¹ AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque, 2003, p. 39-73.

¹² RODRIGUES, José Honório, 1961, p. 366-370.

¹³ Cf. BUAINAIN, Antônio Márcio & PIRES, Daniela, 2003. In: [http://www.abda.com.br/texto/Antonio Buainain.pdf](http://www.abda.com.br/texto/Antonio%20Buainain.pdf), p. 4. Acesso em 6 dez. 2006, 10 h e 20 min.

distorções decorrentes da concentração da propriedade da terra, [como] a *Homestead Act* nos EUA, a *Corn Law* na Inglaterra e as *Reformas Napoleônicas* na França”, o Brasil, na contramão da história, avançaria até meados do século XX com o mesmo anacronismo com que ele deu os primeiros passos, no século XVI. Nem mesmo o *Estatuto da Terra*¹⁴, de 1964 – cujo conteúdo é mais socializante que a *Lei de Terras*, aprovada vinte e dois anos depois pelo Governo Sarney – conseguiu romper com os hábitos atávicos no que concerne a intocabilidade do latifúndio, seja ele produtivo ou não. Criado durante o governo Castello Branco, ele sequer foi colocado em prática, pois, a seu desfavor, recaiu todo o jogo político e os interesses não apenas da grande burguesia rica nacional, mas, também da pequena burguesia representada pela numerosa classe média do país.

Mesmo atávica quanto aos costumes oligárquicos, a grande burguesia rural não podia mais fechar os olhos para um processo que estava em curso desde fins dos anos 1940: a modernização da agricultura. Na verdade, ela resultou de uma outra modernidade – a revolução tecnológica. No Brasil, deu-se a ela o nome de “modernização conservadora da agricultura”, porque não passou de uma artimanha do grande capital latifundiário para aniquilar de vez a pequena e média propriedade, de caráter essencialmente familiar. Para os dois autores supra-citados¹⁵, “além de ampliar o mercado para as indústrias e a diminuição da dependência em relação ao trabalho temporário, o incentivo à utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e as políticas de crédito seletivas em favor dos grandes produtores reforçaram a concentração da terra e o crescimento econômico excludente”. Vê-se, com isto, que a contradição se estampara de vez, pois, por falta de ativos, ou melhor, por nunca disporem de um centavo sequer em poupança, aos pequenos produtores deveriam ser concedidas todas as facilidades de crédito. Mas, por serem justamente pequenos, por não disporem de garantias bancárias, deu-se o contrário: foram barrados do baile.

¹⁴ Entre outros objetivos, o Estatuto da Terra trazia em seu bojo o espírito da função social da terra, ao determinar que toda propriedade rural é um bem produtivo, e não um objeto de especulação e de reserva de valor

¹⁵ Op. cit., p. 6.

Ora, apesar de sermos um País e um Estado marcados pelo signo da agropecuária, convivemos com situações contraditórias, como, entre muitas outras, a ausência de uma sociedade camponesa voltada prioritariamente para a produção familiar capaz de se auto-sustentar e de comercializar o excedente no mercado interno. No campo, as questões relativas ao trabalho e à produção são das mais complexas, porque muitas são as formas de relações sociais e econômicas e de concessão de privilégios. A principal delas, sem dúvida, é a concentração fundiária, que provocou a saída forçada de milhões de pessoas do meio rural em direção às periferias pobres das cidades e fomentou movimentos sociais de toda ordem – desde a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, liderada por Zé Porfírio nos anos 1950 no município de Uruaçu, ao MST dos dias atuais.

FAZENDA MULTIFUNCIONAL
versus
ECONOMIA/PRODUÇÃO CAMPONESA

*Todos os países da Europa
viveram, durante séculos, em
economia camponesa*¹⁶.

O epíteto de Braudel para a Europa poderia ser aplicado ao Brasil e a Goiás? Ou melhor, teríamos nós brasileiros e goianos vividos em economia camponesa nos moldes da que existiu, por exemplo, em Portugal que nos colonizou? A resposta a esta questão não é nada fácil de ser dada, porque, como mostrado logo acima, “modelos” trazidos do velho mundo, como a Lei de Sesmarias constantemente invocada, não produziram os efeitos que deles se esperavam. Ao contrário, criaram excrescências, como, em vez de racionalizar as práticas agrícolas e criar uma autêntica classe de trabalhadores rurais, ou melhor, em vez de criar e desenvolver uma cultura camponesa aguçou mais ainda o problema do acesso à propriedade não apenas pelas parcelas mais pobres da população,

¹⁶ BRAUDEL, Fernand, 1989, op. cit., v. 3, p. 10.

mas também pelo que se poderia chamar de classe média da época – os funcionários públicos e os pequenos comerciantes. O surgimento da agricultura como atividade permanente em quase nada favoreceu a criação de uma autêntica cultura camponesa, porque não tinha sua produção solidamente baseada em uma estrutura tipo propriedade familiar. Ela nasceu sob o signo do trabalho escravo. Em Goiás, primeiro veio a sociedade urbana que ouro criou; depois, surgiu a sociedade de raízes rurais, cujo símbolo inconfundível foram as fazendas tradicionais que se instalaram por toda parte do território. Dado o favorecimento das leis ao caráter concentrador da terra e da propriedade nas mãos de poucos privilegiados, essas fazendas eram mais uma estrutura oligárquica, como a dos grandes engenhos e a dos grandes cafezais dos barões do século XIX, que uma propriedade rural voltada essencialmente para o abastecimento regular das cidades próximas.

Maistarde, não obstante os entraves de ordem política e econômica de que falávamos – mais estruturais que conjunturais –, é que a fazenda tradicional foi tocada por braços familiares que não tinham recursos para pagar trabalho escravo. Aí sim, podemos, mesmo que timidamente, falar, senão de *economia camponesa* (que supõe a existência de um mercado onde se comercializaria naturalmente os produtos advindos da roça), pelo menos de *produção camponesa* de produtos básicos para a auto-suficiência: carne, arroz, feijão, mandioca, milho, cana, rapadura, açúcar mascavo e, na surdina, cachaça. Desse modo, se levado rigorosamente ao pé da letra, não houve no Brasil e em Goiás do passado uma economia tipicamente camponesa.

Paradoxalmente, ao contrário do que caracterizou a Europa antiga, e ainda está hoje fortemente enraizada em países tradicionalmente agrícolas, como a França, a Itália e, sobretudo, Portugal, por exemplo, em Goiás, o que se poderia realmente chamar de *economia camponesa*, só veio aparecer mais tarde, a partir das primeiras décadas do século XX. Dois fenômenos marcaram esse processo: primeiro, a entrada de milhares de famílias migrantes, procedentes, sobretudo de Minas Gerais, à procura de terras para se instalar e produzir alimentos; em segundo

lugar, a abertura das zonas pioneiras – espontâneas no início, como a ocupação do “Mato Grosso” de Goiás, em volta da cidade de Anápolis, e da atual região da “Estrada do Boi”, em torno da cidade de Mozarlândia, no Vale do Araguaia, e, depois, comandadas pelo governo federal, com a criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres, no Vale do São Patrício. Por que só a partir desse momento é que se pode falar *economia camponesa* em Goiás? Porque ela se enquadrava dentro dos parâmetros dos quais fala Braudel¹⁷:

- 1) a agricultura, que se integra a essa economia, representava certamente a metade, ou mais, da produção total;
- 2) a metade, ou mais, da população estava engajada em tarefas agrícolas;
- 3) a metade, ou mais, da produção dependia de famílias camponesas, por oposição às grandes explorações.

Comose pode afirmar isto, se somente há pouco mais de um quarto de século é que se realizaram realmente os primeiros censos agropecuários no Brasil? O conhecimento empírico e os trabalhos de autores que tratam das questões agrárias no Brasil, como José de Souza Martins, e mestres estrangeiros, como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, o confirmam. Este último fala – ao se referir aos *arraiais de domingo* – dos agricultores e pequenos proprietários que viviam trabalhando nas terras na abertura da frente pioneira paulista e que se organizavam e produziam uma agricultura caracteristicamente familiar.¹⁸ Pierre Monbeig, autor de uma obra de referência sobre esse assunto¹⁹ foi seguido por vários autores goianos e não-goianos²⁰ para mostrar a característica camponesa da economia de Goiás que, a partir da ocupação pioneira das regiões de boa fertilidade natural dos solos, durou até o advento do “milagre econômico” dos anos

¹⁷ Id., *ibidem*.

¹⁸ DEFFONTAINES, Pierre, 1938, p. 139-144.

¹⁹ MONBEIG, Pierre, 1952.

²⁰ BARRETO, Maria José Rezende, 1982; CARNEIRO, 1986. Maria Esperança Fernandes; DAYREL, Eliane Garcindo, 1974; FAISSOL, Speridião, 1952; FRANÇA, Maria de Sousa, 1985; TEIXEIRA NETO, Antônio, 1975.

1970. Espiridião Faissol aborda o assunto em seus trabalhos sobre o “Mato Grosso” de Goiás (1952); Horieste Gomes o faz em sua *Geografia sócio-econômica de Goiás* (1969), Eliane Garcindo Dayrel enfoca o processo de ocupação e colonização do Vale do São Patrício (1974); Antônio Teixeira Neto mostra em sua tese de doutorado de 1975 que, entre os fatores de povoamento e urbanização de Goiás, a atividade agro-pastoril respondeu pelo nascimento e sobrevivência de mais de 80% dos “Patrimônios”, “Corrutelas”, “Comércios” e “Ruas” em meio rural que se constituíram em embriões de cidades goianas²¹; Maria José Rezende Barreto enfoca a questão da concentração da propriedade no Vale do São Patrício, quarenta anos após a criação da Colônia Agrícola (1981); Maria de Souza França aborda a expansão da agricultura no “Mato Grosso”

²¹ Os termos “Patrimônio”, “Corrutela”, “Comércio”, “Rua” são denominações populares que, até recentemente, se davam aos embriões de povoamento que deram origem às cidades por esse Brasil afora. O mais empregado entre esses termos para designar um embrião de cidade é “Patrimônio”, pois tem relação direta com a religiosidade do nosso povo, ou melhor, com a presteza com que proprietários de terras, sobretudo em zonas pioneiras, doavam a um Santo ou uma Santa da Igreja a área de terras para constituir o seu patrimônio. Mais que depressa, um loteamento surgia, uma igreja era levantada e um comércio de pequenas coisas era montado. Ao referirem-se a esses embriões de cidades, as pessoas diziam “vamos ao Patrimônio”, ou seja, vamos à “Corrutela”, ao “Comércio”, à “Rua”. Pode-se afirmar sem incorrer em erros que, com exceção dos antigos arraiais do ouro (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar de Goiás, Luziânia, Santa Cruz de Goiás, Niquelândia, Cavalcante, etc, e outros que estão agonizando porque carcomidos pelo tempo e pelo desprezo dos administradores, como Ouro Fino (Itaiú), Ferreiro, Traíras, Amaro Leite, Santa Rita...), poucas cidades goianas – Goiânia, Itumbiara, Aruanã, Caldas Novas, Trindade, Aragarças, Baliza, entre outras – nasceram fora do signo da roça e do boi. Na verdade, a atividade agro-pastoril foi o fator de povoamento e urbanização que direta, ou indiretamente, deu vida a praticamente todas as cidades de Goiás: Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu, Mineiros, Serranópolis, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, etc, no Sudoeste Goiano; Morrinhos, Goiatuba, Buriti Alegre, Bom Jesus de Goiás, Inaciolândia, Edéia, Porteirão, Panamá, etc, no Sul de Goiás; Ipameri, Orizona, Davinópolis, Corumbalza, São Miguel do Passa Quatro, Cristianópolis, etc, no Sudeste de Goiás; Anápolis, Inhumas, Ceres, Goianésia, Rubiataba, Itapuranga, Carmo do Rio Verde, Itauçu, Araçu, Santa Rosa de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Nerópolis, São Luiz de Montes Belos, Firminópolis, etc, no “Mato Grosso” de Goiás; Uruaçu, Amaralina, Nova Iguaçu de Goiás, Campinaçu, Formoso, Trombas, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Bonópolis, etc, no Norte de Goiás; São Miguel do Araguaia, Mozarlândia, Faina, Santa Terezinha de Goiás, Uirapuru, Novo Mundo de Goiás, Jussara, Santa Fé de Goiás, Fazenda Nova, Novo Brasil, etc, no Noroeste de Goiás; Posse, Iaciara, Teresina de Goiás, Guarani de Goiás, Divinópolis de Goiás, Nova Roma, Campos Belos, Buritinópolis, etc, no Nordeste Goiano; Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Guapó, Bonfinópolis, Hidrolândia, Santa Bárbara de Goiás, Bela Vista de Goiás, Santo Antônio de Goiás, etc, no Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) e muitas outras pequenas aglomerações que surgiram, e que ainda surgem quase todos os dias, tendo por motivação a atividade agro-pastoril e as outras atividades ligadas a ela, como a abertura de estradas, a expansão da fronteira agrícola, a modernização da agricultura, etc.

de Goiás (1986); Maria Esperança Fernandes Carneiro (1986) mostra que um dos principais objetivos do movimento camponês de Formoso e Trombas era, entre outros, criar um sistema democrático de agricultura familiar essencialmente camponesa. Entretanto, as transformações no campo se processando com rapidez viu-se com a modernização acelerada da agricultura, ou em consequência do desmantelamento sistemático da pequena agricultura familiar pelos governos militares após 1964, que tudo voltava a ser como antes. As estatísticas mostram que, de 1970 para cá, por exemplo, o número de pequenas propriedades familiares, voltadas essencialmente para uma *economia tipicamente camponesa*, diminuiu, dando lugar às grandes fazendas de gado ou às empresas rurais que produzem grãos de exportação. Excluindo-se talvez os hortifrutigranjeiros – que utilizam geralmente os fundos de vales úmidos para a produção de verduras em propriedades familiares, ou arrendadas por famílias – e os pequenos produtores instalados em quase minifúndios, tudo ou quase tudo que é classificado como “lavoura rica” vem dos grandes estabelecimentos rurais. Contudo, mesmo que contraditoriamente, ainda era essa pequena propriedade de caráter familiar que, até recentemente, abastecia o mercado consumidor em produtos básicos em cerca de 70%, com o nos mostra José de Souza Martins²².

Bem ou mal, ou melhor, quer queiram quer não, mesmo carcomida pelos anacronismos que a marcaram, e a marcam hoje tanto ou mais que no passado, porque castigada pelo monopólio da terra pelos oligopólios modernos, foi do campo, parafraseando Braudel²³, que surgiram os setores modernos da indústria, dos serviços urbanos, dos transportes e as mil formas novas da vida nacional e principalmente goiana. Logicamente, foi também do campo que surgiram os problemas – êxodo rural maciço, inchaço das cidades, deterioração da qualidade de vida nas periferias das grandes, médias e até mesmo pequenas cidades – advindos de uma situação tão velha quanto injusta: a da exclusão à propriedade da terra de uma enorme massa de camponeses. A historiadora Ana Lúcia da Silva nos mostra sem disfarces que as diferentes formas de relações sociais e de trabalho – da *camaradagem* ao *coronelismo*, passando pelos *parceiros*,

²² MARTINS, José de Souza (1986), p.38-39.

²³ Op. cit.,v. 3, p. 14-15

agregados e arrendatários – que, de certo modo, perduram até hoje no campo, nada mais eram que formas veladas de escravidão²⁴.

É impossível abordar a história da agricultura e da pecuária goiana sem tocar nessas feridas. Na verdade, é tocando nelas que podemos corrigir as distorções e aperfeiçoar esse sistema de produção e abastecimento do qual depende todo indivíduo, indistintamente. Nada do que é produzido no campo para alimentar dignamente as pessoas é supérfluo, porque, intrinsecamente, resulta daquilo que mais dignifica o indivíduo humano: o trabalho. Perverso é o mercado, ou melhor, o capitalismo ortodoxo, porque, ao desconsiderar o valor do trabalho que está contido na mercadoria que o trabalhador e produtor rural produzem, ele vilipendia os custos e os preços de produção para especular e duplicar os ganhos. Essa é com toda certeza uma das formas mais cínicas e desumanas de mais-valia.²⁵

AS MUDANÇAS NO CAMPO E NA CIDADE

O moderno (as grandes empresas rurais, tão insaciáveis de terra quanto o foram os coronéis do cerrado, os senhores de engenho e os barões do café) e o velho (os anacrônicos latifúndios e minifúndios improdutivos e as pequenas propriedades familiares que, entregues à sua própria sorte, esperneiam para subsistirem à margem das políticas de fomento à produção) convivem no mesmo espaço territorial, como se o primeiro só se justificasse – pior ainda, só sobrevivesse – com a existência do segundo. Os dados estatísticos parecem confirmar isto, pois, as grandes indústrias de transformação de produtos agrícolas, os

²⁴ SILVA, Ana Lúcia da, 2001, p. 41

²⁵ Apenas a título de informação, o termo mais-valia, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 1815), tem várias conotações: No liberalismo, é o “aumento do valor de um bem ou de uma renda, após sua avaliação ou aquisição, em virtude dos fatores econômicos que independem de qualquer transformação intrínseca desse bem ou dessa renda”. Pode-se também dizer que é o “aumento do valor de um bem em razão de melhoria ou benfeitoria que lhe foi introduzida”. Mas, para o pensamento marxista, mais-valia é o “lucro retido pelo capitalista, resultante da diferença entre o que ele paga pela mão-de-obra e o valor que ele cobra pela mercadoria produzida por essa força de trabalho”, ou seja, é a “fração do trabalho não paga”. É essa última conotação que queremos dar ao que o mercado e o capitalismo fazem com o que é produzido pelo trabalho do pequeno produtor rural.

grandes monopólios, precisam de seus “satélites” – a pequena e média propriedade – para se abastecer de matérias primas e para suprir o mercado interno em produtos de primeira necessidade. Na verdade, trata-se de um esquema tão antigo quanto a humanidade, ao qual se dá o nome de cadeia de produção e consumo. Sabe-se que, nessa cadeia, o produtor e o consumidor são o começo e o fim da linha. Como acontecia antigamente, o começo (quem produz) e o fim (quem consome) dessa cadeia imutável continuam sendo as grandes vítimas do modo capitalista de produção. Até recentemente, e isto é do tempo da geração anterior aos anos 1960, o lavrador trabalhava a terra com a enxada e derrubava o mato com o machado. E o arado já existia há mais de mil anos! Por que todo esse atraso? Perguntar-se-á sempre, mas as respostas não são jamais completas. Debita-se quase tudo ao modelo de sociedade que somos incapazes de mudar ou de trocar por outro mais justo. São 500 anos de latifúndio!

Atualmente, com o aporte da revolução científica e tecnológica, a revolução no campo se processou, sobretudo, quanto às “técnicas agrícolas”, à “produtividade”, ao “transporte e armazenamento”, à “biotecnologia” e, tão importante como estes últimos, ao “gerenciamento”, que, em outras palavras, quer dizer “competitividade”. Porém, não obstante esses aportes, a agricultura permaneceu no mesmo lugar quanto às relações de produção e consumo. Ela pouco mudou, ou influenciou, os gestos e os hábitos no comercializar com mais justiça o que a modernidade aperfeiçoou no produzir. Essa é uma das faces da moeda. A outra, é o anacronismo da estrutura fundiária, que em vez de facilitar o acesso à terra a quem realmente dela necessita para trabalhar, a concentra nas mãos de verdadeiros oligopólios. É clássica no Brasil, principalmente em territórios de vocação agrícola, como Goiás, a forma como as propriedades rurais se constituem em se tratando de quantidade e de áreas dos estabelecimentos: apesar de ser a menos numerosa, a grande propriedade – por oposição às de tamanho pequeno ou médio – ocupa geralmente mais da metade da área rural total do território. Entre os primeiros dados confiáveis sobre a agropecuária no Brasil fornecidos pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1970 e o que é mostrado trinta e três anos mais tarde, a propriedade se concentrou

mais ainda. Aliás, é esta a exigência do modelo econômico vigente, que privilegia a grande propriedade – as empresas rurais que se organizam em forma de Sociedades Anônimas – em detrimento da pequena e média propriedades, de caráter essencialmente familiar, conforme é mostrado na tabela abaixo.

Pouco tempo depois, já no limiar do século 21, e diante das novas realidades sociais, políticas e econômicas regionais, nacionais e planetárias, o arranjo sócio-espacial do território se inverteu bruscamente: o que era bom apenas para criar gado solto – o cerrado tradicional – se tornou no carro-chefe do agro-negócio goiano, e as regiões da agricultura tradicional, como as do “mato grosso” – as terras de boa fertilidade natural – estão passando por um processo de readaptação à pecuária de semi-confinamento e de monocultura rica – com ênfase para a produção de cana para a indústria alcooleira –, ou se transformando em áreas de expansão urbana e de especulação imobiliária próximas às grandes cidades, como Goiânia-Aparecida de Goiânia, Anápolis e, obviamente, Brasília e seu conturbado entorno. Pelo visto, não é mais o campo que comanda e decide o que a cidade vai consumir, mas o que esta última estabelece como prioridade. Antigamente, o campo mandava e a cidade obedecia. Hoje se dá o contrário: o campo tem que seguir os desígnios da cidade.

CADASTRO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS EM 1970 E 2003

| Propriedade | Quantidade (Q) | | | | Área ocupada em ha (A) | | | | Evolução 70/03 | |
|------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|------------------------|------------|-------------------|------------|----------------|------------|
| | 1970 | % | 2003 | % | 1970 | % | 2003 | % | Q% | A% |
| PEQUENA (menos de 100 ha) | 68.727 | 59,2 | 103.205 | 70,5 | 2.581.000 | 8,9 | 5.034.458 | 16,3 | 50,2 | 95,1 |
| MÉDIA De 100 a 1.000 ha) | 42.258 | 36,4 | 31.168 | 22,0 | 13.108.000 | 45,2 | 9.104.528 | 29,4 | -26,2 | -30,5 |
| GRANDE (mais de 1.000 ha) | 5.108 | 4,4 | 12.088 | 7,5 | 13.311.000 | 45,9 | 16.817.944 | 54,3 | 136,6 | 26,3 |
| TOTAL | 116.093 | 100 | 146.461 | 100 | 29.000.000 | 100 | 30.956.930 | 100 | 26,2 | 6,7 |

Fonte: IBGE (1970). Recenseamento Geral do Brasil – Goiás; INCRA (2003). Goiás: Imóveis cadastrados por município. In: SEPLAN-GO. *Anuário Estatístico de Goiás*.

A análise dessa tabela é inequívoca, pois, ela vem confirmar o fenômeno que pode ser apontado como a causa principal do que está acontecendo no campo: a concentração da propriedade em poucas mãos e, conseqüentemente, o surgimento de uma classe social de deserdados – os camponeses sem terra –, de onde surgiu o MST. Uma sociedade nivelada pela média justa da distribuição da riqueza nacional é considerada uma sociedade sem grandes conflitos sociais. Mas, ela começa a desmoronar quando esse pilar central – a classe média – também começa a desaparecer, se aproximando mais da base da pirâmide social que do vértice. E é isto que está acontecendo, porque, no campo – historicamente, base econômica de nosso PIB (Produto Interno Bruto)²⁶ –, a propriedade média (destacada em **negrito** na tabela), de caráter eminentemente familiar, está sendo engolida pela grande propriedade, de caráter latifundiário, ou se esfacelando em minifúndios improdutivos, geralmente de caráter especulativo. Os números não mentem. Eles apenas confirmam o que, empiricamente, toda a sociedade já sabe.

O COMÉRCIO E O MOVIMENTO CIDADE-CAMPO E VICE-VERSA

Pierre George²⁷ nos mostra resumidamente que comércio “é a transmissão de produtos para as áreas de consumo, segundo uma cadeia mais ou menos complexa constituída pelos lugares e pelas estruturas de produção”. Nesse movimento, a forma mais elementar de comércio é a venda direta do produtor ao consumidor, tal como se praticou por muito tempo em todo o Brasil, principalmente em regiões de pouca mobilidade espacial e pouca habitada, como a da então Capitania de Goiás. Pode-se, portanto, com toda obviedade, dizer que esse tipo de “transmissão de produtos” começou por aqui quando a agricultura primou sobre a mineração, sem, contudo, caracterizar uma autêntica rede, porque as trocas se faziam em um espaço restrito, de arraial para arraial e, raramente, de uma região ou de uma Capitania ou Província para outra. No tempo

²⁶ Soma de todas as riquezas geradas pela sociedade nos três setores clássicos de atividade – Primário (Agropecuária), Secundário (Indústria) e Terciário (Serviços em geral).

²⁷ GEORGE, Pierre, 1974, p. 86.

do ouro, durante praticamente um século, tudo ou quase tudo vinha de fora. Nesse período, a Capitania de Goiás era uma região exclusivamente importadora de mercadorias e de homens. Mas, por mais inexpressiva que fosse, houve atividade rural que produziu alguma coisa, nem que fosse para amenizar as agruras do abastecimento das minas ou, como se disse, para trocas entre os arraiais. As trocas comerciais à distância, aquelas que realmente impulsionam o comércio e introduzem mobilidade no grande espaço, só são realmente aceleradas, ou, na verdade, realmente iniciadas, com o incremento da agropecuária, quando se exportam os excedentes do que é produzido nas fazendas multifuncionais de que falávamos – couros, carnes, farinha, açúcar de forma (açúcar mascavo), cachaça – para Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Belém, etc.

A vida agrária dominou o espaço goiano e a vida urbana por muito tempo. Os arraiais coloniais eram insignificantes demais – tanto pela sua população diminuta, quanto pelo que podiam oferecer de conforto e serviços para os seus habitantes –, para que as relações cidade-cidade (ou melhor, arraial-arrail) pudessem determinar o ritmo, a intensidade e a especialidade da atividade econômica. Enquanto que nas regiões mais urbanizadas (na Europa, sobretudo) o movimento *campo-cidade* se intensificava – consequência da primeira revolução industrial –, em nosso país, principalmente em territórios pouco povoados, como Goiás, o movimento aconteceu em sentido contrário: *cidade-campo*. As cidades, tomadas por uma inércia que se apossou delas depois que o ouro secou, pararam no tempo e pouco cresceram, tanto em população como em construções urbanas. Transformaram-se no que Braudel²⁸ chama de “cidades adormecidas”, ou seja, “aquela que se contentam, essencialmente, a viver como parasitas do campo que lhe é próximo” A maioria não dispunha sequer de uma mínima atividade manufatureira, mas apenas de pouquíssimos artesãos – fabricantes de utensílios e produtos corriqueiros, como panelas de barro, tecidos grosseiros de algodão cru que saíam dos teares primitivos, arreios, calçados simples etc. Nelas permaneceram, além dos pobres, apenas a tradicional categoria de servidores públicos e privilegiados notáveis (juízes, meirinhos, coletores de impostos, militares de alta patente), bem como a classe que se poderia

²⁸ Op. cit., v. 3, p. 196.

chamar de burguesa – os ricos proprietários de alguma coisa, principalmente de terras e do comércio. A saída? Todo mundo sabia: o campo. Poucos foram os arraiais que conseguiram sair desse estado prolongado de indolência. Mas, houve quem permanecesse lá onde estão – meio adormecidos, é verdade – para, mais tarde, se abrirem para o exterior, para o comércio à grande distância. É nesse momento – mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, como se pode depreender dos inúmeros relatórios dos presidentes provinciais – que alguns arraiais coloniais goianos vão desempenhar o importante papel de centros de comando da economia rural e demonstrar que cidade e campo são obrigados a viverem juntos.

Partindo desse pressuposto, e tendo em vista a situação geográfica que cada um deles ocupa no espaço, pode-se dizer que foram os antigos arraiais de Catalão (por muitos anos a principal porta de entrada e saída das tropas e dos carros de bois que demandavam a Goiás), Meia Ponte, atual Pirenópolis (principal confluência dos caminhos que se dirigiam para o oeste, o norte, o sul e o sudeste do País), Couros, também chamado de Formosa da Imperatriz (porta de entrada e saída para a Bahia), bem como Natividade, no Tocantins (ponto de junção dos caminhos que vinham do sul da Capitania e do litoral baiano em direção a Porto Real, hoje Porto Nacional) e, claro, a antiga Villa Boa (rebatizada em 1818 com o nome de cidade de Goiás e, desde 1739, a capital e centro de decisões da Capitania, da Província e do Estado até o advento da Revolução de 30), que desempenharam esse papel de comando da economia. Por muito tempo eles se constituíram nos principais pólos da retomada dos fluxos – as tropas e boiadas – que saíam do território goiano em direção às outras regiões do Brasil. Deles, portanto, saíam os outros caminhos secundários que – com o deslocamento, a partir das primeiras décadas do século XX, do centro de gravidade do território, situado na cidade de Goiás, para cidades como Anápolis e, nos anos revolucionários de 30, para Goiânia – os ligavam às regiões produtoras que se abriam principalmente no sul e no sudoeste do território. Tudo era muito simples em seu funcionamento: vilarejos e arraiais que serviam de pontos de apoio à zona rural captando os produtos e repassando-os para a cidade grande e estas, como que entrepostos avançados dos centros de consumo

e comércio, exportando os excedentes e importando o que a região não produzia. Lentamente, como que sem pressa, criou-se então uma rede de relações entre o comércio goiano e o comércio de longo curso e, embora escassa, a moeda fazia parte desse jogo.

O processo era realmente este, mas o tempo que se levava nesses movimentos era enorme. A vida fluía – ela nunca cessou de fato –, mas muito lentamente. Porém, ao se falar desse esquema funcional, que é tão antigo quanto a humanidade, pode-se dar a impressão de que os intercâmbios eram numerosos e que, nos seus rastros, toda uma vida nova e animada em breve redinamizaria os arraiais antigos e os sertões. Ora, naquele tempo, como relatam os historiadores, uma tropa e seus carros de boi transportando as coisas levavam meses para ligar essas cidades aos outros centros consumidores e fornecedores do sudeste do Brasil, da Bahia ou do Mato Grosso. As grandes distâncias e a precariedade dos caminhos (na verdade, pistas que vazavam os sertões) se interpunham à pressa dos tropeiros. O difícil realmente era manter povoados esses arraiais, porque seus déficits em vidas humanas eram permanentes. Mas, num processo lento de crescimento demográfico, em que o saldo positivo era pouco maior que o negativo, o que caracteriza um pequeno, mas contínuo, crescimento vegetativo da população, as cidades que sobreviveram se sustentaram – juntamente com o campo – com pequenos contingentes demográficos até o advento dos grandes movimentos migratórios em direção, principalmente, às terras do sul da antiga Capitania de Goiás.

A NATUREZA, AS PAISAGENS RURAIS E OS HÁBITOS AGRÍCOLAS

Nada ocorre na natureza em forma isolada. Cada fenômeno afeta a outro, e é por seu turno influenciado por este; é em geral o esquecimento desse movimento e dessa interação universal o que nos impede de perceber com clareza as coisas mais simples. (Engels)

A “tirania” da natureza – Essa é uma das premissas de qualquer trabalho que envolva o homem e o meio ambiente que o circunda: como é a natureza do território, quais são suas especificidades, suas dificuldades

e seus trunfos e de que maneira o homem a ela primeiro se adaptou e depois a dominou e a modificou. Em Goiás o traço obsedante da paisagem natural é o cerrado, intercalado aqui e acolá por placas de vegetação mais densa – o “mato grosso”, como são chamadas, que se espalham principalmente no Vale do São Patrício, na Vertente Goiana do Paranaíba e no Vão do Paranã – e entrecortado por vales também férteis, como os dos rios Crixás-Açu, Meia-Ponte, Turvo-Bois, etc. O seu relevo tem uma particularidade ímpar: além de dividir o território em duas metades, ele, no seu ponto mais elevado – Planalto Central – abriga as cabeceiras de três bacias hidrográficas importantes do Brasil: a Tocantínia (cujas águas escoam para o Norte, em direção à Amazônia através dos Rios Maranhão, Paranã e das Almas), a Paranaica (que escoam suas águas para o Sul, em direção ao Rio da Prata através dos Rios Corumbá, São Bartolomeu e São Marcos) e a Sanfranciscana (cujas águas escoam para o Leste através dos Rios Preto e Urucuia). Acrescente-se a esse fluxo das águas, o papel de outros rios, como o Araguaia e sua imensa bacia (que drena toda a banda oeste de Goiás) e outros menores – Verdão, Claro, Corrente e Aporé (que drenam basicamente o sul-sudoeste do Estado), Caiapó, Vermelho, Peixe, Crixás-Açu (que alimentam o Araguaia). O sentido desse escoamento comandou também em Goiás o sentido de outros fluxos, conferindo ao território um simbolismo peculiar: o seu papel geopolítico, na medida em que Brasília, do alto do Planalto Central, seguindo o caminho das águas, comanda a vida política do país, dirigindo as ordens e as decisões para os quatro cantos do território nacional. Essa permeabilidade do território goiano faz dele o ponto estratégico das articulações espaciais brasileiras. Só por esse lado, Goiás é hoje – mais do que fora no passado – o elo estratégico da articulação e da mobilidade espaciais de todo o território brasileiro.

Atualmente, em todas as regiões goianas, a revolução no campo quase tudo modificou e transformou nesses últimos 50 anos e a paisagem natural praticamente desapareceu. Essa paisagem nova é fruto de um processo histórico de ocupação e povoamento do espaço que, lento no início, se acelerou na última metade do século que terminou. Como diria

o historiador²⁹, “ela (a paisagem) dissimula a própria natureza, como uma roupa que lhe fosse vestida”. Apenas dissimula, pois, mesmo assim, pretender que o homem domine totalmente a natureza não passa de um sonho, de uma idiota utopia, de graves conseqüências para o meio ambiente natural e social. Quando, para citar apenas um exemplo dos mais banais, se desmata intempestivamente, a natureza imediatamente dá o troco com enchentes que destroem, devastam e matam. Muitas vidas foram ceifadas por desobediência às leis mais elementares do mundo natural. Os avisos são dados todos os anos e em todo lugar a todos os homens. Os dramas humanos vividos por milhares de famílias que ocupam imensas áreas de risco nas grandes regiões metropolitanas brasileiras, se repetem todos os anos. Parecem não servir de aviso, porque nunca pararam de acontecer. Os desabamentos verificados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo no mês de janeiro de 2003, por oposição à seca que assolou a Amazônia brasileira em 2005, ou aos furacões que devastaram cidades inteiras nos Estados Unidos, como Nova Orleans, nada mais são que refrões de uma canção fúnebre. Quando, por exemplo, o *El Niño* chega, trazendo chuvas abundantes no Sul e Centro-Oeste e secas impiedosas no Nordeste do País, as cidades que cresceram desordenadamente são castigadas e punidas pelo riacho insignificante que se transforma em torrente feroz, e as lavouras no sertão reduzem-se a cinzas. Quando as tempestades chegam, o mundo vira de cabeça para baixo. Não há como impedir totalmente as grandes catástrofes naturais, pois o mundo, tanto no passado como no presente, ainda está submetido “à ditadura do meio físico”. Vidal de La Blache³⁰, o pai da geografia moderna, há cem anos nos mostrava que em qualquer estudo, qualquer projeto sobre o meio social e econômico “há sempre que se referir ao conhecimento do meio físico [...], porque não há como ficar inteiramente livre da tirania das forças naturais”. A natureza pode, é verdade, ser em parte domada, mas, pelas razões invocadas, em última instância é ela que hoje – mais intensamente que no passado – impõe seu ritmo.

²⁹ BRAUDEL, Fernand, 1989, op. cit., v. 2, p. 196.

³⁰ Cf. CHURCH, R. J. Harrison, 1960, p. 786.

As mudanças no campo – “O grande jogo da natureza é a sucessão das estações”, diz Braudel³¹ em ritmo de verso. Mas, em nossa terra, aquilo que seriam as quatro estações, na verdade não passam de duas: uma chuvosa – de outubro a abril –, que para muitos é o “inverno”, e outra seca – de maio a setembro –, que é o “verão”. Quaisquer que sejam os nomes se dêem a essa divisão simplificada das estações, são elas, como diz o historiador francês, que “de maneira monótona comandam o calendário dos trabalhos agrícolas [...] Elas ritmam a alternância dos períodos de atividades e de tempos mortos da vida camponesa”³². A agricultura irrigada de hoje começa, no entanto, a romper esse ritmo, fazendo praticamente desaparecer o tempo “morto”, mas um outro problema começa também a surgir: a água diminui assustadoramente com as modificações climáticas que se desenham e com o seu uso pouco controlado pelas autoridades responsáveis.

No começo, as coisas pareciam não ter pressa para acontecer, como se um estigma – o de um passado glorioso – nos impossibilitasse de esquecer as esperanças e os infortúnios que o ouro quase perpetuou na memória de cada um de nós. Vimos que a agricultura engatinhou quase um século para, finalmente, se tornar na atividade social e econômica – mais social que econômica, na medida em que ela se enraizou na consciência dos indivíduos como único caminho para se sair de um estado de quase torpor coletivo – em torno da qual a grande maioria dos goianos, senão todos, fez o seu caminho, a sua fartura e, também, o seu infortúnio. Mas, dos passos lentos iniciais à acelerada economia de mercado, que é a moderna agricultura, foi necessário mais um século. Nesse percurso, as paisagens naturais e os campos derrubados e plantados sofreram transformações de tal ordem que, hoje, nem mesmo o viajante mais atento dos “anos dourados”, que são os da geração desse autor, seria capaz de reconhecer o que os olhos haviam registrado. De economia rural voltada basicamente para abastecer o mercado interno – e, lógico, para a auto-sustentação das famílias –, a agricultura e a pecuária goiana se inseririam, a partir dos anos 1970, no mercado nacional e

³¹ Op. cit., p. 25-26.

³² Id, Ibidem.

internacional não mais como meras fornecedoras de produtos básicos – arroz, feijão e carne –, mas como alimentadoras de uma nova concepção de agricultura – a agroindústria. O curioso é que nessa nova ordem econômica, conforme já foi enfatizado, o que antes era espaço ocupado pelo boi, hoje são imensos campos semeados de grãos ditos nobres. À exceção das áreas ainda pouco exploradas pelas atividades rurais – que existem pontualmente aqui e acolá –, a revolução no campo se operou nas mesmas zonas de povoamento e urbanização antigos, sobretudo no “Mato Grosso” de Goiás. Constata-se por todo o território goiano que os grandes vales – como os do Araguaia, Tocantins, Crixás-Açu, Meia Ponte, Turvo-Bois, Claro, Caiapó, São Marcos e Paranaíba, entre outros – são o domínio da pecuária, aqui e ali mais moderna ou ainda tradicional, mas com ênfase para a moderna. As trocas de vocação econômica entre o vale e a chapada deram-se sem traumas, pois o palco das grandes plantações são as grandes áreas de pastagens naturais de antigamente. Essa espetacular transformação social e econômica da atividade rural verificada no nosso principal bioma – o cerrado – não tem paralelo em nenhuma outra região do País. Essa revolução se fez – e ainda está se fazendo – em cima da atávica e arcaica estrutura fundiária dominada em sua maior parte por atávicas e também arcaicas oligarquias. É assim que regiões como a do Vale do Rio Meia Ponte, em torno de Morrinhos, da Estrada de Ferro, em torno de Catalão e Ipameri, do Sudoeste Goiano, em torno de Rio Verde, Jataí e Mineiros, do Norte Goiano, em torno de Porangatu, Uruaçu e Niquelândia, do Noroeste Goiano, em torno de São Miguel do Araguaia, Nova Crixás e Mozarlândia, do Vale do Rio Vermelho, em torno da Cidade de Goiás, Jussara e Montes Claros de Goiás, do Oeste, em torno de Iporá, do Vale do São Patrício, em torno de Ceres e Goianésia, do Alto-Meia Ponte, em torno de Goiânia, Anápolis e Inumas, do Vale do Rio dos Bois-Turvo, em torno de Anicuns, Firminópolis e São Luís de Montes Belos e, mais recentemente, do Planalto Central, no Entorno de Brasília, não mais conservam a fisionomia de paisagem adormecida que perdurou por muito tempo. Elas mudaram de cara na medida em que bruscamente também mudaram os hábitos e os modos de tratar a terra.

AS AGRURAS DA ATIVIDADE AGRO-PECUÁRIA

Tabus e preconceitos – De um modo geral, nas regiões em que a agricultura prima sobre o pastoreio, como é o caso de Goiás, o desprezo pelo agricultor por parte do criador de gado atravessou séculos. No apogeu da mineração, ou mesmo após a sua decadência, quando pouca gente se ocupava da terra para produzir alimentos, os que o faziam tinham, entretanto, seus olhos voltados para o gado, criado à solta. Em vários outros escritos já chamávamos a atenção para o fato de alguns autores consagrados de nossa historiografia pouco se referir à agricultura em Goiás, como, entre outros, o ex-presidente provincial e historiador José Martins Pereira de Alencastre³³. Na realidade, essa atividade era vista pela maioria das pessoas como uma atividade pouco nobre. Nutria-se um imenso desprezo pelo lavrador. Aliás, é de se perguntar se ainda hoje não é a mesma coisa, pois palavras como “roceiro” e “caipira” são mais que pejorativas, são mesmo injuriosas para quem é assim qualificado. De onde viria esse preconceito? Certamente, buscando uma explicação mais simples, ele advém do fato de, até há pouco tempo, o agricultor trabalhar a terra apenas com mãos e braços no manejo dos instrumentos típicos do lavrador – o machado, a foice e a enxada –, como o faziam os escravos com as ferramentas de então, tanto nas minas como nas fazendas de cana, no Nordeste, e de café, no Sudeste. De um modo geral, salvo algumas exceções, como o trabalho dos artesãos, o trabalho braçal simbolizava, e simboliza ainda, o trabalho escravo, desqualificado. Se antigamente, o escravo era forçado a exaurir toda a sua força física em tarefas desumanas em troca de nada, hoje o trabalho braçal é mal remunerado. Essa é, por exemplo, a situação dos *peões* de obras, dos *bóias-frias* cortadores de cana, catadores de toco nas novas áreas de desmatamento em ambientes do cerrado, de algodão e de feijão, dos desempregados que, como nômades, procuram trabalho em zonas pioneiras na Amazônia ou até mesmo em regiões já estruturadas, como as grandes propriedades em zonas do cerrado e, sem dúvida, das *empregadas domésticas*, eufemisticamente chamadas de *secretárias*.

³³ ALENCASTRE, José Martins Pereira de, 1979.

Por outro lado, mesmo realizando um trabalho manual diferenciado daquele realizado pelo agricultor, como, por exemplo, cuidar do gado, o vaqueiro se sente mais importante – e até socialmente superior – que o capinador e plantador. Até a postura de um e de outro se diferencia: enquanto o agricultor trabalhava com o dorso curvado e o olhar fixo para baixo, o vaqueiro parece ser mais altivo, pois do alto do lombo de seu cavalo campeador ele tem os olhos fixos no horizonte, como um senhor feudal que observava as lonjuras de sua propriedade. Poderia mesmo dizer que olhar para o chão é coisa de bicho à cata de comida. Cavoucar e escarafunchar a terra é coisa de bicho do mato. A verdade é que no Brasil, em todo tempo e lugar, criar gado era mais nobre que plantar. Nem mesmo hoje, quando em muitas propriedades modernas o cavalo campeador cedeu lugar à moto campeadora, e os tratores e máquinas agrícolas inteligentes substituíram o machado e a enxada no campo, o agricultor não é visto no mesmo pé de igualdade do criador, isto é, do fazendeiro. Aliás, ser fazendeiro é, sobretudo, ser criador, e não roçar e plantar, embora já se tenha incorporado ao vocabulário corrente expressões como, entre outras, “produtor rural” para minimizar a conotação pejorativa de palavras como “lavrador”, “camponês” ou mesmo “agricultor”. Outro fato que não pode deixar de ser observado é que, devido às facilidades oferecidas pela natureza, criar gado sempre foi mais cômodo e menos penoso que plantar. Enquanto que um só vaqueiro cuidava de uma centena ou mais de reses, seria necessária pelo menos uma dezena de peões para plantar, cuidar e colher cem alqueires de chão. Porém, mesmo diante destas facilidades – pastagens naturais abundantes, ausência de longas jornadas de trabalho sob sol abrasador ou sob chuva, como é o caso do trabalho do agricultor –, a pecuária levou certo tempo para deslanchar. Tanto os governadores da Capitania quanto os Presidentes da Província de Goiás não cansavam de lamentar o “estado de abandono” em que se encontravam as fazendas de gado.

Aroça e o criatório – A modernização da agricultura, iniciada nas primeiras décadas do século XX, levou quase 50 anos para sair dos países ricos e de regiões mais desenvolvidas do Brasil e chegar a Goiás. Mas, isto

aconteceu por aqui de maneira muito diferente do que havia acontecido na velha Europa, de quem importamos a maior parte dos hábitos sociais que marcaram por muito tempo o nosso cotidiano no campo e na cidade. Por seu lado, a pecuária tradicional só era possível porque Goiás sempre dispusera de pastagens naturais imensas. Via de regra, as terras e paisagens geográficas do cerrado têm dois ambientes bem distintos: um, as áreas de “mato grosso” – que, via de regra, bordejam os cursos d’água, nos fundos de vale, geralmente destinadas à roça tradicional; o outro, as terras planas, as chapadas, ou as terras levemente onduladas – as encostas das serras – cobertas de uma vegetação mais rala e também de capim nativo, destinadas à criação de gado. Entre os dois ambientes ocorre aqui e acolá a presença de áreas de mata tipo tropical, como, entre outras, o “Mato Grosso” de Goiás, de cerradão, de campestre, de veredas úmidas, completando o mosaico de paisagens fitogeográficas do bioma cerrado.

O processo de ocupação dessas áreas seguia um ritual clássico: o “mato grosso” era derrubado e ateado fogo para dar lugar à roça e o cerrado queimado para “limpar” o terreno e favorecer o crescimento do capim novo. Foi dentro desse quadro limitado de recursos naturais e de técnicas primitivas ao seu alcance que o camponês de ontem tocava a sua economia de sobrevivência. Pierre Deffontaines³⁴ já chamava a atenção para esse traço característico de nossas práticas no campo: “no Brasil não se derruba o mato para o gado, mas para a plantação...” Outro viajante estrangeiro – Auguste de Saint-Hilaire³⁵ – mais familiar a nós goianos – há quase duzentos anos chamava a atenção para o modo predatório como os agricultores e fazendeiros goianos tratavam os seus campos e matas. Ela falava certamente desse hábito, até hoje arraigado entre nós, de se derrubar a mata e pôr fogo para plantar a roça. O Brasil é certamente o campeão das queimadas em todo o mundo. Realmente Saint-Hilaire tinha razão: hoje, sobretudo em Goiás, dispõe-se de menos de 10% das antigas matas (onde se plantava de modo tradicional) e dos cerrados (onde se criava à larga), como nos mostram muitos documentos elaborados por órgãos governamentais e não governamentais – IBGE, INPE (Instituto

³⁴ DEFFONTAINES, Pierre (s.d.), p. 659-684

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1848, v. 1, p. 357 e v. 2, p. 241.

Nacional de Pesquisas Especiais), EMBRAPA, IBAMA e a SEMARH (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás), IESA (Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, da UFG), ITS (Instituto do Trópico Subúmido, da UCG) – e especialistas do assunto.

Por muito tempo, por nossas bandas, a atividade agrícola foi tocada a braços humanos – primeiro, por escravos, depois, por peões e meeiros e outras formas de parcerias e arrendamentos. Se nas regiões mais desenvolvidas do País, o uso de instrumentos agrícolas, como o velho arado puxado por animais, só chegou com a vinda dos primeiros imigrantes europeus, imaginemos então como se trabalhava a terra por aqui no início de sua agricultura regular? Com as mãos, segurando os mais primitivos instrumentos de trabalho. Tudo por aqui, no começo, foi feito a golpes de machado, foice e enxada. Na época da colheita, o milho quebrado era debulhado à mão, o arroz era cortado com facão (o cutelo só aparece certamente mais tarde) e os feixes batidos no jirau com os grãos caindo sobre couros de boi estendidos no chão. Depois de recolhidos, iam para as tulhas e paióis, pois, raramente eram ensacados. No comércio, eles eram vendidos a granel, para onde eram transportados em bruacas penduradas em lombos de jumentos e mulas, ou em carros-de-boi. O excedente era comprado a preço aviltante pelo atravessador, pomposamente chamado de “atacadista”. Somos ainda testemunhas oculares desses tempos que não estão tão distantes assim do tempo atual. Mas, no Sul do Brasil, o trator e outros implementos agrícolas já estavam em uso. Presenciamos e participamos de tarefas dessa natureza e de outras tão duras e fatigantes, como capinar, semear, colher de maneira rudimentar e catar restos de mandioca espalhados no meio da palhada infestada de formigas, sob sol abrasador. Depois de descascada, ela era ralada em roda de ralar, ou manualmente em raladores arcaicos; em seguida, escorria-se a massa em tapitis, aparava-se a água em grandes bacias e gamelas para, depois de decantado o amido, retirar-se o polvilho. Torrava-se a farinha em tachos imensos de ferro ou de “pedra de Pirenópolis”, metia-se tudo nas bruacas e ia-se para a cidade – comendo poeira pela estrada afora – tocando os jegues carregados de farinha nova e de um pouco de polvilho. A metade do que era produzido ficava para o dono das terras.

Essas cenas vividas há meio século atrás eram as mesmas que se repetiam há séculos por todo lugar do Brasil. Já havia caminhões e tratores, mas na grande maioria das propriedades rurais – as fazendas multifuncionais desse imenso território do cerrado – praticamente tudo o que era necessário à subsistência era produzido localmente e a força de trabalho vinha dos braços dos homens e dos animais de carga. É justamente esse caráter – o trabalho braçal e a auto-suficiência em gêneros de primeira necessidade, inclusive a produção de tecidos grosseiros saídos dos teares artesanais – o que melhor caracteriza a *produção camponesa* de que falamos acima. Diferentemente do que acontecia, por exemplo, na Europa de um século atrás, felizmente para os nossos camponeses de então, o que alimentava os homens não constituía também em alimento para os animais, caso contrário não haveria excedente ou então se teria de plantar e de colher em dobro, para se dividir com os bichos. Dizemos infelizmente, não porque se auferia grandes lucros, mas porque o rendimento da terra era ínfimo, se comparado ao que se colhe hoje em área idêntica à que era plantada antigamente. O espaço aproveitado da roça de queimadas representa a metade ou menos da área derrubada, pois o resto era ocupado pelos tocos e pelos troncos que o fogo não conseguia devorar. A fartura da colheita dependia, como se costumava dizer, de São Pedro. Estiagem prolongada, plantação arruinada. Chuva demais, arroz “amarelado” e chocho e feijão melado e grão mixo. Adubo? Só o da fertilidade natural do solo. Geralmente, plantava-se uma vez por ano. Lavoura perdida logo no início da safra significava de novo capinar o chão, preparar a terra a tempo, antes que a chuva fosse embora. O trabalho era insano, às vezes impossível de ser realizado por falta de tempo bom e de braços descansados. Os animais de carga comiam capim nos baixadões úmidos ou nos pastos naturais, quando muito completado à noite com uma porção de milho ou de raspa de mandioca. Ao gado solto nos chapadões dava-se, pelo menos uma vez por ano, sal para suprir as necessidades orgânicas do animal desse nutriente. Tudo muito diferente do que era praticado no sul do Brasil, de clima quase temperado e de hábitos agrícolas mais modernos. Mas, foi assim que a maioria dos nossos antepassados abriu o caminho rumo à moderna agropecuária de hoje.

Agricultura versus Pecuária? – A interrogação pode levar o leitor a pensar que pecuária e agricultura se rivalizavam para saber quem pôde mais no passado e quem pode mais no presente. Não é nada disso, pois, desde já, é bom lembrar que agricultura e pecuária não são rivais, são, ao contrário, atividades interdependentes e complementares. O que existe realmente de diferente entre elas, é o papel que cada uma representa na ocupação e organização do espaço. Diz-se que “onde a pecuária domina, ela monopoliza a parte essencial da atividade rural, deformando-a, desfigurando-a aos olhos dos trabalhadores rurais ligados à policultura”. Dessa análise de Braudel³⁶, válida para uma França do passado, tiramos algumas reflexões para o quase presente de nossa atividade rural. As peculiaridades da estrutura fundiária de uma região nova, como a de Goiás, são bem distintas das de países antigos, como os países europeus em geral. Em nossa terra, vimos que, de um modo geral, as propriedades são enormes com relação às de lá. Isto já é um indicativo de que as práticas rurais são também diferentes. Por aqui sempre foi possível organizar as atividades agropecuárias bem compartimentadas, reservando-se para a agricultura terras bem distintas das destinadas para a criação de gado. Não há, portanto, superposição, mas no máximo rotação de usos.

De que maneira isto era feito? Num primeiro momento, a terra é desbravada para dar lugar à roça e, num segundo momento, depois de ser cultivada por certo período – em geral por quatro anos no máximo –, a terra “cansada”, mas praticamente limpa devido às queimadas constantes, é destinada às pastagens. Em regiões novas, recém-abertas, como as que existem no Sul do Pará, destinadas desde o início para a pecuária de corte, a mata é derrubada, o fogo ateadado e – sem que houvesse o plantio da roça tradicional – logo em seguida o capim é semeado. Porém, em zonas pioneiras tradicionais dos anos da expansão da fronteira agrícola, como a que se abriram no “Mato Grosso” de Goiás (incluindo-se aí o Vale do São Patrício), no Vale do Crixás-Açu (ao longo da GO-164, denominada “Estrada do Boi”), no Sudoeste (em volta de Rio Verde), no Sul (ao longo do Vale do Paranaíba, de solos ricos de origem vulcânica), nos Vales dos rios Meia Ponte, Maranhão e dos Bois, enfim, por toda

³⁶ Op. cit., v. 3, p. 86

parte onde se praticava a agropecuária tradicional, o desmatamento tinha por finalidade primeira produzir alimentos para consumo local e comercializar o excedente, tamanha era a fertilidade natural do solo. Só mais tarde, como aconteceu na Colônia Agrícola Nacional de Ceres, quando os objetivos da colonização foram sendo desvirtuados, seja por falta de apoio oficial ao empreendimento, como por falta de tecnologia, é que as terras se transformaram em pastagens. A topografia ondulada de muitas dessas regiões, que exige técnicas de proteção do solo para se evitar o desencadeamento dos processos erosivos, fez com que se mudasse de atividade por dois motivos principais: primeiro, porque a terra já estava cansada demais para produzir compensatoriamente sem a ajuda de insumos agrícolas, praticamente inexistentes naquela época; segundo, porque diante do desgaste natural da terra devido à ação natural dos agentes erosivos, principalmente das águas de escoamento superficial (enxurradas), a sua única proteção seria transformá-las em pastagens. Nesta passagem de um uso para outro, ou por falta de motivação, ou por falta de recursos técnicos e financeiros por parte dos pequenos proprietários, as propriedades foram sendo reagrupadas, deixando de ser pequenas, para se transformarem em verdadeiros latifúndios nas mãos de grandes pecuaristas. Ora, a atividade pecuária em sua forma tradicional, é muito mais exigente de espaço que a sua irmã agricultura.

As várias histórias de ocupação pioneira em Goiás são contadas do mesmo jeito: a agricultura desbrava, a pecuária toma, depois, o seu lugar. Foi assim que aconteceu por toda parte, e uma das mais importantes delas – a da região da “Estrada do Boi”, estudada pela geógrafa Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira³⁷ –, pode ser apontada como aquela em que esse fenômeno é o mais típico. Mas, as coisas mudaram muito no campo a partir da última metade do século XX. O território goiano se inseriu no mercado brasileiro e mundial como o novo *Eldorado* da moderna agricultura e hoje, de fato, ele é realmente compartimentado quanto à “vocação” produtiva da terra: ou só agricultura, ou só pecuária. Sob esse ponto de vista, é possível constatar, que lá onde as grandes plantações (*plantations*) dominam – normalmente nas grandes áreas de chapadas –,

³⁷ BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes, 1997.

realmente a pecuária é ausente. A reconversão de usos do solo – antigas áreas de pastagens que estão se transformando em áreas de plantio de produtos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, por exemplo – está mudando a fisionomia econômica de antigas regiões pioneiras, como a do Vale do São Patrício, em volta de Ceres e Goianésia.

Do lado da agricultura, até o início dos anos 1970, conforme dados do IBGE, Goiás (que ainda contava com o território do atual Estado do Tocantins) se incluía entre os maiores produtores de arroz do Brasil – cerca de 1.250.000 toneladas em 1970, igualando-se à produção de cana-de-açúcar. Atualmente (2003), com a soja se tornando o carro-chefe da economia agrícola goiana, a produção de arroz – que, ao lado do feijão e da carne, se constituía no principal produto agrícola de Goiás –, chega apenas a 224.281 toneladas, enquanto que a cana-de-açúcar já registrava uma produção 56 vezes maior: 12.671.222 (cf. dados da Seplan-Go). Por seu lado, a criação de gado – que, historicamente, sempre teve mais *status* que lavrar a terra e plantar – ocupa áreas menos próprias à plantação, como as dos latossolos amarelados do extenso vale do Araguaia, ou as de regiões mais acidentadas das antigas zonas pioneiras da Vertente Goiana do Paranaíba, do “Mato Grosso” de Goiás, do Vão do Paranã e do vale do Tocantins, no Norte Goiano. De 1970 para cá o rebanho bovino dobrou de tamanho, passando de 9.500.000 (incluindo-se o território tocantinense atual) para aproximadamente 20.000.000 de cabeças. Se ainda constituíssem um só território, Goiás-Tocantins teria hoje o maior rebanho bovino do Brasil, com cerca de 25 milhões de cabeças (cf. dados do IBGE e da Seplan-Go, respectivamente). Esses números atuais são, assim, a confirmação do caráter agroindustrial da produção dos campos goianos. Foi-se praticamente o tempo em que toda propriedade rural por aqui era multifuncional, ou seja, produzia de tudo. Esse caráter sócio-econômico só subsiste, talvez, em regiões mais pobres do território, ou, e ainda assim timidamente, em pequenas propriedades de caráter familiar – voltadas mais para o mercado local e regional. A divisão do trabalho e da função produtiva da terra está definitivamente implantada em nossos campos. Porém, réplicas de como eram as fazendas tradicionais e o que elas produziam, podem ser vistas no *Memorial do Cerrado* do Instituto

do Trópico Subúmido da UCG e no *Museu da Agropecuária Goiana*, construído no Parque Agropecuário Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia, e no *Memorial Serra da Mesa*, em Uruaçu, construída pela prefeitura municipal em parceria com o Instituto do trópico Subúmido da UCG.

O QUE CONCLUIR?

Até recentemente, antes que a moderna agricultura transformasse regiões, como o Sudoeste Goiano, no novo *Eldorado do Sertão*, a roça tradicional, tocada à base de machado, fogo e enxada, e a criação de gado, praticada sobre imensas pastagens naturais, se constituíam no hábito agrícola natural de praticamente todos os goianos. Foi nessa fase que – a partir de meados do século XIX, com a chegada de imigrantes procedentes, principalmente, de Minas Gerais – deu-se início um processo que é próprio de uma região nova como a nossa: o da abertura das zonas pioneiras e de expansão das fronteiras agrícolas e demográficas. Machado, foice, enxada e carro-de-boi são para nós goianos mais que simples instrumentos e veículos ultrapassados: eles são os símbolos de nossa história, da história de nossos bisavós, avós e até mesmo de nossos pais, os pioneiros que povoaram e deram forma e existência a esse território e a essa sociedade da qual fazemos parte.

Foi assim que – após muitos embates envolvendo, de um lado, populações indígenas praticamente indefesas, e, de outro, populações migrantes que tinham por retaguarda todo o aparato do Estado – a agricultura e a pecuária deram origem e vida à grande maioria das cidades goianas e abriram o espaço ao processo de ocupação e povoamento do território. Ao longo desse percurso, sem salvaguardas, os primeiros povoadores e colonizadores do território goiano – os índios –, não tendo como resistir à onda migratória dos brancos, se perderam no caminho da história. O ouro criou ilusões e dificultou o surgimento da agricultura como vocação natural de Goiás e como forma permanente de atividade. Após enfrentar toda sorte de percalços, sobretudo, a cobrança de taxas exorbitantes sobre o que se produzia no campo, a modernidade, enfim, introduziu Goiás na economia de mercado. Primeiro, veio a ferrovia, que

rompeu com estruturas sociais e políticas arcaicas e atávicas, depois, foi a vez do caminhão, que rompeu sem barreiras os imensos chapadões, hoje é a globalização, que se instalou sem respeitar fronteiras e barreiras geográficas. Cada qual teve um papel importante nessas mudanças. A revolução no campo mudou a fisionomia da sociedade e da economia goianas, é verdade, mas não eliminaram nossas raízes “caipiras”. Parece que não as perderemos jamais, porque, sem a roça e sem o boi, Goiás perderia o seu maior símbolo social, político e econômico e, talvez, não teria sabido como subsistir no espaço e no tempo.

Mesmo tendo consciência, como disse Braudel, de que toda sociedade é dividida e vive disto, não podemos fechar os olhos pra os abismos, o fosso imenso, que existem entre as classes sociais no que concerne a divisão das riquezas da terra. A dialética da história tem nos mostrado realmente que toda e qualquer sociedade nasce, cresce e desenvolve cheia de contradições. Tem nos mostrado também que o equilíbrio entre as diferentes classes sociais advém do confronto, dos avanços e dos recuos de cada uma delas, mas nenhuma sociedade sobrevive por muito tempo quando as contradições são insuperáveis ou quando o acesso aos bens materiais e sociais que ela produz se constitui em privilégio para poucos e em sofrimento para muitos. Questões sociais, como a reforma agrária, não podem se constituir em tabus que – como um fetiche – paralisam a sociedade, principalmente em um Estado, como o nosso, de tradição eminentemente rural. Por ter justamente essas características, e por ser a pequena propriedade familiar a que melhor atende à sociedade no que concerne o abastecimento do mercado em produtos essenciais, é que a repartição da terra tem que atender à demanda por parte de quem dela mais precisa para produzir – os pequenos e médios agricultores e criadores.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque (2003). *Terras de Goiás, estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: Editora UFG.

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Brasília-Goiânia/ SUDECO-SEPLAN-Go: Ed.Ipiranga, 1979.
- BARREIRA, Celene Antunes Monteiro. *A região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- BARRETO, Maria José Rezende. Dimensões da Agricultura e regionalização do Mato Grosso de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 197-202. jul./ dez. 1982.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. *A identidade da França*. Trad. Lygia A. Watanabe. São Paulo: Editora Globo. v. 1, *Espaço e história*, v. 2 e 3, *Os homens e as coisas*.
- BUAINAIN, Antônio Márcio, PIRES, Daniela. *Reflexões sobre reforma agrária e questões sociais no Brasil*. <http://www.abda.com.br/texto Antonio Buainain.pdf>, 2003.
- CAMPOS, F. Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG/ Editora UCG, 1997.
- CHURCH, R. J. Harrison. In: A escola francesa de geografia. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 18(158):783-787, set.-out. 1960.
- DAYREL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: UFG – Faculdade de Educação. (Dissertação de Mestrado), 1974.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et rurales. Un exemple en pays de colonisation, Le Brésil*. Anais do 15º Congresso Internacional de Geografia, Amsterdam, seção 4, Geografia Humana, 1938.

DEFFONTAINES, Pierre. *Routes et foires à bétail en Amérique Latine (Caminhos e feiras de gado na América Latina)*. Separata da *Révue de Géographie Alpine*, Grenoble, [s.d].

FAISSOL, Speridião. *O "Mato Grosso de Goiás"*. Rio de Janeiro: IBGE. Conselho Nacional de Geografia, 140 p. [Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação n.9 da Série A "Livros"], 1952.

FRANÇA, Maria de Sousa. *Terra, Trabalho e História: a expansão agrícola no "Mato Grosso" de Goiás – 1930/1955*. São Paulo: USP, 1983. Tese de Doutorado mimeo.

GEORGE, Pierre. *Dictionnaire de la géographie (dicionário da geografia)*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 86, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1), 1969.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Plantadores de São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

PALACIN, Luis. *Goiás 1722-1822 – Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Oriente, 1972.

RODRIGUES, José Honório. História da concessão de terras no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 19(162):366-370, maio-junho, 1961.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage aux sources du Rio São Francisco et dans la Province de Goiaz (Viagem às nascentes do Rio São Francisco e à Província de Goyaz)*. Paris: Grimbez et Dorez, 1848.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: AGEPEL – Cânone Editorial, 2001.

SILVA, Edma José. *Sesmarias: Capitania de Goiás – 1726-1770*. Goiânia: ICHL-UFG. Dissertação de Mestrado, 1996.

SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1812). *O descobrimento da Capitania de Goyaz (governo, população e coisas mais notáveis – 30 de setembro de 1812)*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1967.

TEIXEIRA NETO, Antônio. (1975). *Como nasceram as cidades goianas?* In: *O Estado de Goiás na Cartografia luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX*. Paris: Université Paris VII. Tese de Doutorado, mimeo.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.

O CENTENÁRIO DA REVISTA O TICO TICO

Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado*
Sócio Correspondente do IHGG

Resumo: O presente artigo discute o papel cultural exercido pela Revista *O Tico Tico* no cenário intelectual brasileiro de 1905 a 1960, trazendo informações, entretenimento, lazer para as crianças de todo o Brasil. Cumprindo decisivo papel histórico da literatura para crianças, contribuiu para que o conhecimento fosse disseminado ao longo do tempo, por meio de histórias em quadrinhos, contos, poesias, noções de conhecimentos gerais, normas e padrões de comportamento e aperfeiçoamento do espírito de brasilidade e formação moral da infância brasileira no século XX.

Palavras-chave: imprensa, *O Tico Tico*, pioneirismo, infância.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, surgem, no Brasil, as primeiras revistas humorísticas e cartuns, tendo a caricatura como gênero dominante e bem ao gosto popular.

O grande pioneiro foi Ângelo Agostini, italiano radicado no Brasil que, em 1869, desenha para a revista *Vida Fluminense* uma das primeiras novelas em quadrinhos do mundo: “As aventuras de Nhô Quim”.

Esse intrépido intelectual, Ângelo Agostini (1843-1910), nasceu em Piemonte, Itália e passou a infância e adolescência em Paris. Em 1859, mudou-se para São Paulo. Em 1876, fundou a *Revista Ilustrada* em que

*Escritor, Presidente da Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes.

criou “As aventuras de Zé Caipora”, trazendo o elemento nacional para os quadrinhos, o que constituiu um grande avanço, haja vista a influência européia de então.

Numa quarta feira, 11 de outubro de 1905 no Rio de Janeiro, circulou a Revista *O Tico Tico*, fundada pelo jornalista empreendedor Luis Bartolomeu de Souza e Silva, e publicada pela Editora *Malho*.

Por meio de uma exumação histórica, descobrimos em 1934 o surgimento do *Suplemento Juvenil*, revista fundada por Roberto Sorocaba. Em 1937, Roberto Marinho lança *O Globo Juvenil*, seguida de gibis mensais *O Gury e Lobinho*, na década de 40, publicando personagens internacionais como Flash Gordon, Mandrake, Tarzan, Popeye e Mickey Mouse.

Já na década de 50, há investimento de mercado na impressão de revistas infantis, surgindo o *Pato Donald*, na Editora Abril Cultural em contrato com a Disney. Em 1959, Ziraldo Alves Pinto lança *O Pererê*, com temas nacionais, sociais e humanísticos e mais tarde ganha notoriedade, com o seu fenomenal *O Menino Maluquinho*.

Também, Maurício de Souza inicia na década de 60 as suas tiras na *Folha de São Paulo*, imortalizando-se com Bidu e Franjinha, depois a Mônica e sua turma, que foi sucesso em muitas décadas.

Outros nomes podem ser citados como Henfil, Luís Fernando Veríssimo, Laerte, Chico Caruso, Fernando Gonsales, vultos da imprensa nacional que, desde o pioneirismo de *O Tico Tico*, ilustram, com talento, o cenário de nossa intelectualidade e de nosso lazer, por meio de jornais e revistas.

O PIONEIRISMO DE O TICO TICO

Na antiga Capital Federal, Rio de Janeiro, surgia numa quarta feira, 11 de outubro de 1905 a Revista *O Tico Tico*, ao preço de duzentos réis, fundada pelo jornalista Luis Bartolomeu de Souza e Silva, impressa nas Oficinas Gráficas Pimenta de Mello, na Rua Senador Dantas, de propriedade de *O Malho*, revista esta que surgiu em 1902 e circulou até 1954, em que trabalhavam nomes e destaque como Raul Pederneiras, Olavo Bilac, Pedro Rebelo e Bastos Tigre.

A redação e administração de *O Tico Tico* eram na antiga Rua do Ouvidor, cantada na prosa de Joaquim Manuel de Macedo. Neste mesmo período de circulação de *O Tico Tico*, havia no Brasil outras importantes revistas, como *Revista da Semana*, *O Paratodos*, *A Cigarra*, *Pelo Mundo* e *Orquídea*.

Mais tarde, em 1927, surge a revista *O Cruzeiro*, fundada por Assis Chateaubriand, que circulou até 1975. Ainda importante foi a *Revista Fon Fon*, que surgiu em 1907 e era redigida por Álvaro Moreyra, Raul Pederneiras e Luis Peixoto.

Na Revista *O Tico Tico*, por 55 anos, trabalharam alguns dos mais famosos artistas da palavra, do desenho e da caricatura no Brasil no século XX, em traços lúdicos de J. Carlos, Luís Sá, Max Yantok, Luís Loureiro, Alfredo Storni, Osvaldo Storni, Paulo Afonso, Antonio Rocha, Cícero Valadares, Miguel Hoffmann, Théo Rocha, Ângelo Agostini, dentre outros.

Sobre a glória e o talento de *O Tico Tico* no Brasil, escreveu Herman Lima (1897-1981), autor de *Tigipió*, *Garimpos* e *Poeira do tempo*, médico e caricaturista que foi um dos grandes nomes da prosa brasileira, principalmente a nordestina:

Pode-se dizer sem exagero que nenhuma página de *O Tico Tico* era sem interesse. Além das histórias em quadrinhos, muitas delas em longa série, com desenhos esplêndidos, como *O homem da máscara negra* e *o Conde de Chavagnac*, de inesquecíveis aventuras, a revista trazia semanalmente as proveitosas lições do *Vovô* ou do *Dr. Sabe Tudo*, ministrando noções científicas ou históricas do modo mais sugestivo; o *Sr. X* e a sua página, ensinando uma infinidade de mágicas divertidas. Em vários números, desde o primeiro, Ângelo Agostini, italiano de origem, mas brasileiro de coração, nosso maior caricaturista do passado e um dos mais ardentes abolicionistas, em célebre campanha pela sua *Revista Ilustrada*, manteve uma seção "A arte de formar brasileiros", de alto nível cívico e moral, oferecendo conceitos e ensinamentos de profundo cunho nativista. Agostini foi, aliás, o autor do cabeçalho de *O Tico Tico*, num desenho delicadíssimo, com o friso de garotinhos rechonchudos como os *bambini* de Donatelo, brincando entre as letras, cujo original me foi ofertado por sua filha, a pintora Angelina, por ocasião do meio século da

revista. Outra grande atração do semanário infantil eram os seus concursos muito curiosos, despertando sempre a maior atenção em todos os recantos do Brasil, pela oportunidade de aparecerem os nomes dos garotos nas listas de concorrentes, além de prêmios tentadores e retratos dos premiados. Na edição comemorativa de 1955, o general Lott, então Ministro da Guerra, confessou ter sido um dos mais assíduos concorrentes. Outros, dentre milhares, foram também os generais Canrobert da Costa, Nelson de Mello, Ciro Cardoso, o Ministro Francisco Campos; o Desembargador Ribas Carneiro; os acadêmicos Rodrigo Otávio Filho e Assis Chateaubriand; o pintor Henrique Cavaleiro; o Embaixador Rubens de Melo, uma infinidade de jornalistas e artistas de toda classe, políticos eminentes, industriais e cientistas. Lembro-me de ter tirado dois prêmios, quando andava pelos meus doze anos; uma assinatura da Revista Ilustração Brasileira e doutra vez dez mil réis. Seus folhetins eram sempre de leitura fascinante, alguns realmente memoráveis, como certa história de um quebra nozes, A princesa Medusa, de belíssimas ilustrações; Os semeadores do gelo, que fabricavam ampolas de ar comprimido sob alta pressão, ampolas que explodiam como granadas, imobilizando totalmente as suas vítimas – invento que talvez não esteja longe de se concretizar. O planeta artificial era outra curiosíssima narrativa de fundo científico: um milionário construía uma imensa esfera de aço, revestida de espessa camada de terra, com árvores plantadas e uma grande casa onde ele e seus companheiros se alojavam, largando-se pelo espaço afora, naquele verdadeiro Sputnik de meio século passado. No mesmo gênero apareceu, em 1907, Uma viagem Maravilhosa do Dr. Alfa ao mundo dos planetas. Trata-se na verdade da história, ainda mais surpreendente, de certo manuscrito achado entre papéis de um velho excêntrico, relativo ao portentoso invento, uma espécie de charuto gigantesco, de feitio aproximado do futuro Zepelin, com o qual o inventor passava a freqüentar facilmente o cosmo, num fabuloso pioneirismo espacial. O homem foi à lua, a Júpiter e a Marte, fazendo descobertas sensacionais. É maravilhoso que, ao desembarcar na lua, por exemplo, ele teve a mesma expressão de Armstrong: a lua era para ele também branca e “desolada”. Havia, porém, a mais, um mundo de palácios abandonados.

Cumprindo um papel histórico, a revista *O Tico Tico* avançou no próprio tempo. Tinha uma linguagem coloquial com humor e piada leve que, por 55 anos, agradou a adultos e crianças, imortalizando-se em personagens como Chiquinho, Benjamim, Lamparina, Zé Macaco, Reco-reco, Bolão e Azeitona, Goiabada e Carrapicho, João Charuto,

Pechincha (gato criado por Giselda Mello), Capitão Foguete, Pandareco, Pára-choque e Vira Lata, o Barão de Rodapé, João da Areia (criado por Julio Rodrigues de Souza), João Fogueteiro, os anões da caverna, o cel. Pipon e dona Cota, João Pororoca, O almoço de seu Zeca, Papa ratos, Florisbelo e Pica Pau, as aventuras de Pluck, Cracks da pelota, as 99 desgraças de pipoca, Zé Calango, as aventuras de Faustina, João Miséria, Zuza e Zizi, além de outros.

O Tico Tico foi inspirada na revista francesa *La semaine*, de Suzette, personagem que no Brasil foi traduzida com o nome de Felismina. Segundo alguns críticos, a revista copiou modelos americanos, inclusive o mais famoso personagem de *O Tico Tico*, Chiquinho, com o seu cachorro Jagunço, é uma réplica de Buster Brown, de Richard Oulcault (1863-1928), idealizado em Nova York em 1902.

Nas páginas amareladas de *O Tico Tico* aparecem propagandas dos produtos comuns de uso freqüente do consumidor daquelas eras, como os remédios Coleidol, Kolatol, vinho Chico Mineiro, o dentifrício Bukol, Emulsão de Scott, de enojada memória, os biscoitos Aymoré, o talco do bebê Choisel, a bicicleta inglesa BSA, o sapato Tank, a maisena Duryea, o sabonete Gessy, a vitamina Plasmovitan, as Pílulas Virtuosas, a Juventude de Alexandre, o vinho de arroz, a loção Xambu, a propaganda da revista *Arte de Bordar* desfilavam todas as semanas na revista.

Havia, também, propagandas de livros editados para as crianças como “Coleções Seth”, com exemplares variados, intitulados “Nosso Mundo”, “Meu Brasil”, “Primeiras Letras” e “Primeiros traços”; a coleção “Para recortar e armar”; a coleção “Meus contos infantis” de Alma Cunha de Miranda, editada por Henrique Pongetti (1898-1979) com ilustrações de Percy Lau; a “Cartilha Prática” de *O Malho*, além dos livros recomendados em 1950: *O bicho do circo*, de Josué Montello; *A muleta de ouro*, de Leonor Posada, *Aventuras de Reco-reco, Bolão e Azeitona*, de Luís Sá, *O país da fantasia*, de Carlos Magalhães *O circo de animais*, de Gaspar Coelho, *Pinga fogo, o detetive errado*, de Luís Sá, *Aventuras de Chiquinho*, de Paulo Affonso, *Fábulas sertanejas* de Gustavo Barroso, *Histórias maravilhosas*, de Humberto de Campos, *Contos da mãe Preta*, de Osvaldo Orico, além das coleções da Editora Melhoramentos com ilustrações de

Jaime Cortez, inclusive os livros de Walt Disney, trazendo um panorama do que era escrito ou traduzido no Brasil para o gosto infantil.

A revista *O Tico Tico* trazia na primeira página a coluna “Lições do vovô” com escritos voltados à análise do comportamento humano elições de brasilidade.

Outras colunas cativas e importantes na revista foram “Gavetinha do saber”, “Grandes figuras do mundo”, “Aves e pássaros do Brasil” (assinada por J. Silveira Thomaz), “Curso de desenho” (assinada por Luis Goulart), “Noções de botânica” (assinada por Any Bellagamba), “No país das flores” (assinada por Bicudo), “As maravilhas do mundo” (assinada por Fernando Souza), “Folheando a história”, “Insetolândia” (assinada por Bicudo), “Fábulas” (assinada por Alberto Boccardi), “Rigoberto, o esperto” (assinada por Osvaldo Storni), “Correspondências do Dr. Sabe Tudo”, “Tesouro das crianças”, “Biografias de notáveis brasileiros” (assinada por Américo Palha), “Bric à brac” (assinada por Pitusquinho), “Matemática recreativa” (assinada por Mello e Souza), “Nossos concursos”, “Club dos fans de *O Tico Tico*”, “A natureza curiosa” (assinada por Paulo Affonso), além de outras igualmente importantes e todas dignas de nota, pela criatividade e acurado conhecimento científico e pedagógico.

Na edição de *O Tico Tico*, de maio de 1949, o grande escritor potiguar, Luiz da Câmara Cascudo escreveu sobre o papel exercido pela revista:

Apareceu aqui onde veraneio o ALMANAQUE DO TICO-TICO para 1949. No meio das revistas e anuários ilustrados com os quadrinhos vibrantes de brutalidade moderna, aviões supersônicos, armas atômicas, monstruosidades civilizadas e sugestivas, voltei a encontrar os meus velhos amigos de quarenta anos passados, Chiquinho, Jagunço, Zé Macaco e Faustina. O Tico-Tico! É a mais antiga publicação brasileira na espécie. Para as crianças que nasceram com o século, o Tico Tico constituía o resumo de todos os presentes, a oferta luminosa da própria alegria em movimento e cor. Quem não o lia? Centenas de meninos aprenderam a ler nas suas páginas. E as lições de vovô quanto adiantaram no raciocínio infantil... E os romances onde o maravilhoso inevitável ainda não eram a violência e a bestialidade dos super homens e dos raios cósmicos engarrafados para a vitória da ambição humana? Quem não recorda, do tempo o PÁSSARO DE AÇO que

passava no ano fantástico de 1949, a PRINCESA MEDUSA, ABELHA, as aventuras do ANEL DAS MARAVILHAS, texto e desenho de Dudu? Uma vez, falando ao senado, Rui Barbosa contou um episódio simples e vivo, aplicando-o à política nacional. Na sala do café, perguntaram-lhe: - Onde leu aquele caso, conselheiro? - Creio que foi no TICO-TICO- respondeu o formidável velho. Os jornais contaram a resposta intitulado-a A ÁGUIA E O TICO TICO. Lima Barreto no TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA (Cap. I), registrava, no Jornal do Comércio, de 1911: "Este Quaresma! Que cacete! Pensa que somos meninos de Tico Tico". Os folhetins reunidos em livro trazem em minúscula o registro do título que era uma homenagem à popularidade da revistinha. Menino de Tico-Tico era a geração inteira, espalhada pelo Brasil. Ninguém por ele aprendeu agressividade, nem deduziu que a conquista material da vida é do mais apto fisicamente. Pelas páginas do Tico-Tico não se conheceu a ciência de torturar prisioneiros com roupinha nula e linda, puxando os sentidos dos leitores pequeninos. O ALMANAQUE então era o deslumbramento. Voltei a vê-lo neste dia de Reis. Encostei os livros ilustres, as revistas faiscentes. Andei lendo o ALMANAQUE DO TICO TICO como quem volta ao País das Maravilhas, com os olhos molhados de ternura, de saudade, de emoção.

Na revista *O Tico-Tico* colaboraram nomes famosos de nossa literatura como Carolina Nabuco, a autora de conhecidos romances, como *A Sucessora e Chama e cinzas*, além de contos e traduções, como "Visão de Bernadete" (1950) e "Jesus com os pescadores" (1952). Maria Matilde foi também assídua colaboradora da revista com traduções, contos e poesias tais como "O macaco inteligente" (1949), "Lágrimas preciosas", "O guloso", "Buzz e Fuzz", "A princesa feliz", "O segredo da sabedoria", "O destino de cada ser", "A cidade invisível", "O carnaval dos animais", "As duas belezas", "O asno de Buridan", "O anão com as pernas de pau". Nada encontramos de dados biográficos dessa autora de contos infantis, mas aqui registramos o seu magistral talento.

Gumercindo de Pádua Fleury, poeta e romancista, autor de *Para você meu filho, A casa da fartura, Bilhete a meu filho*, escreveu em *O Tico-Tico* os contos "O professor", "Alvorada", assim como Egas Moniz de Aragão (1870-1924), médico e autor de *Suprema Epopéia*, que também está presente na revista, com contos de temática infantil e moralista.

A grande poetisa, professora e teatróloga Leonor Posada (1893-1960), autora de *Serenidade, Plumas e espinhos*, comparece como assídua colaboradora de *O Tico-Tico*, deixando importantes trabalhos como estudos de literatura infantil, os contos “A lua”, “Um recreio”, “O trabalho”, sendo ainda uma grande pioneira dos estudos da história da literatura infantil no Brasil.

Ildefonso Albano (1885-1957), prosador, prefeito de Fortaleza, professor do Colégio Pedro II, Deputado Federal, autor de *Jeca Tatu e Mané Chique-chique*, foi grande colaborador de *O Tico-Tico* com “Outra história do tatu”, “O tatu e o veado”. Também Vera Milward de Carvalho, poeta, trovadora, contista e tradutora, autora de *Isto é amor, e A mulher de meus sonhos* foi colaboradora da revista com trabalhos como “O grande Andrada”, “Coleção do tio Carlos”, além de outros.

Juracy Correia, com contos e traduções foi assíduo nas páginas de *O Tico-Tico* com “A flauta de Totó”, “Telefone”, “Mimi, a gatinha sem dono”, “Japi e Jandira”, “O velho lenhador”, “O domador”, “O sabichão”, “Uma vingança terrível”, “A grande caçada”, “Um detetive de valor”, “O filho do sultão”, “Um passarinho renitente”, “Os homens formigas”, “A origem da roda”. Em todos, está evidente o estilo cristalino desse autor, infelizmente desconhecido das novas gerações de leitores.

Outro colaborador de *O Tico-Tico* foi o escritor Eustórgio Wanderlei, com os contos infantis “O pintinho teimoso”, “O gavião logrado”, além do quadro “Heroínas brasileiras” que colocava em evidência o talento feminino através da história. Outros famosos colaboradores de *O Tico-Tico* foram: Paulina Lapidus, Sebastião Fernandes, Elos Sand, Maurício Guimarães, M. M. de Eme, Lúcia Silveira, além da consagrada romancista pioneira do Brasil, Julia Lopes de Almeida, inesquecível autora de *Correio da roça* e *A família Medeiros* e *A viúva Simões*.

Interessantes e dignos de nota são os anúncios de programas infantis de rádio como “Club Infantil Klydont”, da Rádio Bandeirante de São Paulo em 1948 que, todo domingo, às 10 horas ia ao ar no prefixo PR-H 9. Esse programa era da radio-atriz Tilde Serato, então professora do Conservatório Dramático Musical de São Paulo, destaque do *broadcast* paulistano.

Sucesso, igualmente, era o programa de Rebelo Junior na mesma rádio, que trazia ao público os sucessos infantis da época, como a pequenina maestrina italiana Gianella Di Marco, fato inédito até então.

Das páginas de *O Tico-Tico* brotaram outros frutos, como o *Tiquinho*, publicação voltada ao público mais jovem, os alcunhados “tiquinhos de gente”; em abril de 1951, surgiu a revista infantil *Cirandinha* parameninas, marcando já a fase de declínio da revista com o surgimento da televisão, de outras revistas e da invasão do mercado pelas revistas americanas. Em 1960, quando nascia Brasília no Planalto Central do Brasil, morria a revista *O Tico Tico*, depois de 55 anos ininterruptos de circulação no Brasil.

CONCLUSÃO

A revista *O Tico-Tico* marcou época no Brasil pela divulgação dos valores nacionais para a infância. Marco pioneiro em nossa imprensa, essa revista, em seu centenário de fundação, merece o reconhecimento e a lembrança do público brasileiro.

Foi ela responsável pela solidificação de valores importantes que marcaram várias gerações de brasileiros, além de conseguir manter firme a literatura feita no Brasil para crianças, antes e depois de Monteiro Lobato.

Para todos que foram leitores de *O Tico-Tico*, servirá a grata lembrança de seu luminoso roteiro na imprensa do Brasil e marcará, com certeza, a imperecível lembrança de seus inesquecíveis personagens, que formaram a alegria de outrora, destacando a simplicidade e a brasilidade de nossa gente.

Até mesmo Goiás que, antes do advento de Brasília, era sertão perdido no coração do Brasil, teve leitores de *O Tico-Tico*, como a escritora Maria Paula Fleury de Godoy e Cora Coralina, que esperavam ansiosas a chegada das tropas de burros conduzindo as correspondências e trazendo, em meses de viagens exaustivas, o colorido e a fantasia dessa revista que conquistou corações e sonhos que o tempo não pode de todo apagar.

FONTES CONSULTADAS

- Arquivo de Lúcio Batista Arantes e Albertina Cunha e Cruz Arantes
- Arquivo de Julieta Caiado Fleury
- Arquivo de Maria Paula Fleury de Godoy
- Arquivo de Anita Cruvinel Jayme.

RAÍZES DO CANGAÇO

Paulo Nunes Batista
Sócio Correspondente do IHGG

Resumo: Versa o trabalho sobre o fenômeno do cangaço, enfatizando suas origens, no quadro de violência e injustiça que caracterizam o sertão nordestino. São referidas as principais obras publicadas e lembrados “cantadores” que produzem versos e cantigas sobre o tema. É traçado o perfil psicológico e lembrada a história pessoal de “cangaceiros” que o autor conheceu, bem como o processo social e individual que marcou sua passagem do mundo da lei para o mundo do crime.

Palavras-chave: cangaço, cangaceiros, Lampião.

Há dezenas de livros sobre o assunto. Citemos alguns: “**Heróis e bandidos**” (1917) e “**Almas de lama e aço**” (1930) de Gustavo Barroso; “**Beatos e cangaceiros**” (1920) de Xavier de Oliveira; “**Lampião**” (1934) de Ranulfo Prata; “**Cangaceiros do Nordeste**” (1929) de Pedro Batista; “**Prestes e Lampião**” (1926) de Aduino Castelo Branco; “**Bandoleiros das Caatingas**” (1940) de Melchiades da Rocha; “**Lampião: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes**” (1963) de Optato Gueiros; “**Cangaceiros**” (1959) de G. Augusto Lima; “**Capitão Virgulino Ferreira Lampião**” (1962) e “**Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**” (1975) de Nertan Macedo; “**Cangaceiros e fanáticos**” (1963) de Rui Facó; “**Lampião e suas façanhas**” (1966) de Manuel Bezerra e Silva; “**O mundo estranho**

* Poeta e escritor paraibano, radicado em Anápolis (GO), é membro da Academia Goiana de Letras.

dos cangaceiros” (1965) de Estácio de Lima; “**Antônio Silvino: capitão de trabuco**” (1971) de Mário Souto Maior; “**Fanáticos e cangaceiros**” (1973) de Abelardo F. Montenegro; “**Fatos reais sobre o cangaço**” (1975) de Aldemar de Mendonça; “**Fatores do cangaço**” (1934) de Manuel Cândido; “**A derrocada do cangaço no Nordeste**” (1976) de Felipe Borges de Castro; “**Nordeste**” (1951) de Gilberto Freyre; “**Como dei cabo de Lampião**” (1983) de João Bezerra da Silva; “**Guerreiros do sol: o banditismo no Nordeste do Brasil**” (1985) e “**Quem foi Lampião**” (1933) de Frederico Pernambucano de Mello. Este último, um dos mais completos estudos sobre o cangaço.

Cabeleira é o mais antigo cangaceiro, cuja vida e façanhas motivaram o romance “*O Cabeleira*” (1876) de Franklin Távora, escritor cearense, além de folhetos de cordel.

Há contradição de datas: Câmara Cascudo, no “**Dicionário do Folclore Brasileiro**” (INL, Rio, 1954, p. 133), diz que 1776 é o ano do enforcamento do *Cabeleira*, “no Largo das Cinco Pontas, no Recife, ante grande multidão”, e o chama de Joaquim Gomes, e não José Gomes, como o faz Pernambucano de Mello.

Segue-se *Jesuíno Brillhante* (1844-1879), norte-rio-grandense Robin Hood, “adorado pela população pobre, defensor dos fracos, dos anciãos oprimidos, das moças ultrajadas, das crianças agredidas”, “o cangaceiro gentil-homem, o bandoleiro romântico”. “Morreu lutando em Santo Antônio, Riacho de Porcos, Brejo do Cruz-PB, em fins de 1879”. (Op. cit., 326). Motivou o romance “**Os Brillhantes**” (1895), de Rodolfo Teófilo (1853-1932). Informa Cascudo: “uma rixa de sua família com a família dos Limões, “valentões protegidos pelos políticos”, em Patu (RN), tornou-o, de pacato agricultor, em chefe de bando invencível em 1871” (p. 326).

Antônio Silvino (Manuel Batista de Moraes, 1875-1944), cognominado “o rei do cangaço, rifle de ouro, governador do sertão”, de Pernambuco ao Ceará, valente, atrevido, arrojado, com gestos generosos e humanos, foi ferido e preso no lugar Lagoa de Lages (28/11/1914). “Cumpriu sentença na Penitenciária do Recife. Indultado pelo Governo Federal em 1937”. Faleceu em Campina Grande-PB, em agosto de 1944.

(Op. cit., p. 52) Foi o cangaceiro mais famoso de seu tempo e o mais cantado na poesia Popular “Era branco, alto de 1,83m, usava bigode e não sabia ler ou escrever”. (Pemambucano, 1933, p. 61) O poeta popular Francisco das Chagas Baptista, meu Pai (1882-1930), que, segundo alguns, era ainda parente de *Antônio Silvino*, publicou diversos folhetos de cordel de sua lavra sobre a vida e as façanhas de *Silvino*. No “Interrogatório de *Antônio Silvino* - cognominado - o Leão do Norte” (Rio, s/d.), Chagas fala das “declarações ao chefe de Polícia do Recife”, feitas pelo bandoleiro (p. 4), e põe estas sextilhas:

Enquanto eu era pequeno
aprendi a trabalhar,
chegando aos 14 anos
dediquei-me a vaquejar.
Abracei aos vinte anos
a profissão de matar.

Disse-me o chefe: - Silvino
diga-me por qual razão
você, que ainda era moço,
abraçou tal profissão?
Foi por um motivo justo
ou foi por inclinação?

- Não foi tanto por instinto,
mas, sim, por uma vingança,
porque mataram meu pai,
minha única esperança,
e eu vingar a sua morte
para mim era uma herança.

No ano noventa e seis
meu pai foi assassinado
pela família dos Ramos,

sendo sub-delegado
um deles, o José Ramos,
já sendo nosso intrigado.

Para a punição do crime
ninguém se apresentou;
a justiça do lugar
também não se interessou.
Eu inda tenho em suspeita
que ela ao crime auxiliou
E eu que vi a justiça
mostrar-se de fora à parte,
murmurei com meus botões
também eu hei de arrumar-te:
não quero código melhor
do que seja o bacamarte.
No bacamarte eu achei
leis que decidem questão,
que fazem melhor processo
do que qualquer escrivão:
as balas eram os soldados
com que eu fazia prisão.

Minha justiça era reta
para qualquer criatura:
sempre prendi os meus réus
em casa muito segura,
pois nunca se viu ninguém
fugir duma sepultura.

Sem maiores comentários. Na cadeia *Antônio Silvino* tomou-se evangélico (batista); lia também obras espíritas (era médium vidente etc.) e, por seu bom comportamento, recebeu indulto do Presidente Vargas, que chegou a dar-lhe emprego numa estrada de rodagem do

Paraná, como apontador. (Gr. Enc. Delta Larousse, Rio, 1970, p. 6330).

Pedro Batista (meu tio, 1890-1938), em seu livro "**Cangaceiros do Nordeste**" (PB, 1929), conta a saga do cangaceiro *Liberato*, ainda nosso parente. Tudo começou quando *Liberato*, sendo primeiro suplente de delegado e ainda 2º Juiz Distrital, na então Vila do Teixeira (PB), por volta de 1859/60, teve de enfrentar as tropelias dos facínoras irmãos *Guabiraba*, protegidos pelos famigerados Dantas do Teixeira, denominados **Os Terríveis**, grandes latifundiários protetores de bandidos e que eram chefes do Partido Liberal, dirigido pelo "Grande Capitão" e sua irmã, a tarada Biluca, mandante de muitos crimes, a quem todos temiam e que, segundo a lenda, conservava em seu poder um rosário de orelhas humanas dos inimigos que mandava matar. Esses Dantas, "coronéis" de baração e cutelo, habitavam a chamada Vila das Feras, porque, na realidade, não passavam de feras humanas.

Certo dia de Fevereiro, quando se realizava a feira semanal, foi à população sobressaltada com a presença de quatro facínoras armados de pistolas, bacamartes, facas do Pajeú, cingidos de cartucheiras, ameaçadores, cavalgando fogosos animais. Em carreiras desabridas e insultuosas, proferindo impropérios, detonando armas a esmo, os quatro homens, assenhorearam-se do terreno e, minutos após, blasonadores e vitoriosos mesmo sem ter havido luta, espalhavam o terror...

Dissolvida a feira, os pobres sertanejos buscam esconderijos, enquanto as autoridades recolhidas em suas casas, servem-se das armas de que podem dispor para, em caso de ataque próprio, vender caro a vida e a inviolabilidade do lar. Oculto, *Liberato* ouvia os insultos, os tiros e o seu nome proferido escarnecedoramente. A família o prende, e, mais que a família, acovarda-o no momento a falta de munição e de homens para o ajudar.

Prossegue o historiador-cronista:

Abandonada a vila pelos bandidos, foram aparecendo as autoridades para resolverem o que deviam fazer. Uns apoiaram *Liberato*, - que queria formar uma escolta e na noite daquele dia cercar Jatobá e dispersar os criminosos se não os pudessem prender; e outros, entre estes o detentor do exercício de delegado - Delfino, - opinaram que se despachasse um próprio

para a capital, pedindo urgente uma força bem municuada para dar combate em regra. (p. 52)

Aquele Delfino, “primeiro suplente de Juiz, que se constituíra pela brandura de caráter, competência e inteligente compenetração do cargo”, assinava-se Delphino Baptista de Mello e era meu parente. “Dois dias depois, na sexta-feira, chegou à vila um moleque, trazendo um recado de *Cyrino* (um dos irmãos *Guabiraba*) para *Liberato*: que no dia seguinte viria à feira, e ele ficasse avisado para não se desculpar” (p. 60). Delfino, a quem *Liberato* havia passado antes o cargo, não quis reassumí-lo. “Por volta de meio dia, chegou o cabra. Atrevido, cavalgando um fogoso quartau, em galope acintoso, o bandido contornou a feira, percorreu a povoação e foi blasonar e beber aguardente na primeira venda” (p.62).

Liberato, então delegado, para não sacrificar os moradores da vila do Teixeira, resolveu ir prender *Cyrino Guabiraba* em seu regresso ao Jatobá, esperando-o com homens armados “num agudo cotovelo da estrada”. Mas ao dar-lhe voz de prisão, o celerado reage disparando o bacamarte, indo o projétil atingir o ombro esquerdo de Joaquim Caboclo, “tipo franzino e ágil que servia de admiração e paradigma naquela redondeza”, um dos homens de *Liberato*. *Cyrino* visara-lhe o coração, mas Caboclo se desviou na hora exata, atirando com sua garrucha no ventre do malfeitor.

Outro homem, José do Carmo, fere *Cyrino* no rosto. O cavalo dispara, o bacamarteiro cai de garrucha engatilhada visando Moreira, que, desviando-se, dá-lhe o tiro de misericórdia, matando o. O animal do homicida, com sangue deste nos arreios, dirigiu-se ao valhacouto dos *Guabiraba*, levando aos seus irmãos o aviso do ocorrido. *Antônio, João e José Guabiraba*, com mais *Jovino* e *Manoel Rodrigues*, em 21/4/1862, tomam de assalto o vilarejo, trucidam na entrada a Antônio Tavares, “humilde suplente de Juiz, um pobre roceiro esforçado, continuamente, para se fazer amigo de todos”, o qual, ferido de morte, “surpreso, arregalou os olhos nevoentos, caindo sobre um fardo de lã, sem forças”. Um dos monstros tentou sugar o sangue da vítima, lambendo os beiços.

O padre Vicente, “um bom velhinho”, com a imagem de Jesus Crucificado nas mãos, implorou piedade aos sanguinários matadores.

“Nesse instante, Delfino aparecia lá no alto da estrada, e, em vez de fugir, se apresentava, visto estar inocente”. Disparo de clavinote pegou-o no coração, prostrando-o a meio caminho. Os covardes caíram-lhe em cima com punhais e coices de armas. Abriam-lhe o peito e, **arrancando o coração,** levantaram-no em troféu, na ponta dos punhais. “O padre retrocedeu e as feras continuaram na faina maldita. Não satisfeitas ataram os frangalhos de carne humana a corda, e arrastando-os, voltaram para o centro da rua” (pp.72 segs.).

Liberato, sem forças para enfrentar os cabras dos Dantas, a tudo assiste de longe. Perde o cargo e, perseguido pelos Terríveis, abraça o cangaço. Tempos depois, preso numa cilada, evade-se da cadeia. Cercado e de novo preso, levado para o cárcere na capital do estado, durante meses sofreu “diversos e pesados castigos, não muito dessemelhantes aos infligidos às vítimas, no sertão, pelos senhores feudais...” (p. 233)

Antes do mais famoso de todos os cangaceiros, *Lampião*, temos *Sinhô Pereira*, vulgo de Sebastião Pereira da Silva, que, solidarizando-se com seu primo *Luiz Padre*, abraçou o cangaço, forçado pela falta de lei, nos sertões nordestinos. Sempre as mesmas causas originadoras desse fenômeno sócio-econômico-cultural denominado cangaço: o sistema injusto, uma sociedade baseada no poder do mais forte, na prepotência dos senhores feudais, no predomínio do latifúndio, com seus “coronéis” mandando em tudo e em todos...

Sinhô Pereira e *Luiz Padre* vieram para Goiás (São José do Duro, atual Dianópolis), com carta do Padre Cícero para o Coronel Abílio Wolney. *Sinhô Pereira* acabou indo para perto de Patos de Minas-MG e *Luiz Padre* veio a morrer, com o nome trocado, no Hospital Evangélico de Anápolis.

O cangaceiro é uma vítima do arbítrio dos chefetes políticos, da ausência de segurança por parte das autoridades constituídas, do capitalismo feroz e desumano, que tem por base a anticristã exploração do homem pelo homem, concentrando a riqueza e o poder em mãos de poucos, enquanto a maioria do povo vive na miséria. Falta de cultura e eqüidade, de meios de sobrevivência digna, corrupção, compadrismo, filhotismo, proteção a bandidos, vendas de armas por policiais aos

próprios bandoleiros, ferocidade e impunidade dos “macacos” (soldados) policiais, que, estes sim, cometiam as maiores atrocidades e covardias contra a população sertaneja indefesa, extorquindo dinheiro, estuprando mulheres, humilhando homens honestos e trabalhadores, sob pretexto de combater o cangaço... Integrantes das chamadas forças volantes eram bandidos fardados, pagos pelo povo...

Diversos cangaceiros, condenados a pena de reclusão, provaram ser homens simples, honestos, respeitadores e laboriosos, a quem, em vez de trabalho decente, obrigaram a pegar em armas para não serem mortos pelos poderosos senhores feudais do Nordeste.

Conheci, em Saco da Onça (BA), em 1945/6, o ex-cabra de *Lampião*, *Criança*, que ali vivia pacificamente, sem roubar, assaltar nem ofender a ninguém. Virara “autoridade”: o engenheiro-residente nomeara-o Guarda do DNEF, na 5ª Residência, e *Criança* era respeitado por todos. Baixinho, calado, de olhar firme e voz metálica, era dono de coragem indiscutível... De cangaceiro, passara a representante e defensor da lei!...

Anápolis, 18/2/1997

GABRIELA MISTRAL Y SUS "MOTIVOS DE SAN FRANCISCO". LA POETISA Y SU RELACIÓN CON EL SANTO

Esteban Alvarado Vera

Resumo: Versa o trabalho sobre a obra de Gabriela Mistral. Especialmente sobre os motivos de São Francisco, destacando a compreensão de Gabriela como mulher com sentido místico e religioso especial, apontando para as relações de sua poética com o santo representativo de virtudes próxima do ideal humano e existencial da poeta.

Palavras-chave: misticismo, pensamento religioso, inspiração poética.

Hay un conocimiento mundial acerca de la obra de Gabriela Mistral, pero un gran desconocimiento acerca del significado de algunas de sus obras, que incluso no superan las dos ediciones. Ese es el caso de *Motivos de San Francisco*, una obra de la que sólo conozco dos publicaciones y análisis muy breves.

Esta obra permite realizar dos interpretaciones. En primer lugar el hecho de comprender a la Mistral como una mujer con un sentido místico y religioso especial; y en segundo lugar ver cómo encuentra en San Francisco un ejemplo para vivir y hacer.

Motivos de San Francisco es en realidad una recopilación de prosas poéticas, publicadas principalmente en el diario *El Mercurio* de Santiago entre los años 1923 y 1926. Su primera edición es de 1965 y posteriores hay muy pocas o tal vez sólo una. Pero a pesar de ser una obra muy poco conocida, en ella se pueden encontrar elementos interesantísimos acerca del pensamiento religioso de Gabriela Mistral.

Lucila Godoy fue bautizada por la Iglesia Católica el 7 de abril de 1889. En su infancia "solía ir a misa y confesarse hasta su temprana

adolescencia. Pero la influencia de la Iglesia no fue lo suficientemente fuerte como para hacerla permanecer fiel a sus ritos y dogmas al largo de su vida”¹.

Pero este alejamiento en ningún caso significó un alejamiento de Dios, sino que sólo una búsqueda constante de una manera ideal de llegar a Él. Así estudia la teosofía, el budismo y el judaísmo: la importancia de esa indagación es su perpetua admiración por la creación y así fuente de su inspiración poética.

Las críticas al catolicismo en Gabriela no son pocas, así dice que la Iglesia Católica chilena de la primera mitad del siglo XX “...no ha hecho nada por el campesino chileno, con salarios inverosímiles, viviendas insalubres, alimento insuficiente”².

Esta opinión está muy de acuerdo con el pensamiento político de la poetisa, muy cercano a la izquierda del momento, además acorde con los tiempos que vivía el país y el mundo, donde la causa sindical, los problemas sociales y las reivindicaciones de obreros y trabajadores comenzaban a hacerse notar.

A lo anterior debemos agregar la preocupación por el indígena americano y así su admiración por uno de los clérigos más importantes de la Colonia, Fray Bartolomé de las Casas, a quien llamaba.

...apóstol de indios, porque se opuso a los colonizadores españoles y a la misma Inquisición en defensa de la causa de los indígenas, convencido de que el hombre, sea cual sea el color de su piel, no es esclavo por naturaleza.³

¿Cómo comprender entonces esa relación de Gabriela Mistral con la religión católica? ¿Será posible dilucidar algún día su verdadero pensamiento acerca de la fe? La tarea es enorme para quien la enfrente, pero la recompensa más segura es la incertidumbre.

¹ Licenciado en Historia. Magíster (c) en Gobierno y Gerencia Pública

² Taylor, Martin “Sensibilidad religiosa de Gabriela Mistral”, versión española de Pilar García Noreña; preliminar de Juan Loveluck, Gredos, Madrid, 1975, p. 109.

³ “Gabriela Mistral, pensador americano”. Revista de Educación, VI, p. 34-35.

³ Alva, Pedro de. “Hispanismo e indigenismo de Gabriela Mistral”, Anales, CXV, 106, 1957, p. 79, citado en Taylor, op. cit., p. 116.

Pero de lo que sí puede establecerse algún tipo de certeza es de lo que provocaban los actos divinos, las acciones de los más santos; así

los actos de Cristo inspiran a algunos, como a Verónica, una compasión sin igual por el prójimo, y a otros, como a San Francisco, una auto flagelación rigurosa. Pero aún existen otros que comparten el heroísmo de Cristo consubstanciándose con su drama, mirando el sufrimiento personal como un sacrificio para Él, y finalmente, transformando ese drama y ese sacrificio en inspiración poética.⁴

Así, queda más o menos claro que el sentido místico y religioso de la Mistral se relaciona con la inspiración, como parte fundamental del proceso creador de la poesía, como eje central del escribir, de dar a luz un verso o una prosa, ojalá para alcanzar la armonía, propia de las cosas inspiradas por Dios.

Pero así surge entonces la pregunta acerca del nexo entre la *Nobel* Gabriela y San Francisco de Asís.

En términos reales, Gabriela Mistral perteneció a la Orden Franciscana como Terciaria, es decir, parte de un grupo seglar fundado por el Santo en 1221, para acoger a quienes no se querían hacer frailes, pero que deseaban imitar la forma en la que San Francisco entendía la vida. De este modo, un aspecto relevante es el hecho de que en su testamento, Mistral haya establecido que la medalla de oro y el pergamino que fueron otorgados por la Academia Nóbel, legados al pueblo de Chile, sean custodiados por la Orden de San Francisco. Así, en cumplimiento con esta cláusula testamentaria, se inauguró en febrero de 1983 una sala especial en el Convento de la Orden en Santiago para guardar tan preciados tesoros.

Gabriela continúa en su testamento diciendo, que todos los dineros que se le adeuden y los provenientes de la venta de sus obras en América del Sur, los lega a los niños pobres de Montegrande, su pueblo natal, y para aquello establece a la Orden Franciscana como la administradora de esos bienes. Así, serán los franciscanos quienes reciben la misión de decidir acerca “de qué niño o niños han de recibir

⁴Taylor, op. cit., p. 118.

este beneficio, y la Orden se hará cargo de distribuir dichos dineros.”⁵

Junto con esto, el 10% de esos dineros serán para las necesidades y otras obras de caridad de la Orden, además de todos los inmuebles de la poetisa en la ciudad de La Serena.

Pero más allá del sentido terrenal de su relación con San Francisco, existe un sentimiento de admiración hacia la persona del Santo.

Así, al recibir el Premio de las Américas, en la Universidad Católica de Washington dijo:

San Francisco fue un guardián: mantuvo vigilancia sobre todas las criaturas. Su lenguaje utilizó todas las palabras que hablan de amor, atención, de vigilante preocupación, de ayuda, a todo lo que es humano: presencia ante la pena, de ayuda en la adversidad y compunción. [...] San Francisco era de una sensibilidad extremada. En él, los cinco sentidos eran divinos. Tocaba la carroña sin repulsión; consideraba su igual a la elevada alcumia y a la vulgar; respiraba animosamente los aromas de la umbria y sin volver la cara se mezclaba con el populacho en el mercado. Y llegaba aún más lejos, aunque ni sus Priors ni sus Hermanos se lo hubieran pedido: cuidaba afectuosamente de animales, aves y plantas. Encontraba la cosa más natural del mundo aproximarse a las bestias salvajes, cuidar de las abejas, amparar al halcón, cantar, sí, cantar en exquisitos versos latinos, al sol, al agua y al fuego y aun hablar de aquello que llamamos inanimado, en una especie de amor filial al Planeta, que consideraba participe de la Divinidad...”⁶

Así, dentro de estos *Motivos de San Francisco* valores como la humildad y otras virtudes se destacan como el ideal de vida representado por el Santo italiano. Es más, Gabriela, al parece y en mi opinión, desea poseer al menos una parte de las cualidades de él; no en el sentido de ambición, sino que con el fin de imitar lo más posible a un hombre que está tocando el cielo con sus manos.

Y entonces le habla al Santo y le dice,

Tú descubriste una verdad escondida [le dice]; que no tenemos

⁵ Mistral, Gabriela, “Testamento”, Cláusula Tercera, 17 de noviembre de 1956.

⁶ Mistral, Gabriela, *Discurso al recibir el Premio de las Américas en la Universidad Católica de Washington*, citado en “Motivos de San Francisco”, Prólogo, 1965, p. 14-15.

derecho a dar sino a nosotros mismo. Las demás cosas son de la tierra. [...] cuando nos damos a nosotros mismos, entonces si, damos de verdad. Nosotros, Francisco, entregamos lo que nos sobra [...] Tú te diste, te diste, te diste.⁷

Pero su mirada hacia San Francisco se corona con la súplica que hace para que de alguna manera la infunda de su pasión de vivir, de su fuerza, de sus virtudes, -insisto- no en un afán egoísta, sino sólo para ser -quizás- mejor persona:

Tú que alcanzaste la alegría durable, Francisco, enséñamela [...] enséñame la fácil alegría que baja sólo con mirar el cielo abierto, la alegría que nada cuesta porque va pasando el viento [...] Enséñame, repito como embriagada, la ingenua alegría, la que viene de sentir el agua correr entre los dedos, [...] la que revienta en una risa fresca porque se posa en nuestros pies una mariposa pintada que alucina. [...] aquella durable alegría que viene de que no nos canse la belleza, grande, y que no nos conmueva la pequeña. [...] Y hazme hallar hermosura en los menudos objetos que me ordenan.⁸

Pero San Francisco solo le responde: “Aprende a perder [...] Y cuando ya sepas perder, habrás conseguido la durable alegría, y entonces no mudará el color de tu alma. Como el follage del olivo que volteal el viento”⁹.

Gabriela – y nosotros - se lamenta, “no sé perder, no sé perder.”¹⁰

⁷ Mistral Gabriela, *Motivos de San Francisco*, 1965, p.120.

⁸ Mistral, *op. cit.*, p. 147.

⁹ *Idem*, p. 149.

¹⁰ *Ibidem*.

NO SEGUNDO IMPÉRIO, DEPUTADOS E MANDARINS EM GOIÁS

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas
Sócia Emérita do IHGG

Resumo: Na eleição dos deputados gerais por Goiás, em 1878, intensa campanha foi encetada em prol da “representação autêntica”, ou seja, a eleição de um goiano para representar a Província. Foram vitoriosos os candidatos Sigismundo Antônio Gonçalves (de Pernambuco) e Antônio Augusto de Bulhões (de Goiás). Pelas origens familiares, formação acadêmica e valores que defendiam, pertenciam ambos à elite política - os chamados “mandarins” do Segundo Império.

Palavras-chave: representação política, políticos goianos, autonomia.

Durante o Segundo Império, uma pequena elite conduzia os destinos da jovem nação brasileira, recentemente emancipada. Eram poucos os cidadãos capacitados para exercer as funções governamentais de alto escalão, ou para representar as províncias no Parlamento. Ao longo de mais de meio século, os integrantes desse grupo seletivo alternaram-se no poder, ocupando postos-chaves do executivo e do judiciário, ou elegendo-se para a Assembléia Geral Legislativa do Império, formada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Foram eles estudados por *brazilianists*^(PANG et al., 1972) que os denominaram “mandarins do Brasil Imperial” e definiram suas características: eram originários de famílias abastadas, proprietárias de terras e escravos; em maioria, cursaram uma das faculdades de direito ou medicina existentes no País; alguns provinham do clero católico ou das forças armadas.

Educados e letrados, os assim chamados *mandarins* circulavam pelo País, mediante convocação do Imperador e seus ministros. Os que dispunham de proximidade com os grandes do Império – conselheiros, ministros, dignatários da nobreza – elegiam-se deputados gerais e iam

morar na Corte, sonho de todo provinciano. Mantinha-se restrito o acesso ao Senado, onde os cargos eram vitalícios.

Com a instituição dos partidos Liberal e Conservador, os grupos políticos revezavam-se no poder, praticando um parlamentarismo à brasileira, sob a tutela do Poder Moderador, personificado pelo próprio Imperador.¹

Quando subia ao poder uma das agremiações partidárias, os adversários eram afastados e cabeças rolavam, nos diversos escalões da política e da administração pública. Presidentes de província eram substituídos e, se dissolvida a Câmara dos Deputados, convocavam-se eleições. Nestas, eram ratificadas as indicações feitas pelo partido dominante, que as definia em reuniões fechadas, realizadas no Rio de Janeiro.

Depois de longo ostracismo, o Partido Liberal chegou ao poder, em 1878. O Gabinete presidido pelo alagoano João Vieira Martins Cansação de Sinimbu tomou posse em 5 de janeiro; no dia seguinte, foi nomeado novo presidente para Goiás, o liberal Luis Gonçalves Crespo², que iria substituir o conservador Antero Cícero de Assis, há mais de sete anos exercendo o cargo³.

Como quase todos os que o antecederam, o nomeado era estranho a Goiás. Ao receber a missão de governar a província, tinha-a, certamente, como degrau para galgar posições mais elevadas, no plano nacional. A título de compensação, era filho da terra o vice-governador, o médico dr. Theodoro Rodrigues de Moraes.

A pedido do Gabinete, a Câmara foi dissolvida e convocada eleição para a escolha dos novos deputados. Aquele momento era ansiosamente esperado pelos liberais goianos, que tinham feito cerrada oposição ao presidente recém afastado. Com efeito: alguns anos antes, fora fundado na província o *Club Liberal*, anti-governista, integrado por 86 dos “nossos homens mais independentes e comerciantes abastados, capitalistas, proprietários e fazendeiros”, como referido no documento fundacional da entidade (MORAES, 1974, p. 39).

¹ O decreto n. 423, de 15.7.1847, criou a presidência do conselho de ministros e instituiu o regime parlamentarista no Brasil. TAPAJOZ, 1984, p. 105.

² Natural de Pernambuco e formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1857, governou a província de Goiás de 22.7.1878 a 18.3.1879. Bevilaqua, 1977, p. 92. FERREIRA, 1980, p. 46.

³ Natural da Bahia e formado na Faculdade de Direito do Recife, em 1854, governou a província de Goiás de 25.4.1871 a 22.7.1878. Idem, p. 83; ibidem, p. 46.

O *Club Liberal* moldava-se pelo Partido Liberal, recentemente reestruturado na Corte⁴, com programa embasado no surto de “idéias novas [que] pairavam sobre nós”⁵, refletindo os desejos de mudança predominantes após a Guerra do Paraguai. Incluía tópicos avançados: eleições diretas, mandatos temporários no senado, reforma do Conselho de Estado, liberdade religiosa, abolição gradual do regime servil e incremento à educação, além de descentralização com maior autonomia das províncias. Esse item era especialmente valorizado pelos liberais *clubistas* - que se opunham aos liberais históricos ou *autênticos* - pois ensejaria a afirmação dos grupos políticos locais.

À frente do *Club* estava a família Bulhões Jardim, cujo patriarca, José Rodrigues Jardim⁶, quando presidente da província, possibilitara a publicação do primeiro jornal impresso na capital de Goiás, o *Correio Oficial*⁷. Indo para o Senado, passara a residir na Corte, juntamente com a família. Uma de suas filhas – Antônia Emília – casou-se com o comerciante e financista Inácio Soares de Bulhões⁸.

O casal teve numerosa descendência e priorizou a educação dos filhos, inclusive contratando professores na Corte. A personalidade e as idéias avançadas da matriarca do clã influenciaram filhos, netos e bisnetos, que nada de importante decidiam, sem que antes consultassem aquela a quem poeticamente chamavam “Mãe de Longe” (MORAES, *idem*, p.41).

⁴Em maio de 1869, foi publicado no jornal “A Reforma”, do Rio de Janeiro, o programa do Partido Liberal, redigido por Nabuco de Araújo e outros notáveis. FRANCO, 1980, p. 43.

⁵Sílvio Romero. Apud BARROS, 1959.

⁶José Rodrigues Jardim: goiano, casou-se com Ângela Ludovico de Almeida, deixando numerosa descendência; militar de carreira, governou a província de Goiás, de 1831 a 1837; elegeu-se deputado geral em 1837 e, logo em seguida, senador do Império, cargo que exerceu até 1842, quando faleceu. BRASIL, 1980, *passim*.

⁷O *Correio Oficial* de Goiás começou a circular em 1837; para esse fim foi adquirida a impressora da Matutina Meiapontense, primeiro jornal da província, editado em Meia Ponte (Pirenópolis), entre 1830 e 1834.

⁸Ignácio Soares de Bulhões: goiano, nascido em Jaraguá; comerciante bem sucedido na capital da província, era também financista, preenchendo a lacuna decorrente da inexistência de bancos em Goiás.; exerceu cargos administrativos e políticos de relevo; foi agraciado pelo Imperador com a comenda da Ordem da Rosa ea patente de major da Guarda Nacional. LOBO, 1974, p. 131-132.

Os rapazes da família – Antônio Félix, Antônio Augusto, Inácio Filho e José Leopoldo – bacharelaram-se na Academia de Direito de São Paulo⁹, centro de formação das elites intelectuais e políticas. Para que as moças – Adelaide, Maria de Nazareth, Josefina, Ângela e Leonor - cultivassem seus pendores musicais, um piano de cauda foi adquirido e transportado, em carro de bois, para a distante cidade de Goiás (MORAES, *idem*).

Na provinciana capital goiana, os Bulhões – e seus cônjuges¹⁰ - despertavam atenção e curiosidade. Jornais da época relatam os saraus em que reuniam familiares e convidados. Havia tertúlias, com recitativos, diálogos e monólogos rimados, intercalados de peças executadas ao harmônio, violino, bandolim e piano. As mulheres da família primavam pela elegância e refinamento; eram exímias musicistas e cantavam árias de óperas em voga (RODRIGUES, 1982, p.65-69). No conjunto, formavam um grupo coeso e politicamente afinado, liberal e maçom, que tinha por objetivo dominar a política, empalmar o poder e, paralelamente, *ilustrar*¹¹ a sociedade vilaboense.

Os Bulhões Jardim foram abolicionistas convictos e atuantes. Um anúncio no jornal *Goyaz* apregoava: “Drs. José Leopoldo de Bulhões Jardim e Antônio Félix de Bulhões, rua das Fores n. 20, advogam gratuitamente nas causas da liberdade”¹². Antônio Félix ficou conhecido como o “Castro Alves de Goiás”. Poeta inspirado, colocou seus versos a serviço da causa emancipacionista; como magistrado, lutou para que as leis que deveriam proteger os escravos – ignoradas, na maioria das vezes – passassem a vigorar, de fato. Nos processos instaurados contra os cativos, atuava com competência e humanidade.

Quando era Juiz de Direito em Santa Cruz de Goiás, teve notícia de que seis indivíduos eram mantidos em cativeiro mediante documentação

⁹ Formaram-se em Direito, respectivamente, em 1865, 1873, 1875 e 1880. VAMPRE, 1977, v. 2, p. 430, 449, 464 e 471.

¹⁰ Antônio Felix morreu solteiro; José Leopoldo casou-se com uma prima e sobrinha; Adelaide, com um tio; Inácio, Antônio Augusto e Maria de Nazareth, com primos; Josefina, Ângela e Leonor desposaram estranhos ao círculo familiar. MORAES, *idem*, p. 42-43.

¹¹ “Ilustrar”, no contexto, diz respeito a “ilustração”, no sentido de preparo intelectual e posse de conhecimentos variados.

¹² *Goyaz*, 8 out. 1885. Apud RODRIGUES, Maria Augusta Callado Di Saloma, 1982, p. 6.

irregular, uma vez que seu proprietário fornecera dados incompletos ao matriculá-los, desrespeitando a legislação vigente¹³. O próprio Juiz determinou a abertura de processo, que concluiu pelo reconhecimento da liberdade dos negros ilegalmente escravizados ^{MORAES, idem, p. 83}.

Dando continuidade ao legado político do sogro, Inácio Soares de Bulhões investiu na fundação e aquisição de jornais¹⁴, objetivando divulgar idéias e, igualmente, apoiar a carreira política dos filhos e genros.

Com a ascensão do Gabinete Liberal, em 1878, os Bulhões entenderam que era chegada a hora de galgar posições e afirmar-se politicamente. Pouco mais de um mês depois da reviravolta política havida na Corte, Soares de Bulhões fez circular em Goiás o jornal *A Tribuna Livre*¹⁵, que se propunha combater o “monopólio oficial” da publicidade na província. Em verdade - como bem registra Moraes - aquele periódico ensinaria “a primeira manifestação de grupos [políticos] locais contra o oficialismo” (MORAES, idem, p. 39).

O *Club Liberal* lançou a candidatura de Antônio Augusto de Bulhões a deputado geral por Goiás. Concomitantemente, *A Tribuna Livre* desenvolvia veemente campanha, reivindicando que a representação da província na Câmara fosse exercida por goianos.

O presidente Luis Gonçalves Crespo não se associara aos *clubistas*¹⁶, preferindo aproximar-se da facção dos liberais *autênticos*¹⁷. Entrementes, no Rio de Janeiro, o Partido Liberal fizera a indicação de candidatos à eleição para as duas vagas de Goiás na Câmara dos Deputados: Manoel da Silva Mafra (do Espírito Santo)¹⁸ e Sigismundo Antônio Gonçalves (de Pernambuco).

¹³V. art. 8º da Lei n. 2.040, de 28/9/1871 (Lei do Ventre Livre).

¹⁴Pertenceram aos Bulhões os jornais: Monitor Goiano (fundado em 1867); Província de Goiás (em 1869); *A Tribuna Livre* (em 1878) e Goiás (em 1885). RODRIGUES, 2001, p. 7.

¹⁵O primeiro número de *A Tribuna Livre* circulou em 20.2.1878. MORAES, idem, p.39.

¹⁶Integravam o Club Liberal, além dos Bulhões Jardim, os Caiado, os Siqueira, os Alves de Castro e outras famílias de prol.

¹⁷Ala do Club Liberal, liderada pelo Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury.

¹⁸Manuel da Silva Mafra (Conselheiro Mafra): foi presidente da província do Espírito Santo (1878-1879) e Ministro da Justiça (1882); como jurista, elaborou o estudo histórico-jurídico que fundamentou a solução negociada para a Guerra do Contestado. Em sua homenagem, foi batizado com seu nome o município de Mafra, em Santa Catarina.

Eram três, portanto, os candidatos que estavam na disputa: dois provenientes de outras províncias, e o goiano Antônio Augusto de Bulhões. Nascido na cidade de Goiás, era neto de José Rodrigues Jardim, mas – por motivos não esclarecidos – deixou de usar o sobrenome avoengo¹⁹. Bacharelou-se na Academia de Direito de São Paulo, onde defendeu tese e conquistou o título de doutor.²⁰ Foi promotor público em Mogi das Cruzes e professor da Escola Normal Paulista.²¹ Assim como seus irmãos, Antônio Félix e José Leopoldo, era abolicionista, além de destacar-se como estudioso de assuntos econômicos e financeiros (Morales, *idem*, p.228). Residia em São Paulo, onde exerceu a advocacia até 1878, quando se candidatou a deputado geral por Goiás.

Não obstante *A Tribuna Livre* proclamar-se contra o oficialismo na política, os Bulhões tentaram obter o apoio do presidente da província à candidatura de Antônio Augusto. Não lograram êxito, todavia, pois Crespo continuava aliado à ala liberal histórica do Partido em Goiás, chefiada pelo conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, ilustre expoente do *mandarinato* do Império²².

A estratégia dos liberais *clubistas* foi a de centrar fogo na candidatura do capixaba Manoel da Silva Mafra e empenhar-se na eleição de Antônio Augusto de Bulhões pelo 2º. distrito eleitoral, deixando livre o caminho para Sigismundo Antônio Gonçalves, no 1º. distrito.

As eleições realizavam-se em dois graus ou turnos. No primeiro, os eleitores qualificados indicavam, perante a Mesa Paroquial, os eleitores da província – ou de 2º. grau - habilitados segundo critérios

¹⁹ O jornal *Província de São Paulo*, de 30 ago. 1878, publica declaração em que o signatário diz passar a assinar-se Antônio Augusto de Bulhões – abandonando, portanto, o sobrenome Jardim. Apud Centro de Memória da Educação. Pequeno dicionário dos professores da Escola Normal Paulista no Império. <http://www.fe.br/laboratorios/cmatoria/prof3.htm>.

²⁰ Bacharelou-se em 1873 e doutorou-se em 1877. VAMPRÉ, 1977, p.449 e 483.

²¹ Pequeno dicionário...cit.

²² André Augusto de Pádua Fleury: nascido em Cuiabá (MT), em 1830; bacharel em direito pela Academia de São Paulo (1855), foi deputado geral por Goiás, sendo nomeado, sucessivamente, para a presidência das províncias do Espírito Santo, do Ceará e do Paraná; ministro da Agricultura do Gabinete Paranaquá (1882); participou de missões oficiais no exterior e residiu na França, durante algum tempo; diretor da Academia de Direito de São Paulo (1883/1889), onde se aposentou; faleceu em 1895. MELO, 2001, p. 115-136.

censitários²³. Os deputados gerais e provinciais eram escolhidos por esse corpo eleitoral, respeitada a divisão da província em círculos ou distritos eleitorais. Caberia à Câmara Municipal da capital – Cidade de Goiás – a proclamação dos resultados e a diplomação dos eleitos para a Câmara dos Deputados, o que deveria ser referendado na Corte.

O assunto dividiu a elite vilaboense. Esperançosos de que seu candidato fosse reconhecido como eleito, os *clubistas* esforçaram-se em não hostilizar o governo, chegando a proclamar que o “elemento oficial” mantinha-se dentro da “mais religiosa legalidade, assegurando ampla liberdade a todos” (A Tribuna Livre, apud MORAES, idem, p.50).

Entrementes, o presidente da província e seus aliados, os liberais históricos, uniram-se aos conservadores para derrotar os Bulhões. No começo de novembro, a Câmara Municipal da Cidade de Goiás proclamou os eleitos: Manoel da Silva Mafra e Sigismundo Antônio Gonçalves, a quem foram expedidos os competentes diplomas.

De imediato, o jornal dos Bulhões manifestou-se violentamente contrário à decisão, denunciando o “regime tártaro” em vigor - ou seja, a intromissão do governo no processo eleitoral, teria levado ao “esbulho do povo [que] ainda hesita em crer na evidência, como se mal desperto e, sob as últimas impressões de um sonho mau, quisesse sonhar ainda” (A Tribuna Livre, idem).

O presidente da província foi acusado de influenciar a Câmara Municipal, que protestou, afirmando ter sido “espontânea” a deliberação a que chegara²⁴, “não tendo S. Exa. (o presidente Crespo) feito pressão [...] para obter aquele resultado”. E mais: tal resolução “foi inspirada pelos interesses da Província; porque a Câmara assume toda inteira exclusivamente a responsabilidade de seu ato” (Correio Oficial, idem).

O presidente Luis Gonçalves Crespo homologou a decisão da Câmara Municipal, o que lhe valeu a ferrenha inimizade dos Bulhões. O assunto foi levado à discussão na Corte onde, possivelmente mediante acordo partidário, foram reconhecidos como eleitos para a Câmara dos Deputados o goiano Antônio Augusto de Bulhões e o alienígena Sigismundo Antônio Gonçalves, “anulando-se o diploma criminosamente

²³ Dentre outras exigências, o eleitor de 2º. grau deveria ter renda anual de 400\$000. FERREIRA, 1976, p. 92-101.

²⁴ Deliberação aprovada em sessão da Câmara Municipal da cidade de Goiás, em 4 nov. 1878.

expedido ao Dr. Manoel da Silva [Maфра]”²⁵

Coube ao aliado dos Bulhões, tenente coronel Antônio José Caiado – vindo do Rio de Janeiro, onde fora “reclamar contra os absurdos praticados pela Câmara Municipal” - trazer a notícia da “completa e brilhante vitória da nossa causa”. De acordo com o jornal liberal

A cidade [de Goiás] despertou da apatia em que estava imersa, ao receber a notícia de haver tomado assento na Câmara dos Deputados o Dr. Antônio Augusto de Bulhões, nosso legítimo representante, vítima, conosco, de meia dúzia de indivíduos sem crenças nem princípios, capitaneados pelo Sr. {presidente da Província Luiz Gonçalves] *Crespo, hoje demitido por conveniência pública* (A Tribuna Livre, a.2,n.48,11 jan.1879, p. 2).

Liberais *clubistas* festejaram ruidosamente a vitória, promovendo passeata “com fogos e música, grandemente concorrida, brilhante e animada”. A reação oficial traduziu-se em manter a comemoração “severamente contida nas raias da ordem pública”; na seqüência, entretanto, foram demitidos alguns funcionários públicos que participaram das manifestações de euforia *clubista*.

A presença de Antônio Augusto de Bulhões na Câmara dos Deputados representava o coroamento da luta empreendida em favor da representação provincial autóctone no Parlamento. Por sua mocidade e qualidades intelectuais, dele muito se esperava. Para os liberais *clubistas* e, em especial, para a família Bulhões, a eleição do jovem goiano seria a primeira de muitas outras, que se seguiriam, levando à materialização dos anseios dos integrantes do clã, como sucessores e continuadores do legado político de José Rodrigues Jardim.

Lamentavelmente, porém, pouco tempo depois de tomar posse, o jovem deputado faleceu tragicamente no Rio de Janeiro; consta que se suicidou.²⁶

Na Cidade de Goiás, o *Club Liberal* reuniu-se em sessão extraordinária, para tomar conhecimento da infausta notícia, que provocou geral consternação (A Tribuna Livre, a.2. n.61, 14 abr.1879, p.1). Na legislatura

²⁵ Deliberações aprovadas em sessão da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 1º.12.1878. A Tribuna Livre, a.2. n. 47, 7 jan.1879, p. 1.

²⁶ Antônio Augusto de Bulhões faleceu no Rio de Janeiro, em 13.3.1879

seguinte - com o apoio do novo presidente da província, o liberal Dr. Aristides de Sousa Espínola²⁷ – elegeu-se para a Câmara dos Deputados o mais moço dos Bulhões, José Leopoldo, que iria fazer carreira brilhante como parlamentar e ministro da Fazenda²⁸.

-X-X-X-X-X-X-X-

Os fatos acima resumidos têm sido estudados por pesquisadores e historiadores de Goiás. Entretanto, sobre Segismundo Antônio Gonçalves, que ficou sendo o único representante da província na Câmara dos Deputados na legislatura de 1879 a 1881, quase nada se diz, além de breve referência ao seu nome, como comparsa na eleição do candidato *clubista*, o inditoso Antônio Augusto de Bulhões.

Quem era ele? Por que sua indicação para deputado geral não chegou a ser combatida pelos liberais *clubistas*, como o foi a do seu companheiro de chapa, o capixaba Manoel da Silva Mafra? Por que sua eleição não foi contestada, sendo-lhe confirmado o diploma de deputado geral por Goiás?

Sigismundo Antônio Gonçalves nasceu na feitoria²⁹ do Maracujá, município de Barras, no Piauí³⁰. Era filho de Domingos José Gonçalves e de D. Torquata da Cunha e Silva Gonçalves, descendente do fidalgo português, D. Francisco da Cunha Castello Branco, que se instalara na

²⁷ Natural da Bahia e formado na Faculdade de Direito do Recife, em 1871, governou a província de Goiás de 13.3.1879 a 1º.2.1881. BEVILAQUA, p.133; FERREIRA, p. 47.

²⁸ José Leopoldo de Bulhões nasceu na cidade de Goiás, em 1856; bacharelou-se na Academia de Direito de São Paulo (1880); liberal e abolicionista, elegeu-se deputado geral à legislatura de 1881-1884; reeleito, teve o mandato interrompido pela dissolução da Câmara; eleito constituinte em 1891, integrou a Comissão dos 21, encarregada de dar parecer sobre o projeto da primeira Constituição republicana; como senador da República (1894-1902), destacou-se nas áreas de economia e finanças. Ocupou o Ministério da Fazenda durante os governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e de Nilo Peçanha (1909-1910); reelegeu-se senador por Goiás (1909); faleceu no Rio e Janeiro, em 1928. LOBO, 1974, p. 120-123.

²⁹ Feitoria: estabelecimento geralmente fortificado, destinado ao comércio (escambo) com povos primitivos. A feitoria do Maracujá pertenceu ao pai de Domingos José Gonçalves, que a herdou; estava situada à margem do rio Marataoan, no município de Barras (PI); com o tempo, passou a ser fazenda de plantação de algodão e criação de gado. COSTA, 1978, p. 141.

³⁰ Nasceu em 28.9.1845.

região durante a segunda metade do século XVII³¹.

Domingos José Gonçalves era comerciante e proprietário rural; morreu aos 35 anos, deixando considerável fortuna, originária do cultivo de algodão, que exportava para a Inglaterra, onde tinha início a Revolução Industrial. Em suas fazendas labutavam 178 escravos, que foram herdados pela viúva e filhos, cabendo dez deles ao pequeno Sigismundo, que tinha então quatro anos de idade³².

D. Torquata era ainda jovem quando o marido faleceu³³; não se casou novamente. Sozinha, administrou os bens da família, preocupando-se em oferecer educação esmerada aos filhos e filhas: os rapazes estudaram direito e medicina³⁴; as moças tiveram preceptores vindos da Corte.

Sigismundo fez os estudos secundários em São Luis do Maranhão e bacharelou-se na Academia de Direito do Recife; concluído o curso³⁵, regressou à província natal e passou-se para o Maranhão, onde foi promotor público em Alcântara. No ano seguinte, elegeu-se deputado à Assembléia Legislativa dessa província, mas preferiu dedicar-se à magistratura, sendo nomeado juiz municipal e, em seguida, juiz de direito daquela comarca³⁶.

Quatro anos depois, foi removido para Bragança e, dessa cidade paraense, para o Recife, onde se casou com D. Maria das Dores de Sousa Leão³⁷, de família preeminente na política, tanto na província como na Corte.

³¹ D. Francisco da Cunha Castello Branco era irmão do conde de Pombeiro, de nobre linhagem portuguesa; ingressou na carreira das armas e veio para o Brasil na segunda metade do século XVII, para combater os corsários franceses que, vindos de Caiena, pirateavam no litoral norte (LIMA, 2006, p. 400). Radicou-se no vale do rio Parnaíba, de onde sua numerosa descendência espalhou-se para todo o Brasil; o presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, era hexaneto de D. Francisco. FERRAZ, 1927, passim.

³² Dez escravos foram herdados pelo pequeno Sigismundo, dentre os quais duas crianças; no total, foram avaliados em 1:720\$000 (um conto, setecentos e vinte mil réis). Esboço de partilha dos bens deixados por Domingos José Gonçalves. 1850. Manuscrito. Acervo da Fazenda Santa Cruz. MA.

³³ D. Torquata enviuvou aos 32 anos, em 1849; faleceu em 1892.

³⁴ Sigismundo e José Antônio estudaram na Faculdade de Direito do Recife; o irmão mais moço, Malaquias, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

³⁵ Sigismundo Antônio Gonçalves bacharelou-se em 1876. BEVILAQUA, p. 118.

³⁶ A carreira de Juiz de Direito era de âmbito nacional, sendo feitas as nomeações pelo Imperador. TAPAJÓZ, 1984, p. 218.

³⁷ O casal houve 4 filhos, um dos quais, Maria Luíza, viria a casar-se com João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado da Paraíba, cujo assassinato deflagrou a Revolução de 1930. Os dados biográficos de Sigismundo Antônio Gonçalves foram extraídos de Um astro extinto. JORNAL DO RECIFE, 26.1.1915, p. 1. Consultou-se, outrossim: SENADO FEDERAL, 1986, p. 2.499-2.500.

Radicado no Recife, Sigismundo iniciou-se na política como Chefe de Polícia (Secretário de Segurança) de Pernambuco, em 1878. Nesse mesmo ano, o Partido Liberal – na Corte – indicou-o candidato a deputado geral por Goiás. Presidia o Partido seu sogro, o conselheiro Luis Felipe de Sousa Leão³⁸, cujo irmão, Domingos de Sousa Leão, visconde de Vila Bela, era Ministro dos Estrangeiros (TAPAJÓZ, 1984, p.120).

É de supor-se que tais ligações familiares tenham contribuído para que, em Goiás, não fosse hostilizada a candidatura de Sigismundo Antônio Gonçalves. Iniciando sua trajetória de *mandarim* do Império, foi ele eleito e empossado na Câmara dos Deputados. Na legislatura seguinte, volta a eleger-se deputado geral, desta vez por Pernambuco. Com a queda dos liberais e a formação do gabinete conservador de Saraiva, deixa a política e dedica-se à magistratura.

No ocaso do Império, Sigismundo é nomeado presidente da província de Pernambuco; dentro de dois dias, será proclamada a República. Ciente de que se preparava uma reação armada contra o novo regime, opta por entregar o governo ao Comandante das Armas, general Correia de Aguiar, assim evitando a guerra civil.

Por dez anos, dedica-se à carreira de magistrado, que culminará com a nomeação para desembargador³⁹; elege-se senador estadual e, como presidente da Casa, toma posse no governo do estado, em decorrência da renúncia do vice-presidente em exercício⁴⁰.

No despontar do século XX, é eleito para o senado da República⁴¹, cargo ao qual renunciará para candidatar-se à presidência do estado. Cultor do vernáculo e possuidor de vasta cultura, ingressa no jornalismo e adquire o *Jornal do Recife*, que passa a dirigir. É convocado pelo presidente Prudente de Moraes para o ministério da Justiça, mas declina do convite.

³⁸ Luis Felipe de Sousa Leão foi senador do Império de 1880 a 1889. TAPAJÓZ, 1984, p. 161.

³⁹ Nomeado desembargador em 1901.

⁴⁰ Exerceu, pela primeira vez, a presidência do estado de Pernambuco de 1899 a 1900.

⁴¹ Eleito em 1900, renunciou em 1903, para candidatar-se ao governo do estado.

Em 1904, elege-se presidente de Pernambuco⁴², dando início a gestão que se destaca pela ênfase no saneamento das finanças do estado, construção de obras públicas e apoio às instituições de assistência à população desvalida⁴³. Quando faleceu, no Rio de Janeiro – em 6 de fevereiro de 1915 – exercia o mandato de senador da República.

X-X-X-X-X-X-X

Sigismundo Antônio Gonçalves era tio-avô de minha mãe. Conhecido na família como “Tio Siza”, sobre ele ouvi muitas histórias sobre sua cultura e integridade de caráter.

Certa feita, quando visitava a fazenda ancestral, por acaso encontrei uma tela oval, pintada a *gouache*, representando uma bela senhora de porte aristocrático. O retrato desprendera-se da moldura e estava esquecido no fundo de um guarda-roupa. A retratada era D. *Iaiá*, ou seja, D. Maria das Dores de Sousa Leão Gonçalves - esposa de “Tio Siza”. Entre a parentela, os filhos desse casal constituíram-se em linhagem à parte, marcada pela sofisticação. Com a irreverência da juventude, nos anos 50, nós os identificávamos como “a turma do bolo francês”.⁴⁴

Elogiei o retrato e ganhei-o de presente. Enquadrei-o em moldura garimpada em um antiquário e pendurei-o na sala de estar de minha casa, onde ficou até que – ausentando-me eu de Goiânia por longos anos – os cupins inutilizaram-no.

Nesse meio tempo, comecei a desenvolver estudos de História Regional e tomei conhecimento da eleição de Sigismundo Antônio Gonçalves para deputado geral por Goiás, em 1878.

X-X-X-X-X-X-X

⁴² Exerceu, pela segunda vez, o governo de Pernambuco, de 1904 a 1908, quando se elegeu senador para mandato de 9 anos, interrompido pelo seu falecimento.

⁴³ V. MEDEIROS, Maria da Glória. O social no governo de Sigismundo Gonçalves. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

⁴⁴ Gilberto Freyre transcreve como receitas da família, os bolos “Luis Filipe” e “Sousa Leão”; não consta nenhum “bolo francês”. FREYRE, 1997, p.102, 109 e 110.

Na década de 1980, trabalhando no Ministério da Cultura, coordenei o projeto de restauração e revitalização de Alcântara (MA), onde permanecia por longos períodos. Em meio aos afazeres, encontrei tempo para visitar os cartórios daquela cidade histórica, onde há preciosidades documentais relativas à escravidão negra.

Entre os autos judiciais que percorri, um dos processos intitulase: “Manutenção da liberdade de Theodora e seus filhos, Guilhermina, Possidônia, Annalia, Alexandrina, Anna, Senhorinha e Pompeu e outros do Convento do Carmo”⁴⁵. Iniciado em 24 de setembro de 1870, tem como Ordenante o juiz de direito, Sigismundo Antônio Gonçalves.

Na peça inicial, são resumidos os fatos: Theodora e alguns dos seus filhos foram alforriados condicionalmente⁴⁶, em 22 de junho de 1846, pelo prior do Convento do Carmo que os doou a D. Maria Sotera de Jesus, a quem deveriam servir durante 20 anos. A beneficiária resolveu, contudo, conceder-lhes cartas definitivas de alforria⁴⁷, que foram registradas nos livros do cartório competente. Depois de liberta, Theodora deu à luz mais três filhos, de quem lhe nasceram netos – os quais, não obstante serem filhos de mães livres, continuavam como se escravos fossem.

Desde as Ordenações Filipinas, os escravos tinham um curador nomeado para representa-los, inclusive em processos nos quais figurassem como réus de crimes contra seus senhores (Pinaud, 1987, p. 57). Por ignorância e timidez, ou pelo receio de piorar sua condição, eram poucos os cativos que se atreviam a recorrer à justiça.

Quando Sigismundo, recém-formado, chegou a Alcântara, há 24 anos a ex-escrava Theodora e seus numerosos filhos, ainda quelibertos, continuavam submetidos ao regime servil. Terá ele ouvido falar da esdrúxula situação e, de *motu próprio*, tomado a iniciativa de corrigi-la? Ou Theodora e seus filhos ousaram pedir-lhe valimento?

⁴⁵Processo consultado no Cartório do 1º. Ofício de Alcântara, MA.

⁴⁶A liberdade condicional significava que, depois de prestar serviços durante certo período, o escravo teria direito a receber carta definitiva de alforria.

⁴⁷Em 1o.7.1846.

Embora filho de senhor escravocrata, o jovem magistrado tornou-se abolicionista quando estudante. Como juiz de direito, deu início ao processo cível de “manutenção de liberdade” de Theodora, seus filhos e netos - no qual atuou como promotor público e “curador dos escravizados” o dr. José Jansen Ferreira Júnior, de quem afirma Evaristo de Moraes ter sido “advogado de grande nomeada, o mais brilhante orador forense”. Faz a ressalva, contudo, de que, embora fosse mulato, “raros, quase nulos serviços prestou à causa libertadora.”^{(EVARISTO DE MORAES, 1984, p. 371, notan. 156).}

Se havia disparidade de idéias quanto à causa abolicionista entre juiz e promotor, estiveram eles de acordo, no caso vertente. A convicção e a presteza do Dr. Sigismundo talvez tenham influenciado o curador que lhe reconheceu “a solicitude com que costuma proceder em favor da justiça e da caridade”⁴⁸.

O processo é encaminhado ao prior do Convento do Carmo, Frei João de Santa Philomena Bastos, que – precisando consultar seus superiores - demora a pronunciar-se.

Os carmelitas aportaram a Alcântara em meados do século XVII. Assim como jesuítas e mercedários, desenvolveram atividades de evangelização e colonização, fundando missões, hospícios e fazendas; chegaram a ter três conventos no Maranhão. Dois séculos depois, a Ordem entrou em decadência, grassando o desleixo e o desregramento entre os frades. Em 1846, o convento e a igreja do Carmo de Alcântara ameaçavam ruir. Nos vinte anos seguintes, houve tentativas de regenerar a Ordem e recuperar a igreja, afinal restaurada em 1865, com o detalhe insólito de que as imagens de anjos esculpidos nos altares foram assexuadas por um frade italiano^(LOPES, 1957, p. 263).

Pronunciando-se nos autos do processo, o prior, Frei João de Santa Philomena Bastos confirma que Theodora e filhos tinham sido condicionalmente alforriados – mas acrescenta que o ex-juiz de direito mandara devolvê-los ao seu antecessor no priorado. Não explica os motivos dessa ordem, nem por que os libertos foram aceitos de volta no convento, como escravos - mas declara que “estando convencidos (...) de

⁴⁸ Processo de manutenção da liberdade ...cit.

que esses escravos devem entrar no futuro gozo de sua liberdade, desde já desistimos de todo e qualquer direito (...) considerando-os livres de qualquer cativoiro”.

Na seqüência, fala o curador dos escravizados, que elogia “o assaz louvável procedimento” do prior, ao renunciar aos direitos que pudesse ter sobre Theodora, filhos e netos, que ainda continuavam no Convento do Carmo. Lembra, entretanto, que uma das filhas, Annalia, ali não se encontrava desde há muitos anos. Assim, requer ao Juízo sejam tomadas “as providências necessárias para que a minha curada Annalia (...) venha, se tiver direito, a gozar dos benefícios da liberdade”.

Pronuncia-se o juiz Sigismundo Antônio Gonçalves, lembrando que, tendo a alforriada Annalia

passado há anos ao [domínio] de Joaquim José Castanheira, da Capital da Província [...] não foi possível haver acerca dela e dos seus filhos [...], nascidos depois que lhe foi concedida a liberdade, procedimento igual ao havido em relação aos outros libertos, não obstante terem eles os mesmos títulos.

Para que tivesse prosseguimento a ação de “manutenção de liberdade”, manda extrair certidões dos autos e remetê-las ao presidente da província do Maranhão “para as providências que o caso reclama”⁴⁹. A partir de então, o processo tramita lentamente. Em 6 de abril de 1871, o curador Jansen requer ao juiz

que se digne requisitar ao Juiz Municipal da 1a. Vara d'aquela Capital [São Luis] a volta da precatória que lhe foi dirigida em 9 de novembro de 1870, pois assim convém aos interesses do curador da suplicante e seus filhos, cujo direito à liberdade deve ser reconhecido e firmado pelos meios competentes.

O pedido é prontamente atendido pelo magistrado, que determina o envio de ofício ao titular da 1a. Vara da Capital e determina que seja anexada cópia do expediente aos autos - que não mais tiveram seguimento e permanecem inconclusos.

⁴⁹ Despacho exarado em 16.8.1870.

Juntamente com filhos e netos, Annalia - que à época de sua emancipação, em 1846, teria 4 ou 5 anos de idade – continuou na condição de escrava, possivelmente até a Lei Áurea, quando já se aproximava da velhice.

Por que o processo não teve andamento em São Luis? Seria contrário às idéias emancipacionista o juiz titular da 1ª. Vara da Capital, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, futuro barão de Grajaú? É possível que assim fosse, tendo em vista que ele era proprietário de incontáveis escravos, nas fazendas que possuía em Alcântara. Sua esposa, Ana Rosa Vianna Ribeiro viria a ser a única mulher titulada do Império submetida ao tribunal do júri, sob a acusação de sevícias e morte de um escravo – Inocência, de onze anos de idade.⁵⁰

Em numerosos outros documentos emerge a personalidade firme do juiz Sigismundo Antônio Gonçalves, ora patrocinando “causas da liberdade”, ora dando seguimento a processos que, por envolverem famílias importantes de Alcântara, encontravam-se paralisados há muito tempo⁵¹.

Assim como seus pares - os Bulhões, de Goiás - era Sigismundo proveniente de família de destaque, em sua província; como os irmãos goianos, fez curso superior em renomado centro de formação jurídica do Império, a Academia de Direito do Recife; intransigente e íntegro, manteve-se irreprochável nos negócios públicos e particulares. Liberal e abolicionista, tal como o fez Antônio Félix de Bulhões, colocou a serviço da causa emancipatória sua toga de magistrado. Pelas características familiares, pelo casamento e pela tradição acadêmica, integrou – como os Bulhões Jardim - o *mandarinato* da elite política e administrativa do Império, prestando serviços em diversas províncias, inclusive Goiás.

Dada a trágica morte do jovem deputado Antônio Augusto de Bulhões, anteriormente reportada, Sigismundo Antônio Gonçalves ficou sendo o único representante da província de Goiás na Câmara dos Deputados, durante a legislatura de 1878 a 1881.

⁵⁰ Autos do processo criminal contra Anna Rosa Vianna Ribeiro. Morte: Inocência. 1877. Sobre o assunto, v. FREITAS, 1998.

⁵¹ Autos do Inventário e Testamento do desembargador e tenente coronel Adolpho José Ascenção da Costa Ferreira. 1858. Cartório do 1º. Ofício. Alcântara. MA.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

Esboço da partilha dos bens deixados por Domingos José Gonçalves. 1851. Manuscrito. Acervo da Fazenda Santa Cruz. MA.

Autos do processo criminal contra Anna Rosa Vianna Ribeiro. Morte: Inocência. 1877. Manuscrito. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. São Luis. MA.

Manutenção da liberdade de Theodora e seus filhos Guilhermina, Possidonia, Annalia, Alexandrina, Anna, Senhorinha e Pompeu e outros do convento do Carmo. 1870. Cartório do 1o. Ofício. Alcântara, MA.

Autos do inventário e testamento do desembargador e tenente coronel Adolpho José Ascenço da Costa Ferreira. 1858. Cartório do 1º. Ofício. Alcântara. MA.

2. Fontes impressas

2.1. Livros e artigos

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim n. 241, História e Filosofia da Educação n.2. São Paulo, 1959.

BRASIL, Antônio Americano do. *Pela História de Goiás: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges*. Goiânia: Ed. UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos, 6).

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel. Dois estudos de História Social*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. *Apontamentos genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco, seus ascendentes e descendentes*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica, 1927.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: Ed.UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos, 5).

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *História dos sistemas eleitorais brasileiros*. São Paulo: Livraria Nobel, 1976.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferrreira de. Mulheres: sombras tênues da história? *Fragmentos da Cultura*. Goiânia, v.8, n.4, jul./ago. 1998, p.987-1007.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 2. *Do Império à República*. v. 5. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão. A Colônia*. 2. ed. revista e ampliada. São Luis: Instituto Geia, 2006.

LOBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Ed. Oriente, 1974.

LOPES, Antônio. *Alcântara. Subsídios para a história da cidade*. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

MELO, Augusta Faro Fleury de. Um goiano no 2º. Império". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 16, ago./dez. 2001, p. 115-136.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista. 1879-1888*. 2. ed. Brasília: Editora Universitária Brasileira, 1986 (Coleção Temas Brasileiros, 60).

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Ed. Oriente, 1974.

PANG, Eul-Soo & SECKINGER, Ron L. "The mandarins of Imperial Brazil". *Comparative Studies in Society and History*, a.9, n.1, 1972, p. 215-244.

PINAUD, João Luis Duboc *et alii*. *Insurreição negra e justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura - Exped.; Ordem dos Advogados do Brasil, 1987.

PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil. Da Colônia à 6a. República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2002.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1982 (Coleção Documentos Goianos, 12).

_____. *Antônio Félix de Bulhões*. Goiânia: IHGG, 2001.

SENADO FEDERAL. *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros. 1826-1986*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1986.

TAPAJÓZ, Vicente. *Organização política e administrativa do Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1982.

VAMPRÉ, Spencer. *Memória para a história da Academia de São Paulo*. v. 2. 2.ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

2.2. Jornais

JORNAL DO RECIFE, ano de 1915. Números avulsos. Acervo da Autora.

A TRIBUNA LIVRE, anos de 1878 e 1879. Gabinete Literário Goiano. Cidade de Goiás.

2.3. Dissertação de Mestrado.

MEDEIROS, Maria da Glória Dias. *O social no governo de Sigismundo Gonçalves*. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989. Mimeo.

3. Fontes digitalizadas.

Centro de Memória da Educação. *Pequeno dicionário dos professores da Escola Normal Paulista no Império*. <<http://www.fe.br/laboratórios/cmемoria/prof.3.htm>>.

O GABINETE LITERÁRIO E A FEDERAÇÃO GOIANA PARA O PROGRESSO FEMININO

*Maria Meire de Carvalho
Thiago Sant' Anna*

Resumo: O artigo propõe dar visibilidade à documentação impressa e manuscrita da "Federação Goyana para o Progresso Feminino", pertencente ao Arquivo do Gabinete Literário Goiano, na Cidade de Goiás. O acervo é relevante para a História de Goiás relativamente à emancipação política das mulheres. Grande parte da produção feminista do início do século XX encontra-se em jornais depositados nesse arquivo, como: "O Lar", "O Lírio" e "Folha Goyana". O estudo enfoca outro aspecto interessante: no período de 1929 a 1932, o Gabinete Literário teve uma diretoria composta exclusivamente por mulheres, o que contribuiu para reforçar as reivindicações feministas da época.

Palavras-chave: mulheres, emancipação, política, documentações, Gabinete Literário de Goiás.

As mulheres no Gabinete Literário: novos encontros no cotidiano cultural goiano.

Criado em 10 de abril de 1864, o Gabinete Literário Goiano teve como objetivo principal organizar um ponto de encontro para os intelectuais vilaboenses. Conseqüentemente foi palco de grandes manifestações culturais, do final do século XIX até meados do século XX. Intelectuais ali se reuniam para recitar poesias, apreciar literatura, discutir assuntos políticos e sócio-culturais do Brasil e de Goiás. Inicialmente, no ato da fundação, os associados contribuía com uma quantia de 5\$000 (cinco mil réis), de entrada e 1\$000 (um mil réis) mensais, destinados para as despesas do Gabinete e compra de livros, jornais e revistas¹. Dele participavam também mulheres, como definido em seu estatuto:

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do curso de História da UEG, UnU "Cora Coralina" (cidade de Goiás) e do curso de Turismo da Faculdade Cambury, Goiânia-GO.

² Mestre em História pela Universidade de Brasília.

³ Estatuto do Gabinete Literário Goiano.

As senhoras que forem sócias do Gabinete, e não puderem vir, não quiserem concorrer pessoalmente às sessões podem fazerem-se representar por uma terceira pessoa expressamente autorizada para isso.²

Dois anos mais tarde, em 1868, a instituição viveu sua primeira crise. Por falta de recursos, ficou fechada por três anos. Mas, em 1871, reabriu suas portas e, sob a direção de Francisco Antônio de Azevedo (que ficou à frente do Gabinete por aproximadamente quinze anos), conseguiu compor um acervo documental considerável. Em 1904, a sala do Lyceu de Goiás que abrigava a sede do Gabinete não mais comportava seu acervo, momento no qual se propôs a construção de um prédio próprio para sediar a instituição. O prédio foi construído entre a Cadeia e a Rua Nova do Presidente e foi entregue aos seus sócios em 1908. Pouco tempo depois, a sede foi vendida, sendo comprada uma sala na confluência das Ruas Couto Magalhães e 13 de Maio, onde permanece até os dias atuais. Enfim, o remanejamento da sua sede traduziu as atenções voltadas ao desenvolvimento intelectual goiano, assim como nutriu as expectativas quanto à melhor guarda do acervo do Gabinete.

No ano de 1929, o Gabinete Literário passou por uma de suas maiores crises, havendo poucos sócios e uma diretoria indiferente. Por outro lado, nesse período, na cidade de Goiás, um grupo de mulheres se destacava na poesia, na oratória, no jornalismo e no magistério. Exemplo disso é a publicação dos jornais “O Lar” e “O Lírio”, que circulavam na capital sob o comando de mulheres. Elas defendiam o funcionamento do Gabinete Literário, como a instituição cultural mais importante na capital.

Surge então, uma ousada proposta de Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) para solucionar o revigoramento da instituição: uma diretoria composta exclusivamente por mulheres, justificando que “elas teriam mais tempo e entusiasmo para esse serviço (não remunerado) do que os homens que, ocupados com outras tarefas, davam pouca atenção ao Gabinete” (Bretas, 1991). Inscrita nas convenções de gênero daquela época, que associavam o feminino ao trabalho não remunerado, em 1929, a nova diretoria do Gabinete Literário foi eleita, sendo composta por mulheres pertencentes à elite política e econômica de Goiás:

² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 10, 1982.

Presidente: Consuelo Ramos Caiado
Vice-Presidente: Anita Perilo
1º Secretária: Noeme Lisboa de Castro
2º Secretária: Maria Carlota Guedes de Amorim
Tesoureira: Argentina Remigio Monteiro
Oradoras: Geney de Castro e Silva e Floracy Artiaga.

A diretoria feminina deu um grande impulso ao Gabinete Literário, angariando fundos e novos sócios, aumentando consideravelmente a renda ordinária. Nesse período, promoveram reuniões, várias palestras, conferências e sessões litero-musicais. A convite da nova diretoria, nomes representativos da política goiana realizaram palestras e sessões literárias, dentre eles: Alfredo Nasser, Vasco dos Reis, Jubé Júnior, Floracy Artiaga, Colemar Natal e Silva, Maria Augusta Rocha Lima e outros.

Não há como negar que o impulso intelectual e artístico que se registrava em Goiás estava ligado à ascensão de mulheres à direção do Gabinete Literário. Em um momento de divulgação de novos costumes, percepções e práticas sociais, resultantes de um projeto de modernização já anunciado no final do século XIX, a ampliação dos espaços de sociabilidade, de circulação e atuação das mulheres tornou-se condição de possibilidade para a inscrição delas nos quadros do Gabinete Literário e seus efeitos no cotidiano cultural goiano.

Uma das ações significativas da diretoria feminina foi a criação e publicação do jornal “Folha Goiana”, órgão do Gabinete Literário, com tiragem bimestral. O primeiro número saiu em 24/02/1930, com Maria Carlota Guedes como redatora e Genesy de Castro como diretora. O jornal dedicava-se a publicar a movimentação do Gabinete; suas atrações principais eram as poesias, crônicas, textos de conferências e palestras literárias e uma seção infantil, com concursos e divertimentos para as crianças.

Além das contribuições ao desenvolvimento intelectual e artístico goiano, a atuação das mulheres no Gabinete Literário também esteve ligada às lutas sociais e políticas do seu tempo, como foi a da conquista dos direitos políticos das mulheres. Nesse período, fundou-

se a “Federação Goiana para o Progresso Feminino”, com propostas de discutir a emancipação política das mulheres.

Assim, o Gabinete Literário foi palco de encontros intelectuais, artísticos, literários e também políticos. Nas suas dependências, mulheres articularam o movimento social em prol dos seus direitos políticos, assim como constituiu-se um importante centro de produção e preservação de documentação a respeito do tema.

REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS: POR UM EFEITO MÚLTIPLO DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

A conquista do voto feminino no Brasil deu-se, legalmente, no ano de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. No entanto, foi precedida de reivindicações e atuações das feministas, em movimentos sociais do começo do século XX, cujas batalhas em várias frentes, na década de 1920, “permitiram” a algumas mulheres, pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade, gozarem de seus direitos políticos, como Almerinda Arantes e Benedita Chaves Roriz. Na Cidade de Goiás, encontramos uma quantidade expressiva de vestígios sobre tais acontecimentos no Arquivo do Gabinete Literário Goiano, que nos permitiu apresentar este estudo.

Fundada em 7 de maio de 1931, a “Federação Goiana para o Progresso Feminino”, segundo sua ata inaugural, propunha às associadas:

- 1º - Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.
- 2º - Proteger as mães e a infância.
- 3º - Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
- 4º - Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão.
- 5º - Estimular o espírito da sociabilidade e da cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
- 6º - Assegurar à mulher os direitos que a futura constituição lhe conferir e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.

7º - Estreitar os laços de amizade com os diversos Estados da União.³

Desse modo, em seus estatutos revelavam-se inquietações muito além dos direitos políticos, o que acenava para as preocupações do próprio Gabinete Literário em promover a educação e as “boas iniciativas” das mulheres, além de melhor instrumentalizá-las para o exercício de uma profissão e da maternidade.

Diversos são os documentos manuscritos e impressos que versam sobre a atuação da “Federação Goyana para o Progresso Feminino”; dentre eles, uma farta correspondência entre as associadas do Rio de Janeiro, integrantes da “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, fundada em 9 de agosto de 1922, chefiada pela feminista Bertha Lutz e a filial goiana, chefiada por Consuelo Caiado. É importante ressaltar que os documentos da Federação Nacional cobravam ações das sócias goianas, denominando a atuação local como movimento feminista.

Existe também documentação das sentenças dadas pelos juízes de direito, em diferentes estados brasileiros, que tiveram mulheres alistadas para o exercício do sufrágio, localizadas da mesma forma no referido arquivo. Dentre as publicações do movimento, há várias posições do pensamento masculino da época, no que se refere às mulheres em relação ao direito de votar, concretizadas nas palavras de homens de renome nacional, como Clovis Bevilacqua, Augusto de Lima, Levi Carneiro, Juvenal Lamartine, dentre outros.

Mas, em que condições sociais, históricas e discursivas produziu-se a luta das mulheres goianas pelos direitos políticos? Quais os significados passíveis de uma decodificação, que podem ser construídos e trazidos à luz? Em que medida as práticas das mulheres no movimento feminista, em prol dos direitos políticos, estiveram vinculados às suas experiências no Gabinete Literário?

³Estatuto da Federação Goyana para o Progresso Feminino. Arquivo do Gabinete Literário.

*“Praça de pret” significa soldado raso.

Vale ressaltar que as sentenças que concederam o alistamento eleitoral às mulheres partiram de um argumento base. A Constituição Republicana de 1891, inspirada no modelo norte-americano, dizia:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1.º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos estados:

1.º Os mendigos;

2.º Os analfabetos;

3.º As “praças de pret”, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4.º Os religiosos de ordem monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.⁴

Como vimos, é clara a justificativa utilizada em prol do voto feminino, com base na Constituição. As mulheres não estavam incluídas na lista de exclusão do direito de voto e, mesmo assim, o termo “cidadãos”, como muitos argumentavam, era uma convenção gramatical. O Dr. Clovis Esselin, responsável pelo feito em Santa Luzia, discorre, em sua sentença, sobre o vocábulo “*cidadão*”: “A expressão cidadão brasileiro, usada pela Constituição, refere-se, indistintamente a *homens e mulheres*”.⁵ Portanto, a inclusão das mulheres no campo dos seus direitos políticos não se daria necessariamente a partir de um confronto com o texto legal, pois, na própria Constituição não havia uma clara privação das mulheres dos direitos de votarem e serem votadas. Teriam elas que enfrentar a sociedade misógina e excludente, que, entretanto, objetivava ser moderna e comparada aos países mais adiantados.

Daí, as sentenças se recheiam de outras argumentações pela concessão do voto às alistandas, baseadas na situação descompassada entre a sociedade brasileira e os países ditos mais desenvolvidos. Na citada sentença do Dr. Clovis Esselin, uma referência à incompatibilidade entre o progresso (moderno) e a ausência de direitos políticos da mulher (antigo) é notável:

⁴Constituição de 1891.

⁵ Sentença do Dr. Clovis Esselin, juiz de direito de Santa Luzia, Goiás, em 20/10/1928. Arquivo do Gabinete Literário. Cidade de Goiás.

Já desapareceu o tempo em que a mulher nenhum direito se reconhecia; (...). Com o progresso da civilização, com a influência desta em todas as nações, em todos os povos, com a evolução natural por que foi passando a humanidade, a mulher pouco a pouco, também, foi conquistando os seus direitos postergados e não reconhecidos.

Hoje, nos nossos dias, quem observa, vê, claramente, que a tendência geral é para a igualdade dos direitos.⁶

Sob tais argumentações, os movimentos feministas, a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino” (FBPF), organizada pela Dra. Bertha Lutz, e a sua filial em Goyaz, a “Federação Goiana Para o Progresso Feminino” (FGPF), sob a presidência de Consuelo Caiado, tiveram participação importante na conquista do voto das mulheres. Essas organizações eram compostas por “senhorinhas” que pertenciam às camadas mais privilegiadas da sociedade. Consuelo Caiado era filha de Antônio Ramos Caiado, coronel interiorano, deputado e senador; formou-se em Farmácia, além de ter sido uma pessoa “inteligente e comunicativa” (Britto, 1974, p. 275). Bertha Lutz havia lutado no movimento feminista nos EUA e na Europa, e veio ao Brasil fundar o movimento organizado em prol da mulher brasileira e sua emancipação.

No estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino lê-se:

A ‘Federação Brasileira para o Progresso Feminino’ destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher, no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política.⁷

As reivindicações incluíam desde o refinamento intelectual das mulheres, até a sua maneira de apresentar-se na “vida pública”. A “Federação Brasileira para o Progresso Feminino” acompanharia uma melhor preparação dos “esforços da mulher”, em direção aos espaços de sociabilidade tradicionalmente identificados como masculinos. Dessa forma, é inegável que os esforços das mulheres no movimento feminista

⁶Idem.

⁷ Estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Arquivo do Gabinete Literário – Cidade de Goiás.

estiveram concatenados às atuações no Gabinete Literário Goiano, ao assumirem posição de frente em prol do “progresso” cultural, intelectual e artístico goiano.

Com esse propósito, a organização empreendeu uma luta pelo acesso das mulheres aos direitos políticos, como já foi assinalado antes. Em seus estatutos, objetivava: “Assegurar á mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos”.⁸ Ou seja, não teria sentido uma emancipação que não fosse articulada à preparação intelectual para o exercício desses direitos.

Assim, as feministas não só demonstravam conhecer a Carta Magna, tal como fora explicitado em seu conteúdo, como objetivavam exercer inteligentemente seus direitos. Havia um caráter subversivo nas palavras dessas mulheres: ocupar o espaço público pelo direito de votar e ser votada, mas com qualidade eficiente, isto é, em ruptura com as tradições misóginas que relegaram as mulheres aos espaços confinados ao doméstico, ao apolítico, ao trabalho não-remunerado.

Interessante notar que dentre as cartas e pareceres da FBPF, há uma contendo informações sobre a criação de um “Instituto de Educação Feminino e Bureau da Mulher” que, em seus “objectivos especiais” diz:

Além da educação comum aos dois sexos, torna-se necessário dar as novas gerações femininas e coordenar a atuação publica da mulher pelo desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, de modo a habilitá-la para o cumprimento de sua missão no lar, na sociedade e na vida cultural, econômica e social do país.⁹

Com isso, sinalizavam entender que a idéia de “emancipação” das mulheres teria um efeito múltiplo, ao mesmo tempo social, político, cultural, econômico e – até mesmo - maternal. Assim, não podemos deixar de considerar a emancipação política das mulheres como uma proposta plural, dinâmica. Lutavam para serem eleitoras e elegíveis, mas também trabalhadoras qualificadas e “mães esclarecidas”. Uma carta de Bertha

⁸ Idem, artigo 3º, item 6.

⁹ Documentação avulsa da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Arquivo do Gabinete Literário - Cidade de Goiás.

Lutz a Consuelo Caiado, datada do Rio de Janeiro em 27/02/1936, criticava um Questionário do Ministério de Educação e dizia: “Acho que a verba de maternidade só deve ser gasta para a educação da mulher, para que possa ser mãe esclarecida”.¹⁰

Portanto, a representação da “mãe esclarecida” e do “progresso feminino” não deixam de ser mecanismos de convencimento em apoio à luta, assim como interlocução entre seus “destinos” impostos e suas expectativas feministas. Sinal disso, um panfleto da FGPF, após a conquista dos direitos de 1928 e conseqüente necessidade de alistamento eleitoral por parte das mulheres, convocava: “Alistai-vos eleitoras! Trabalhai unidas em prol do lar, da família e do Brasil”.¹¹

Não há como desconsiderar que as experiências das mulheres no Gabinete Literário e suas lutas pelo direito de votar contribuíram para alimentar o “progresso” feminino e a ampliação da sua sociabilidade e espaços de poder. Estes incluíam dimensões que se situavam entre o público e o privado, entre o “lar” e a “tribuna”. Assim, as feministas lembravam sempre que a obtenção dos direitos políticos não rompia com as suas práticas no espaço da família.

Dessa forma, as mulheres goianas estiveram, à sua maneira, participando das discussões que versavam sobre sua a emancipação política, seus direitos e sua inserção como cidadãs na sociedade brasileira. No arquivo do Gabinete Literário encontram-se diversos jornais e documentos que traziam notícias da atuação e conquistas feministas, até a década de 1970. Esse arquivo não foi somente palco dos efeitos múltiplos da emancipação das mulheres, mas também é lugar de redescobertas históricas acerca das várias experiências e formas de emancipação das mulheres no passado.

¹⁰Idem.

¹¹ Documento Avulso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo do Gabinete Literário - Cidade de Goiás.

FONTES

Código Civil. Lei n. 3071, de 1º de janeiro de 1916 - organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira - 41 ed. - São Paulo: Saraiva, 1991 - Legislação Brasileira. Biblioteca da UFG.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24/2/ 1891. Biblioteca da UFG.

Documentação Avulsa da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Arquivo do Gabinete Literário - Cidade de Goiás.

Estatuto do Gabinete Literário. Arquivo do Gabinete Literário - Cidade de Goiás.

Estatutos da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Gabinete Literário - Cidade de Goiás.

“O voto feminino perante a justiça.” Alguns julgados. Publicações da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, n. 09. Gabinete Literário.

“Os direitos políticos da mulher. Opiniões e pareceres. – Idem, n.11. 1929. Gabinete Literário. Cidade de Goiás

Sentença do Dr. Clovis Esselin, juiz de direito de Santa Luzia, Goyaz, em 20/10/1928. Gabinete Literário. Cidade de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos - as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rose Marie & PUPPIN, Andrea Brandão. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Editora Cegraf/UFG, 1991. Coleção Documentos Goianos, nº. 21.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Edição do Departamento de Cultura, 1974.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. São Paulo, Bauru: EDUSP, 2000.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS, n. 10, 1982.

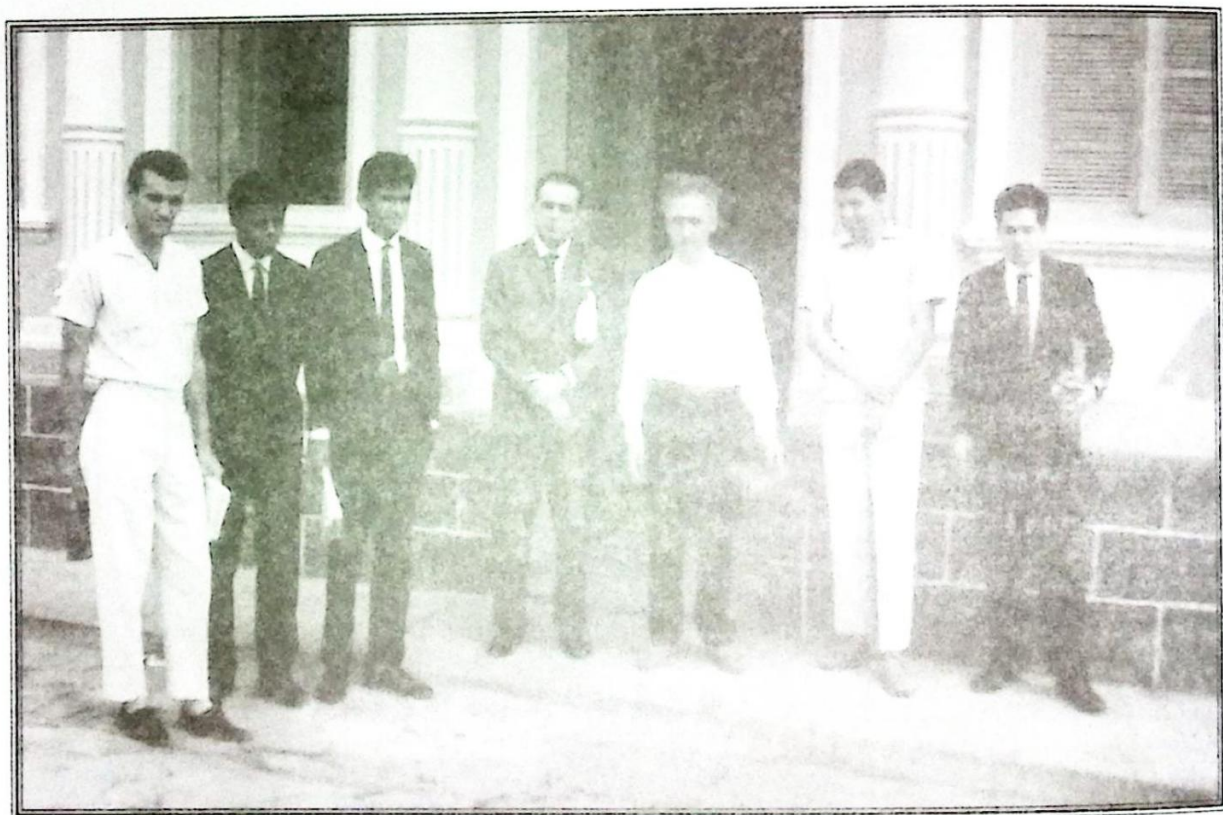
RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira: direitos políticos e civis*. Rio de Janeiro: Renes, 1962.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie &

PUPPIN, Andréa Brandão. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.



Palestras e
conferências



Da esquerda para a direita, um desconhecido; José Carlos de Almeida, Manoel de Oliveira (alunos do CEB). Gilberto Mendonça Teles (Diretor), George Agostinho da Silva (o idealizador do CEB), Fernando Pinho (amigo de Agostinho da Silva) e Sérgio Paulo Moreira.

A FILOSOFIA DE AGOSTINHO DA SILVA NA CRIAÇÃO DE CENTROS DE ESTUDOS NO BRASIL

Gilberto Mendonça Teles *
Sócio Benemérito do IHGG

A minha apresentação diz respeito a uma das atividades de George Agostinho da Silva no Brasil, a qual até há pouco estava completamente desconhecida dos organizadores do seu centenário. Refiro-me à sugestão que ele deu para a criação de um Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade Federal de Goiás; à sua conferência, de que resultou essa criação; e ao estudo que ele escreveu para o primeiro número dos Cadernos de Estudos Brasileiros que, como diretor, do Centro de Estudos Brasileiros, fundei em janeiro / junho de 1963.

1. O HOMEM QUE FOI ALÉM DO LITORAL¹

Como todo português que chega ao Brasil, GEORGE AGOSTINHO DA SILVA foi inicialmente um homem litorâneo, fascinado pela beleza

* Professor Emérito da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E, também, Professor Titular do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). Poeta (Hora aberta, poemas reunidos, 2003) e Ensaísta em livros como Vanguarda européia e modernismo brasileiro (1972), Camões e a poesia brasileira (1973), A retórica do silêncio (1986), A escrituração da escrita (1996), e Contramargem (2002).

¹ Anotações apresentadas na mesa-redonda da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 11/10/2006. Ampliadas para a conferência na Universidade Federal de Goiás, em 17/10/2006; e reescritas para as conferências na Faculdade Católica de Lisboa, em 16/11/2006, a propósito do Congresso Internacional do Centenário: "Agostinho da Silva, pensador do mundo a haver"; e no Colóquio Internacional: Agostinho da Silva — "La participation de la lusophonie à l'universalité — construction d'une pensée européenne", na Université Charles de Gaulle, em Lille, em 24/11/2006.

das praias, afeito à tradição marítima de sua gente ou então confirmando as comparações setecentistas de Frei Vicente do Salvador, para quem, na sua *História do Brasil*, de 1627, o Brasil tem “a figura de uma harpa” e os “portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos”. Não é à-toa que ainda hoje os gabinetes portugueses de leitura estão situados ao longo da costa brasileira, em Belém do Pará, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Não há nenhum nas grandes cidades do interior.

Ora, Agostinho da Silva chegou ao Brasil no início da década de 1950 e se deixou ficar inicialmente pelo litoral: na Paraíba, em Pernambuco, na Bahia, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Só depois de 1960, com a mudança da capital para Brasília — a nova capital do Brasil, situada no Planalto Central, em terras do Estado de Goiás — é que, com a criação da Universidade de Brasília, ali se fundou um *Centro Brasileiro de Estudos Portugueses*. Por essa época começava a expansão das novas Faculdades de Filosofia e das novas universidades, como a Católica de Goiás e a Federal de Goiás, criadas em 1959 e 1960, respectivamente.

No início de 1962, o reitor-fundador da Universidade Federal de Goiás (UFG), Colemar Natal e Silva, esteve na Nova Capital, com o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Darcy Ribeiro, que lhe falou do **Centro Brasileiro de Estudos Portugueses**, criado em Brasília por inspiração de Agostinho da Silva, professor português, com grande experiência da expansão da língua portuguesa. Agostinho da Silva conhecia de perto a sobrevivência da língua portuguesa no Timor e nas colônias portuguesas da África: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. E conhecia agora o português brasileiro. Ora, o fundador da Universidade Federal de Goiás era um homem politicamente tocado pela idéia do *novo*. Imediatamente convidou Agostinho da Silva a visitar Goiânia (a 200 km de Brasília) e a pronunciar ali uma conferência. Para isso, organizou uma Semana de Planejamento da Universidade.

Essa Semana iniciou-se em 22 de janeiro, com uma conferência de DARCY RIBEIRO, continuou nos dias seguintes com as de AGOSTINHO DA SILVA, WALNIR CHAGAS (do Conselho Federal de Educação), BENEDICTO SILVA (da Fundação Getúlio Vargas) e HELDER DA ROCHA LIMA (Professor de Arquitetura da UFG). A conferência de encerramento coube ao reitor COLEMAR NATAL E SILVA que, além de resumir e comentar os principais tópicos das conferências anteriores, tomou a conferência de Agostinho da Silva como modelo, falando, a partir dela, da renovação da universidade brasileira e do que ele desejava fosse novo na Universidade Federal de Goiás.

Mas o que mais encantou o reitor da UFG foram realmente as idéias de Agostinho da Silva sobre a necessidade de se criarem *centros de estudos* para o conhecimento do Brasil, isto é, para que os próprios brasileiros pudessem conhecer o seu País. Agostinho da Silva pensava em quatro pontos estratégicos do território nacional. Sublinhou a importância do **Centro Brasileiro de Estudos Portugueses** já em funcionamento na Universidade de Brasília; do **Centro de Estudos Afro-Orientais**, também em atividade na Universidade da Bahia; a de um futuro **Centro de Estudos Latino-Americanos**, a ser fundado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e — o que seria o ideal — um **Centro de Estudos Brasileiros**, que funcionasse no coração do Brasil, na Universidade Federal de Goiás. Diante de tal pensamento, que iluminou o projeto de uma universidade nova e culturalmente importante, o reitor Colemar Natal e Silva aceitou a sugestão de Agostinho da Silva e declarou criado o **Centro de Estudos Brasileiros** da Universidade Federal de Goiás, ratificado depois pelo Conselho Universitário e, imediatamente, indicou meu nome para ser o seu organizador. Depois, me nomeou o seu diretor², cargo em que estive até o fechamento do Centro em 1964. Como eu era também, nesse época, o presidente do Instituto Histórico

² Até então, eu era funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com trabalhos publicados sobre história literária e filologia. Chegando a Goiânia, Agostinho da Silva foi me conhecer e logo me convidou para a conferência que ia fazer na Universidade. Foi dele, portanto, a idéia do meu nome para organizar e dirigir o futuro centro de estudos, o que motivou a minha requisição para trabalhar na Universidade Federal de Goiás e o meu posterior desligamento do IBGE.

e Geográfico de Goiás, com prédio próprio no Setor Sul de Goiânia, fez-se uma reforma no referido prédio e ali se instalou o Centro de Estudos Brasileiros até que a Universidade construísse um prédio especial para o Centro

* * *

Revivia-se com a utopia de Agostinho da Silva o **arquétipo mítico** dos povos andinos, projetava-se um quadrilátero cósmico sobre a cultura brasileira: no **Norte-Nordeste**, o centro da Bahia voltado para o mundo Oriental; no **Sul**, o do Rio Grande do Sul, aberto para o Atlântico Sul e para os povos Latino-Americanos; no **Planalto Central**, o de Goiás como lugar de pesquisa e de conhecimento do Brasil; e, finalmente, o de **Brasília**, como lugar de síntese do sentido geo-político da cultura brasileira.

É que as palavras e a filosofia de Agostinho da Silva tinham muito de utópico, de esperança na transformação e no aperfeiçoamento das instituições culturais do Brasil. Sem que isto estivesse explícito no seu discurso, ele parecia retomar a visão mítica dos antigos incas que imaginavam o seu “império” no sentido do **Tihuantisuyo**, isto é, dos “**quatro pontos cardeais**” ou dos “quatro cantos do mundo”. Esta imagem se tornou freqüente nos manifestos das vanguardas latino-americanas, a partir de 1916. Por isto não deixa de ser curioso que Agostinho da Silva tenha escolhido como emblema do Centro Brasileiros de Estudos Portugueses, da Universidade de Brasília, em pleno Planalto Central, distante do mar, justamente uma *rosa-dos-ventos* (uma rosa-dos-rumos, uma rosa-marítima). De tal maneira a imagem dos quatro pontos cardeais foi importante para os vanguardistas latino-americanos da década de 1920, que um deles — o chileno Vicente Huidobro — escreveu lúdica e politicamente no seu poema *Altazor*, de 1931, que, para os sul-americanos, “*los cuatro puntos cardinales son tres: Nord y Sur*”, numa alusão humorística e crítica à situação de terceiro mundo dos países latino-americanos. Já no século XVI, Luís Vaz de Camões havia pressentido essa imagem cósmica no oferecimento do poema a D. Sebastião, como na conhecida hipérbole da estrofe 8ª do Canto I de *Os Lusíadas*:

Vós, poderoso rei, cujo alto império
O sol, logo em nascendo, vê primeiro.

Vê-o também no meio do Hemisfério
E quando desce o deixa derradeiro.

A *imagem* dos pontos cardeais como limites de um império ou de um pensamento atualizava o sentido dialético de Regional *versus* Nacional, tema permanente num país como o Brasil, de dimensões continentais, onde as várias regiões — e as universidades dessas regiões — enfrentam constantemente a discussão a este respeito. Até há pouco tempo ser nacional no Brasil era escrever e publicar no Rio de Janeiro ou em São Paulo, num claro menosprezo às grandes cidades do interior, muitas delas com mais de um milhão de habitantes. Neste sentido, as próprias universidades brasileiras do interior até hoje não assumiram inteiramente as suas regionalidades.

2. O HOMEM QUE VIU DE DENTRO DO BRASIL

O discurso de Agostinho da Silva em Goiás reafirmava inconscientemente o sentido do **espaço mítico** em que se fundava a Universidade, no interior, no não-litoral, no centro geopolítico do Brasil, lugar de expansão, de alargamento geográfico do território, tema recorrente no seu pensamento de se imaginar o Brasil “a haver”, um país do *futuro*, como no famoso livro de Stefan Zweig, escrito dez anos antes de Agostinho chegar ao Brasil. Para o filósofo português o Brasil era uma permanente projeção para o futuro, como uma “*potência terrena*” que “*pudesse vir a ser aquela potência espiritual, que se tinha imaginado que um dia seria o próprio Portugal*”. “*E ai de nós — exclama ele no exórdio de seu discurso — ai de nós se nós enquanto vivemos não sentimos a paz de todo presente e a paz de todo passado sobretudo esse apelo da coletividade futura.*

Não vale a pena no fundo planejarmos coisa nenhuma para nossa vida. As nossas vidas serão sempre mesquinhas se elas se incluírem dentro do restrito tempo e dentro do restrito espaço em que nossas vidas podem desenvolver. Elas só são grandes, quando nós incluímos, juntamente com a vida dos que viveram antes de nós e juntamente com a vida daqueles que são nossos contemporâneos, a vida daqueles que virão depois de nós.

Depois de dez anos de vivências culturais por vários estados do litoral brasileiro, Agostinho da Silva chega ao Planalto Central, ao centro do Brasil — centro geográfico e geodésico, centro antropológico e político do território brasileiro e, com a sua experiência de antepassados descobridores, olha, repara e vê, no sonho e na imaginação dos descobridores e dos bandeirantes, o espaçoreal e utópico de um Brasil melhor. Daí as suas palavras de homem que foi além do litoral e que, de dentro para fora, do sertão para um sonho a nascer, olha, vê, repara a máquina da esperança. E pôde portanto escrever que

Inventar o Brasil geográfico é fácil. Saber o que é o Brasil não-geográfico, saber como vamos definir o Brasil no campo do espiritual, no campo da sua mensagem essencial ao mundo, eis aí o difícil. Se perguntarmos a alguém, seja quem for, o que ele acha do Brasil, o que distingue o Brasil de todas as outras nações do mundo, o que pode garantir o Brasil como o arauto de uma civilização nova, ninguém saberá responder. E no entanto todos acham que [...] o Brasil, evidentemente, está chamado a desempenhar uma grande missão no mundo e que tenta transmitir aos outros valores de que os outros realmente não suspeitam e de que os outros não são capazes de realizar coisa nenhuma, não são capazes de avançar mais, uns porque são demasiadamente jovens, outros porque são demasiadamente velhos, outros, como a Europa de que vos falava há bocado, se comprometeram demais com as mecânicas.

E com humor e um tanto de ironia comenta, nesse ano de 1962, que para os africanos e asiáticos os valores europeus “*estão inteiramente falhados*”, porque “A Europa os abandonou sem que tivesse dado médicos, engenheiros, sem que tivesse dado mecânicos, sem que tivesse dado administradores, sem que tivesse orientado para nenhuma espécie de vida livre”. Ao passo que, para ele, “*O Brasil sabe como ser feiticeiro sem ser aprendiz de feiticeiro que desencadeia as forças sem se submeter às suas vontades*” E acrescenta:

O Brasil tem a displicência e as boas qualidades da preguiça e

as boas qualidades de chegar atrasado e as boas qualidades do seu desajustamento suficientes para não acreditar que as coisas mecânicas sejam deuses, para não acreditar que a Suíça, por exemplo, seja o melhor país do mundo, porque os trens chegam exatamente no horário. Que importa? Se até hoje toda a civilização suíça deu de si um relógio de pulso. Mais coisa nenhuma.

Dentro desta maneira especial e irônica de ver e pensar uma nova universidade no Brasil foi que Agostinho da Silva viu mais profundamente o Brasil e passou ao reitor da recém-fundada Universidade Federal de Goiás a visão mais que pedagógica de um Centro de Estudos Brasileiros, um centro que, juntamente com três outros centros de estudos, em regiões estratégicas do território nacional, pudessem ensinar a língua, a cultura e os problemas do Brasil, não só aos africanos e aos latino-americanos, como também aos próprios brasileiros.

3. O SENTIDO MAIOR DO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS

No seu discurso, Agostinho da Silva começava a posicionar as universidades brasileiras na sua função social, como uma coletividade que se relaciona com outras coletividades, afirmando, com muita ênfase, que *“Esta Universidade, como outras Universidades [...] só será grande na medida em que imaginar o futuro, em que imaginar um grande sonho”*. E na sua linguagem filosófica e ao mesmo tempo poética acrescentava que *“não ter medo dos sonhos é a primeira coisa que devemos ter na vida. E em seguida, depois de não ter medo dos sonhos, não devemos ter medo de os ir realizar imediatamente”*.

Sabendo da situação do ensino no Brasil, ele foi capaz de afirmar o que ninguém — nenhum reitor, nenhum professor, nenhum técnico do Conselho Federal de Educação, possivelmente nenhum aluno —, tinha-se dado conta, ou seja, que

Não há atualmente nas Universidades [brasileiras] nenhum lugar onde ninguém se possa formar em estudos brasileiros. Não há nada onde se possa aprender o Brasil, a não ser que professores

se distribuíssem por quatro ou cinco Faculdades diferentes, sem concatenação, sem que os ensinamentos estejam entrosados e sem que o complexo cultural desapareça tão inferiormente da realidade brasileira [...] É preciso que nalgum lugar pioneiro se forme um instituto, um centro que se ensine fundamentalmente o Brasil. [...] Esse Centro de Estudos Brasileiros, que não existe em parte alguma, tem que se fazer.

E depois de dizer que, para ele, uma universidade não é de uma cidade, mas de uma região, afirma que *“E esse Centro de Estudos Brasileiros tem que ser neste vosso Goiás, neste centro do Brasil, no meio do Brasil, região que foi de gente bandeirante e tem que continuar de gente bandeirante. Aqui, onde existe efetivamente lançado alguma coisa de essencial para o resto da cultura brasileira. Que nenhuma das outras universidades pode fazer o que não tem, porque não tem ambiente para isso.”* E conclui, um tanto profeticamente com as metáforas náuticas:

As dificuldades nunca serão insuperáveis. E haverá muito mais facilidades do que dificuldades. Coisas surgirão nas quais nem sequer pensávamos e que nos poderão ajudar. E um dia, quando isso estiver feito, e nos lembrarmos desta noite e nos lembrarmos deste projeto e nos lembrarmos deste sonho que lançamos, assim nós iremos verificar que afinal a História estava exigindo e que nós nada mais fizemos que embarcar no tal barco de que falávamos no início e remar um pouquinho, porque, às vezes, quando o vento falha é necessário mesmo remar, mas que na maior das vezes é de muito bom gosto ir deixando que o barco derive por onde quer sem que façamos nenhum esforço”.

Como já dissemos, o Centro de Estudos Brasileiros foi pensado como uma superestruturada Universidade Federal de Goiás. O fundamento filosófico que inspirou a sua criação era o de que a universidade, com seus institutos e faculdades, cada uma com o seu currículo especializado, não “tinha tempo” para estudar a realidade brasileira. Daí a necessidade de um organismo que atuasse como um *espírito universitário* de conscientização da realidade nacional. Professores e alunos desconheciam o sentido maior da nossa história, da geografia

brasileira, os problemas antropológicos do homem brasileiro, as suas relações sociais, o lado econômico e artístico do país. O Centro de Estudos Brasileiros seria o ponto de união cultural de todas as faculdades e estaria diretamente subordinado à reitoria, como de fato esteve, mas só administrativamente. Com o tempo acabou ganhando a autonomia para a sua direção didática e cultural. A sua ligação direta com a reitoria teve afinal o seu lado ruim, porque acabou sendo vítima da oposição que se fazia ao reitor Colemar Natal e Silva que, com seus mil problemas, não teve jeito de dar mais atenção ao Centro, que acabou sofrendo os malefícios das intrigas e das invejas da política universitária.

Agostinho da Silva visitou várias vezes o Centro de Estudos Brasileiros: esteve na sua aula inaugural no dia 11 de março de 1962 e escreveu para os *Cadernos de Estudos Brasileiros* (nº 1, janeiro / junho de 1963) o artigo a que deu o título de “Centro de Estudos Brasileiros”. A comprovar a sua popularidade, os alunos do CEB deram, em abril de 1962, o nome de Agostinho da Silva à sua entidade de classe. No fim de 1962 se formou a primeira turma do CEB. A segunda, em dezembro de 1963, era composta de 15 alunos e teve como Patrono o Prof. Dr. George Agostinho da Silva, que não pôde comparecer. Tiveram Homenagem Especial o Governador do Estado, Mauro Borges Teixeira, o Diretor do Centro, Gilberto Mendonça Teles e o Vice-Diretor Bernardo Elis Fleury Curado. O reitor Colemar Natal e Silva expôs o seu pensamento sobre a função do Centro na Universidade e, em seguida, falou o paraninfo da turma, Senador JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA. Infelizmente, o discurso de Juscelino foi confiscado pelos militares no ano seguinte³.

³A formatura da turma de 1963 se deu nos dias 13 a 15 de dezembro. Os **concluintes** foram: Ana Maria Garcia, Carlete Lino, Emílio Pereira dos Santos, Herbert Assis Gonçalves, Humberto de Nascimento Andrade, José Carlos de Almeida (Presidente do Centro Acadêmico Agostinho da Silva), José Mendonça Teles, José Vaz de Oliveira, Luís de Lourdes B. Curado, Maria Aparecida Gomes, Simonides Martins Rezende, Sebastiana Lélis Coelho, Stela Dalva Leite e Valeriano Ribeiro Pereira. (Orador). Um desses alunos — sabe-se hoje — era informante do Serviço Nacional de Informação (SNI) e relatava tudo o que se ensinava de História, Economia e Sociologia. / Os **professores** que constam do convite são: Amália Hermano Teixeira, Antônio Geraldo Ramos Jubé, Antônio Theodoro da Silva Neiva, Bernardo Elis Fleury Curado, César Ribeiro de Andrade, Domingos Félix de Sousa, Elder Rocha Lima, Genezy de Castro e Silva, Horieste Gomes, José Luís Nunes, Modesto Gomes da Silva, Manoel Dias Corrêa, Ruy Ferreira Bretas e Vicenzo Falcone.

Com a revolução militar de 1964, o Centro de Estudos Brasileiros da UFG foi fechado e o seu diretor exonerado pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de outubro de 1964, sob a acusação de que o Centro era “comunista” porque “estudava o Brasil”. Para que os alunos matriculados não sofressem solução de continuidade nos seus estudos, consegui que o Conselho Universitário, de que eu continuava fazendo parte, aprovasse a passagem deles para os cursos de Letras, de História e de Ciências Sociais.

Vivendo em Brasília, mais perto dos acontecimentos políticos, Agostinho percebeu os rumos do golpe militar e, no fim do ano de 1964, me mandou um recado para ir ter com ele. Fui, e ele me disse: “Falei com Maria de Lourdes Belchior Pontes, nossa adida cultural no Rio de Janeiro, e nos pareceu oportuno que você recebesse agora uma bolsa de estudos para Portugal”. E foi assim que em março de 1965 vim a Portugal, fiz um curso de Especialização em Língua Portuguesa na Universidade de Coimbra, conheci homens como António Quadros, Jacinto do Prado Coelho, Lindley Cintra e Vitorino Nemésio e, de quebra, numa conferência na Universidade de Lisboa, fui convidado pelo embaixador Hélio Scarabotolo, diretor dos Serviços Culturais do Itamaraty, para ser professor de Literatura Brasileira no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, em Montevidéu.

Agostinho da Silva me abria, indiretamente, as portas para o contato com a literatura latino-americana, como ele sonhava nos seus projetos arquetípicos. Como fui trabalhar no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, em Montevidéu, onde estavam exilados Jango Goulart e Leonel Brizola, o Serviço Nacional de Informação (SNI) me relacionou com eles (com os quais nunca conversei) e me “condecorou” com o AI-5, em 1969. Aposentado na UFG, optei por vir para o Rio de Janeiro, onde, imediatamente, fui contratado como professor da Pós-Graduação da PUC-Rio e onde estou há trinta e cinco anos.⁴

Dezoito anos depois, agora como professor de Literatura Brasileira na Universidade de Lisboa, fui visitar Agostinho da Silva. De volta ao Brasil, comecei a receber suas cartas, que guardo no meu arquivo.

⁴ Agostinho da Silva viveu no interior do Uruguai na década de 1940, assim que chegou ao Brasil.

Era um grande filósofo moderno, com os pés na tradição ibérica. No seu pensamento ecoavam idéias de Giacchino da Fiori para quem houve uma época do Pai, outra do Filho e começava no fim do século XII a época do Espírito Santo, que preparava o homem para a sua volta no futuro. O pensamento de da Fiori influenciou os franciscanos e cresceu pelo mundo. Isto explica a preocupação de Agostinho da Silva em conhecer os cultos e ritos do Brasil ligados ao Divino Espírito Santo. Em Goiás, conheceu a romaria de Trindade, cujo orago é o Divino Padre Eterno; e conheceu em Pirenópolis as festas populares do Divino, no mês de julho, onde o imperador é às vezes uma criança. Agostinho da Silva era dessa estirpe de filósofo que pensava no futuro da humanidade e, para isso, queria prepará-la para o advento da nova Era.

Foi por essa época (em que vivi em Lisboa) que lhe dediquei o poema "Mitofagia" (in *Plural de nuvens*, HORA ABERTA), que se abre e fecha com um soneto, enquanto a parte central descreve a variabilidade das versões do mito sebastianista:

MITOFAGIA

A Agostinho da Silva

É mítico porque é integrado ou inscrito num certo necessitarismo tradicional lendário e iluminado.

(Antônio Quadros)

1.

De repente, parou. Era um cavalo
que não parava nunca, mas vivia
no meu desejo louco de montá-lo
para mostrar ao mundo o que eu queria.

Parou na minha porta e, a contemplá-lo,
gastei o azul solar da epifania,

e vi o meu futuro no intervalo
de um presente de grego e mouraria.
Perdendo um dia o meu cavalo branco,
me simulei maluco e, meio manco,
fui seqüestrado por um serafim.
E, hoje, D. Sebastião ou D. Quixote,
trago sempre comigo, para um dote,
as ilhas do meu sonho, e meu rocim.

2.

Sei que me esperam quando o sol a pino
desfizer esta névoa em que me oculto,
talvez nas formas novas de um menino,
talvez no corpo desse antigo vulto.

Talvez me tenha convertido, em Meca,
ou passado ao Brasil nalgum naufrágio;
meu sonho é como a fonte que não seca,
é doença que pega por contágio.

Na ilha em que vivi, na dos Amores,
entre palmeiras, sabiás, feitiços,
cada ninfa trazia as suas flores
para adornar meu pé e compromissos.

Na história do futuro eu fui, sou visto
como um divino espírito vindouro,
mas é pela demanda que eu existo
meio verde-amarelo como um louro.

Há quem diga que fui o D. João IV
ou o presidente-rei Sidônio Pais;
há tanta controvérsia que reparto
minhas encarnações e meus sinais.

E fui também o Fingidor, na imagem
de uma mensagem céltica, de um mito
onde encontrei meu ar de personagem
tão barulhento como um periquito.
Sei que sou desejado (o indescoberto
que se infiltrou nas raças e nas roças);
não sei se sou Camongo ou se Gilberto,
sei que as minhas saudades são as vossas.

Na forma de um Saci eu li num texto
que sou quem foi e se sumiu na guerra,
mas há quem me vê logo um D. João VI
fazendo as malas e deixando a terra.

Sou todo esse folclore que, de longe,
te faz continuar, D. Sebastião:
és “Camões” e “Bocage” — sois Camonge
a lutar contra “o reis” no meu sertão.

Se alguém, com um olho só, viu mais profundo
as glórias do passado e a vil tristeza,
com uma perna só, possuo um mundo
todo de ambigüidade e de incerteza.

De um lado, um D. Quixote de chinelo
pulando num pé só, nas mãos apenas
levo a viola para algum duelo
e encantação de loiras e morenas.

E, de outro, um dom qualquer com sua tropa,
um D. Juan no luar das sextas-feiras,
dizendo não aos mísseis pela Europa,
dizendo sim às misses estrangeiras.
E assim me encontro, em plena Liberdade,

exibindo esta perna como um cetro:
talvez um tanto morto de saudade,
talvez um tanto cheio, como o metro.

3.

Tu regressaste um dia de domingo
à paisana e nas dobras da bandeira,
sentias no teu peito uma longínqua
mistura de esperança e de canseira.

Tu regressaste assim como quem brinca
além da multidão, nalguma feira,
onde existe o calor da tua língua
que com pouca exceção é brasileira.

E pois que regressaste e ninguém soube,
ninguém te viu, te festejou nem nada,
dobra o papel de santo que te coube

e espera um novo tempo que te deixe
chegar furtivamente, na alvorada
de um cavalo-marinho ou então de um peixe...

*En verdad que estoy por decir que me
holgara que hubiera sucedido todo al revés,
porque me obligara a pasar en Berbería,
donde con la fuerza de mi brazo diera
libertad no sólo a don Gregorio, sino a
cuantos cristianos cautivos hay en Berbería.
Pero ¿qué digo, miserable? ¿No soy yo el
derribado?*

D. QUIXOTE, II, LXV

Como se vê, o poema vai desdobrando-se nas formas mitológicas do regresso de D. Sebastião que, no fundo, parece confundido com D. Quixote

[daí a hipógrafe] e com o próprio Agostinho da Silva, no qual se reflete um sujeito lírico, de fala brasileira, mas totalmente impregnado de toda essa filosofia, como no soneto final que retoma imagens da filosofia agostiniana

* * *

No dia 17 de outubro deste ano, quarenta e dois anos depois do fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, a Universidade Federal de Goiás, por intermédio da Profa. Zaíra Turcchi, diretora do Instituto de Letras, nos recebeu, a mim e o Dr. Amândio Silva, responsável pelos eventos do centenário de Agostinho da Silva no Brasil. Houve conferências e exposição sobre a vida e a obra do filósofo, inspirador do Centro de Estudos Brasileiros. O homem que, não sendo brasileiro, soube ver, para além do visível, os pontos cardeais da cultura brasileira, e projetá-los, como no **Tihuantisuyo** dos incas do século XIII, nos quatro *centros* de estudos — o da Língua Portuguesa, na Universidade de Brasília, que teve de se adaptar aos novos rumos da política universitária; — o da Cultura Afro-Asiática, na da Bahia, que perdeu a sua força original; — o de Estudos Brasileiros, na de Goiás, que foi discricionariamente fechado; — e o da Cultura Latino-Americana, na do Rio Grande do Sul, que nem chegou a funcionar. Se não foram adiante, muitas de suas idéias ficaram para as futuras gerações. E muitos de seus alunos cresceram no magistério, na literatura e na política, mesmo quando o medo e a delação dominavam o Brasil dos anos do governo militar.

Hoje não tenho dúvida em afirmar que de todas as realizações de Agostinho da Silva no Brasil a que lhe deu mais alegria, a que mais esteve próxima da essência de sua filosofia pedagógica, a que mais se concretizou segundo o seu pensamento, segundo o seu sonho, foi, sem dúvida, a utopia que ele viu nascer, crescer e se concretizar no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás. Foi talvez o mais rude golpe que ele sentiu, de longe, de perto, de Brasília, continuação do território goiano, onde ele também viu ruir outro de seus sonhos, sem perder contudo as suas esperanças no futuro.

Num ensaio que escreveu entre 1950 e 1960, intitulado “Uma teoria do Brasil”, encontramos uma forte identidade com as idéias expostas na conferência que pronunciou em janeiro de 1962, na Semana de Planejamento da UFG. Como os editores do livro coletivo *Invenção do Brasil*, de 1997, não se lembraram das relações de Agostinho da Silva com Goiás, com Goiânia, principalmente, não puderam fazer uma comparação dos dois textos. Mas encontrarei afirmações que os unem, mesmo que a imagem seja outra. Uma delas diz respeito à potencialidade do Brasil, escrevendo que “*só há, teologicamente, um pecado imperdoável, isto é, o que se comente contra o Espírito Santo, contra as possibilidades fundamentais do indivíduo dentro dos planos divinos; pois bem: é pelo desmatamento ou pelo florestamento que o Brasil pode escolher entre cometer ou não o seu pecado contra o Espírito Santo*”. Com relação à poesia e à pintura faz crítica ao gosto dos artistas pelas idéias estrangeiras, “*por fraqueza ou voluntária adesão*”, e comenta:

o artista brasileiro no melhor, por exemplo, de um Machado de Assis, é capaz como nenhum outro de ligar, com um perfeito domínio técnico, expresso pela simplicidade, o sonho e a realidade, traduzindo nos apreensíveis termos do sensível a fantasia que reside nas coisas, revelando pela humildade e a coetânea audácia de sua arte aquela beleza e íntima verdade que tanto se furta a quem vê o universo apenas sob critérios de utilidade. Poetas, pintores e arquitetos do Brasil ensinam ao homem comum a ver quanta fantasia e irrealidade se escondem no acontecer cotidiano e lhe apresentam o que tem de eterno, o que o liga a um Deus, cuja característica essencial passa a ser não a vontade nem o amor mas a imaginação criadora, no gosto pelo singular, pelo que é diferente, pelo individual e único.

Finalmente, o que ele diz no final de “Uma teoria do Brasil” é quase idêntico ao que escreveu em determinado momento da citada conferência, que já está publicada no bojo deste Centenário:

Afigura-se-nos então, pelo que dissemos de sua possibilidade e seus anseio íntimos e pelas manifestações que logram romper as necessidades de uma evolução econômica que o engloba, que

seria o Brasil o ponto de onde poderia partir essa salvação da Humanidade; os outros se envolveram demasiado na política e na técnica, se comprometeram demasiado na empresa de assegurar material e estão ainda demasiado soltos do apoio espiritual indispensável para que possam, nesta espécie de queda livre em que vão, encontrar as possibilidades mecânicas de uma inversão de atitudes. É, porem, inteiramente verdade que não há salvação individual e que o primeiro, porventura o único dever de cada homem, porque naturalmente daí decorre tudo o que vier, é o de se salvar a si próprio; temos de nos recompor nós, inteiramente, em todo o esplendor de uma nova existência para que possamos levar aos outros a mensagem de esperança e apoio.

4. ANTOLOGIA DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO DA SILVA

Eis alguns tópicos do pensamento do Filósofo da Esperança sobre o Brasil e sobre a universidade brasileira nessa conferência de 23 de janeiro de 1962. Por estes exemplos se percebe a linguagem carregada do filósofo, num discurso oral e, por isso mesmo, cheio de repetições e de acumulações no sentido de dar clareza às idéias que se vão desenrolando ou se superpondo, numa estilística que tem muito a ver com a linguagem conceptista do Pe. Antônio Vieira. Eis o que disse Agostinho da Silva:

4.1. *Extraído da Conferência de 23 de janeiro de 1962 (ainda inédita)*

a — Sobre Portugal

- Havia em Portugal gente convencida de que o Brasil era um grande paraíso terrestre que se teria encontrado. E então para ele valia a pena fugir. Havia navios que não podiam voltar a Portugal, porque as tripulações desertavam. Muitos fugiam para não ter que regressar a um Portugal, que eles não reconheciam como o autêntico Portugal, que não lhes dava liberdade de espírito, que não lhes dava possibilidade de imaginarem e

inventarem a sua vida, ao passo que o Brasil lhes oferecia exatamente essa possibilidade [...]. Esses homens, então, passo a passo, enfrentando todas as dificuldades, inventando soluções, quando era possível inventar soluções, esses homens, passo a passo, foram traçando planos, que era mais como plano dos homens, porque era o plano de uma coletividade, era o plano de uma comunidade e mais o plano de uma coletividade, que estava viva, ou mais que um plano de uma coletividade que tinha morrido, era o plano de uma coletividade que atuava no futuro para o esforço desses homens.

b — Sobre Universidade

- A maior parte das Universidades brasileiras [...] são Universidades portuguesas no que têm de pior implantadas no Brasil e foi, possivelmente, graças a ação de nossa gente na África, que alguns países, por exemplo a Nigéria, tomaram já iniciativa de fundar escolas que sejam deles, escolas que sejam de África.
- Esta Universidade, como outras Universidades, esta coletividade, como outras coletividades só será grande na medida em que imaginar o futuro, em que imaginar um grande sonho. E não ter medo dos sonhos é a primeira coisa que devemos ter na vida. E em seguida, depois de não ter medo dos sonhos, não devemos ter medo de os ir realizar imediatamente.
- Se a Universidade brasileira não tomar sobre si essa tarefa, se não for a guia de seu povo, se a Universidade brasileira não se sentir responsável pela sorte de cada cidadão brasileiro, a sua sorte material ou a sua sorte espiritual, a Universidade brasileira terá falhado completamente na sua missão. [...] A nossa tem que ser essencialmente uma instituição virada para os problemas do homem, do homem tal qual ele se apresenta na realidade. Só assim cumprimos nossa missão dentro do Brasil.

- Nenhum ponto [...] do Brasil formulou até hoje o que seja o Brasil. Não há em nenhuma de nossas Universidades lugar nenhum, Instituto algum onde se possa aprender o Brasil. Aquilo que vos dizia ontem o prof. Darcy Ribeiro, a propósito do ensino da nossa língua e da nossa literatura é verdadeiro. O resto é mais grave do que ocorre. Ele apenas chamou a atenção para o problema do ensino da língua e para o problema do ensino da literatura, mas é mais grave do que isso. É que nem língua, nem literatura se pode compreender completamente, quando não se entendeu história, não se entendeu economia, não se entendeu sociologia, quando não se entendeu a arte, quando não se entendeu realmente o fundamental — aquilo que faz a infra-estrutura e a super-estrutura, aquilo que faz o complexo cultural de um povo.
- Uma das críticas que se pode fazer à Universidade brasileira é que ela é formada por circunstâncias históricas, de unidades separadas uma das outras e que então o sistema de Instituto de Brasília vai permitir que essa Universidade se integre, que os alunos se liguem uns com os outros e entre si e quando depois partirem para suas Escolas especializadas eles levam lá, já um lastro, uma consciência, um hábito de consciência universitária que não existe nas outras Universidades.
- Eu creio, por exemplo, que numa Universidade como esta, um Centro, como o Centro de Estudos Brasileiros poderia ser esta unidade integradora. [...] Que um dia seja possível exigir, como se exige em Brasília, para o médico, para o advogado, para o engenheiro um crédito de estudos brasileiros. [...] Essa fórmula do Centro de Estudos Brasileiros de que falei será logo copiada, adjuntada pelas outras Universidades, porque elas vão sentir a necessidade de fazer como várias outras Universidades do mundo inteiro.

4.2. *Extraído do Artigo no Caderno de Estudos Brasileiros*(nº 1, janeiro / junho de 1963)

a — Faculdade de Filosofia / Letras

- Havia nas Faculdades de Filosofia uma vaga Literatura Brasileira, ou uma não menos vaga Geografia do Brasil, já separada da Literatura por uma absurda divisão em cursos, ou uma História do Brasil que raras vezes trabalha sobre documentação original [...]. Tudo isso disperso, tudo isso inseguro, tudo isso mais para dar emprego a catedráticos do que para verdadeiramente se integrar no problema da constituição [*sic*] comportamento atual e missão futura do Brasil. Creio que se reunirão bem os males dizendo que numa Universidade como a de Brasília, de tão bom projeto e de tão bom apoio na melhor gente, ainda existe uma coisa chamada Letras Brasileiras, separadas pelas tais fatalidades de arranjos burocráticos de cursos.

b — Centro de Estudos Brasileiros

- Pois Goiás se libertou de tais limitações, e convém que disso se saiba. Pareceu ao autor do presente escrito, pouco depois da renúncia do Presidente Jânio, e considerando como o Estado se comportara na crise, considerando ainda a sua posição central no território brasileiro, considerando finalmente a capacidade de ação, a audácia, a inteligência construtora, a sensibilidade regional e nacional do Reitor Colemar Natal e Silva [...], pareceu, pois, ao autor, tão atacado ultimamente, e neste setor, pelos supervendedores de uma subliteratura que se pretende social quando é apenas ruim, **que chegara a ocasião de se fundar numa Universidade um Centro de Estudos Brasileiros.** [**Negrito nosso**]. Assim o propôs, assim o Reitor o aceitou, assim, o que foi ainda mais estranho, se realizou um ou dois meses depois de feita a proposta inicial. Mas esta Universidade Federal de Goiás é realmente uma Universidade à parte: o Reitor não está contra o que se propõe, mas a favor; os

alunos têm voz ativa; e sabe-se acolher o pessoal, com a plena consciência de que ele não é de início da mais alta excelência que se poderia desejar, mas que excelente o farão a boa vontade, a dedicação, a modéstia, o estudo, o ambiente.

- Começou o Centro de Estudos Brasileiros por montar um Curso de Estudos Goianos, que também é exemplo. [...] Foi então a Universidade Federal de Goiás a primeira a ter um curso de história do seu Estado. Claro que é muito mais cômodo dar história da Europa, ou história do Brasil decalcada no Varnhagen, no Taunay, ou, para os mais em dia, no ISEB; dar história de um Estado obriga a pesquisa, obriga a saber o que é um manuscrito e obriga a saber o que é um mapa original; e foi talvez das coisas mais belas que se têm passado em Universidade Brasileira o ver com que entusiasmo professores e alunos, sob a inspiração, mais do que chefia, de seu jovem diretor, se lançarem à tarefa, e não só ao campo da história. Mas igualmente no campo da economia, da sociologia, da antropologia, da filologia.
- Hoje, no seu segundo ano de existência, com muita boa resposta da população universitária, já o Centro mantém, a par do Curso de Estudos Goianos, um Curso de Estudos Brasileiros; espero que este domínio não fique apenas limitado a seus valores próprios, mas [...] leve a Goiás os melhores do Brasil, que muitas vezes, senão a maior parte das vezes, não estão nas Universidades, quaisquer que sejam as suas ideologias, porque na vida só é fecundo o diálogo, só é vivo o confronto de pensamentos, só faz luz, não as idéias, mas os seus entrechoques. O Centro de Estudos da Universidade Federal de Goiás deve ser o ponto de reunião de todos os que se interessam pelo Brasil, em qualquer dos seus aspectos e qualquer que seja o seu ponto de vista.
- Minas Gerais e São Paulo prestaram homenagem a Goiás imitando-o; o Conselho Federal de Educação a prestou se

lhe opondo. Parece efetivamente ter receado que o Centro abalasse as estruturas das Faculdades de Filosofia; em primeiro lugar, não se percebeu que o Centro viesse a abalar o que nas Faculdades ainda é o melhor, a Geografia, a Biologia, a Física, a Química, a Matemática; em segundo lugar, não podia haver abalo nenhum para a Filosofia, que nas nossas Faculdades é apenas título de cadeira ou de secção, e nada mais; o abalo seria apenas para as chamadas Letras, incluindo a História, e bendito seria o abalo, porque na maior parte das vezes o que aí existe é apenas uma péssima Escola Normal de professores de ensino secundário ou o emprego de quem falhou em outras profissões, e tornaria a falhar, se de novo as tentasse. Deve, porém, tratar-se de um equívoco, e, ou o Conselho reconhece o Centro, ou, pelo evoluir das coisas, o Centro um dia ajudará o sepultamento do Conselho.

- De qualquer modo, os Centros, a partir de Goiás, ganharão sua batalha: têm inteligência, têm vontade, têm saber, têm paciência, têm coragem, têm iniciativa; e têm, para além disso, alguma coisa que vale muito mais: estão em consonância com o curso da História e o curso da História vai pelo caminho do Brasil e dos povos seus irmãos, não pelo caminho de alemães, americanos ou russos, bem próximos, e aliados, no fundo; vai pelo caminho do servir e não do poder; se não houvesse mais nada a fazer, poderiam, os Centros, como no provérbio árabe, sentar-se numa pedra e ver passar o cadáver de seus inimigos: mas sempre dá um certo gosto apressar, para o que não vale, a jornada dos cemitérios; dos cemitérios com anônimas e abandonadas campas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2006

REGIONALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO: O PAPEL DO ESCRITOR¹

Modesto Gomes
Sócio Emérito do IHGG

Até agora, ninguém tratou aqui o papel do escritor no processo de desenvolvimento político e econômico dos países do Terceiro Mundo.

Permitir-me-ia, por conseguinte, focalizar o assunto.

O Brasil, no momento, conforme ninguém ignora, integra, com todas as honras, o elenco - numeroso - dos países subdesenvolvidos.

O jornalista e o escritor, na vida cotidiana das nações ditas periféricas, em verdade ausentes do clube dos ricos, desempenham performance de relevância incontestada.

O jornalista, a cada dia, discute questões de interesse imediato da população, falando exatamente de fatos e acontecimentos que retratam situações representativas da atualidade nacional ou do entrelaçamento desta com realidades internacionais.

O campo do escritor, sem dúvida, se mostra bem mais amplo, inclusive porque, quase sempre, recria fatos ou realidades presentes e passados, projetando-se, às vezes, até pelo futuro adentro. É o caso, por exemplo, de José de Alencar, escritor essencialmente romântico que, no entanto - como ocorreu em seu romance "**Lucíola**" - reproduziu

¹ O presente trabalho reproduz a participação do autor, cuja intervenção se operou de improviso, na III Semana de Estudos de Jornalismo, organizado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Os Anais da Semana, realizada em 1975, constam do livro "Imprensa e Desenvolvimento", editado em 1984, pela USP, figurando nele uma síntese deste trabalho (páginas 211/212). A publicação do livro referido ocorreu com nove anos de atraso, em razão da censura imposta pelo regime militar.

realidade mais consentânea com esquemas fixados pela escola realista, que, em termos de Brasil, surgiria bem mais tarde.

Assim seria que, no processo de transição que estaríamos experimentando, o escritor resgataria o compromisso de levantar nossa realidade por mais amarga que ela se apresentasse. Aliás, já contamos com respeitável tradição nesse sentido.

Ora, já **“As Memórias de um Sargento de Milícias”**, de Manuel Antônio de Almeida, reviviam episódios do dia-a-dia, dimensionando, com exatidão, o Rio de Janeiro do tempo de D. João VI. As cenas de ruas ou mesmo da intimidade dos lares; os recessos da vida militar; as festas populares; os hábitos e os costumes; os acontecimentos políticos e sociais, ao lado de outros aspectos da vida urbana, tudo isso se encontra no livro confundindo-se, efetivamente, com o que acontecia na cidade que era a sede do poder.

Manuel Antônio de Almeida, certamente, inaugurou, na literatura brasileira, um realismo urbano de muita expressão, que abriu caminho para que outros escritores, umbilicalmente ligados à vida em toda a sua plenitude, pudessem reproduzir a realidade brasileira não retirando dela seu lado negativo.

Retomando, de certa forma, a linha urbana de Almeida, José de Alencar que em **“Lucíola”** se constituiu em crítico eficaz da moral burguesa do século XIX, examina percucientemente, embora um romântico já freqüentando Balzac, um cancro da vida carioca e brasileira de todos os tempos: a prostituição. A personagem principal do livro, desafiante da moral burguesa recebe o que, segundo as hipócritas normas morais então vigorantes, seria o castigo correspondente em razão de sua conduta, embora o desvio de rota haja ocorrido por circunstâncias para cuja existência não contribuiu. Ora, em **“Lucíola”** fica bem patenteado que a prostituição se tolerava enquanto pudesse servir à concupiscência do homem, que tinha na esposa, exclusivamente, a máquina destinada à fabricação de filhos. Assim, a dicotomia: a prostituta,

acolhendo as explosões da libido masculina; e a esposa, a garantia da continuidade do brasão familiar. De qualquer maneira,

porém, a prostituição rompia com as regras estabelecidas no convívio social. O próprio Alencar, já em “**Senhora**”, mostra o reverso da medalha: o homem, sem mácula a desmerecer seu procedimento, poderia perfeitamente se prostituir, efetuando, por exemplo, um casamento de conveniência. Outra coisa não fez Seixas, quando recebeu de Aurélia um alto dote para contrair com ela o matrimônio que, quando na fase em que a moça era pobre, não se consumou exatamente pela ausência do vil metal.

É certo que o realismo ofereceu documentos contundentes sobre a época em que se desdobrou. “**O Cortiço**”, de Aluísio Azevedo, levanta a dimensão adequada do Rio de Janeiro do início do século XX. Além da adaptação da cidade aos novos tempos - quando uma classe de pobres ganha contornos de sucedânea do braço servil, com desocupados e vadios transitando livremente pelo espaço físico da urbe - o livro traça o perfil exato dos demais integrantes da saga carioca. De que maneira dissociar da realidade tipos humanos como o imigrante português, o mulato jogador de capoeira, o estudante malandro e até o sapatão, como Pombinha?

Machado de Assis, em seus contos e romances, colocou o Segundo Império em destaque, radiografando a sociedade da época em sua textura humana e psicológica. Os tipos que retrata, tanto masculinos quanto femininos, os primeiros representados principalmente por Bentinho, Braz Cubas e Rubião e os femininos a que deu vida, sobretudo Capitu e Virgília, são altamente representativos do período.

Paralelamente ao realismo, escola sucessora do romantismo, e mostrando, aliás sua face rural, vicejou igualmente a corrente **regionalista**, cujas origens remontam ao Sul, através de Simões Lopes Neto, com seus índios e vaqueiros circulando pela vastidão dos pampas; e, ao Centro-Oeste, com o Afonso Arinos de “Pelo Sertão” que, não obstante uma certa dose de artificialismo que o acomete, representa os gerais triangulinos e são franciscanos. Monteiro Lobato descobriu o Jeca, focalizando, do mesmo modo, os fatos miúdos - e não menos graves - da gleba.

Muitos outros regionalistas se projetaram no panorama brasileiro, à maneira de seus antecessores, os sertanistas, que tiveram como corifeu o admirável Taunay, de “Inocência”. Mas não posso olvidar, sob pena de

cometer omissão imperdoável, um escritor meu conterrâneo de Goiás, autor de um único livro e com título sugestivo: “Tropas e Boiadas”.

É certo que o escritor goiano, embora se valendo de uma prosa vigorosa e áspera, bem caracterizadas aí as influências de Euclides e Coelho Neto, expressões que praticamente dominavam o ambiente literário no país, soube surpreender a realidade mediterrânea com a acuidade de autêntico filho da gleba. Em verdade, aplicando injeções de óleo canforado num regionalismo já um tanto quanto combalido, Carvalho Ramos viu no latifúndio, absolutamente soberano nas plagas do Centro-Oeste, a causa essencial da miséria da região, constituindo-se sua novela “**Gente da Gleba**” no verdadeiro marco inicial de uma literatura de denúncia e de protesto, que surgiria com todas as letras.

A prepotência dos coronéis, donos exclusivos do poder político e do poder econômico, e a servidão do trabalhador rural, então indevidamente chamado de trabalhador livre, inserem-se no âmago de uma realidade agreste e selvagem.

Além do mais, opera-se, com “**Tropas e Boiadas**”, a revelação literária de Goiás ao Brasil, já que o autor do livro em questão apresenta-se como espigão divisor da ficção anhanguerina, com existência modesta antes dele e, posteriormente, enriquecida por seus sucessores.

Hugo, sem dúvida, era um nacionalista em matéria de literatura. Interpretando Goiás, de cuja temática fez ficção de ressonância nacional, valeu-se do conhecimento amplo que tinha de sua terra e dos seres que a povoavam para retratá-la ainda mergulhada no medievalismo caboclo dos latifúndios, escola insuperável de miséria e ignorância.

Ao captar tão profundamente a alma de Goiás - quer na riqueza de seus repositórios folclóricos, religiosos e sociais, quer na observação das tragédias anônimas que se desenrolaram em toda a extensão da grande noite de atraso que o Estado de Goiás atravessava - não cometeu o erro de haver sido um contemplativo, mero panteísta subjugado pela natureza prodigiosa, irremediavelmente extasiado diante do esplendor da paisagem exuberante. Viu, sobretudo, a grandeza do sertanejo em luta desesperada nos largos espaços da desoladora vastidão despovoada. Foi assim que, sensível às relações estabelecidas na convivência de

exploradores com explorados, compôs “**Gente da Gleba**”, documento de dramaticidade cruel e chocante, que se firmou, concomitantemente, como fonte de informações históricas e sociológicas.

A autenticidade de Hugo resulta da fidelidade às suas origens goianas, não se apartando, mesmo quando transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, dos laços perenes que o ligavam ao seu amado chão de nascimento.

Precursor da literatura que se produzia em Goiás, renovador do regionalismo brasileiro ao qual incorporou lances vivos de realismo, Carvalho Ramos ostentou ainda uma virtude admirável: não fugiu às sugestões temáticas, quaisquer que fossem, aceitando-as, pelo contrário, de forma plena e, inclusive, a elas emprestando os adequados matizes literários. Recriou, certamente, e acima de tudo, em prosa verossímil, conforme anotou Cavalcanti Proença, a realidade amarga que o cercava.

De todos os regionalistas originários do Centro - Oeste, Hugo de Carvalho Ramos foi o mais legítimo e o que melhor reproduziu, com significativo teor de veracidade, sem afastar-se do alto nível artístico que imprimiu à sua obra, o áspero desdobramento da vida nos gerais, cuja imagem, na visão romântica, fora deturpada pelos sertanistas.

Se em verdade Afonso Arinos, considerado por muitos como o efetivo introdutor do regionalismo do Centro Oeste, não conseguiu penetrar na intimidade derradeira das criaturas que movimentou, circunstância resultante de uma formação temperada com ingredientes europeus, conforme já se assinalou alhures, Hugo, por outro lado, se apercebeu, corretamente, dos dramas sertanejos, recriando-os em tonalidades adequadas. Constituiu-se, portanto, ao lado do próprio Afonso Arinos, em nascente que, ao longo do caminho engrossada por outras águas, desembocou, e me valho da feliz expressão de Franklim de Oliveira, no grande estuário: João Guimarães Rosa, que recolheu as experiências e os ensinamentos dos precursores da novelística do Centro Oeste.

Inegável que a prosa do autor de “Tropas e Boiadas” se apresenta carregada de virilidade, circunstância essa que se prende a peculiaridades inerentes à época em que viveu o escritor. O momento, então, se deixava influenciar pelo acentuado verbalismo de Euclides da Cunha e pelos

preciosismos vocabulares de Coelho Neto, autores que o jovem goiano tinha em alta conta.

Contudo, tal rebuscada pesquisa de ourivesaria, onde inclusive pululam arcaísmos, não impede, segundo Afonso Felix de Sousa, que se sinta “o coração da vida sertaneja a pulsar nas entrelinhas”, bem como “o fundo sugestivo do ambiente rural como um sopro de poesia a animar todas as páginas”.

Dizem que o regionalismo se encontra moribundo. Creio, entretanto, que se modifica, sobretudo em razão da pesquisa em busca de novas técnicas, de novos métodos.

Outro goiano, também de repercussão nacional, Bernardo Élis, embora se confinando na mesma linha literária de Carvalho Ramos, conseguiu, porém, livrar-se dos defeitos deste. Tanto que se libertou da prosa rebuscada e difícil, ao mesmo tempo em que não se deixou impressionar pela exuberância da paisagem, buscando integrá-la à geografia humana que a circunda. Mas procede com absoluta moderação.

Compromissado com o seu tempo, Bernardo voltou-se decididamente para a valorização do homem. Tal preocupação, antes de se erigir em protesto lançado contra os processos espoliativos provenientes de irregulares relações de trabalho, motivou o escritor na conquista de seus objetivos. Se os traços evidentes de ironia - e às vezes até de amargo sarcasmo - marcam suas histórias, tal se dá face ao seu interesse em recriar uma realidade não apenas plausível, mas principalmente artística no contexto de sua tessitura verbal. Apanhando o homem confinado em sua degradação social, a ela historicamente manietado, focaliza-o em suas múltiplas facetas. E a conclusão que se alcança, sem qualquer pretensão de engajamento, é a de que o isolamento, a miséria e as difíceis condições geográficas não dominam totalmente o viril habitante da gleba.

O sertão visto por Bernardo Élis não revive a terra inefável dos velhos tempos, dirigida pelo patriarcalismo caboclo de um ruralismo sempre representado, literariamente, pela face sertanista do romantismo brasileiro, através das cores de injustificável otimismo. Pelo contrário: cataloga as mazelas, denuncia a miséria e relata a vida que se desdobra nos socavões de Goiás.

Ninguém ignora que Goiás, desde o período imperial - em decorrência do isolamento geográfico que confinou o Estado, tornando-o ausente da comunidade brasileira - transformou-se em região propícia à formação de extensas propriedades territoriais, fechadas em seu funcionamento e fortemente centralizadas nas mãos do potentado rural, cuja autoridade pouco diferia da áspera prepotência feudal.

Em torno dos latifúndios, estruturados segundo as conveniências de seus usuários, surgiram pequenos núcleos populacionais, à maneira dos pequenos burgos europeus. Os aglomerados em questão, de desenvolvimento moroso e irregular, a princípio girando exclusivamente na órbita das fazendas, se viram inteiramente dominados pelos coronéis que, mais civilizados então, se transferiram para os povoados sem perderem a condição de latifundiários.

Se o escritor, em país subdesenvolvido, não deve encastelar-se em torre de marfim, é justo que produza uma literatura autêntica, capaz de refletir competentemente a realidade, humanizando a paisagem que se apresentar diante de seus olhos.

Hugo e Bernardo não fugiram a esse *desideratum*. Assim aconteceu igualmente com Rosarita Fleury, cujo romance - "*Elos da Mesma Corrente*" - retrata como foi, em Goiás, a vida do negro africano naquela fase crítica pós-abolição. Nenhum historiador de nosso meio teve preocupação com eventos regionais assim como Rosarita que, embora ficcionista, cobriu a missão do profissional da área, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento de Goiás, a partir do instante em que mostrou situação que, corrigida, produziria saborosos frutos para sua terra.

Leo Godoy Otero é o autor de "*O Caminho das Boiadas*", livro que focaliza o transporte do boi que, aliás, a si mesmo se conduzia. A boiada, embora sendo o conjunto de animais identificados em sua escala zoológica, reage, muitas vezes, como o próprio ser humano em suas múltiplas manifestações de fundo nervoso.

O peão de boiadeiro, legendário tipo de nossa galeria sertaneja - e que, a seu modo, fez história em uma das etapas do desenvolvimento da atividade pecuária - vive de corpo inteiro na novela de Otero.

Já a realidade que brota da intuição de Carmo Bernardes é recriada de dentro para fora. Daí, a faculdade aberta ao narrador de funcionar bem, tanto como autor quanto como personagem, tal o seu entrosamento com o *modus vivendi* característico do campo, onde a civilização - não havendo ainda estendido totalmente suas asas - ensaia vôos rasteiros e medrosos.

A temática de Carmo é fundamentalmente agropastoril e reflete, com realismo, todas as mazelas do setor. Suas histórias - em que os condicionamentos ecológicos se desdobram com muita força giram em torno de pessoas, bichos e coisas do áspero sertão.

O trabalhador do eito, o vaqueiro, o agregado, o sitiante, o cigano, o fazendeiro - quase todos eventualmente transformados em caçadores e pescadores - ao lado de fortes mulheres temperadas pelos duros embates da vida nos chapadões, são os tipos humanos que a sensibilidade de Carmo Bernardes faz circular por sua obra, toda ela levantando Goiás das sombras.

De Bariani Ortêncio dir-se-á que, ao reproduzir tão fielmente, como o faz, uma realidade que é a própria vida fluindo, acaba por se constituir em obrigatória fonte de consulta para quantos pesquisam história, sociologia ou antropologia. Oferece duas faces: conta histórias de forte sabor popular, da vida pulsando nos gerais; e fornece elementos importantes para as ciências sociais, realizando, portanto, o que o velho Horácio denominaria de *dulce utile*.

O que há de fundamental nos autores goianos focalizados - e me limitei a citar nomes de meu Estado exatamente por acreditar na aldeia tolstoiana - é que eles não viraram as costas ao nosso subdesenvolvimento.

Não há dúvida, por conseguinte, que o escritor pode participar ativamente do processo de desenvolvimento, bastando-lhe fincar os pés no chão a fim de reproduzir a realidade de seu tempo. Não estará fugindo, assim, da convocação tácita que a História lhe faz.

O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL *

Domingos P. Castello Branco Ferreira "
Sócio Correspondente do IHGG

A palestra divide-se em cinco partes:

1. A REARRUMAÇÃO DO MUNDO
2. OS FOGOS DE PROMETEU
3. O JOGO DO PODER
4. A GRANDE QUIMERA
5. O BRASIL PROTAGONISTA

Na primeira, "A Rearruração do Mundo", tratamos da evolução do cenário internacional, sob o enfoque do processo de descolonização, em especial desde a Segunda Guerra Mundial.

Na parte seguinte, "Os Fogos de Prometeu," explicitamos alguns aspectos referentes ao surgimento e à evolução das armas nucleares. Ressaltamos também o quanto elas mudaram, para sempre, o comportamento humano na formulação das políticas e na execução das grandes estratégias a níveis global e regionais.

Em "O Jogo do Poder", relembramos os maiores embates ocorridos no palco internacional, do fim da II Guerra Mundial ao

* Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 20/8/2008.

Almirante, ex-Comandante da Força de Submarinos da Marinha Brasileira; exerceu a Chefia do Departamento de Operações Militares do Colégio Interamericano de Defesa e a docência na Escola Superior de Guerra (USA); ex-Presidente do Clube Naval. Autor de trabalhos sobre política e estratégia, colabora com o *Jornal do Brasil*, *Globo News* e *TVE*.

encerramento do Século XX, desde a hegemonia americana até o atual processo de multipolarização de poder.

Na parte intitulada "A Grande Quimera", debruçamo-nos sobre o fantástico evento da destruição das torres gêmeas, catalisador do atual processo de confrontação entre países e blocos, com base na constatação da finitude dos recursos naturais disponíveis para a Humanidade.

Ao fim, propomos o Brasil como um dos protagonistas no pesado jogo de poder que ora se efetiva entre as nações. Nosso país tem, ou poderá ter, todas as condições para se tornar um dos grandes atores na cena mundial. Muito depende de acreditarmos e agirmos de acordo com tal visão.

1. A REARRUMAÇÃO DO MUNDO

No ano da graça de 1956, nesse mesmo mês de agosto, duzentos e vinte recém-formados Guardas-Marinhas visitávamos Paris. Após uma cerimônia no Arco do Triunfo, à qual comparecemos fardados, o grupo se dispersou e alguns de nós fomos visitar a famosa Notre Dame de Paris.

Na catedral, envolvidos pela atmosfera mágica e em silêncio reverente, sofremos o impacto da visão interna desse notável exemplo de arquitetura medieval. Ao entrar na penumbra de uma capela lateral, chamou-me a atenção o vulto de uma mulher franzina e idosa, ajoelhada junto ao altar. Ela percebeu a presença estranha já muito perto, levantou-se e me encarou assustada. Ao fazer isto, emitii um grito contido e levou as mãos ao rosto, chorando baixinho.

Tentei ajudá-la e, meio sem saber o que fazer, levei-a até um banco próximo. Notei que repetia uma frase, como um mantra, enquanto se acalmava. Percebi então que as palavras repetidas eram "ele só tinha vinte anos, ele só tinha vinte anos"...

Saí chocado da igreja, com a narrativa que ouvi de madame Béart e um turbilhão na cabeça. Ela confundira meu vulto com seu filho Philippe, marinheiro, morto pouco antes na guerra de libertação da Argélia, a quem procurava sem parar, perambulando pelas ruas de Paris.

Esse episódio abriu-me os olhos para as circunstâncias trágicas da guerra - de todas as guerras - que eu vislumbrara, desde criança, através dos filmes americanos de propaganda das vitórias dos Estados Unidos no recente grande conflito.

De repente, dei-me conta do real significado do que vivenciáramos em Alexandria, dois meses antes. Gamal Abdel Nasser destronara o rei Farouk, títere dos ingleses, e tivera a audácia de nacionalizar o Canal de Suez. O Egito vivia um clima de euforia, com marchas militares em todas as rádios e desfiles de bandeiras e pessoas uniformizadas, festejando a liberdade.

Pouco antes de Paris, estivéramos em Plymouth, porto do sul da Inglaterra. Assistíramos então ao embarque de tropas inglesas com destino ao Egito, para retomarem o canal, junto com os franceses. Tal agressão chegou a ser iniciada, com ataques aéreos a Port Said, na entrada do Suez, porém fora suspensa por ameaças da União Soviética.

A URSS beneficiou-se disso com a concessão de Alexandria como porto permanente de uma esquadra russa no Mediterrâneo, sonho acalentado desde a Rússia imperial. Tal situação revelou-se de grande importância na Guerra Fria, pois colocou em cheque, por cerca de vinte anos, as forças navais americanas baseadas em Nápoles desde a II Guerra Mundial.

O insólito nisso tudo era a Europa, mesmo destruída havia poucos anos, ainda tentar recuperar pelas armas uma parte de seu império colonial. De modo surpreendente, o berço da civilização branca, judaico-cristã, não aceitava o evidente encerramento de uma fase da História, iniciada cinco séculos antes com as Grandes Navegações.

Esse fenômeno estendeu-se para a direção Leste-Oeste e para o Sul, com grande velocidade. Em cinco décadas, cerca de uma centena de países se tornou independente. O patrão branco foi expulso da Ásia e da África, em circunstâncias muitas vezes trágicas, ficando assegurado para sempre o seu não retorno. Tão notável maremoto geopolítico teve uma relação direta de causa e efeito com a nova era de redistribuição de poder no mundo.

É importante ainda ressaltar nesse processo, pelo significado especial e desdobramentos futuros, a libertação da Índia, a criação do estado de Israel e a revolução chinesa, concluída em 1949, com a vitória comunista..

2. OS FOGOS DE PROMETEU

Essa expressão de Henry Kissinger sintetiza, com precisão, os efeitos na Humanidade da aparição das armas nucleares. Roubamos os segredos dos deuses e estamos condenados a viver eternamente com uma espada de Dâmocles sobre nossas cabeças. O mesmo Kissinger afirma serem os efeitos de seu emprego de tal forma catastróficos que os detentores dessas armas não terão coragem de empregá-las, pelo receio de aniquilamento mútuo. E onde ficam, no jogo bruto internacional, os países como o Brasil, não detentores desses instrumentos de terror?

O problema dos armamentos nucleares tem sido objeto de muitos acordos, tratados, discussões, pressões e ameaças, como se vê pela simples leitura de jornais. A única constante nisso é o fato de os sócios do clube nuclear tudo fazerem para impedir a entrada de novos membros, como ora ocorre com o Irã. Há muito segredo, espionagem, despistamento e hipocrisia nas atividades nucleares, civis ou militares. Não é divulgada, outrossim, quase nenhuma informação significativa a respeito. Portanto, vamos abordar alguns de aspectos técnicos e operacionais pertinentes, para maior clareza do assunto e melhor compreensão de alguns tópicos que se seguirão nesta palestra.

As armas nucleares são feitas com uns poucos elementos da natureza e outros tantos artificiais. Elas dividem-se em dois tipos, a saber, armas de fissão e armas de fusão, também chamadas de hidrogênio. Nas armas de fissão, os átomos mais pesados existentes são fracionados pela ação de partículas sub-atômicas de grande velocidade. Já nas bombas de hidrogênio, é provocada a fusão dos átomos mais leves da natureza. Em ambos os casos, há liberação de fantásticas quantidades de energia, sob a forma de gigantescas explosões.

O poder de destruição das armas nucleares é medido por quilotons e megatons. A explosão de um quiloton equivale à detonação de mil toneladas de dinamite. Já uma arma de um megaton provoca uma destruição equivalente à de um milhão de toneladas de dinamite. Para fins de comparação, as maiores bombas convencionais equivalem, grosso modo, a uma tonelada de dinamite..

O urânio e o plutônio são os materiais radioativos das cargas explosivas de bombas de fissão, com potências na faixa de quilotons. O urânio existe na natureza com 99,3% de U238, não radioativo, e com 0,07% de U235, radioativo. Para essa mistura ser explosiva é necessário "enriquecê-la", de modo que sua composição venha a atingir valores de U235 (radioativo) acima de 90%. Isso é feito em instalações industriais grandes, caras e sofisticadas, como as que o Irã está operando e expandindo às pressas.

O plutônio - Pu239 - é um elemento artificial "transurânico", fruto do bombardeio do U238 com partículas nucleares chamadas neutrons. O bombardeio de neutrons ocorre, de forma natural, na operação dos grandes reatores de usinas núcleo-elétricas, como as de Angra dos Reis. O plutônio é separado dos núcleos desses reatores por ocasião das suas recargas periódicas. É um processo relativamente mais simples e barato do que o enriquecimento de urânio.

O plutônio é um explosivo nuclear mais "eficiente" do que o urânio enriquecido. A bomba lançada em Hiroshima trazia cerca de 64 kg de urânio enriquecido a 80%. A bomba de Nagasaki tinha somente 6,5kg de plutônio. Apesar dessa diferença, as potências de ambas eram próximas, entre 15 e 20 quilotons. Em síntese, devido a todos esses fatores, as primeiras armas nucleares da maioria dos países que hoje possuem arsenais atômicos, tiveram plutônio como carga explosiva.

As bombas de fusão, chamadas de bombas "H" ou de hidrogênio, têm como material explosivo o deutério e o trítio, duas versões mais pesadas, ou isótopos, do hidrogênio. Seus detonadores são bombas de fissão, cujas explosões preliminares criam temperaturas de milhões de graus e pressões elevadíssimas, necessárias à detonação termonuclear. As

potências das bombas "H" são na escala de megaton, atingindo valores apocalípticos de 50 mega.

A energia liberada por uma explosão nuclear produz três efeitos: onda de choque, calor e radiação. A onda de choque funciona como uma gigantesca martelada que tudo destrói. A ela se associam ventos de mais de quatrocentos quilômetros por hora. Esses efeitos, em função da potência da explosão, atingem quilômetros ou dezenas de quilômetros do "ponto zero", marca virtual no solo, na vertical de onde ocorreu a detonação.

O centro da bola de fogo que se forma atinge milhões de graus, evaporando e calcinando tudo nas proximidades. A luz emitida nos primeiros segundos não pode ser encarada, à semelhança do sol. Surgem incontáveis incêndios, alimentados e espalhados pelos ventos. Esses efeitos também se estendem a grandes distâncias, conforme a potência da explosão. É a própria visão do inferno.

A radioatividade resultante da explosão é invisível e se transmite ao solo, ao ar e a todos os materiais e seres vivos. Esses últimos sofrem processos de ionização celular, cujos efeitos devastadores resultam em morte, doenças degenerativas e disfunções genéticas por gerações, como está ocorrendo aqui em Goiânia, vinte anos depois do acidente com Césio-137. Os ventos em ascensão produzem o famoso cogumelo atômico, por onde são aspirados materiais radioativos diversos que caem em diferentes distâncias, contaminando o solo, o subsolo e os lençóis freáticos.

Micropartículas radioativas são aspiradas até as camadas superiores da atmosfera, onde permanecem por longo tempo e são arrastadas pelos ventos na direção leste-oeste até retornarem ao solo. Tal "precipitação radioativa" vai depositar-se a milhares ou dezenas de milhares de quilômetros do "ponto zero", contaminando as populações de diferentes países, nas latitudes próximas às das explosões, com graves efeitos malsãos e conseqüências políticas imprevisíveis.

As armas ou vetores nucleares são bombas, mísseis balísticos e de cruzeiro, torpedos, minas, e até projéteis de canhões de grosso calibre.

Suas potências variam desde frações de quiloton até megatons. Um país que consegue detonar uma explosão nuclear necessita desenvolver suas próprias armas para poder atingir um eventual inimigo, pois são raros os exemplos de transferência de tecnologia de vetores nucleares. Os Estados Unidos são o único país que fez isso, respectivamente para Israel e a Grã Bretanha, porém mantendo o controle do seu emprego.

Dentre os vetores nucleares, os mísseis são os preferidos pelos países que entraram por último, ou pretendem ingressar, no fechado clube atômico. Essa preferência decorre do fato de eles serem mais fáceis de desenvolver e produzir do que aeronaves de alto desempenho. Além disso, os mísseis, quando lançados sobre o inimigo, são de interceptação bem mais difícil. Aí está o grande drama atual entre Irã, Israel e Estados Unidos.

3. O JOGO DO PODER

Os Estados Unidos foram os grandes beneficiários do espólio da II Grande Guerra. Seu PIB atingiu mais de 50% do Produto Global. As armas nucleares davam-lhes supremacia militar incontestada. Os americanos assumiram com gosto o papel e passaram a ditar o comportamento dos povos. O clímax desse período histórico deu-se com a posse de John Kennedy, em 20 de janeiro de 1961. Camelot instalou-se na Casa Branca e encantou o mundo.

A União Soviética dominava a Europa Oriental por trás da Cortina de Ferro. Ela realizara explosões nucleares de fissão, em 1949, e de fusão, em 1963, pouco depois dos EUA. Também se adiantara na corrida espacial, lançando Gagarin em órbita, em 12 de abril de 1961, logo após a posse de Kennedy.

Isto significava que o solo americano estava vulnerável a mísseis balísticos intercontinentais, com ogivas nucleares múltiplas, sem poder reagir da mesma forma. Iniciou-se então uma corrida frenética dos americanos para eliminar tal desvantagem, cuja partida foi o anúncio, feito por Kennedy, da metade desembarcar um homem na lua antes do final da década.

Em paralelo, ocorreram a fracassada tentativa dos EUA de invadir Cuba e a crise dos mísseis em instalação na ilha, com o bloqueio dela pela Marinha americana. Após vários dias de tensão, os navios russos, portadores de novos mísseis para instalar, deram meia-volta rumo à URSS. Os americanos anunciaram ao mundo que os russos "tinham piscado" e se retirado acovardados.

Na realidade, essa solução fora negociada secretamente entre Moscou e Washington. Ela forçou a retirada de mísseis nucleares americanos instalados na Turquia, os quais ameaçavam o solo russo. Esse era o verdadeiro objetivo da corajosa jogada de Kruchev ao colocar mísseis em Cuba. Além disso, os acuados ianques tiveram de concordar com não invadir a ilha novamente, para o que vinham preparando um contingente militar muito maior e melhor armado do que o do fracassado primeiro grupo. A distorção fabricada de tais fatos na mídia mundial, até hoje, mostra bem como funcionam as atividades de contra-inteligência nesse nível.

Eram dois submarinos brasileiros navegando no Oceano Pacífico, vindos de Pearl Harbour, Havaí, com destino ao Brasil. Após cruzarmos o Canal do Panamá, chegamos a Port of Spain, em Trinidad, onde atracamos na Estação Naval americana então lá existente, no dia 23 de novembro de 1963. Como oficial de operações, dirigi-me ao centro de comunicações para receber mensagens operativas e correspondência vinda do Brasil.

O ambiente na estação naval estava muito estranho, com pouco movimento e a bandeira americana içada a meio-mastro, em sinal de luto. A oficial que me atendeu no centro de comunicações estava com olhos vermelhos e ouvia-se ruído de choro em outra sala. Soube então da morte do presidente Kennedy, notícia recebida poucas horas antes. É bom lembrar que inexistia televisão internacional na época.

A perda do grande líder abalou profundamente a sociedade americana, com reflexos em todo o mundo, em um processo de desgaste que durou até a eleição de Reagan, duas décadas depois. 1968, o ano que nunca acabou, trouxe a revolução dos costumes e as grandes agitações

na França, que se estenderam aos EUA e às Américas Central e do Sul, incluindo o Brasil. A Europa do Leste também viveu seus reflexos, com a "Primavera de Praga" e a "Revolução de Veludo" na Hungria. Ainda nos Estados Unidos, a questão racial se aprofundou, provocando atitudes sociais e políticas dramáticas e inovadoras.

A Guerra Fria atingiu a fase mais crítica, com o endurecimento de posições nos EUA e na URSS. A paranóia resultante foi instrumentada com armas extremamente poderosas, os grandes mísseis balísticos intercontinentais, com ogivas de hidrogênio múltiplas, capazes de varrer o Homem da face da Terra. Eles eram, e continuam sendo cada vez mais, lançáveis de silos reforçados em terra e de grandes submarinos nucleares pré-posicionados em todos os oceanos. Formou-se então a tríade catastrófica, cujo terceiro esporão são gigantescos aviões supersônicos, capazes de chegar a qualquer recanto do globo, a qualquer momento, carregados de mísseis-de-cruzeiro e debombas com cargas atômicas.

O conflito no Vietnã surgiu ainda no governo Kennedy, quando provocou o envio de "conselheiros militares" americanos para ajudar o regime de Saigon na luta contra os comunistas de Ho Chi Min. A antiga Indochina era uma herança dos franceses, recém-expulsos pelo lendário general Nguyen Giap, que se tornou o vencedor do último conflito colonial na Ásia. O problema dos EUA passou a ser evitar, a todo custo, a tomada do poder pelos vietcongs, apoiados pelos soviéticos e comandados por Giap. Um insucesso ali poderia provocar a queda sucessiva de outros países da região na órbita da União Soviética, dentro da "Teoria do Dominó", fato inaceitável pelo governo americano.

A Guerra do Vietnã transformou-se em um grande atoleiro político-militar para os Estados Unidos. Ela resultou em enorme perda de vidas, imensos custos financeiros e graves tensões sociais e políticas no povo americano, além da macabra devastação do Vietnã, com terríveis reflexos nos países vizinhos, após mais de uma década de conflito. O presidente Nixon, antecipando-se a um insucesso previsível, fez uma notável manobra política de aproximação com a China, para minimizar a influência soviética na região. De fato, após complicadas negociações em Paris, os Estados Unidos, derrotados, deixaram o Vietnã em 1975.

Cabe aqui ressaltar que esta foi mais uma vitória militar do general Giap, além da imposta aos franceses anos antes. Ele veio ainda derrotar a China, quando esta invadiu o norte do Vietnã poucos anos depois, em uma "ação punitiva", segundo Pequim. Com isso, Nguyen Giap, ainda vivo, é venerado no Vietnã e reconhecido internacionalmente como o mais brilhante estrategista militar da segunda metade do século XX.

Ao trauma da derrota na guerra, seguiu-se a renúncia de Nixon em razão do caso "Watergate". Carter, o presidente seguinte, conseguiu encurralar a União Soviética e outros países com regimes autoritários com a política de Direitos Humanos. Contudo, teve uma atuação fraca e confusa em relação ao Irã, no episódio dos reféns da embaixada americana. Terminou seu governo nas mãos do aiatolá Khomeini, que só liberou os reféns no dia seguinte à passagem do cargo para Reagan. Todos esses fatos tiveram profundos efeitos na população americana, levando seu moral a um estado lastimável, no início dos anos 80.

Reagan aproveitou-se da situação e pregou a recuperação do orgulho nacional mediante, principalmente, a restauração do poderio militar do país. Com isso, conquistou uma vitória esmagadora nas eleições. Para atingir seus objetivos, aplicou com sucesso uma política econômica tipicamente republicana e aumentou bastante os investimentos militares, reequipando as forças armadas com o que havia de mais moderno.

Ele também adotou uma política externa agressiva, em que rotulou a URSS como "Império do Mal", aproveitando-se da espetacular estréia do filme de mesmo nome. Ainda mais, lançou o programa do escudo de mísseis antimísseis balísticos intercontinentais, ao qual denominou de "Guerra nas Estrelas", em mais um inspirado golpe de "marketing". Outro flanco aberto a favor dos EUA foi a escolha de um Papa polonês, também sutilmente influenciada por Reagan, o que resultou em um abrandamento das posições da Polônia em relação ao Ocidente.

A essa altura, a União Soviética já estava bastante desgastada por problemas econômicos, decorrentes das falhas intrínsecas ao seu sistema político e aos enormes gastos militares da Guerra Fria. Ficava cada vez mais complicado administrar as tensões internas do seu imenso complexo

de nações. As pressões das políticas de Reagan muito contribuíram para tornar insustentável a situação e o colosso desabou junto com o muro de Berlim. Iniciou-se então uma longa e tumultuada reestruturação interna e externa dos países integrantes da antiga "União", processo esse ainda não encerrado completamente.

As últimas décadas do século XX viveram a consolidação e a expansão da União Européia, assim como a aceleração do crescimento chinês. Ocorreu ainda o acirramento dos conflitos no Oriente Médio, envolvendo Iraque, Irã, Israel, Palestina, Líbano, Síria e países vizinhos, esses últimos com menor intensidade. Os Estados Unidos e a Grã Bretanha radicalizaram o processo, intervindo diretamente na região, Suas várias alegações mal acobertaram o petróleo abundante como o motivo real. A outra razão da presença anglo-americana na área é o conflito permanente entre Israel e os palestinos, com amplo envolvimento dos países muçulmanos próximos.

4. A GRANDE QUIMERA

Esse monstro mitológico, que vomita fogo, tem o corpo dividido em três partes: leão, bode e cobra. Sua visão traz maus presságios de grandes catástrofes. Ela também significa algum empreendimento fantástico, de dimensões impossíveis e dificuldades insolúveis.

O mundo encarou sua quimera em 11 de setembro de 2001. O ocorrido desde então parece caracterizar o início inseguro de uma nova era da civilização. Trata-se de um acontecimento que constará dos livros de História no ano 3000. Ele provocou uma tensão permanente, fruto da incerteza dos rumos a tomar, das alternativas a escolher. A velocidade dos fatos e sua exposição ao vivo e a cores prejudicam a sedimentação e a meditação sobre a essência do que de fato está ocorrendo.

Todo o processo social, político, econômico, tecnológico e militar dos últimos sessenta anos desaguou em uma situação de crise latente, que pode se exacerbar a qualquer momento, como ora está em demonstração na Geórgia. Vários atores maiores e menores buscam

afirmar-se ou reafirmar-se no cenário internacional. Dentre os conflitos de maior potencial de crise, avaliamos ser o mais grave aquele que envolve o Irã, Israel e os Estados Unidos.

É importante lembrar que Israel atacou, em 1981, um reator nuclear iraquiano de pesquisa, de tecnologia francesa. A ação ocorreu mediante um bombardeio cirúrgico que destruiu o reator, do qual poderia, eventualmente, ser extraído plutônio em quantidade suficiente para fabricar bombas atômicas, conforme anteriormente explicado. Provavelmente pelas mesmas razões, há cerca de um ano, os israelenses também destruíram incipientes instalações nucleares sírias, mediante bombardeio aéreo. Há poucas informações sobre esse episódio, porém ele foi confirmado.

O Irã está ampliando grandes instalações industriais nucleares e anunciou que vai dobrar a atual capacidade de enriquecimento para 6.000 ultracentrífugas. Suas autoridades alegam ser este um programa de fins exclusivamente pacíficos, isto é, para a produção de energia elétrica e de material para uso médico. Isso parece improvável, uma vez que o país tem vários vizinhos com capacidade nuclear militar. Um deles é Israel, cujo primeiro-ministro admitiu a posse de armas nucleares em entrevista recente. Ele não disse quantas são, porém estima-se existir mais de uma centena delas. Israel não dispõe de mísseis balísticos, contudo, sua aviação tem elevada capacidade operativa e conta com aeronaves, logística e sistemas de armas americanos de última geração.

A situação política nos três países é outro fator importante a considerar. Bush está em final de mandato e seu histórico de agressividade não o recomenda. Além disso, ele tem feito sucessivas advertências e, ultimamente, ameaças ao Irã, sempre reiterando o apoio dos EUA a Israel. O Irã, por sua vez, prega varrer Israel do mapa, enquanto apóia o Iraque, a Síria, e os palestinos, em especial o Hamas, em ações contra Israel. Por último, estão ocorrendo importantes mudanças políticas entre os israelenses, com uma provável ascensão de representantes radicais ao poder.

A conjunção desses fatores pode levar Israel a atacar as indústrias nucleares do Irã, antes das eleições nos Estados Unidos em novembro.

Para tanto, seria necessário o aval de Bush, o qual poderia ficar tentado com um "gran finale" em sua biografia. Correm versões, não confirmadas, de uma divisão na Casa Branca em que o grupo do vice-presidente Cheney seria favorável ao ataque por Israel, enquanto a secretária Condoleeza resistiria a isso. Em qualquer caso, o apoio direto a Israel viria dos navios-aeródromos americanos estacionados no Mar da Arábia e no Mediterrâneo, e também de suas diversas bases aéreas no Oriente Médio.

As conseqüências de uma agressão dessas seriam extremamente graves e desestabilizariam o mundo inteiro, por bastante tempo. A reação anunciada pelo Irã o levaria a atacar Israel com mísseis balísticos de grande alcance. Ocorreria também o fechamento do Estreito de Ormuz pelos iranianos, com um corte de 40% no abastecimento de petróleo no mercado mundial e a disparada incontrollável de preços. A China e a União Européia, diretamente dependentes desse insumo, seriam muito prejudicadas. A Rússia, grande exportadora, não seria afetada nesse aspecto. Entretanto, ela não teria o menor interesse em um problema de tal porte em área de sua influência direta, em especial sob o aspecto militar.

As demais variáveis de um desastre desses são tantas que não vale a pena especular a respeito. O importante é não ser surpreendido com o problema. É óbvio que existem muitos outros conflitos no mundo a exigirem a atenção dos povos e dos dirigentes dos seus mais de duzentos países. Seria inadequado e mesmo impossível tentar abordá-los de modo proveitoso aos objetivos desta palestra. O caso há pouco abordado é emblemático e atende ao alerta que nos dispusemos a fazer.

5. O BRASIL PROTAGONISTA

O Brasil vive um momento de acelerada transição, decorrente de um conjunto de fatores positivos presentes nos últimos anos, tanto no plano interno como no externo. Já não era sem tempo que tal ocorresse, após duas décadas perdidas ao final da século XX. O evidente desenvolvimento do país é reconhecido pela comunidade internacional,

a qual percebe o aparecimento de um novo e importante parceiro no jogo dos grandes interesses.

Essa crescente atuação traz consigo o aumento de desafios e de riscos nas decisões em todos os campos de atuação, do político ao estratégico, do financeiro ao comercial. Os problemas e as tensões daí decorrentes têm de ser solucionados mediante negociação, quando pode ser necessária a aplicação de pressões ou de resistência a elas. Nas áreas do mundo onde existem grandes tensões permanentes, pelos mais diversos motivos, esse jogo de poder se exacerba com freqüência, degenerando em conflitos paracuja solução poder ser necessário o uso de força..

Dessas considerações, surge a maior vantagem geoestratégica de que o Brasil dispõe, a saber, o distanciamento das regiões do globo historicamente conflituosas. Nossa posição geográfica sempre foi considerada um problema, pela longa duração das viagens até aqui. Na verdade, isso nos favoreceu desde sempre, devido ao não envolvimento compulsório e direto em incontáveis guerras ocorridas no hemisfério norte, com a exceção dos conflitos mundiais do século XX, por sua própria abrangência. A transformação do mundo em aldeia global reduziu muito a desvantagem do distanciamento geográfico, porém pouco afetou as suas vantagens, em razão das tecnologias que nos mantêm ligados em tempo real ao resto do planeta.

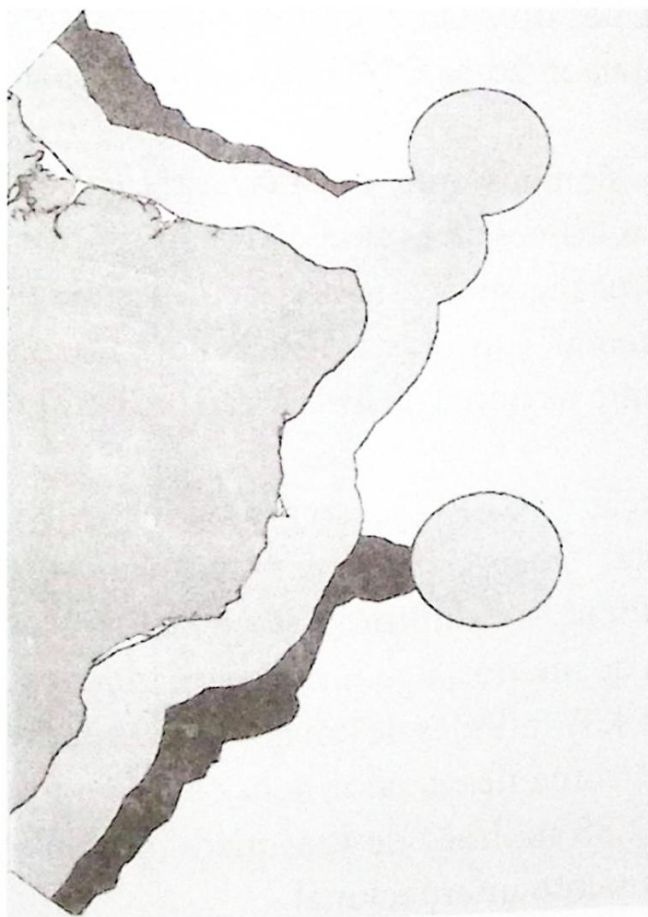
É oportuno, neste ponto, detalhar um aspecto que reforça de muito a argumentação apresentada até aqui. Trata-se da eventualidade indesejável, porém possível, do emprego de armas nucleares, mesmo poucas, em um conflito no hemisfério norte. Conforme exposto antes, a precipitação radioativa conseqüente dessas explosões nucleares deverá ficar confinada às latitudes onde elas ocorrerem, sem se aproximar da linha do Equador. Em outras palavras, o Brasil estará a salvo desse grave problema, sobre o qual seus protagonistas não terão o mínimo controle.

Em síntese, a característica de distanciamento das áreas conflituosas do globo nos ajuda, porém não resolve, por si só, a miríade de questões geradas diuturnamente pela convivência internacional. Elas aumentarão exponencialmente com a maior presença brasileira

no mundo e exigirão respostas adequadas e oportunas do nosso país. Vamos examinar um desses casos, de excepcional importância para nós e praticamente desconhecido da grande maioria dos brasileiros. Trata-se da "Amazônia Azul".

A "Amazônia Azul" passou a existir legalmente em 1982, quando a Convenção Internacional de Direitos do Mar (Lei do Mar) foi acordada por mais de uma centena de países, após oito anos de negociação. Ela entrou em vigor em 1994, ao atingir o número necessário de países signatários. Ressalve-se que os Estados Unidos não a reconheceram, porém aderem voluntariamente a muitos dos seus dispositivos, por razões práticas.

A Lei do Mar estabelece parâmetros e normas de convivência no uso dos mares, buscando harmonizar os enormes interesses que tal atividade engloba. Alguns de seus artigos fundamentais definem os conceitos de "mar territorial", "zona contígua", "ZEE-zona econômica exclusiva" e "plataforma continental". É um avanço extraordinário em assunto vital que sempre gerou grandes conflitos, muitos deles resolvidos pelas armas.



Brasil: mar territorial

O mapa da *Figura 1* mostra o que o Brasil entende ser de seu direito no Atlântico que banha nossas costas. Há nele uma superposição gráfica. A faixa mais clara define a "ZEE-zona econômica exclusiva", com 200 milhas marítimas (370,4 km) de largura. Ela engloba, com sobra, o "mar territorial", de 12 milhas de largura, ao qual se segue uma "zonacontígua", com mais 12 milhas. Além disso, existe a "plataforma continental", constituída pelo fundo do mar até a profundidade de 200m. Em certas circunstâncias, conforme a Lei do Mar, ela pode estender-se até a distância de 350 milhas marítimas (648,2 km), mesmo fora da "ZEE-zona econômica exclusiva". Isto é mostrado pelas áreas mais escuras do mapa, conforme interpretação do governo brasileiro.

Tal configuração é fruto de mais de dez anos de pesquisas efetuadas por navios científicos brasileiros, da Marinha de Guerra, da Petrobrás e de empresas civis sob contrato, os quais percorreram mais de 230.000 km, realizando sondagens e coleta de dados oceanológicos e geológicos. Esse gigantesco Levantamento da Plataforma Continental - LEPLAC serviu de base para o Brasil apresentar sua posição, dentro do prazo fixado pela Lei do Mar, à CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental, órgão da ONU que supervisiona a aplicação da referida lei.

Tal posição significa que o Brasil já é reconhecido como detentor de direitos exclusivos de exploração econômica em toda a "zona econômica exclusiva", nas águas a ela sobrejacentes e no solo e no subsolo da "plataforma continental" contida na ZEE. Na prática, isso representa a agregação ao patrimônio nacional de uma área com cerca de 3,5 milhões de km quadrados.

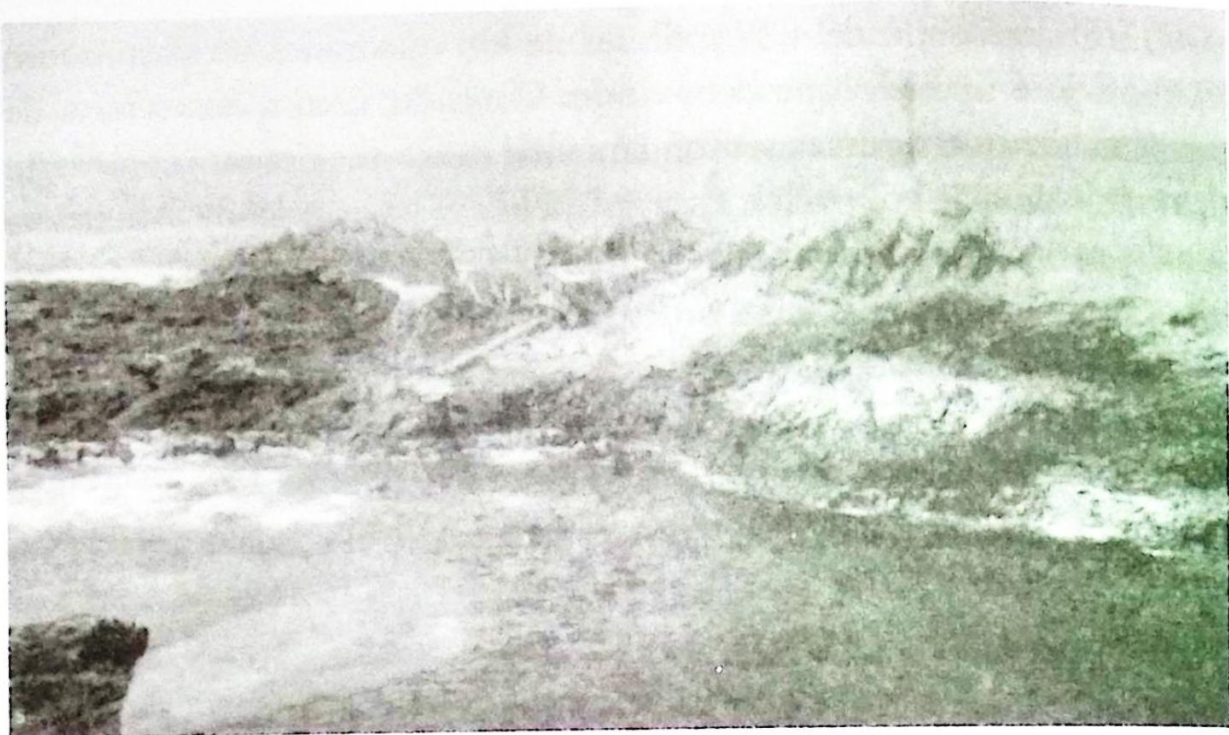
Ora em avaliação na CLPC, existem ainda as áreas de extensão da "plataforma continental" (mais escuras no mapa), que somam entre 773 mil e 963 mil km quadrados. Admitindo-se que a ONU aceite um valor médio de 870 mil km quadrados, a serem adicionados aos 3,5 milhões já consagrados, teremos 4,37 milhões de km quadrados de área patrimonial marítima brasileira. A soma desse valor com os 8,51 milhões terrestres atinge um total de 12,88 milhões de km quadrados sob jurisdição do Brasil, com reconhecimento internacional.

O acréscimo de 4,37 milhões de km quadrados ao patrimônio nacional já é mais do que bem-vindo. Contudo, com a descoberta de petróleo no pré-sal, passa a ser fundamental o reconhecimento incontestado de nossos direitos sobre eles. Essa área tem o nome oficial de "Amazônia Azul" e passará a constar nos livros de Geografia dos três níveis de ensino. A pergunta que faço é: Como proteger tão rico patrimônio?

Para se ter uma idéia da complexidade das respostas a essa pergunta, é interessante dizer-lhes que nossa Marinha de Guerra, com os poucos recursos de que dispõe, patrulha e exercita-se com assiduidade nessa área, a partir de Distritos Navais distribuídos em toda a costa. Além disso, a Marinha guarnece, de forma permanente, as ilhas situadas nos extremos geográficos das áreas aqui assinaladas. Este é o caso da ilha da Trindade, na latitude de Vitória, a 1.150 km da costa. Nela existe uma estação meteorológica operada por 32 militares da Marinha, que se revezam, alternadamente, a cada quatro meses.

Os oficiais, sargentos e marinheiros da Marinha Brasileira também estão presentes na Antártica, inclusive durante o inverno. Eles ocupam a Estação Comandante Ferraz, uma instalação complexa e sofisticada, que a Marinha mantém na Península Antártica há mais de vinte anos. Lá são realizados inúmeros experimentos científicos, por pesquisadores civis provenientes de universidades e outras instituições nacionais. Essas atividades dão respaldo legal ao reconhecimento internacional do Brasil como membro pleno e efetivo do Tratado da Antártica, integrado pelos diversos países com interesses naquele continente gelado.

O caso mais espetacular da nossa presença afirmativa na área oceânica de interesse estratégico nacional são os Rochedos de São Pedro e São Paulo, a 1.100 km a NE do saliente nordestino brasileiro (*Figura 2*). Eles são uma formação rochosa, com cinco pequenas ilhotas, a maior delas com 8.000 metros quadrados. Lá ficam, permanentemente, 4 brasileiros, civis e militares, em rodízio quinzenal. Trata-se, talvez, do lugar mais isolado do mundo. Entretanto, essa presença, com todo o risco e sacrifício, garante ao Brasil, pela Lei do Mar e perante a ONU, o patrimônio de uma imensa área sob nossa jurisdição. Vale a pena...



Rochedos de São Pedro e São Paulo

O planejamento da defesa nacional, historicamente, concentrou-se nas fronteiras vivas do Sul do Brasil. As duas guerras mundiais do século XX, das quais participamos, foram exceções cujas causas independeram do Brasil. Em consequência dessas preocupações com os vizinhos meridionais, as hipóteses de guerra, o planejamento, a distribuição de forças e a logística militar nacionais só levavam em conta tal fator determinante.

Essa atitude começou a mudar na década de 1970, com discussões nas escolas de comando e estado-maior das três forças. Passara a ficar evidente a elevada improbabilidade de um conflito militar com a Argentina ou outro país da região. Tal avaliação fortaleceu-se com o resultado da Guerra das Malvinas e consolidou-se com os entendimentos entre os presidentes Sarney e Alfonsín, em 1985, que deram partida à criação do Mercosul. Em paralelo, afirmou-se a percepção do aumento da importância da Amazônia e do interesse estrangeiro por ela, reforçado pelo despertar da consciência ecológica do mundo.

À vista disso, os eixos estratégicos do planejamento militar brasileiro foram girados para o Norte e também para o Leste, em direção à África. Além disso, definiu-se uma grande área geográfica de interesse

direto do Brasil, abrangendo as Américas do Sul e Central, o Caribe e parte da América do Norte. Foram ainda incluídos nessa área a África, o Atlântico Sul até a Antártica, e parte do Atlântico Norte, até a latitude de 30 graus Norte. No campo diplomático, foram articulados pelo Brasil dois documentos de grande importância para dar respaldo político a essa nova visão. O primeiro foi o Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1978, por todos os países presentes na região. O segundo, a Resolução da ONU, aprovada em 1986, que criou a Zona de Cooperação do Atlântico Sul, integrada pelos países atlânticos da América do Sul e da África.

Decorreram daí grandes mudanças nas atitudes e posicionamentos das Forças Armadas brasileiras. O Exército, centrado em Manaus, passou a ampliar seu contingente na Amazônia, com a criação e reforço de diversos comandos de área e a transferência para lá de muitas unidades do Sul e do Sudeste. A Aeronáutica construiu duas novas bases aéreas, em Porto Velho e Boavista, e nelas instalou unidades de combate. Além disso, criou e instalou o SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia, o qual dá total cobertura operacional à área. A Marinha instituiu o Comando Naval da Amazônia Ocidental (atual 9º. Distrito Naval), com sede em Manaus, além do 4º. Distrito Naval, há muito existente em Belém. Em paralelo, aumentou o número de unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais na área. Ainda mais, em uma decisão de importância histórica, passou a enviar a portos africanos, com regularidade, unidades isoladas e "grupos-tarefas" de navios. Finalmente, foram designados adidos navais para diversos países da costa ocidental da África, bem como passou a ser prestado apoio a eles na formação de pessoal e na operação e manutenção de navios.

O aumento das necessidades de energia, alimentos e matérias-primas, decorrente do crescimento acelerado dos grandes países em desenvolvimento, provocou uma corrida às fontes de abastecimento. Esse fenômeno, iniciado na década anterior, ganhou velocidade no início do século atual. Pode-se citar, como exemplo desse fato, a penetração chinesa na África, onde tem financiado vários países, através da União Africana. Inclusive, há grande quantidade de técnicos chineses levantando os recursos naturais e instruindo africanos em diferentes atividades.

Outra ponta de lança chinesa é o Acordo com o Irã, assinado há cerca de dois anos, para exploração de petróleo no Golfo Pérsico. Seu valor inicial foi de 80 bilhões de dólares e ele prevê a presença de chineses, compartilhada com iranianos, na obtenção do precioso insumo. Dessa forma, a China assegurou sua posição no Oriente Médio sem disparar um único tiro, ao contrário dos Estados Unidos e da União Européia que têm espalhado morte e destruição na região. Tais fatos também explicam o apoio que o Irã, o Sudão e o Zimbabwe têm recebido da China no Conselho de Segurança da ONU.

A Quarta Esquadra americana foi reativada recentemente para, segundo eles, "colaborar" com os países sul-americanos e africanos banhados pelo Atlântico e Mar das Caraíbas (*Figura 4*). Trata-se de uma força naval existente na II Guerra Mundial, com a qual a Marinha Brasileira operou intensamente, na proteção aos nossos comboios que se dirigiam à América do Norte e Europa. O Brasil teve 32 navios mercantes torpedeados por submarinos alemães durante aquele conflito, de modo que tal colaboração era necessária e conveniente para nós e os EUA.

A situação atual é bastante diferente. Os Estados Unidos estão interessados nos recursos naturais das regiões caribenha e atlântica, especialmente no petróleo nigeriano, angolano e, agora, brasileiro. Além disso, atuam contra o narcotráfico na América do Sul e se preocupam com a "tríplice fronteira", em Foz do Iguaçu, onde prospera uma grande comunidade muçulmana. Nessa equação, há também o petróleo venezuelano, as FARC e a instabilidade política de alguns países da América do Sul.

O pragmatismo ianque, à vista desse quadro político-estratégico, fez os EUA distribuírem forças militares em toda a área considerada. A Quarta Esquadra tem sede na Florida e, para apoiá-la mais ao sul, está em instalação uma 'estação naval' nas ilhas de São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné. Esse arquipélago abriga um pequeno país de língua portuguesa, visitado regularmente pela Marinha Brasileira desde os anos 70. O presidente Lula também esteve lá recentemente.

Com a colaboração dos ingleses, a US Navy apóia-se na ilha de Santa Helena, onde ficou desterrado Napoleão, próxima à costa da África, mais ao Sul. Ainda mais, há pouco foi criado pelo Pentágono um grande comando de área estratégica para a África, à semelhança do Comando Central, que abrange todo o Oriente Médio, inclusive o Paquistão. A sede do Comando Africano fica na Alemanha, onde os EUA dispõem de avantajadas instalações militares, desde a II Guerra Mundial.

Perto de nós, os Estados Unidos utilizam a grande base aérea de "Manta", no Equador, de onde cobrem toda a América do Sul. Eles também têm tropa terrestre no Paraguai, instalada na base "Mariscal Estigarribia", nas proximidades da "tríplice fronteira", em Foz do Iguaçu. Em acréscimo, a Quarta Esquadra pode utilizar-se da base inglesa nas Ilhas Malvinas, em cuja reconquista os americanos ajudaram muito a Marinha Real, na guerra contra os argentinos. Finalmente, a presença militar dos EUA na Colômbia é significativa, para apoiar o governo nas lutas contra as FARC e o narcotráfico.

O Programa Nuclear Brasileiro (sempre sob a égide da CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear) teve início na Universidade de São Paulo, em 1973, há trinta e cinco anos! A iniciativa foi da Marinha, interessada em desenvolver a propulsão nuclear para seus submarinos. Tal programa em nada difere daqueles das marinhas dos EUA, Rússia, Inglaterra e França, dos quais derivaram os programas civis de geração de energia núcleo-elétrica daqueles países.

Os esforços da Marinha na área nuclear contaram com a participação de seus engenheiros e técnicos navais, bem como, e principalmente, com uma grande maioria de especialistas civis de alto nível, físicos, informáticos, químicos, matemáticos e engenheiros de diversas áreas, mestres e doutores da USP e de outras universidades e centros de pesquisa brasileiros. Aproveito para homenagear o falecido engenheiro nuclear Clauer Trench de Freitas, com doutorado na Alemanha e em duas universidades americanas, participante desse projeto por longo período. Ele era irmão do professor Floriano Freitas Filho, casado com minha querida irmã Lena, aqui presentes.

O programa do submarino nuclear brasileiro tratou inicialmente do desenvolvimento de modelos convencionais, já tendo construído, em anos recentes, quatro submarinos diesel-elétricos no Brasil, único país no hemisfério sul a fazê-lo. Também foi dada prioridade à questão do enriquecimento de urânio, sem cuja solução o programa seria inexecutável. É sempre com grande orgulho que trato desse tema, pois a Marinha e um grupo seletivo de brasileiros conseguiram desenvolver, de forma totalmente autônoma, a tecnologia de enriquecimento de urânio. Isso permitirá o fornecimento permanente do combustível que vai alimentar os reatores de nossas usinas núcleo-elétricas e também dos futuros submarinos nucleares da Marinha Brasileira.

A posse independente de tal segredo é privilégio de um número diminuto de países no mundo. Ela dá ao Brasil a capacidade de produzir urânio enriquecido a custos muito competitivos, para uso próprio e também para disputar o mercado mundial de um insumo energético essencial. No campo militar, a existência de submarinos nucleares aqui projetados e construídos, e abastecidos com urânio enriquecido nacional, possibilitará à Marinha de Guerra brasileira atuar com eficácia em toda a vasta área marítima de nosso interesse direto, conforme aqui mostrado

Tal condição elevará muito o patamar estratégico do Brasil, assegurando-nos progredir em paz e atingir a prosperidade que todos almejamos, sem sermos molestados neste rincão do mundo que o Criador nos reservou.

Muito obrigado.

PRIMÓRDIOS HISTÓRICOS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE PORANGATU¹

Ana Braga
Cadeira n. 49 do IHGG

É com indisfarçável orgulho e alegria que aqui compareço nesta Porangatu de tanta importância na história de Goiás e na história de minha vida. É gratificante esse gesto dos organizadores da Semana Literária "**Bernardo Elis**", convidando-me a participar, ainda que modestamente, desta homenagem ao saudoso membro da AGL (Academia Goiana de Letras), e que chegou, com seus contos e romances, sentimentais e historiográficos à Academia Brasileira de Letras. Imortal por dois títulos!

Aqui estou, grata e comovida por esse chamamento a esta festa das inteligências, ocasião em que, também, os intelectuais porangatuenses comemoram o 10º aniversário da instalação, nesta cidade, da Academia Porangatuense de Letras e Artes, fundada em 15 de abril de 1992.

Venho, com a alma e o coração, para dizer-lhes, também, que este gesto fraternal foi por mim intensamente avaliado, quer para sondar a generosidade e a simpatia com que me cumulam, também, para descobrir novos significados, além da gratidão. Significado este como sentimento do dever que me prende, por toda a vida, a esta Comunidade. Digo isto por tantas outras razões!

Quando menina nos meus 5 a 7 anos, brinquei sob as frondosas mangueiras da Praça Nossa Senhora da Piedade. Freqüentei e aprendi na escola da Mestra Adelina Gonçalves, o "ABC" e o "be-a-ba". Lembro, com

¹ Conferência proferida por ocasião do 10º. aniversário da Academia Porangatuense de Letras e Artes, 2002.

saudades, a saudosa professora, que veio da antiga São José do Tocantins, hoje, a bela e rica Niquelândia!

Naquela praça aprendi a repetir as orações que o padre Alexandre ensinava aos sábados, a todas nós, alunas da Escola da Mestra Adelina. E logo depois, perfilados à porta daquela Escola, cantávamos o Hino Nacional, o que se repetia, todos os dias, antes de adentrarmos a sala de aula, de chão batido, bancos ao longo das paredes. Na ponta de cada banco, ficava a decuriã, distinção conferida à melhor aluna da Escola. À frente, a mestra, alegre, porém, austera ao mesmo tempo. Mancava ligeiramente de uma perna. Talvez por isso lecionasse assentada numa cadeira de assento de couro. Uma mesinha ao lado. E sobre esta a palmatória que era usada nas alunas mais "taludas" e menos estudiosas. Algumas já mocinhas. Ali se aprendia de tudo e todos os dias se repetiam as lições de aritmética, no livro de Trajano, História do Brasil, leitura de poesias ou contos.

O livro que tínhamos era o de Felisberto de Carvalho, do primeiro ao quarto volume; por serem raros, os exemplares passavam de mão em mão e até de geração em geração. O fundo da igreja servia de fundo mesmo aos palcos improvisados que a boa Mestra, com suas filhas Olívia e Eva erguiam, enfeitados de lado por cobertores de chita e toalhas de renda. Era uma beleza tudo aquilo! E qualquer que fosse a peça ali a ser apresentada, a ela se dava o nome de "Drama". Dizia-se: "Hoje de noite vai haver o Drama"! As lamparinas e um Petromax, que deveria ser da igreja ou do Senhor Eldócio Pinheiro, pai da Professora Emília Pinheiro, que ainda aqui vive, aposentada. Ele tinha gramofone, relógio de parede, um monte de coisas que eram admirados por nós, os meninos da

velha praça. Ele com seus irmãos, Benedito e Florenço Ribeiro, vindos do Peixe, eram rapazes ilustres, por serem filhos de família histórica de Porto Nacional, e terem feito estudos (de certo até o Propedêutico, como falavam) em Uberaba-MG.

Estes e toda a população da cidade, cada um levando a sua cadeira, ou banco, ou sêpo, enchiam a velha praça para assistirem o "Drama". Palmas e apreciações! A estas representações, também comparecia o velho Jô de Oliveira, que era o substituto do Padre Alexandre, quando este fazia suas desobrigas pelos Gerais. Jô de Oliveira estudou com os Dominicanos

Franceses de Porto Nacional, rezava terço em latim e os "Glória ao Pai", com entonação gregoriana. Mal entardecia, ele subia o elevado da praça. Ia tocar o velho sino. Era a hora solene das Ave-Marias.

O bucolismo daquela praça, a quietude das noites só era incomodada, raramente, por alguma serenata arranjada por Tereza Fagundes e outras jovens e alguns moços. O violão acompanhava as melodias, as velhas modinhas de outrora.

Outra festa era a de São João, no "Retiro dos Pereira", uma fazenda com várias casas de telha e outras de palha, currais bem feitos, de madeiras roliças. Tudo isso formava um círculo. No centro, a igreja de Santa Bárbara, erguida por meu pai, o empreiteiro Anísio Braga. O serviço era pago pelos Pereira ajudados pelo velho Apolônio Valadares, um maranhense muito rico, dono da fazenda "Poção" e que, entrando pelos sertões, rumo ao Araguaia e a Ilha do Bananal, fez muitos "Retiros", casas e currais, léguas distantes uns dos outros. De certo, penso, sobre esses lugares estão, hoje, os municípios de São Miguel do Araguaia e Araguaçu.

Foi por aqueles gerais que aprendi a amar a natureza! Rios e córregos cheios! Na seca, tornavam-se cristalinos e apinhados de peixes, que nadavam despreocupados. Nas campinas, bandos de emas, seriemas cantando ao meio dia. Também se viam, nos beirais dos lagos, enormes sucuris e, nos cerrados fechados, onças, veados, catetos aos bandos. Um dia, parece incrível, os homens estavam no campo, aboiando o gado, pois não havia cercas de arame. A velha Corina, depois, dona da antiga pensão que tinha o seu nome, e segunda mulher do Sr. Apolônio, e minha mãe, que naqueles Gerais moraram 6 meses - minha mãe comigo e meu irmão, enquanto o meu pai foi a Pirapora em Minas Gerais, levar meu avo João Braga a visitar tia Antonia e seu esposo Silvino.

Ao ouvirmos um barulho terrível, como se fossem trovoadas vindas do chão, vó Corina e minha mãe, entre o medo e chamados a Deus, subiram num jirau e a nós meninos, meu irmão e eu, puseram-nos enganchados nas forquilhas que sustentavam os potes. Estes rolavam pelo chão. Chorávamos sem poder gritar, sobressaindo a fala de nossa mãe: "Segurem meus filhos!" E vó Corina rezava e chorava. Era uma manada

de porcos bravos que demorou minutos no rancho, tempo suficiente para revirar tudo, trempes, panelas e o que encontrassem pela frente. Depois, seguiu a vara de porcos, rumo ao curral e muitos bezerros ficaram sem os umbigos.

À noitinha, quando vô Apolônio e os peões regressaram, ficaram estarecidos; ainda assim, foram atrás daqueles animais selvagens e bravos. Tarde da noite, quando voltaram, nas garupas de seus animais traziam tantos porcos mortos! Destes se aproveitavam as peles, pois os couros dos animais silvestres eram fontes de renda para os homens do campo e para os comerciantes.

Estamos falando de cultura, que é também a história dos hábitos e forma de vida de nossa gente, naqueles idos! Ai está uma amostra do que se vivia e como viviam os rurícolas daquela época. Por outro lado, o campo oferecia variada e farta alimentação, com saborosos oitis, puças, pequis, croás e tantas caças numerosas e variadas. E nos rios os cardumes de peixes.

Mas, na vila do Descoberto era aquela mesmice! As conversas entre os vizinhos ou as rodadas de prosa, à noite, assentados nas cadeiras e tripeças, à porta da rua. Se havia lua, as luzes das lamparinas ficavam esmaecidas, lá nos quartos e corredores das casas de adobes e cacos de telha, algumas com as portas tingidas de vermelho ferrete, ou de verde escuro. A lua derramava, clareando o velho lago, uma luz que se podia sentir. Os "quem-quem" faziam festa sobre os pacientes bois e vacas que, ali, deitados ruminavam.

Mesmo assim, havia esperança por todo lado, e os casais ainda moços e os jovens contavam com a chegada das festas do Divino, em julho, da dança do São Gonçalo, em agosto, e a festa da padroeira. Era tempo do cumprimento das promessas! As folias com suas bandeiras pelos Gerais e, depois, o encontro delas na velha e histórica praça. As catiras, as rodas e o tambor davam-se nos terreiros das casas dos festeiros. Mesadas de bolo, vinho Cinzano e Vinho do Porto e ... a velha "caninha", à vontade. Os meninos acompanhavam os pais. Os bailes iam até a madrugada, ao toque da sanfona, do violão, reco-reco e pandeiro. As crianças, já dormindo, eram levadas para as camas e redes dos donos da casa. Não havia as

etiquetas nem os acanhamentos impostos pela civilização atual. Era mais uma sociedade fraterna, onde poucas rixas vingavam, e a vida simples misturava as pessoas, sem preconceitos e sem rivalidades. O uso do bom trato e o respeito entre parentes e amigos era comum. Também, eram tempos em que o compadresco gerava uma família. O mesmo respeito com que os jovens tratavam seus pais, os afilhados tinham-no para com os padrinhos e madrinhas: "Abençoa padrinho... abençoa madrinha", diziam. "Deus te ponha virtude, meu filho!" ou "Deus te abençoe!"

Esta foi a Descoberto onde brinquei, de pés no chão, cabelos ao vento. Depois, dedicada à praça da mestra Adelina eu escrevi "A Velha Descoberta".

Senhores! Eis aí a síntese das emoções que senti, menina, nesta Porangatu que, depois, descobriu a civilização e buscou o progresso saído de tantos sacrifícios passados! Das mãos calosas de uns, nas roças primitivas, dos braços retesados de tantos heróis dos sertões de Água Parada, do rio do Ouro, do Santa Tereza e do Cana Brava! As boiadas gordas, mas, bravas e soltas, nas pastarias sem arames. O sol a pino, laços e ferrões dominando a boiada, e a voz forte do vaqueiro: "Ôi Boi! Oi!" despertando a solidão, que acordou só na época do progresso, da luz elétrica, do rádio por todo lado, televisão e campo de futebol à frente das fazendas. Depois, os computadores, aviões nos campos de pouso, entre as pastarias verdes, bem formadas, ou entre as extensas plantações de arroz, soja e outros cultivos.

A origem da cidade vem do início da mineração do ouro, que atraiu o bandeirante João Leite, em 1592. Este trazia na sua bandeira um encarregado da tralha e da sondagem, o "nego Dunga". E, como conselheiros e mestres de orações, alguns jesuítas da Companhia de Jesus, que construíram na região da fazenda "Pindobeira", perto dela, um aldeamento para o trabalho de catequese e colonização dos índios.

É comentado em várias anotações sobre a bandeira de João Leite, que no local onde está hoje à cidade de Porangatu deu-se a história do "Nego Dunga", que encontrou nas imediações da fazenda Pindobeira, uma enorme pepita de ouro. Ele a cortava com um canivete todo dia, para ir "pagando a tamina", livrando-se dela, que lhe fora imposta por

João Leite, seu patrão. Lenda ou verdade, alastrou-se a história da grande pepita encontrada pelo "nego Dunga" e bastou isso para que um grande número de exploradores, vindos até do Grão-Pará, chegasse ao arraial do Dunga, onde realmente tinha muito ouro e, logo mais, virou um povoado.

Esse local foi atacado várias vezes pelos canoeiro. Contam-nos Johan Pohl e Zoroastro Artiaga, que esses índios viviam nus, eram robustos, maus, nômades e irredutíveis! Eram tribos numerosas, cruéis e obstinadas na realização de seus intentos vingativos; nessa sede de sangue as mulheres não ficavam atrás e, muitas vezes, excediam em maldade os homens.

A respeito da localização dos canoeiro, escreveu o sábio Johanes Emmanuel Pohl: "Vivem os canoeiros nas matas próximas ao Paraupava, Tocantins, ao rio Paranã (Paraupéba) e Emanuel Alves. Dominam além do Maranhão e vão ao descampado de Amaro Leite, Arraial da Piedade ou Descoberto, onde perturbam os moradores. Esses bárbaros vagueiam por toda aquela região. Tamanho é o pavor que causam que ninguém se atreve a chegar perto daquele rio Maranhão". Podemos concluir, diz o indianista Antonio Teodoro da Silva Neiva, que "os canoeiro, desde o tempo da preação, até hoje, vivem em lugares pouco pisados pelo homem branco". Ignora-se o local exato onde eles vivem; por longo tempo, infestaram a região dos rios Formoso e Escuro, cujas nascentes ficam perto da Serra do Estrondo. José da Gama Malcher localiza-os na região de Uruaçu, Amaro Leite e Porangatu.

Castelnau fala que esses silvícolas habitavam, também, as duas margens do Tocantins, perto de Peixe e Niquelândia.

No estudo da história de Porangatu, certo é que eles aqui viveram não faz muito tempo. Os mais velhos da região falam dos ataques dos Canoeiros, por varias vezes. É quase certo que tenham causado a morte de Antonio Leite, apaixonado por Angathu. Antonio Teodoro da Silva Neiva, na "Introdução à Antropologia Goiana", corroborado por outros autores, ensina que "avá" significa "canoeiro" e que foram eles, os canoeiros que exterminaram, há poucas décadas, a família Correia de Miranda. O massacre deu-se como vingança, pelo fato de que um membro dessa

família matou uma índia canoeira, ainda jovem e bonita, e cortou-lhe os peitos, levando-os como prova de sua façanha aos habitantes da fazenda “Ourinho de Deus”, hoje, próxima à cidade de Santa Tereza.

Os avá-canoeiro atacaram essa família e tiraram os peitos das vítimas, o mesmo fazendo com um dos filhos de João Correia Miranda. Este, por sua vez, organizou um grupo chefiado por um índio chamado Cunha, e num aldeamento próximo à fazenda “Veríssimo”, entrou em luta com os canoeiro, quando morreram 50 índios, mulheres, crianças e velhos. Daí nasceu, entre os avá, o habito de cortarem os seios e os órgãos genitais de suas vítimas. Esse fato foi confirmado pelo fundador do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.

É de se notar que Porangatu está ligada ao surto do ouro em Goiás, à dos roteiros seguidos pelos bandeirantes e também a história dos repetidos ataques dos avá-Canoeiro.

Mesmo assim, pela quantidade de ouro que produzia, Porangatu chamava grande número de exploradores. Formou-se aqui o arraial de Nossa Senhora da Piedade. Logo, construíram nele a primeira Casa de Oração, cuja padroeira foi e é, até hoje, Nossa Senhora da Piedade. A imagem que é venerada data de 1716. O arraial foi distrito de Pilar, local de grande influência e cabeça de comarca na capitania e província de Goiás. Até 1911, Porangatu foi distrito de Pilar, mas, na divisão administrativa territorial de 1933, passou a ser distrito de Uruaçu, antiga Santana do Maxambombo. Assim ficou até 1937, quando passou a pertencer ao termo Judiciário de Jaraguá, mas permanecendo como distrito de Santana, hoje Uruaçu.

Pelo Decreto Lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Porangatu, ainda como distrito, até que, redemocratizado o país, obteve sua emancipação política, pela Lei nº 122, de 25 de agosto de 1948, tornando-se município; em 14 de novembro de 1952, foi elevado à categoria de comarca de Terceira Entrância.

A lei que emancipou Porangatu é de autoria do ex-deputado José Peixoto da Silveira, já falecido. Era ele um homem nobre, escritor de nome, poeta e médico. Pertenceu à Academia Goiana de Letras e morou por muito tempo em Jaraguá. Por justiça, deve Porangatu lembrar seu

nome, assim como o nome da senhora Corina Cunha, viúva do patriarca Isaias Furtado da Costa. Octogenária e quase cega, mas de memória invejável, como conhecedora do antigo Arraial do Descoberto, ela cooperou com o deputado Peixoto da Silveira; fornecendo-lhe os dados indispensáveis à justificativa do processo divisório, sem errar, citando os marcos geográficos que interessariam à formação dos limites, para a estrutura física do novo município que foi instalado em 01/01/1949.

O primeiro Juiz de Direito de Porangatu foi o Dr. Cílio Rodrigues; a comarca passou a ser de Segunda Entrância por lei de autoria da ex-deputada Ana Braga.

VULTOS HISTÓRICOS DE PORANGATU

Padre Alexandre foi o primeiro mestre deste local, no período de 1930 a 1939. Seguiu-se a mestra Adelina Gonçalves, vinda do São José do Tocantins, professora nomeada pelo governo e aqui chegada em 1931. Morreu em Goiânia, em dificuldades. José Antonio dos Santos, também vindo de Natividade, aqui lecionou na escola masculina, até 26/02/1949, quando faleceu. Dona Benedita dos Santos, filha de José Antonio dos Santos, foi nomeada em abril de 1949, pelo prefeito Ângelo Rosa de Moura. Aposentou-se em 1957, e o resto de sua vida, viveu no abrigo São Vicente de Paula. Também, nesse mesmo solar dos excluídos, viveu durante muitos anos e ali morreu Venâncio de Barros Garçã, conhecido como Bety. Não era um homem vulgar. Foi criado pela rica fazendeira Josefa de Barros. Em Anápolis, no colégio Couto Magalhães, ele estudou até o último ano de ginásio. Escrevia com bela caligrafia e bons princípios de gramática. Falava com esclarecimento e corretamente, possuindo um dom oratório que lhe daria carreira. Era alegre e comunicativo. Participava de comícios e elegeu-se vereador desta cidade. Dele se podia dizer que seria um futuro líder político desta região. Mas não foi isto o que lhe reservou o destino. Não chegou a obter a aposentadoria. Doente, sem o amparo assistencial que lhe devia a sociedade, à qual ele dedicou os melhores anos de sua vida, foi levado para o mesmo Asilo São Vicente de Paula, onde chorava sua desdita até morrer.

Ainda, entre os velhos mestres de idos tempos, lembremo-nos, por dever e gratidão, de dona Orfilena Matos e do professor José Borba, sem nos esquecermos, jamais, da professora Messias Borges, vinda de Porto Nacional, onde obteve algum estudo. Tocava violão e cantava; confessava-se não realizada por não ser uma professora formada. Morreu pobre, mas, criou seus filhos, e mesmo sendo quase uma neófito nos assuntos didáticos, esforçava-se. Era filha de Francisco Borges, próspero comerciante e político, casado em segundas núpcias com Dona Hilda Borges, de Porto Nacional. Dona Hilda exerceu aqui as funções de agente dos Correios, por longos anos.

Busquemos, ainda, nos vãos de nossas lembranças, o velho Isaias Costa, segundo esposo da célebre Vó Corina, cujo primeiro esposo foi o viajado e bem relacionado Basílio Cunha, pai de Elisiano Cunha, primo do saudoso Pedro Martins Cunha, o último líder dos velhos varões da família.

Desta família foram também membros os irmãos Tomaz Martins e Eusébio Martins da Cunha. A administração deste último, quando Prefeito de Porangatu, foi valiosa. Deve-se a ele o traçado, o loteamento da cidade rumo à Lagoa Grande e ao sul da mesma.

Hoje, a lagoa cercada de jardins, belos prédios e casas de moderna construção, é um espelho onde se reflete e se contempla o crescimento da cidade por todos os lados e ângulos, ressaltando-se a Faculdade e dezenas de escolas; também o comércio alado, expressão do progresso desta cidade revivida, moça enfeitada pelo aumento econômico e social de suas riquezas e de sua gente, com centenas de jovens, inteligentes e entusiastas que sorriem ao futuro.

A administração atual realiza aqui muitos projetos de grande alcance político e social. Obviamente, os mais importantes, entre todos, os que dinamizam o ensino nas escolas de primeiro e segundo graus, continuados na Faculdade local, que é uma conquista, realizada por esforços do Doutor Carlos Rosembergue e por mim, esta que vos fala agora.

Ao chegar aqui em 1962, até quando daqui tive de sair, por tantas e dolorosas circunstâncias, outra coisa não vislumbrava, senão entregar-me ao esforço comum, para fazer de Porangatu um centro de ensino, de desenvolvimento instrutivo e cultural. Pois aqui vivi quando menina e

para esta terra tinha voltado, e aqui instalado novo lar, onde cresciam meus filhos, dois deles aqui nascidos e um, aqui jazendo para sempre no campanário da morte.

Desejava eu vê-los juntos e se fazerem co-participantes deste progresso, para o qual sem falsa modéstia, sem outros interesses, plantei novo rumo no Ensino.

Por lei de minha autoria, quando deputada estadual, foi criado e instalado o primeiro ginásio desta cidade. Anexando-se a ele, depois, criamos a escola normal, que assegurou diplomas registrados a mais de 20 professores, com habilitação pedagógica e didática e os ensinamentos indispensáveis à digna profissão de mestres.

Conseguimos transformar o ginásio em Colégio Estadual. O prédio onde funciona foi construído a nosso pedido e sob nosso empenho, no governo do Sr. Otávio Lage, ajudado pelo Professor Jarmund Nasser, Secretário da Educação, à época.

Consigno-lhes, ainda, minha respeitosa gratidão pelo apoio que emprestaram ao meu esforço, às minhas muitas andanças a Goiânia, num jipe, pulando na estrada sem asfalto, às vezes enlameada, naquele desconforto de horas. Enquanto isso, com verbas próprias e minguadas, dotávamos o colégio do que era necessário ao ensino. Hoje, no seu frontispício, estampa-se o nome do saudoso professor Waldemar Amaral.

Ao deixarmos a sua diretoria, ali ficaram: laboratório, biblioteca, banda marcial, mobiliário, cantina, material de educação física e, sobretudo, um corpo de professores formado de abnegados mestres! De todos me lembro com respeitosa amizade. Eles me seguiram no ideal do avanço, naquela luta pela conquista do bom e graduado ensino para Porangatu.

Meus prezados e pacientes ouvintes: é justo que exaltemos o benefício do ensino ao crescimento dos conhecimentos humanísticos e ao desenvolvimento cultural trazido a esta cidade, ainda, pela Escola Porantécnica, criada pela Lei nº 306, de 24 de novembro de 1970, pela Prefeitura Municipal, na administração do Sr. João Gonçalves e sob minha inspiração.

Instalada, foi organizada e regeu-se sob os princípios adotados no estado, para as escolas de 2º Grau. Nela funcionaram os seguintes cursos: Técnico Comercial e o Científico; também, na mesma escola, o Primário e o Ginásial, chamados de 1º e 2º Graus. O curso Ginásial "Nossa Senhora da Piedade" foi criado por Lei Municipal, de 30 de novembro de 1972. Seu registro foi feito através do Conselho Estadual de Educação. Funcionou, de início, com um total de 309 alunos. O curso primário (1º Grau), com 184 alunos, nas quatro séries. A Porantécnica teve autorização para seu funcionamento pela resolução nº 632, de 03 de março de 1971, conforme o Diário Oficial do Estado, nº 11.466, de 10 de fevereiro de 1972.

Pela lei 341/71, de autoria do prefeito João Gonçalves, e de conformidade com as Diretrizes e Bases do Ministério de Educação, a Prefeitura Municipal criava e incluía o colégio Agrícola e Municipal, anexado à Porantécnica. Mas, a pedido, tendo me afastado da diretoria daquela escola, este curso Técnico Agrícola não foi instalado. Então, já era prefeito o Sr. Luiz Antônio de Carvalho. E era fiscal do ensino, nesta região, o Pr. Alaor, superintendente da 24ª Delegacia do Ensino em Goiás.

Guardo, com carinho, nos meus arquivos, a história do ensino e das atividades sociais e educativas dos colégios, todos aos quais demos impulso. É preciso que se diga que, nessa época, eu era a única diplomada em um curso de filosofia, registrado no MEC, nesta região.

AS ATIVIDADES ERAM SEMPRE EDUCATIVAS.

a) conhecimentos das matérias básicas instrutivas e ainda: artesanato municipal, com exposições anuais. A primeira se deu na casa da Senhorita Audilia Cunha, em 1972, na velha praça dos meus tempos de menina. O povo, entusiasmado, colaborou com peças artesanais, novas e antigas. Não faltaram as bruacas, as canastras antigas, colchas de ponto de cruz e outros belos bordados à mão, crivos e macramês, cobertas e redes tecidas nos velhos teares e guardados pelo povo antigo. Também não faltou a velha palmatória da Escola Pública de 1930!

A segunda exposição deu-se em julho de 1973, numa grande sala cedida pelo Banco Itaú que havia se estabelecido há pouco, nesta cidade, e onde, depois, se instalaria a Empresa HS Veículos do Dr. Herculano Siqueira. E, em 1974, a Prefeitura Municipal criou, por sugestão de Ana Braga, a Secretaria de Serviços Sociais do Município (sem ônus para sua primeira Secretária, que foi, também, Ana Braga). A terceira Exposição deu-se na sala do Centro Comunitário, sob o patrocínio da Prefeitura. Seguiu esse trabalho promocional orientação que ensina: "Em vez de se dar esmola e cestas, agasalho e outras coisas, ensina-se a realizar um meio rentável aos menos favorecidos". Por isso, criou-se aqui o Centro Comunitário e o Centro Social Urbano (C.S.U), tudo com verbas federais e estaduais, oferecendo, cursos de costura, de bordados à máquina e vários à mão, manicure, flores artificiais, pintura em telas e no vidro, entalhes em madeira e no CSU, atendimento médico e odontológico. Era belo ouvir-se o "Hino ao Trabalho" ali cantado pelos alunos e artesãos.

A verba para compra desses materiais nos vinha do Ministério do Trabalho e do Interior, via SUDECO, então presidida pelo Dr. Renan Pompeu de Pina, assessorado pelo Dr. Romeo Renan, que nos visitava sempre nessa cidade e que aqui veio certa vez apenas para assistir a peça: "O Auto da Compadecida" pelos alunos da Porantécnica e do Colégio Estadual. Foi um sucesso essa representação, levada, depois a Porto Nacional e a outros municípios. A despesa com transporte e com alguns materiais era-nos oferecida pela presidente da OVG, a primeira dama do estado, Dona Lúcia Vânia e, depois, Dona Maria Valadão.

Nessa época, com a participação do Tiro de Guerra local, da população da cidade velha e de muitos idealistas, com um só trator da Prefeitura, mulheres e habitantes da velha cidade, todos nós, de vassoura nas mãos, enxadas e rastelos, limpamos e higienizamos a velha Porangatu. Os velhos quintais tiveram a sujeira toda removida e ali foram instalados melhores sanitários, feitos de lajes e cimento, sendo retiradas as "privadas negras".

A cidade virou outra. Seus habitantes se encheram de entusiasmo. Daí para a frente, ela se tornou local aprazível de se visitar. O velho Lago da Matriz foi transformado, nos dias de festas, em palcos de arena, onde fazíamos as representações teatrais e danças folclóricas, em frente

da histórica Igreja. Resgatamos as festas juninas, com o casamento na roça, os convidados acompanhando os noivos pelas ruas e, ao término, a cerimônia do casamento à vista do juiz da roça e do padre. Ao final, a quadrilha, ao som da sanfoninha "pé de bode", tocada sem parar, pelo bondoso, Necão já falecido. Essas festas ficaram tradicionais. Foi um resgate cultural, tudo o que tiramos do esquecimento.

Depois, a ilustre professora Farisa Baldine continuou essa revitalização da cultura folclórica, naquela mesma praça.

b) Outro avanço no resgate dos costumes e na marcha do serviço de profissionalização: viajamos pelas fazendas e distritos, fazendo a avaliação das atividades artesanais e folclóricas de todos os distritos e incentivando a criação de cursos de costura, bordados à mão, trabalhos de cerâmica e reuniões festivas aos sábados, para aquisição de algumas quantias que seriam aplicadas no bem do próprio povo e pela própria comunidade. Assim se fazia, sob a inspiração de nossas visitas semanais. Doamos máquinas de costura de pé, linhas, panos e agulhas a Bonópolis e Entroncamento.

Pedimos ao prefeito que ali se instalasse um mini posto de saúde. Uma enfermeira prática ajudava na aplicação de injeções, no encaminhamento e orientação aos doentes. Conseguimos muitas amostras de remédios da Saúde Pública do Estado e dos médicos amigos. Isso funcionava precariamente. Mas servia, e muito!

c) Incentivamos ao ex-prefeito, Dr. Trajano Machado Gontijo, adquirir por compra, o Casarão Ângelo Rosa, onde se instalaria uma escola e se faria exposição permanente de artesanatos feitos pelos Porangatuenses da cidade e do interior do município, através das rodas de fiar dos entalhes, dos bordados, das pinturas, etc. Uma oficina profissionalizante que ali se instalaria, para estimular o trabalho e incentivar o turismo e o trabalho na velha praça. Não foi muito fácil a aquisição daquela histórica casa. A viúva Ângela Rosa, Dona Maria (mais por amizade à minha pessoa e por atenção ao Sr. Aristeu Marques que tinha sido amigo do Sr. Ângelo Rosa), acabou vendendo-nos a casa por um preço simbólico.

Mas, a casa estava cheia de montes de terra, além de escurecida pela sujeira e pela falta de uso, há tempos! Pedi a participação dos habitantes da velha cidade e todos me ajudaram a retirar os entulhos e a terra, que o caminhão da prefeitura levou para os arrabaldes. Nesta altura já eu, pelos jornais, falava do trabalho social que se desenvolvia ali. Falava através de "O Popular" e de outros jornais e pela TV, pedindo o apoio dos governantes ao novo núcleo incentivador da cultura e do trabalho, em Porangatu. Mas... Como tudo na vida há, sempre um "mas"...

As humilhações nos ferem e nos dão, também forças para recomeçar a luta, onde não nos façam sofrer injustamente. Fui-me para Goiânia com meus filhos e nada mais!

Voltei depois, mesmo sem ter sido convidada, para a inauguração do Casarão, que ajudei a recuperar para um trabalho edificante a esta terra, que também é minha, por título, e que é dos filhos meus – dois deles que aqui nasceram e todos viveram aqui suas infâncias. E aqui ficou para sempre, na paz de sua juventude irrevogavelmente ceifada pelo golpe inesperado da morte, José Augusto.

Regozijo-me ao ver que as sementes do bem da instrução, da paz e do amor cristão, que aqui plantei, bem como a semente da cultura, são agora poderosas árvores dando sombra e esperanças maiores ao povo desta promissora terra, aos jovens e aos velhos. Tudo aqui avança e a civilização conquista espaços nos lares, nas escolas e por toda a parte! Assim vive Porangatu de hoje.

Mas, senhores! Alongo-me. Canso-lhes, eu sei. Mas, honrada com o convite para proferir aqui uma palestra sobre o tema - "OS PRIMÓRDIOS HISTÓRICOS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE PORANGATU", de plano vi que "Primordium", como diz a raiz latina, é o começo, é o principio, é a origem principal que dá empreendimento a qualquer coisa. É um tema atraente, mas, vasto. Pois história, educação e cultura se prendem ao povo. O povo se prende a sua terra e à história desta. Daí, nasce a evolução deste povo, através dos tempos. Grandes pensadores e sociólogos, como Ortega e Gasset, não entendem o progresso sem a compreensão e sem o conhecimento dos valores passados; também, sem o respeito por aqueles que construíram os pontos de apoio dos quais,

no presente nos servimos, para sustentar e reformular nossas vidas e consolidar nosso futuro.

Cultura não é instrução, nem é educação. Cultura é aquilo que o individuo traz dentro de si, no seu sangue, ali impregnada, desde suas origens, a lembrança de sua família, da terra onde nasceu, dos seus costumes e de suas habilidades. Mas, a cultura de tal modo se ajusta à educação, à instrução e à civilização que muitas vezes confundimos a atuação e influência desses corolários no comportamento humano. Entendemos que, não é culto o homem que abomina, que tem vergonha, que esconde seu passado e sua origem. Coisa infelizmente tão comum em tantos doutores, pessoas que estudaram nas universidades e que privam de uma situação privilegiada, na sociedade. É o individuo que esconde o que ele é, como se tivesse cometido um delito.

É o próprio Jesus quem nos ensinou a sermos o que somos. Sabe-se que, frente a Pilatos, o promotor poderoso de Roma, Jesus, ali, acusado, cercado da turba furiosa que, sem saber e por medo desse homem simples o condenava. Perguntou Pilatos a Jesus: "Tu és o Rei?" - "Tu o disseste". Estalou aquela resposta rápida e solene. Sem devaneios. Pilatos, assustado com a firmeza daquele homem repetiu-lhe a pergunta "Tu és Jesus, o Rei de Nazaré?" E Jesus apenas reafirmou: "*Ego sum qui sum*" - "Eu sou o que sou!". E Pilatos nada mais disse.

Cultura é amor às nossas tradições, ao que fomos, ao passado pobre ou rico. A conservação do que, em criança, nos foi dado e ensinado. Dessas coisas, os falsos fingem esquecê-las. Mas, lá dentro, na mente, no coração e nas suas lembranças, estão elas vivas e se não as afloram, dela sentem saudades! Mas o homem culto, de verdade, aprende como valorizar sua cultura e, através dos estudos, da ética, da linguagem, especialmente desta, ele aperfeiçoa o culto à sua vida passada, à sua origem e aos seus costumes, os que lhe foram transmitidos quando criança.

A cultura num homem simples dá-lhe suas características: ele gosta de musica sertaneja, dos "causos", do cigarro de palha, da comida farta, saída do fogão caipira. Tudo que o rodeou, no seu primitivo ambiente.

A fala, os costumes, os gestos. Em tudo isso a cultura se revela, pois a formação cultural de um povo ou de um grupo, ou de uma pessoa, remonta ao momento de sua descoberta, o reconhecimento do lugar em que nasceu, às bases físicas de sua sociedade. Faz parte da personalidade e das características da sua cidadania.

A literatura, o meio ambiente, os nomes das ruas, "os causos", as anedotas sobre as rixas antigas e, sobretudo, a esperteza e o modo de responder daquele que erroneamente chamamos de caipira, em tudo isso está a força cultural. O professor José Jaime, em A "Cultura em Goiás" conta-nos uma passagem: Um pároco, tendo se mudado há tempos de uma cidade onde havia uma rua chamada "Rua das Bestas", ao se encontrar com um legítimo caipira, filho daquela cidade, lhe perguntou: "Lá na sua terra ainda há aquela rua com o nome de Rua das Bestas?" De pronto, o interrogado amoroso de sua cidade, respondeu-lhe: "Não senhor, depois que o reverendo se mudou daquela rua, ela passou a se chamá rua Direita!

Aí está o apego a terra onde se nasce, a força em defendê-la. Isso é cultura.

E as histórias de roça, o cancionero, os versos das toadas como os seguintes:

O conseio que você me deu
antes tivesse aceitado;
tava livre de eu passá
pelos trabaio que tenho passado.

Mais arrojo da mocidade
Nem aceita parece,
Dispois que se vê perdido
É tarde pra arrendê!

Também nessa linguagem coloquial ou nos arranjos, versos e cantorias, além da cultura existente, está o folclore, expressando costumes.

“Tudo - histórias da terra, conhecimentos da família, a tradição transmitem aos que nascem os costumes e o amor aos vultos importantes”; tudo isso é cultura e, ainda, a "arte de escrever mostra nos livros, nos romances, nas peças teatrais, enfim, nos diversos ramos literários, se somos homens cultos”.

A cultura aperfeiçoa-se no homem quando este galga os graus da instrução e se enriquece dos conhecimentos básicos e dos elevados conhecimentos científicos. Sua linguagem e seus gestos acompanham seu desenvolvimento intelectual, até no olhar, no andar, no vestir, no cumprimentar. Em tudo isso e na fala, no seu palestrar, na sua voz que ganha entonação variada. São estas e muitas outras aquisições que burilam, que aperfeiçoam, que civilizam os indivíduos.

Com esse aprimoramento, o chamado homem culto, por ser altamente instruído e civilizado, não modifica sua origem, nem sua família. A lembrança do que lhe foi transmitido ou do que viveu no seu longínquo passado é que o faz um homem culto.

A literatura em todos os seus gêneros é a força, igual ao mar imenso e profundo, que leva e empurra para as distâncias a história das terras e dos homens civilizados, que as habitaram ou que nelas ainda residam. A literatura é a alma do povo, a poesia é a confissão sincera e mais íntima de uma idade. Reflete os conflitos sociais e os paradoxos no comportamento social humano. A poesia moderna é livre, e mais do que antes, revolucionária nas suas formas. Até sem versos; sem métrica, sem pontuação, ela explicita o sentido sem obedecer à forma métrica, dentro das regras gramaticais. A linguagem, sua prática correta, através de livros, é o objetivo maior da Academia de Letras. Conceitualmente, as Academias são o veículo que dissemina a linguagem; que cultiva a arte do falar e do escrever.

Porangatu, que soube empreender sua marcha histórica e sua cultura, implantou em poucos anos um Centro Convencional, para as expressões culturais demonstrarem nele suas aptidões, o que se comprova nos eventos aqui realizados, levando educação e cultura à sua gente. Esta cidade dispõe, sim, dos organismos indispensáveis à promoção, à prática e distribuição da cultura de seu povo.

Depois das velhas escolas públicas, para meninos e meninas; depois do primeiro grupo escolar “Dona Gercina”, entre tantas outras instituições educacionais aqui plantadas; depois de sua faculdade e agora, na academia Porangatuense de Letras, Porangatu tem o seu apanágio, a sua proteção maior para os intelectuais, cujas inteligências brilhantes são como as pepitas de ouro aqui bateadas, desde os tempos coloniais. Essas inteligências aflorarão, aumentando o número dos iniciados na arte das letras.

Já brilham na constelação Porangatuense muitos escritores, entre tantos deles, Maria Áurea Medrado, Steffanis Kopanakis Pacheco, Edir Pacheco, Geraldo Sampaio, Wilson Geraldo da Rocha, Valdivino Batista, Poliana Brande, Marineis Aparecida, Ivani Maria Menezes, Helio Queiroz, Francisco Assis Menezes, Armino Martins e Jô Sampaio, grande conhecedora do nosso vernáculo.

Que os movimentos literários se façam sob as asas dessa Academia, para que ela se torne mais reverenciada. Todos, ao certo, já reconhecem o valor desta casa de letras. Com apenas 10 anos de existência, ela já se faz conhecida, através dos escritores e dos jovens Porangatuenses. Sabemos que a importância das academias de letras cresce através dos séculos. O poeta Cassiano Ricardo e o sociólogo Fernando Azevedo referem-se à importância das academias, pois elas interligam os pensamentos humanísticos e valorizam a missão do escritor. Elas são o reflexo dos sentimentos e da capacidade intelectual do povo e são o estímulo à vida.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. *Introdução à Antropologia Goiana*.

Registros de entrevistas com antigos moradores da região, entre eles, Dona Corina Cunha, que faleceu aos 100 anos de idade, totalmente lúcida.

O COLÉGIO SANTA CLARA, UM PIONEIRO EM GOIÁS¹.

Aurea Cordeiro de Menezes (Ir.)
Cadeira no. 40 do IHGG

Se as ordem religiosa não se destinam a si mesmas, mas se colocam a serviço da Igreja para, desta ou daquela forma, levar o nome de Cristo aos homens, a das Franciscanas da Terceira Ordem Seráfica, de Dillingen, na Alemanha, respondeu, também, aos apelos da Igreja que a convidava ao trabalho no Brasil, mais especificamente, em Goiás.

Foi com espírito missionário, valendo-se da educação e da catequese, que quatro Irmãs deixaram sua terra natal, no segundo semestre de 1921, para vir até nós, fundando, no ano seguinte, o Colégio Santa Clara, de onde a Ordem se ramificou por outras cidades e outros estados.

Com muita justiça, reverenciamos os nomes de suas fundadoras, as Irmãs Maria Benedita Tafelmeier, Bonifácia Vordermayer, Ludmilla Schoropp e Willibalda Mayer, que foram as primeiras franciscanas desta centenária Ordem - hoje a jovem Congregação das Franciscanas da Ação Pastoral - a vir para Goiás. Foram ainda os primeiros membros, de toda a Ordem Franciscana Feminina, a vir para o nosso estado.

Após mil e uma peripécias, aqui chegando, hospedaram-se na residência do senhor João Dias e dona Júlia, que alugaram, para si e os

¹ Discurso proferido na festa de Santa Clara, em 11/8/2005, quando foi lançada a obra *Mulheres consagradas – das origens medievais ao apostolado moderno – Franciscanas da Ação Pastoral*, de Riolando Azzi.

filhos, uma outra casa, para ceder a sua às Irmãs. Temos o grato prazer de apresentar-lhes dois filhos deste benemérito casal: o senhor Manuel e nossa ex-aluna interna, Jorgeta, a Getinha. Em nome da Congregação, dizemos a seus pais, na pessoa de vocês: Deus lhes pague.

Em pronunciamento, por ocasião do lançamento da obra intitulada "O Colégio Santa Clara e sua influência Educacional em Goiás", disse a ilustre acadêmica Nelly Alves de Almeida, de saudosa memória: "Para se fundar o Santa Clara, as Irmãs enfrentaram toda sorte de dificuldades, inclusive as diferenças sócio-econômicas e culturais, numa história pontuada de dificuldades, heroísmos e sacrifícios. Foi um levantar lento de pedra sobre pedra. Com sacrifício e dedicação, elevaram o colégio a uma escala de grandeza incomparável sob todos os aspectos. O Santa Clara trouxe-nos, no campo da instrução, a maior mensagem de verdade e de fé."

Este colégio foi o segundo, no estado, sendo o primeiro o Santana, da cidade de Goiás, das Irmãs Dominicanas, a adotar o estudo em regime de internato para meninas. Por este motivo e pela criação do curso normal, em 1926, congregou alunas das cidades e fazendas vizinhas, bem como de distantes rincões e de outros estados.

A primeira aluna interna do Colégio, Sebastiana Soyer, da cidade de Inhumas, que nele estudou de 1922 a 1924, em depoimento para a confecção da história desse estabelecimento de ensino, disse:

O Colégio Santa Clara crescia e se desenvolvia muito rapidamente. As Irmãs levavam vida muito pobre. O pouco dinheiro que entrava era aplicado, quase todo, no desenvolvimento do Colégio. Tudo era muito difícil naquela época, mas o Colégio crescia e as Irmãs davam aulas no Colégio e catequese na paróquia.

Hoje, dona Sebastiana, anciã de 95 anos, lúcida e vigorosa no espírito, talvez seja a única sobrevivente do ano de 1921, quando veio para o internato, testemunha viva de tão marcante fato histórico. E, para regozijo de todos, preparei uma surpresa para este momento, pois ela se encontra entre nós.

Quando se fundou o Santa Clara, Goiás era um inculto sertão, com escassa população e baixo nível cultural.

O número de escolas, em nosso estado, era muito reduzido e as poucas existentes ofereciam o mínimo de condições, sendo deficientes quanto às instalações, equipamentos e corpo docente.

É oportuno lembrar que o sistema de grupo escolar só foi conhecido em Goiás em 1919 e sua implantação foi muito lenta.

Vários fatores concorreram para que o Santa Clara se revestisse de alta expressão, no cenário goiano, podendo citar-se, entre eles, a formação integral que ministrava, abrangendo, além da formação acadêmica, moral e religioso, a artística, em suas várias expressões, como a música, a pintura, a arte dramática, etc.

Certa feita, disse o fundador de Goiânia, Dr. Pedro Ludovico: "A fundação do Colégio Santa Clara, naquele período da história, equivalia ao plantio de um marco delimitador de duas épocas distintas: antes e depois de sua fundação".

Numa contribuição para a elaboração da história do Colégio, disse o professor Dr. Colemar Natal e Silva, um dos maiores expoentes da cultura goiana:

Queremos e podemos dar um testemunho pessoal do que representava o Colégio Santa Clara, em 1933, época em que exercemos a Secretaria do Interior, com atribuição de Secretaria da Educação. Fizemos uma visita de inspeção ao Colégio, passando a conhecer de perto, não só as suas instalações materiais, o seu meio físico, como os programas e métodos de instrução ali praticados. As alunas vinham de vários municípios, alguns bem distantes, tanto do sul, como do médio norte, além de localidades centrais. O colégio era um centro de ensino sério, bem estruturado e bem programado. Daí a influência que ele irradiou em todo o estado. O Santa Clara pode e deve ser considerado como um patrimônio da cultura pedagógica em Goiás. E não se pode deixar de mencionar os benefícios da formação moral, espiritual e religiosa que as alunas receberam e se constituíram em base sólida de tantos lares, em tantas famílias.

Senhores, volvendo-nos à década de 20, podemos aquilatar que, naquele período da história, ter um diploma de conclusão do curso primário muito significava para os meninos e, para as meninas, era conferir-lhes "status" cultural, quando a filosofia corrente na época era a

de que a mulher não precisava estudar, bastando-lhe apenas saber assinar o próprio nome. Infere-se daí a importância que assumiam as alunas do Santa Clara, quando regressavam às suas cidades, vilas ou fazendas, portando o diploma do curso primário e, mais ainda, quando voltavam formadas como normalistas.

A ex-aluna do Santa Clara, na cidade do interior, era pessoa de destaque, digna de respeito e admiração e indicada para ajudar a comunidade a crescer em cultura e fé. Era quem podia orientar a catequese, exercer o magistério, mesmo sem ter concluído o curso normal.

O ex-governador do estado, Dr. José Ludovico de Almeida, disse em depoimento:

O Santa Clara foi para o movimento mudancista, uma força viva. Esse memorável e tradicional Colégio foi e é isto: alicerce sólido à cultura de Goiânia, de onde espalha sua brilhante influência para outros rincões do estado, via de seus ex-alunos.

O primeiro prefeito de Goiânia, Dr. Venerando de Freitas Borges, afirmou:

O Santa Clara exerceu proeminente papel na vida do povo da região, abrindo os horizontes, até então estreitos, a centenas, a milhares de jovens, contribuindo eficazmente para a elevação do nível cultural de nossa gente e impondo modificações profundas no seio da sociedade acanhada, rotineira e desassistida.

O colégio que, no início, teve como professoras somente religiosas alemãs, logo passou a contar com a colaboração de Irmãs brasileiras e, a partir do final da década de 50, incluiu, em seu corpo docente, algumas ex-alunas. Hoje, seu corpo docente e administrativo, constituídos de seletos elementos, tendo à frente irmã Adilaza Silveira, levam-no avante, com responsabilidade, amor e galhardia.

Solicitados depoimentos, recentemente, a alunos e a seus pais, sobre os motivos que os levam a procurar o Santa Clara, hoje, todas as respostas incidiram em pontos comuns que nos fazem concluir que este colégio ainda é um símbolo de cultura, em Goiânia e em Goiás, conferindo-lhe maior expressão a formação moral e religiosa que oferece

aos seus educandos, aliada à ordem, à limpeza, ao carinho com que os alunos são tratados, às festas, à nataçãõ, aos campeonatos esportivos, ao respeito à vida e à ecologia, com forte atuação na preservação e conservação da natureza, ao constante alerta contra as drogas e toda sorte de vícios, no assumir seguro e responsável da própria vida.

A solidariedade tem sido, desde o início, um dos fios condutores que vêm norteando a vida do Santa Clara.

Não podemos deixar de abordar, ainda que superficialmente, alguns aspectos dessa virtude, praticada permanentemente por esta instituição.

A ex-aluna do Santa Clara, Rosarita Fleury, de saudosa memória, uma das fundadoras da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, afirma em depoimento:

A solidariedade prestada pelo Santa Clara, no período da construção de Goiânia, é incalculável. Por ocasião da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, quando aqui era um simples descampado, as irmãs se puseram à disposição do governo, não só elas, mas também as dependências do colégio, e ali foram abrigados muitos preciosos documentos que correriam risco, se fossem guardados sem a necessária segurança.

Era na oficina de sapataria de Irmã Afra, que as botas de couro dos militares, os sapatos de muitos trabalhadores e engenheiros recebiam os reparos necessários.

Em sua farmácia, geralmente bem abastecida, inúmeros trabalhadores procuravam a recuperação da saúde através da orientação segura de irmã Vitrícia, farmacêutica, uma vez que não contávamos com médicos.

Irmã Quiliana, em seu modesto gabinete dentário, foi a providencial salvação de quantos sofressem dor ou inflamação do s dentes. E tudo isto, a título de colaboração e solidariedade.

Veze sem conta, as Irmãs programavam pequenas festas de cunho teatral, para distrair os senhores engenheiros, aqui mergulhados na mais atroz solidão, e inúmeras veze enfrentando sol, calor e poeira, vinham até Goiânia cantar em suas missas festivas.

Transferida a capital, em todas as solenidades cívicas, o Santa Clara sempre esteve presente, destacando-se nas paradas, pela organização e pelo garbo de suas alunas.

Destacamos a constante cooperação do Santa Clara na vida da diocese e da paróquia, através, não só das Irmãs, mas também dos alunos, neste sentido orientados; a permanente ajuda a carentes; a concessão de bolsas de estudos, até em regime de internato etc.

Nos últimos tempos, desde que se instituiu a Campanha da Fraternidade, o Santa Clara tem calcado seu planejamento escolar sobre suas diretrizes. Entre as diversas atividades desse caráter, realizadas pelo Colégio, nas últimas décadas, podemos citar:

- Campanha pelo enxoval do bebê, que teve início em 1990 e que envolve todos os alunos, desde os da educação infantil, até os do ensino médio;
- Arrecadação de cobertores, para doação a famílias carentes, em 2003;
- Natal pela paz, sem fome, realizado em parceria com outras instituições públicas e privadas;
- Caminhada pela paz e solidariedade nas relações humanas.

Como neste ano de 2005, o tema da Campanha versa sobre a solidariedade, este aspecto da caridade cristã foi colocado em evidência no seu planejamento escolar e, até este mês, já se realizaram:

- Campanha de arrecadação de brinquedos para crianças carentes, / de latinhas vazias, de refrigerante, garrafas de plástico, revistas e jornais usados para serem doados ao Hospital Araújo Jorge, para reciclagem, / de gêneros alimentícios, roupas e calçados para as crianças retiradas da invasão do Parque Oeste. / Troca de brinquedos, que sugerem violência, por livros; / arrecadação de leite e roupas, durante o tríduo preparatório desta festa, que hoje celebramos.

O tempo não arrefeceu o ardor e o entusiasmo do Santa Clara, que continua sendo símbolo de amor, dedicação e respeito, na sublime missão de educar e formar para Deus e para a vida, valendo-se dos recursos que a atualidade lhe oferece, para melhor servir.

Foi por isto que disse o Dr. Dário Délio Cardoso, por longos anos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado Goiás:

Verdadeiras vanguardistas e bandeirantes, não há palavras bastante significativas para exaltar suficientemente o feito glorioso das fundadoras do Santa Clara e para louvar, como merecem, as continuadoras da grande e vitoriosa tarefa, que são as administradoras do benemérito educandário, na missão excelsa e patriótica de educar”.

Parabéns, Santa Clara!



Estudios
Biográficos

GENERAL MÉDICO THEODORO RODRIGUES DE MORAES (1816-1897)

Alberto Martins da Silva*

Na pequena vila de Jaraguá, em vasta planície junto ao Rio das Almas, nasceu, em 9 de abril de 1816, o filho de Jerônimo Rodrigues de Moraes e Dona Rosa Augusta de Pádua Moraes, que recebeu o nome de Theodoro Rodrigues de Moraes. Criado neste ambiente pastoril, antiga região aurífera, o pequeno Theodoro estudou as primeiras letras e, depois, com a ajuda paterna alcançou maiores estudos, preparando-se para enfrentar a vida adulta. Supomos que já no final do preparatório, foi enviado para a cidade de Goiás, onde se preparou para enfrentar a vida na Corte, a fim de cursar medicina na Escola do Rio de Janeiro.

À época, com o surgimento da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 1809, no Hospital Militar, localizado no Morro do Castelo, foi aberto aos jovens uma possibilidade para a profissão médica. Em 1813, a Escola transformou-se na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e, depois, em 1832, em Faculdade de Medicina.

Assim, ingressa na Faculdade no ano de 1835, com dezenove anos de idade, concluindo o curso em 1840, defendendo a tese "O estrangulamento das hérnias entero-epiplóica e os meios de curar". Dr.

* Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Medicina Militar, Instituto Histórico e Geográfico Distrito Federal, Sociedade Brasileira de História da Medicina, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Theodoro foi o segundo goiano que se formou em medicina - o primeiro foi o Dr. Thomaz Cardoso de Almeida (1839), também integrante do Corpo de Saúde do Exército. A Faculdade tinha como seu Diretor o renomado Professor Manuel Valadão Pimentel, médico da Imperial Câmara e Grande do Império, agraciado com o título de barão de Petrópolis. .

A turma de formandos somava 28 jovens que esperavam a nova vida profissional tão promissora. Havia a possibilidade do ingresso na vida militar já que o Corpo de Saúde do Exército - atual Serviço de Saúde - em reestruturação, estava recebendo candidatos para as suas fileiras. Dr. Theodoro ingressa no Exército, em seu Corpo de Saúde, por Portaria de 23 de abril de 1842, nomeado alferes cirurgião ajudante.

A instituição militar era dirigida pelo Dr. Manuel Antônio Henrique Tota, tenente-coronel cirurgião-mor, seu segundo Diretor que, dando continuidade ao trabalho do frei Custódio de Campos Oliveira - seu primeiro Diretor - preparava o 1º Plano para a Organização do Corpo de Saúde (Decreto de número 601), assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Exército, Manuel Felizardo de Souza e Melo.

Durante sua vida militar, de quarenta e quatro anos, obteve Dr. Theodoro, as seguintes promoções: Alferes cirurgião, por Portaria de 23 de abril de 1842, Tenente cirurgião-mor (Decreto de 23 de junho de 1843), Capitão primeiro cirurgião (Decreto de 29 de julho de 1852), Major cirurgião-mor de Brigada (Decreto de 2 de dezembro de 1855), Tenente-coronel cirurgião-mor de Divisão (Decreto de 22 de janeiro de 1866), Coronel cirurgião-mor de Exército (Decreto de 9 de novembro de 1870) e General Médico ao passar para a reserva, em 1866.

Com a criação pelo Governo Imperial da função de Comissário-vacinador, cabendo exercer essa função médicos já conhecidos e influentes profissionalmente, Dr. Theodoro, por residir na cidade de Goiás, foi designado para ocupá-la. Convém ressaltar um fato interessante ocorrido com o então tenente médico Theodoro Rodrigues, na sua vida profissional. Segundo nos relata Dr. Lycurgo Santos Filho, em sua

obra "História Geral da Medicina Brasileira": "em 1846 era comissário vacinador em Goiás, a capital, quando para lá foi desterrado o médico Sabino Vieira, a principal figura, na Bahia, da "Sabinada". Theodoro forneceu-lhe um cavalo para que não viajasse a pé, algemado, rumo ao novo desterro, em Mato Grosso".

No ano de 1857, como Major cirurgião-mor de Brigada, foi nomeado para a função de Delegado do Cirurgião-mor do Exército, em Goiás, durante o governo do Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira - 8 de outubro de 1857 a 10 de maio de 1860. Bem cedo, a política veio à sua procura, como um homem bondoso, bom profissional e figura socialmente reconhecida em sua terra. Em princípio do ano de 1862, apresenta a licença concedida pelo então Presidente de Goiás, Caetano Alves de Sousa Filgueiras, para tomar assento na Assembléia Legislativa, permanecendo no cargo de 10 de fevereiro de 1864 até 16 de setembro de 1866, já promovido ao posto de tenente-coronel cirurgião da Divisão.

Este foi um período muito agitado para o Brasil, que se preparava para enfrentar um adversário invasor de suas terras, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso. A Província de Goiás iniciava os preparativos bélicos, com o recrutamento de tropas. Seguiram para Mato Grosso o Batalhão de Caçadores, o Esquadrão de Cavalaria e o Batalhão de Voluntários da Pátria. O Presidente da Província, João Bonifácio Gomes de Siqueira, solicitou ao Dr. Theodoro, então Delegado do Cirurgião-mor do Exército, o preparo do apoio de uma ambulância, devidamente acondicionada para a marcha do Batalhão de Caçadores com destino à Província Matogrossense. Como apoio, médico seguiu o segundo-cirurgião Dr. Cândido Manoel de Oliveira Quintana, carioca que participou da épica Retirada da Laguna, tomando-se um verdadeiro herói.

No final de dezembro de 1869, Dr. Theodoro foi movimentado para a Província de Mato Grosso, nomeado como Delegado do Cirurgião-mor do Exército, exercendo a função por dois anos, até a sua promoção, em 9 de novembro de 1870, ao posto de Coronel cirurgião-mor de Exército, sendo transferido, novamente para a Província de Goiás.

Agora, em sua terra natal, volta ao convívio dos amigos e ao mundo político, sendo designado 2º Vice-presidente durante o governo de Antero Cícero de Assis (08-10-1871 a 25-06-1878), assumindo, interinamente, durante o período de 25 de julho de 1878 a 14 de janeiro de 1879. No governo de Luiz Augusto Crespo (08-07-1878 a 14-01-1879), exercendo o cargo de 1º Vice-presidente, assumiu a Presidência, interinamente, por dois meses, no período de 28 de dezembro de 1880 a 1º de fevereiro do ano seguinte. Durante o governo do Presidente Joaquim de Almeida Moraes, ocupando a 1ª vice-presidência, respondeu pela função de 9 de dezembro de 1881 a 20 de junho de 1882. Permaneceu como 1º vice-Presidente da Província no governo do Presidente do Presidente Cornélio Pereira de Magalhães, assumindo, interinamente, por três meses, o cargo, pela quarta vez, no período de 20 de junho de 1882 a 20 de setembro de 1882.

Quando não exercia o mandato político, Dr. Theodoro retomava à sua função de Delegado do Cirurgião-mor, em Goiás, fato que ocorreu até o ano de 1884, quando foi transferido para a Corte, designado para a Escola Militar da Praia Vermelha. Por questão hierárquica, é nomeado, em 3 de junho de 1885, com sessenta e nove anos de idade, para a Província do Rio Grande do Sul, cujo Comandante das Armas da Província era exercido por Deodoro da Fonseca, havendo cerrado debate durante as sérias questões militares. Dr. Theodoro já chegara adoentado ao Rio Grande do Sul e, logo aos seis dias de junho, após tratamento, que não surtiu efeito, é submetido a inspeção de saúde; a Junta Militar julgou-o incapaz para o serviço do Exército, sendo reformado a 23 de janeiro de 1886.

Nestas condições, é movimentado para a cidade do Rio de Janeiro, aonde vai procurar melhores condições para o seu mal, entre seus colegas. O general médico Theodoro Rodrigues de Moraes, expoente da medicina militar nos seus primórdios, conseguiu aliar os fundamentos da hierarquia militar com as atuações políticas locais, engrandecendo ambos os setores, vindo a falecer no ano de 1897, com oitenta e um anos de idade na cidade do Rio de Janeiro. Dr. Theodoro foi agraciado pelo

Imperador, com a Ordem de São Bento de Aviz, em 1886, no posto de tenente-coronel e pertenceu ao muito poderoso Supremo Conselho de Grau 13 do Rito Escocês Antigo; era casado com Dona Rosa Augusta de Pádua Moraes, com quem teve os seguintes filhos: Joaquim, Augusta, Luiza, Rosa, Umbelina, Antônio e Maria.

DR. JOAQUIM MACHADO DE ARAÚJO
Patrono da cadeira 17 da Academia de
Letras e Artes do Planalto

Terezy Fleuri de Godoi
Sócia Correspondente do IHGG

"Quando uma individualidade se acentua e alcança, através dos anos e dos trabalhos, a admiração de todos nós, parece ao espírito dos demais homens que é incompatível com ela a lei comum da morte. Uma individualidade dessas não cai do mesmo modo que as outras; não é um incidente vulgar e certo que seja o destino que a todos nós está reservado, é um acontecimento, em alguns casos é um luto público".

Estas palavras de Machado de Assis em suas "Crônicas" me vêm à memória ao recordar o vulto inesquecível do Dr. Joaquim Machado de Araújo, conhecido por Dr. Chete.

Em Goiânia, tive a satisfação de conhecê-lo pessoalmente, amigo que foi do meu saudoso pai, Albatênio Caiado de Godoi. E esses laços fraternos se estenderam aos descendentes, pois sua filha, Maria Eleuza Grammont Machado Silva, foi minha companheira dos folguedos da meninice.

É, portanto, uma tarefa agradável evocar a imagem do intelectual talentoso, político brilhante, pai de família carinhoso e atento às necessidades materiais e afetivas da esposa e filhos.

Mais prazerosa se torna essa tarefa quando, ao ocupar, na Academia de Letras e Artes do Planalto, a Cadeira nº 17, da qual é ele o patrono, surge

Professora, advogada e escritora; membro da Academia de Letras e Artes do Planalto, da ANE e da UBE.

para mim esta oportunidade de lembrar um pouco sua trajetória nesta vida, onde deixou o exemplo de uma missão cumprida com trabalho fecundo, aureolado pelo brilho de uma inteligência invulgar.

Dr. Joaquim Machado de Araújo nasceu em Luziânia, antiga Santa Luzia, no dia 12 de maio de 1894 e faleceu em Goiânia em 15 de janeiro de 1976.

Era filho de Benedito Machado de Araújo e de D. Libânia Machado Roriz.

Tinha apenas duas irmãs: Maria Justina das Dores, casada com o maestro e compositor Antônio Março de Araújo, patrono da cadeira nº 12 da Academia de Letras e Artes do Planalto, ocupada por Renato Macedo de Carvalho.

A outra irmã, Violeta Angélica Guimarães, casada com Francisco Monteiro Guimarães, que, por sua vez, é irmão do Dr. Hosannah de Campos Guimarães, membro da Academia de Letras e Artes do Planalto.

Suas primeiras letras foram com o professor Josué da Costa Meireles, tendo depois continuado seus estudos no Seminário Diocesano de Santa Cruz, em Ouro Fino. Matriculou-se, mais tarde, no Colégio Bonfinense, na antiga cidade de Bonfim, atual Silvânia, de onde seguiu, em 1913, para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso ginásial. Ingressou, em seguida, na Faculdade de Direito daquela cidade.

Ao visitar sua terra natal nas férias, foi convidado para exercer a primeira função pública, Promotoria de Justiça, que desempenhou com critério e competência, mas, desejoso de continuar seus estudos, pediu exoneração do cargo.

Ressalte-se que por duas vezes ocupou essa importante função, pois, em março de 1934, foi novamente nomeado Promotor Público de Santa Luzia, hoje Luziânia.

Decidido a ficar em seu Estado, Goiás, pediu transferência da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro para a Academia de Direito de Goiás, que era dirigida pelo Dr. Agenor Alves de Castro. Transferiu-se logo depois para a Faculdade de Direito de Goiás, na qual recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo sido, pelos seus dons de oratória, escolhido para orador da turma.

Regressando a Santa Luzia, passou a advogar, quando, por falecimento de Evangelino Meireles, que representava Santa Luzia na Câmara Estadual, foi eleito para essa vaga, em 19 de fevereiro de 1923, e reeleito em 7 de setembro de 1924. Em 1929 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia, cargo que exerceu até 1932. Em 1942 transferiu-se para Goiânia, onde exerceu a função de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal de Goiás, na qual se aposentou em 1961.

Reconhecido pelos seus méritos, foi nomeado, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, para o elevado cargo de Interventor Federal para o Estado de Goiás, em 22 de outubro de 1946, permanecendo nesse cargo, com brilho e competência, até o dia 5 de dezembro do mesmo ano, quando retomou às suas atividades na advocacia.

Em 19 de dezembro foi novamente elevado a esse honroso cargo, onde permaneceu até 23 de março de 1947, governando com justiça, democracia e liberalidade.

Foi ele quem conseguiu que a Caixa Econômica fizesse convênios com os funcionários do Estado, e também estabeleceu a venda de lotes à prestação, com desconto em folhas de pagamento.

Dr. Joaquim Machado de Araújo exerceu relevantes cargos, dentre os quais: Primeiro Secretário do Diretório Político local, nomeado em 31 de dezembro de 1923; Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás; Membro do Conselho Diretor da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás; Presidente da Caixa das Cooperativas mantidas pelo Estado de Goiás e Membro do Rotary Clube de Goiânia Centro, até o final de seus dias.

Em toda a sua vida profissional deixou a marca de homem íntegro e batalhador.

Foi o único luziano a galgar os três Poderes da República: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Teve por esposa D. Guiomar de Grammont Machado, que era farmacêutica, tendo sido, também, uma talentosa escritora. Dedicou ao esposo este belíssimo soneto, testemunho da vida harmoniosa que ligava o casal:

DUAS ALMAS

Quando nos vimos pela vez primeira
Nosso olhar se envolveu no forte laço.
As almas se fundiram num abraço,
Cujos elo nos ligou a vida inteira.

As lutas na existência tão ligeira
Não tolheram o nosso leve passo;
Afeição infinita como o espaço,
Na vida nos uniu alvissareira.

Se um dia a cruel Parca separar
Os dois corpos que estão a se amparar,
Sentirei no momento derradeiro...
Meu corpo cambaleante, assim, à toa,
Sem leme, vagará ao léu a proa.
Sem a alma, que se foi com o
companheiro!

Do casamento com D. Guiomar, teve o Dr. Joaquim quatro filhos, dois deles infelizmente já falecidos: Dr. Joaquim Machado Filho, advogado e poeta de reconhecido talento, que foi casado com D. Marisa Castro e Silva; tiveram três filhos. E o Dr. Geraldino Machado de Araújo, engenheiro, e que muito trabalhou em Brasília, pioneiro que foi, juntamente com sua esposa, D. Anna Josephina Pimenta Machado, com quem teve seis filhos. Dr. Joaquim Machado de Araújo e D. Guiomar deixaram ainda duas filhas, Albertina de Grammont Machado Prata, que se casou com o engenheiro Onísio Prata, tendo o casal três filhos; residem em São Paulo. A outra filha, Maria Eleuza de Grammont Machado Silva é casada com o Dr. Hermerico Ribeiro da Silva. O casal tem quatro filhos e residem em Goiânia.

Dr. Joaquim Machado de Araújo era também um talentoso poeta, e gostava de cantar e tocar violão. Juntamente com Evangelino

Meireles e Gelmires Reis, publicou vários poemas, alguns de indagações filosóficas, como "O Barco", no Almanaque de Santa Luzia, em 1925.

Na antologia "A poesia em Goiás", de Gilberto Mendonça Teles, aparece um dos seus mais belos sonetos, a confissão do homem que se rende ao fascínio da mulher, da qual se declara escravo:

CONTRASTE

Eu, que pedra já fui na era
primeira,
Filha das lavas de infernal
cratera,
Depois mudada em grande
gameleira,
Dei sombra à humilde planta, à flébil hera.

Na eterna evolução que tudo
altera: Verme, vivi no lodo e na
poeira;
Ave, no azul cantei a primavera;
Da criação corri a série inteira.

Hoje, rei da natureza, ser
humano,
Calmo, consumo a vida, doce
engano,
Na luta inglória, no sofrer
ignaro.

Escravo da mulher, servo do
amor,
Melhor ser pedra, verme, arbusto ou flor,
Que rei da natureza – e ser
escravo!

SABINO VIEIRA – MÉDICO, POLÍTICO E REVOLUCIONÁRIO BAIANO

João Alberto Novis Gomes Monteiro
Sócio-Correspondente do IHGG

Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, já em 1837, passou à História do Brasil como líder revolucionário, emprestando seu nome a um movimento político - a "Sabinada" -, pela sua popularidade e projeção como médico humanitário.

Fracassada a sedição, foi severamente punido pelo Governo Imperial sob a Regência, durante a menoridade de D. Pedro II.

Em sua peregrinação cumprindo sentenças, que de **pena capital** passou a **degredo**, num sofrido vai-e-vem, buscando local distante de grandes centros, onde não pudesse ter revigorados os ideais pelos quais lutava. Terminou seus dias na Fazenda Jacobina, próximo à cidade mato-grossense de Vila Maria - hoje São Luiz de Cáceres - onde havia encontrado abrigo e amizade. Seu primeiro destino foi Goiás.

Mas, Sabino jamais deixou de ser médico, consciente de sua responsabilidade para com a saúde do próximo, mesmo quando este se situava entre seus algozes. Relembremos fatos que atestam à veracidade do que afirmo.

Sócio-fundador da Sociedade Brasileira de História da Medicina; titular e membro do Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; membro e ex-presidente da Academia Mato-grossense de Letras; patrono do Centro Acadêmico João Alberto Novis, da Faculdade de Medicina da Universidade de Cuiabá, onde lecionou História da Medicina e Deontologia Médica; agraciado com a "Medalha João Ribeiro" da Academia Brasileira de Letras.

Virgílio Corrêa Filho em seu trabalho "Baianos em Mato Grosso" - Publicações Avulsas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, No. 7, 1998 -, nos conta:

Basta recordar que, deportado para Goiás, não tardou em granjear prestígio pela prática humanitária da Medicina e pregações liberais. Em breve chefiava oposição acérrima contra o governo provincial".

Este fato resultou em sua condução, sob rigorosa escolta, para região mais longínqua e isolada: o Forte Príncipe da Beira, à margem do rio Guaporé, em Mato Grosso. Sobre esta viagem, voltemos a Virgílio Corrêa, na mesma obra citada:

Preso como perigoso malfeitor, seguiu até o Araguaia, onde gravemente adoeceu o comandante da escolta. Salvou-se graças aos cuidados profissionais do Dr. Sabino, a quem, agradecido, libertou dos ferros até chegar a Cuiabá.

Agora vejamos o relato do próprio Sabino em 1845 quando, já da Fazenda Jacobina, escreveu: "Eu cheguei a 16 de Outubro a essa capital da província de Mato Grosso, a cidade de Cuiabá. A pneumonia (a peste se dizia) ceifava, sem conta, as vidas dos seus habitantes".

Para não me alongar, resumo os fatos que se seguiram. Em Cuiabá já havia chegado a fama deste médico baiano e na cidade só havia dois profissionais da medicina, que não davam conta do atendimento à população, diante da epidemia reinante. Assim, continua ele seu relato:

Entro à cidade; a opinião pública detona em prol da minha demora enquanto durassem os estragos da epidemia; fala-se por todos os ângulos da cidade que eu não deveria partir tão depressa para o Forte do Príncipe: a municipalidade se compenetra dos sentimentos dos seus munícipes; uma petição é endereçada por ela ao presidente Ricardo José Gomes Jardim.

Este presidente, a que ele se refere, era o de Goiás - o qual, evidentemente, negou o pedido dos cuiabanos alegando não poder

deferi-lo por ser apenas "máquina de execução". Negada sua permanência em Cuiabá, seguiu o prisioneiro para a cidade de Mato Grosso, primeira capital da Província - hoje Vila Bela da Santíssima Trindade -, onde chegou a 5 de dezembro de 1844 e, em seu próprio dizer: "O ponto desta província em que mais demora tive (falo quanto a povoações) foi a cidade de Mato Grosso", situada à margem direita do Guaporé.

Ali, durante oito meses, trabalhou ativamente na Medicina, ainda que sem deixar de observar a região, sob os mais variados aspectos. Tudo anotava, como diria em trabalho depois publicado:

Esta satisfação eu dirijo particularmente à nobre classe científica, a que tenho a desmesurada honra de pertencer, falarei somente das condições e particularidades do seu clima, que mais relação tiverem com as moléstias, que nela predominam, ou com a medicina em geral, e dessas mesmas moléstias.

Assim, descreveu o clima, o solo, os rios, a topografia, os tipos humanos e os costumes de Mato Grosso, mais notadamente na região da antiga capital.

As doenças, do vale do Guaporé, foram minuciosamente descritas. Usou o quinino no tratamento da malária e criticou severamente um seu colega militar que não o fazia, chegando a acusá-lo de charlatão e criminoso. Cita o mal localmente denominado "corrução" e seu bárbaro tratamento, às vezes até mortal, costumeiramente aplicado por meio de pano, envolvendo um dedo - brutalmente introduzido no ânus do paciente -, embebido em mistura de pólvora, pimenta, alho, vinagre ou cachaça, e, em algumas ocasiões, em sulfato de cobre.

O que era esta doença que levava a tão estúpido tratamento? É o próprio Dr. Sabino que informaria, no mesmo trabalho que, ao fim, especificarei:

Eu não saberei bem dar-vos a definição do que é aqui 'corrução', porque noto que uns a fazem consistir na completa relaxação, ou inação, do esfíncter do ânus; outros, compreendo eu, chamam 'corrução' a falta de ação não só do esfíncter anal, como de todo reto e outros, finalmente, vêm na 'corrução' a constipação rebelde do ventre. Quanto a relaxações ou abertura anormal, buraco, lhe

chamam, do ânus, posso asseverar que jamais encontrei à inspeção minha e nem ainda a tal inação do esfíncter foi nunca por mim conhecida.

Contudo, ele havia notado que tão logo se manifestavam, num infeliz, os pródromos da febre intermitente ou da pneumonia já se indicava o tratamento da "corrução".

Em Vila Bela, Sabino conheceu Potenciana, mulata de cujo convívio lhe nasceu uma filha. O Dr. Sabino Vieira, com sua medicina mais científica, muitas vidas salvou e, revoltado, contaria as que perdeu por ter sido chamado já muito tarde para qualquer ação. Relatou minuciosamente os casos, por ele atendidos, no trabalho que posteriormente enviaria para publicação.

Um dos seus mais importantes sucessos em curas se deu com uma rica senhora de Poconé, já moribunda, vítima da tuberculose. O fato ocorreu quando, cumprindo nova determinação do governo da província, retomava, sob escolta, para a capital de Goiás. Passando pela Fazenda Jacobina, foi convidado para ir à vila de Poconé a fim de dar atendimento àquela enferma. Outras curas realizou nesta localidade, de onde partiu em dezembro de 1845. Voltou a Vila Maria, nunca deixando de praticar a Medicina e de anotar os seus casos. Daqui retomou à Fazenda Jacobina - sempre protegido pelo, no seu dizer, "muito particular amigo, Sr. João Carlos P. Leite, moço das mais agradáveis e subidas qualidades", a quem devotava a "mais segura e duradoura gratidão." Nesta fazenda, finalmente sentindo-se em segurança, dedicou-se à publicação de suas observações em sua longa peregrinação.

Seu trabalho intitulado "Climatologia. Algumas notícias médicas e outras observações acerca da Província de Mato Grosso", foi publicada originalmente no "Archivo Médico Brasileiro" - Gazeta Mensal da Medicina e Ciências, em 1847 - preciosidade reeditada em Publicações Avulsas, no.13, 1998, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Aos estudiosos do assunto, vale a pena conhecer esta publicação.

Sabino faleceu, subitamente, em 24 de dezembro de 1846 e seu corpo foi dado à sepultura na Capela de N. S. do Socorro, da mesma Fazenda Jacobina; em cuja tampa de jacarandá foi gravado o epitáfio:

Tributo ao Saber e Amizade
Aqui dorme o sono dos mortos o
Dr. F. Sabino da R. Vieira.
Nascido na Província da Bahia.
Faleceu aos 24 dias do mês de Dezembro de 1846
Deixando após sua morte
Saudosas recordações.
Do seu comp. E Amigo
J. C. P. Leite

Em 1895, os ossos do Dr. Sabino Vieira foram retirados e transladados para o Instituto Histórico da Bahia.

Estudando o Dr. Sabino Vieira, em sua passagem pelo mundo terreno, chego a acreditar que ele, como raros outros, por sua busca de justiça entre os homens, foi mais um contestador que simplesmente político. Lutava pela ascensão a um lugar junto ao poder, não para usufruir pessoalmente de suas benesses, mas visando conquistar seus objetivos humanitários. Mas, como o poder é o mais eficiente corruptor de fracos e terrível destruidor de prometidas boas atitudes, se tivesse alcançado posição junto a governantes, talvez, então, decepcionado, logo se tomasse novamente oposição.

Eventos

- Concessão do título de "Presidente de Honra do IHGG" ao governador Marconi Perillo
- Inauguração do painel "Memória goianiense"
- Inauguração do busto de Colemar Natal e Silva
- Centenário de Augusto da Paixão Fleury Curado

DISCURSO DO GOVERNADOR MARCONI PERILLO AO RECEBER O TÍTULO DE PRESIDENTE HONORÁRIO DO IHGG

Um Estado com quase três séculos de história não pode abrir mão de um guardião para a sua preciosa e rica memória. A ousadia dos pioneiros, o desbravamento do sertão, a lenta construção da sociedade e da economia, a evolução das letras e das artes, tudo isso representa um valioso patrimônio para as gerações do presente e do futuro. Um patrimônio que merece ser preservado para manter viva a memória dos nossos antepassados e para sempre guardar os ensinamentos que ressaltam seus exemplos de vida.

Desde os meus primeiros mandatos, como deputado estadual e deputado federal, tive a preocupação de defender os tesouros históricos que Goiás exhibe com rara abundância, a exemplo da restauração de igrejas tombadas pelo Patrimônio Histórico nos municípios do interior. Ao assumir o governo, prossegui nessa tarefa com igual disposição, ampliando como nenhuma outra administração, a escala das atividades culturais patrocinadas pelo Poder Público.

Hoje, se me fosse dado escolher a marca pela qual o meu governo será lembrado no futuro, não tenho dúvidas de que indicaria o apoio ao desenvolvimento intelectual e artístico do Estado, com todas as suas conseqüências positivas na sociedade goiana.

Entendo que a colaboração prestada pelo meu governo ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás não foi uma concessão, um presente ou uma dádiva.

Ao contrário, tratou-se do justo reconhecimento a uma instituição que tem a estratégica missão de coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Estado.

O professor José Honório Rodrigues, um dos maiores historiógrafos e ensaístas brasileiros, definiu a história como “a perpétua mudança,, tal qual um rio que corre em fluxo incessante. A história nunca pára e nunca retorna. Vai sempre em frente, ligada ao que precede e ao que será”.

Tomo a liberdade de acrescentar: a história é como urna corrente e os seus elos são o objeto de trabalho da equipe e dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, desde a sua fundação, sob a liderança do saudoso professor Colemar Natal e Silva, na definição do professor José Mendonça Telles “o último Dom Quixote da saga dos sonhadores e construtores de Goiânia”.

O título de Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que recebo nesta tarde, é uma homenagem que me gratifica e traz a certeza de que o meu trabalho como governador do Estado não foi em vão. Meu rojeto era e continua sendo fazer o Estado avançar em todos os setores de atividade. Na economia, para gerar mais riquezas e mais empregos para o povo goiano, e, na área social, para diminuir a pobreza e a miséria, melhorando as condições de existência das famílias carentes. Temos conseguido sucesso nesses intentos, como demonstram as recentes pesquisas da Fundação Getúlio Vargas. Como escopo maior dessa proposta, escolhi a educação e a cultura como os grandes instrumentos de transformação da nossa realidade.

Fizemos todos os investimentos necessários, abrindo as portas do governo para as entidades e associações intelectuais e artísticas. Goiás passou a dispor de um calendário de eventos de repercussão nacional. Música, canto, teatro, dança, literatura, vídeo, folclore, cinema, enfim, todas as manifestações culturais ganharam força

Batemos o recorde de publicação de livros, valorizando a pluralidade das idéias e o pensamento criativo. Implantamos a Universidade Estadual de Goiás, aprofundamos a parceria com a Universidade Federal de Goiás e criamos a Bolsa Universitária, que já beneficia quase 60 mil alunos.

Creio firmemente que a nossa juventude é a principal beneficiária desse processo de inclusão educacional e agitação cultural, que terá seu coroamento no Centro Cultural “Oscar Niemeyer”, plenamente em funcionamento no primeiro semestre de 2006.

Por isso, quero dizer a todos os intelectuais, artistas e pensadores do nosso Estado, homens e mulheres: o mérito é todo de vocês. O governador apenas procurou cumprir com eficiência o seu dever. E hoje, no convívio fraterno e aconchegante do Instituto Histórico e Geográfico, sinto que os últimos sete anos valeram a pena e que posso alimentar a expectativa de concluir o segundo mandato com a cabeça erguida e a aprovação da sociedade e da vanguarda artística e cultural do Estado.

Agradeço o título de Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás a mim concedido pela nobreza e generosidade dos ilustres membros que compõem a instituição. Prometo que não decepcionarei. Serei digno desse título e mais ainda serei fiel ao compromisso que ele representa, especialmente no sentido de resguardar e consolidar o patrimônio cultural, histórico e natural do Estado.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o eminente prefeito de Goiânia, Iris Rezende, homem público comprometido com a cultura goiana, também homenageado nesta solenidade e com justiça acolhido pelo Instituto Histórico e Geográfico como Sócio Benemérito da entidade.

Finalmente, expresso a minha admiração e o meu respeito pelos escritores José Mendonça Telles e Aidenor Ayres, ilustres ex-presidente e presidente do Instituto Histórico e Geográfico. O Painel da Memória Goianiense e o Espaço José Mendonça Telles, que estão sendo entregues à comunidade nesta data, são mais uma contribuição para o fortalecimento cultural de Goiânia e do Estado de Goiás. Parabéns por mais essa iniciativa.

Muito Obrigado.

Goiânia, 14 de dezembro de 2000

Marconi Perillo

PAINEL "MEMÓRIA GOIANIENSE"

Um dia de celebração

Aidenor Aires

É com grande satisfação que, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dou as boas vindas e saúdo as honrosas presenças do Excelentíssimo Senhor Governador Marconi Perillo, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Iris Rezende Machado, das empresas patrocinadoras do Painel Memória Goianiense, Novo Mundo, na pessoa do Dr. Luziano Martins e Brasiltelecom, na pessoa de seu diretor institucional, Dr. Pedro Jardim. Acolho e saúdo também, com alegria, as presenças das autoridades, dos homenageados e seus familiares. Saúdo também os representantes das instituições culturais, artistas, intelectuais e amigos que honram esta solenidade.

Assim o faço na celebração de um ofício antigo, que remonta às origens de nossa Instituição, ainda na heráldica Vila Boa, no recordado outubro de 1932, quando José Honorato da Silva e Souza convocou a histórica reunião para fundação do IHGG, no salão nobre do Palácio da Instrução, à qual compareceram Alfredo de Castro, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Vasco de Sousa, Agnelo Arlington Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Dario Délio Cardoso, Augusto da Paixão Fleury Curado e Luiz Ramos de Oliveira Couto.

Aqueles próceres já sinalizavam a caminhada do IHGG, no cultivo dos estudos da história e da geografia de Goiás. Diretrizes que se acentuaram com a mudança da Capital para Goiânia, o entusiasmo de Colemar Natal e Silva e o apoio do Fundador de Goiânia, Pedro Ludovico.

Hoje, depois de setenta e três anos, procuramos honrar a história do Instituto, as contribuições dos presidentes que carregaram esta chama, guardando com orgulho e dignidade parte da alma goiana, emoldurada na experiência de nossa gente e no trabalho intelectual de nossos geógrafos, historiadores e escritores.

Com esse espírito, o Presidente historiador José Mendonça Teles redimensionou a instituição, construindo o novo prédio, modernizando o Instituto, em face dos novos desafios da preservação dos acervos sob sua guarda, o tratamento, digitalização e abertura aos pesquisadores e estudiosos das importantes fontes que o IHGG vem guardando por várias décadas.

Ao lado desse grande trabalho, idealizou, plenejou e pôs em execução o painel *Memória Goianiense*, que hoje inauguramos. Este painel procura tratar de forma simbólica a epopéia da construção e desenvolvimento de Goiânia, adotando como marco cronológico, o período do lançamento da pedra fundamental até o batismo cultural da cidade.

Assim, com assessoria de uma comissão de intelectuais e historiadores, composta por Amaury Menezes, Carlos Fernando Fillgueira de Magalhães, Augusta Faro Fleury de Melo, Belkiss Spenzieri Carneiro de Mendonça, Maria Augusta Callado de Saloma Rodrigues e Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, foram escolhidos os sítios julgados emblemáticos e as personalidades que deveriam compor o painel.

É evidente que este é um tratamento simbólico, na impossibilidade de se estampar no painel todos os pioneiros, ou todos os sítios relevantes para a paisagem, a arquitetura ou a história da cidade. Cada ícone ou personalidade estampada remete, obrigatoriamente, a inúmeras outras, por esse meio representadas no monumento. E nesses ícones reconhecidos e homenageados, repousa um tributo de exaltação que nossa geração dedica aos idealizadores, aos trabalhadores, às famílias, aos homens e mulheres, que arrancaram do chão vermelho do cerrado, da substância de seus corpos, da matéria de suas almas, o sonho feito em pedra, cal, argamassa e humanidade.

Para viabilizar este projeto, foi fundamental a sensibilidade do governo estadual, que através da Lei Goyazes, AGEPEL, Conselho Estadual de Cultura, o empenho pessoal do Governador Marconi Perillo, permitiu que as empresas Novo Mundo, Dr. Luziano Martins e Brasilelecom, Dr. Pedro Jardim, abraçassem o mecenato e aderissem ao projeto, possibilitando a viabilidade financeira do empreendimento, na confirmação de que a parceria público-privada pode também ser proveitosa e construtiva na promoção da cultura. A adesão dos empresários a esses projetos se reflete além dos dividendos de imagem e ganhos de marketing, para agregar ao patrimônio imaterial da empresa o papel de co-autora, de sujeito da construção da memória cultural de nossa cidade.

Presente também nesta inauguração o sensível apoio do Prefeito Iris Rezende, que ao lado de importantes ações culturais para nossa cidade, acolheu o pedido do Instituto e, de maneira carinhosa, ordenou a reconfiguração paisagística do entorno do instituto, integrando-o ao complexo da Praça Cívica, permitindo a valorização do edifício original do IHGG e a visibilidade do painel.

Aproveitando esta jubilosa ocasião, o IHGG, por decisão unânime de sua Assembléia Geral, resolveu conferir ao Governador Marconi Perillo o título de Presidente Honorário do Instituto, e ao Prefeito Iris Resende Machado o título de Sócio Honorário, justificando essas homenagens as contribuições que esses grandes administradores, cada um em sua esfera de atuação, vêm emprestando ao incentivo, ao apoio, à valorização e ao investimento na área cultural.

Porque a destinação de recursos ao desenvolvimento cultural não pode ser vista mais como gentileza do poder público, mas investimento em algo fundamental, que na maioria das vezes sobrepõe-se o pragmatismo das obras físicas. Sem olvidar que as obras físicas também acolhem as carências, os trabalhos e os sonhos humanos. Porque se investe na alma, na humanização, na matéria transcendente que é o criar humano, força de permanência e eternização de nossa aventura na terra.

Estou certo de que este monumento, por sua localização privilegiada, será local obrigatório de visitação de alunos, estudiosos, pessoas do povo e viajantes que venham a nossa cidade. Neste painel poderão encontrar parte do passado de Goiânia, recordar sua história e entrever as promessas de futuro que alimentaram a geração de pioneiros e hoje vibra nas mãos de todos nós que amamos esta gente, esta cidade e esta abençoada terra.

Esse encontro não se dará apenas com a matéria espiritual dos valores que ilustram o painel, mas pela contemplação de uma obra original, de alto valor artístico, onde se fundem a tradição da arte da azulejaria portuguesa em suas raízes mouriscas, com a criatividade do artista português Henrique Manuel e a força criativa de nossa concidadã Patrícia Lobo.

É, portanto, com grande satisfação, que entregamos a Goiânia este importante Monumento e registro ao final de minha fala, agradecimentos ao governador Marconi Perillo, ao Prefeito Iris Rezende, às autoridades, às instituições culturais e a todos que nos honram com suas presenças. A todos o muito obrigado e o reconhecimento do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Goiânia, 14 de dezembro de 2005

Aidenor Aires

Encerramento da Semana Colemar - Centenário

Agradecimento

Moema de Castro e Silva Olival*

*“Os grandes homens não
morrem. Ficam encantados”.*

João Guimarães Rosa.

Neste momento – última sessão dentre as que foram programadas pelo IHGG, para homenagear seus pioneiros, no correr do ano de 2007 – gostaríamos de ressaltar, com especial ênfase, as que se dedicaram às celebrações do Centenário de Nascimento de Colemar Natal e Silva (1907/2007) – tão justamente cognominado “Presidente Perpétuo” de nossa Instituição, uma vez que dele foi presidente por quase quarenta anos, pelo espaço de duas gestões alternadas.

Este “Homem – símbolo” foi, na designação do ilustre jurista Dr. Licínio Leal Barbosa, um homem- multidão, pois, no dizer do jornalista Guimarães Lima, em artigo “Ponto de vista” publicado em *O Popular* (17/11/81), “suas realizações são tantas e tão fecundas que, como a terra, quanto mais remexe, mais elas crescem em beleza e tamanho”.

Neste momento, então, nossa intenção maior – minha, das minhas irmãs e demais familiares - é, de coração, agradecer a tantas Instituições idôneas – excelências no espaço cultural – representadas por

* Ensaísta, crítica literária, professora da UFG. 27/11/07

tão ilustres e significativas presenças, autoridades colegas, acadêmicos, amigos, agradecer aos presidentes das Instituições, AGI, OAB/ Go, IAG/Go, UBE, AFLAG, e sobretudo IHGG, UFG e AGL – juntamente com a Agência dos Correios -responsáveis pelo grande feito de um selo comemorativo, de validade nacional .

São Instituições que se deram as mãos, para, num gesto raro de solidariedade, justiça e reconhecimento, homenagearem este vulto ímpar que foi o de Colemar Natal e Silva, por ocasião do centenário de seu nascimento. Comove – nos saber da grandeza dos que, como eles, aliam a amizade à consciência crítica do relevante papel desempenhado por Colemar, na vida pública e cultural do Estado.

Muito já foi dito; muito já foi publicado a respeito. Temos, neste momento, a grata sensação de dever cumprido, pela colaboração que pudemos prestar à realização dos eventos, como filha, como intelectual, como professora emérita da Universidade que ele tanto amou, - a UFG - como sócia do IHGG, como acadêmica da AGL, como membro da UBE, relembrando que a publicação por nós organizada “O Centenário de nascimento de Colemar Natal e Silva” – 1907 / 2007 - representou súpula importante para as pesquisas do futuro (que irão alimentar, de maneira precisa e justa a memória histórica) sobre este vulto expoente de nossa Cultura, também designado por seus Pares como O Patriarca da Cultura em Goiás, ou como moderno Varão de Plutarco, ou Reitor da Juventude (verificar depoimentos). Mas não seria justo deixar de ressaltar alguns lances – só para uma síntese rememorativa em função dos que não puderam presenciar os fatos - como o empenho do IHGG, da UFG, e da AGL que não mediram esforços para os eventos desta comemoração.

De início, gostaríamos de lembrar que as comemorações deste centenário já se iniciaram no correr da Semana Colemar Natal e Silva da Academia Goiana de Letras no ano passado – 2006 – durante a qual, num gesto significativo de interação de ideais, tivemos, pelo IHGG, (leia-se presidente Aidenor Aires, em interação com a Loja Maçônica Grande Oriente e seus Grão-Mestres), no correr da Semana, a inauguração do Busto de Colemar, obra prima do escultor Ângelo Ktenas e projeto da

escultora Narcisa Cordeiro, fato ocorrido nos jardins da sede matriz do Instituto – histórica sede cor – de – rosa – onde Colemar – Presidente Perpétuo da Instituição – sediou seus trabalhos por tanto tempo e que está destinada a centro de pesquisas esclarecedoras de nossa história . À ocasião, recebeu das mãos do então Governador Marconi Perillo, a placa designativa de sua identidade oficial, constituindo , com o novo prédio do Instituto que recebeu o nome de seu ex- presidente *ad vitam*, José Mendonça Teles, uma dinâmica unidade de estudos históricos, pesquisas, palestras e divulgação de nossa cultura.

Ressaltemos, a propósito, um fato emocionante: No correr de todo o ano do centenário, toda a comunicação e correspondência do IHGG - incluindo os convites - trouxe nota alusiva ao evento em pauta, nota ilustrada por fotografia do homenageado.

Foi quando pensamos, no sentido de colaborar com o esforço de nossas Instituições, no transcorrer das homenagens, em organizar o livro já mencionado, com material elucidativo sobre essa personalidade tão rica e ousada que foi Colemar. Assim imaginamos, desta vez, uma coletânea de depoimentos. *Não mais eram só as palavras de Colemar*, no relato dos fatos, como no livro já aqui mencionado, livro que tive oportunidade de organizar e apresentar *Realizações e projetos de Colemar no campo da Cultura em Goiás* (Goiânia: Editora da UFG, 1992, 480p), com prefácio do historiador e escritor José Mendonça Teles; *não mais a fala dele, Colemar, mas a fala sobre ele*: depoimentos de muitos companheiros, pioneiros de uma saga de gigantes, que colaboraram nas múltiplas faces de sua luta pela Cultura. É o que se propôs a publicação *O Centenário de Nascimento de Colemar Natal e Silva* (1907/2007). Isto, envolveu uma plêiade de pioneiros aguerridos, além de representantes de Instituições Culturais, testemunhos de uma época histórica de nosso panorama cultural e de uma luta sem trégua, os quais se prestaram a colaborar, com o maior entusiasmo. Seus nomes estarão registrados para sempre, ainda que não possamos considerar a tarefa terminada, pois, com pesar, verificamos que faltam muitos mais que gostariam de prestar seu testemunho, o que quer dizer, Sr Antônio da Kelps – nosso

generoso patrocinador -que , conforme suas previsões, o livro ainda não se encerrou.

Assim, registramos para pesquisa histórica do futuro, um futuro que estamos construindo, e que precisa ser formatado com precisão e Isenção (porque esta é a condição óbvia do estado de direito, da verdade, da seriedade intelectual), registramos, pois, traços diversos do perfil de Colemar, traços retratados por colegas, contemporâneos, companheiros que o acompanharam em sua jornada de “semeador do futuro”: acadêmicos, historiadores, jornalistas, professores, juristas, escritores etc.

Iniciadas, pois, em 2006, as homenagens tomaram alento no ano de 2007, a partir da sessão solene realizada em maio pela Faculdade de Direito da UFG, com a fala inspirada do Reitor Edward Moreira Brasil, do Vice-Reitor Prof. Benedito Ferreira Marques, e do Dr. Licínio Leal Barbosa, além da valiosa palestra do professor Orlando Ferreira, em torno do período de lutas pioneiras de nossa UFG.

Depois, as cerimônias concentraram -se no já tradicional mês de agosto, data celebrada pela AGL: Semana Colemar Natal e Silva -, (Presidente Geraldo Coelho Vaz) período em que ocorreram palestras alusivas a questões pontuais das Instituições em pauta, a saber: “Literatura e cinema”, (palestrante escritor Miguel Jorge), “Imprensa Universitária”, (palestrante Ivo de Mello); “Literatura e Direito Penal”, (palestrante Prof. Pedro Sérgio dos Santos, da UCG).

Em seguida , ocorreu, ainda na quinta- feira, dia 23/08/07, magnífica e solene sessão – abertura da Exposição : “Colemar Natal e Silva – A saga de um fundador”, e lançamento do selo comemorativo do centenário, agora no chamado Casarão da Rua Vinte, realização conjunta da UFG, do IHGG, da AGL, Dos Correios e da Justiça Federal. Sobre esta Exposição, não poderíamos deixar de trazer alguns esclarecimentos, dada a importância que representou no rol dos eventos comemorativos. Sucintamente, transcreveremos alguns dados a respeito, transcritos da ata do acontecimento:

“A mostra “Centenário de Colemar Natal e Silva – a Saga de um fundador – 1907/2007, está aberta á visitação pública, na Casa

da Justiça federal (Rua 20, n. 19, centro). A mostra, alusiva aos cem anos de nascimento do fundador da UFG, reúne fotografias, quadros, documentos, processos e dezenas de outros objetos de grande valor histórico e cultural para o Estado.

A exposição foi organizada pela Divisão de Comunicações da UFG, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), a Academia Goiana de Letras (AGL) e a Casa de Cultura da Justiça Federal.

Por ocasião da abertura da exposição, realizada no último dia 23, foi lançado um selo comemorativo ao centenário de Colemar, uma homenagem dos Correios, por meio de sua diretoria regional em Goiás.

A solenidade contou com a presença do reitor da UFG, Edward Madureira Brasil; do vice-reitor Benedito Ferreira Marques, do diretor regional dos Correios em Goiás Sérgio Douglas Repolho Negri; do presidente do IHGG, Aidenos Aires; do presidente da AGL, Geraldo Coelho Vaz, da presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL), Linda Monteiro, da professora Moema de Castro e Silva Olival, filha do homenageado. Também participaram os pró-reitores da UFG, Sandramara Matias Chaves (Graduação), Orlando Afonso vale do Amaral (Administração e Finanças) e Jeblin Antônio Abraão (Desenvolvimento Institucional e recursos humanos); escritores, advogados, autoridades do Estado e do Município; diretores de unidades e órgãos da UFG; e professores eméritos da Universidade.

Durante a solenidade, o reitor Edward Madureira Brasil destacou a importância de se manter sempre viva a memória de feitos históricos empreendidos pelo Fundador da UFG. E afirmou que pretende retornar ao patrimônio da UFG, o atual prédio da casa da Cultura, uma vez que o casarão era sede da antiga faculdade de Direito da Universidade. “Pretendemos transformar este prédio em um centro de memória de Colemar Natal e Silva”.

Isto lembrou àqueles que assistiram à sessão solene de posse de Colemar, no Instituto Histórica e Geográfico Brasileiro, no Rio, a 30/07/76, (sessão cuja mesa diretora foi presidida pelo Professor

Historiador Pedro Calmon – Presidente da Instituição – e outras autoridades como Dr. Carlos Granado – representando o Tribunal Regional de Contas e grande incentivador da Cultura em Goiás -; Dr. Marcello Caetano, então Professor da Universidade Católica do R.J. – e outros, tendo sido a saudação feita pelo insigne historiador Dr. Américo Lacombe -) as palavras confiantes do homenageado, iluminando o tema de seu discurso: “A missão da História na conjuntura atual”, feito no correr da efeméride que movimentou a classe cultural da Instituição.

Finalmente, no dia 24 – data natalícia do homenageado, - houve o encerramento oficial da Semana, agora no IHGG, com a palestra do pioneiro da UFG, companheiro de luta de Colemar, Prof. Ático Vilas Boas da Mota, que veio da Bahia para proferi-la, a convite do Presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.

Eis a síntese de um ano de comemorações, ano de uma data magnificamente comemorada, fato que engrandece o nosso mundo cultural – e nisso me atenho, para expressar todo o nosso profundo agradecimento àqueles que participaram dos eventos, prestigiando – o, com sua presença e participação.

Mas, a tarefa do “semeador do futuro” não se encerra com o fim das comemorações. Como seiva promissora, frutificará, sempre, em preciosos frutos. Afora os depoimentos já referidos - constantes do livreto sobre o Centenário, -novos testemunhos se apresentam alimentando-se de palestras, outros artigos e crônicas publicadas em jornais e revistas alusivas aos acontecimentos, e que se seguiram aos eventos. A muitos, escaparam estas publicações. Então, parece – nos, que, por dever de justiça, deveríamos mencioná-las, pedindo a Deus que não permita nenhum esquecimento, mesmo porque devem fazer parte do acervo de registros a respeito da efeméride. Vejamos, rapidamente:

- Em maio de 2007 -no Jornal da UFG - artigo do Vice – Reitor professor Benedito Ferreira Marquês: “O Centenário de Colemar Natal e Silva”.

- Reprodução do depoimento do Reitor Edward Madureira

Brasil – transcrito no livreto “O centenário...”: O sonho de Colemar Natal e Silva”. (in Revista *Empreendedor* – órgão oficial do banco do Povo da Prefeitura Municipal de Goiânia; ano X, edição 2).

- Dia 7/08/07, artigo, no *Diário da manhã*, do historiador, poeta, escritor Nasr Fayad Chaul “Colemar Natal e Silva e *História de Goiás*”, lembrando que o prof. Nasr foi o prefaciador da terceira edição do livro de Colemar: *História de Goiás*.

- Dia 23/08/07, matéria do jornalista Rogério Borges – de *O Popular* - : “Cem anos do Pioneiro: Importância de Colemar é destacada”.

No próprio dia 24/08/ 2007 – data natalícia do homenageado - registram – se os seguintes textos. Em *O Popular*, artigo do jornalista , escritor e acadêmico Hélio Rocha: “Onipotente papel do personagem Colemar”;

- e Crônica do historiador, poeta, cronista José Mendonça Teles: “Colemar, um plantador de sonhos”.

- Também no dia 24/08/07 - agora no jornal *Diário da manhã*, crônica do acadêmico, escritor, cronista, Dr. José Luiz Bittencourt : “O Centenário de Colemar”.

- Dia 29/08/07, transcrição, nos anais da Câmara Legislativa Federal, do discurso do Deputado Federal Luiz Bittencourt sobre o Centenário.

- Agosto de 2007. No *Jornal da UFG*, ano II n. 12, extensa matéria intitulada “UFG, comemora centenário do seu fundador”, da autoria da repórter Ana Paula Vieira.

- Isto, sem falar na matéria das palestras, a ser publicada nas Revistas da AGL e do IHGG.

Agora, finalizando, sintonizemo-nos com o espírito renovador e construtor que dele emana, em fluidos positivos para o futuro. É um processo que não termina aqui.

E queremos, mais uma vez, agradecer às autoridades presentes, governador Dr. Alcides Rodrigues, reitores; prof. Dr. Edward Madureira Brasil, da UFG, Prof. Dr. Wolmir Amado, da UCG, Dra. Linda Monteiro

da Agepel, aos presidentes responsáveis pelas comemorações: do IHGG, (Escritor Aidenor Aires, da AGL (Escritor Geraldo Coelho Vaz), da UFG (Prof. Dr. Edward Madureira), dos Correios – Dr. Sérgio Douglas Repolho Negri, pelo carinho com que organizaram os eventos, aos colaboradores, depoentes que se uniram, com seus depoimentos impescincíveis ao espírito do centenário, aos palestrantes escritor Miguel Jorge, jornalista Ivo de Melo e Prof. Dr. Sérgio Pedro Santos que, com suas falas, enriqueceram este momento, deixando rico material para publicação, em nossas Revistas; aos músicos do Centro Cultural Gustavo Ritter (da AGEPEL): srs Miguelângelo de Magalhães Brasil – ao violão – e Tiago Fogaça, na flauta. Aos funcionários, à imprensa, ao público presente, conclamando a todos para que trilhem os caminhos de Colemar, que, como ele,, alimentem esta chama, a da cultura, que prestigiem este “fogo Olímpico” do saber, produzindo, questionando, divulgando, combatendo “o bom combate”, prestigiando as iniciativas dessas instituições que arregimentam suas atividades em torno dessa pira fecunda que é a produção intelectual.

E, finalmente, gostaríamos de concluir este agradecimento, com as palavras do Homenageado, ditas já no adiantado de seu tempo entre nós:

“Quando o sol da vida caminha para o poente, é gratificante reconhecer e proclamar que os seus raios ainda inspiram a esperança de uma luta contínua pela Cultura”.

Emocionados, minha família e eu agradecemos, de coração, a todos.

CENTENÁRIO DE AUGUSTO DA PAIXÃO FLEURY CURADO (17.04.1908 - 17.04.2008)

AUGUSTA LEMBRANÇA

Aidenor Aires^{*}
Presidente do IHGG

O esquecimento é o maior defeito da alma humana. Lembrar e ser lembrado é o destino do homem. A única certeza que acompanha o caminhante entre as ilusões da vida é a do que restou da efêmera jornada. Mais que um punhado de ossos, ou uma lápide. Nem é preciso fazer um filho, plantar uma árvore ou escrever um livro. O simples evento de chegar ao mundo, entre sangues e gritos, e depois desaparecer entre gemidos, deve bastar para que não se apague o nome do homem no esquecimento. Se fizer filho, muito bem, criou links com a eternidade. Pagou o tributo genético. Irá adiante na memória do DNA de seus descendentes. Se plantou árvore, ajudou a vida, deixou seu gesto vegetal que, certamente florirá, frutificará por mais tempo que seu “agregado infeliz de sangue e cal”, como define Augusto dos Anjos. Se logrou escrever livros, um só que seja, já não pode morrer. Acrescentou ao vocabulário humano sua palavra, suas idéias, seu testemunho. Comovo-me sempre com as lembranças. Nos meus esforços para manter funcionando o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, tenho me dedicado a este delicado e às vezes árduo trabalho de evocação, de memória. Comemoramos em 2007

^{*} Escritor, poeta, membro do IHGG, ocupando a cade . 20.

o Centenário de um de seus fundadores, o ativista cultural, Colernar Natal e Silva e de outros varões. Digo varões no sentido plutarquiano. Refiro-me àqueles homens honrados, dedicados aos serviços da pátria, comparáveis àqueles gregos e romanos biografados por Plutarco, podendo figurar em sua obra *Vidas Paralelas*. No dia 17 de abril de 2008 estaria completando cem anos um desses varões goianos. Recordo hoje a presença austera, branda e inteligente de um dos fundadores do IHGG, Augusto da Paixão Fleury Curado. Sobre ele os adjetivos não são rasgação de seda. Nasceu na Vila Boa. Era filho do grande político e intelectual e fundador da Faculdade de Direito de Goiás, Sebastião Fleury Curado e da memorialista Augusta Faro Fleury Curado. Estudou em Goiás e formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Nos passos serenos de sua vida Augusto foi advogado, conferencista, pesquisador, professor. Foi procurador da Fazenda Nacional. Pioneiro nas construções de Goiânia e Brasília. Foi um dos criadores do Instituto Histórico e Geográfico, ainda em Vila Boa, em 7 de outubro de 1932, aos 24 anos de idade. Lecionou nas Universidades Católica e Federal de Goiás, as disciplinas: Direito Internacional, Sociologia e Filosofia. Participou da fundação da Associação Goiana de Imprensa – AGI, em 1934. É biografado por Mário Ribeiro Martins em seu *Dicionário Biobibliográfico de Membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Kelps, 2008. Ocupou a cadeira número quatro do Instituto. Foi casado com Ivany Craveiro, com quem teve os filhos: a escritora Augusta Faro, autora de vários livros e membro do IHGG, AGL, AGI, ex-presidente da AFLAG, incansável defensora da lembrança goiana; Antônio de Pádua Fleury, advogado, também graduado na Faculdade do Largo do São Francisco; José Augusto Fleury Curado, médico; Maria das Graças Fleury Curado, educadora, doutora em psicologia da educação e ativista cultural; Maria Aparecida Fleury Curado Perini, procuradora do INSS e Francisca Pinheiro Gonzaga, professora. Na sessão de recordação de seu centenário de nascimento, organizada pelo IHGG instalou-se um momento de goianidade com uma palestra proferida pelo professor, historiador Bento Alves de Araújo Fleury Curado. Um sarau comandado

por Marcelo Barra. O depoimento pessoal da historiadora Salma Saddi, superintendente Regional do IPHAN e os comovidos agradecimentos da filha Augusta Faro. Compareceram amigos, admiradores e seus familiares. Foi um momento de afirmação da vida. De exaltação de uma pessoa que fez o seu trabalho na vida. Construiu e exercitou virtudes que estão fora de moda. Honra, humildade, trabalho em favor do povo, sobretudo o respeito à sacralidade da coisa pública. Augusto da Paixão Fleury Curado merece bem a designação de varão ilustre. É digno de ser lembrado.

HOMENAGEM AO DR. AUGUSTO DA PAIXÃO FLEURY CURADO

Salma Saddi*

Meu tempo de menina-moça já ficou para trás – nas sinuosidades da Cidade de Goiás. Esse tempo, além de tantos outros feitos inesquecíveis, colocou-me em contato com pessoas representativas, com as quais nunca perdi o contato. Homens e mulheres que são verdadeiros referenciais de conduta. Dr. Augusto da Paixão Fleury Curado, nascido também em minha terra, mais especificamente na chácara Baumann, que conservou por toda vida, é um deles.

Não só por ter feito carreira no Direito, Dr. Augusto era antes de tudo um homem justo, com certeza menos pelos preceitos dos códigos e mais pelas parábolas do Evangelho. Era homem de trato, educado e fiel. Ciente da brevidade desta vida terrena, jamais permitiu que a soberba contaminasse seu estilo. Viveu para a família, para o seu ofício, para a sua terra, para Deus.

Foi um dos mantenedores do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, fundado em 1826, em obediência à Carta Imperial de 25 de janeiro de 1825. Lembro-me também, com carinho, de seu voluntariado no sentido da restauração da Igreja de São Francisco, não só com contribuições pecuniárias, mas também através da dedicação enquanto Provedor da Irmandade dos Passos.

* Escritora e historiadora, membro da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás; Delegada Regional do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Da mesma forma, atuou por muitos anos como mantenedor da Igreja de Areias, sem disso fazer alarde. A igreja, postada ao pé da Serra Dourada, de tão bem cuidada, é hoje um dos monumentos religiosos mais íntegros da Cidade de Goiás. Aliás, quando elaboraram novo traçado para a estrada Cidade de Goiás – Goiânia, a pista não passaria em frente àquela igreja. Isso veio a acontecer porque Dr. Augusto intercedeu junto ao então governador Juca Ludovico.

Atuou como benemérito do Asilo São Vicente de Paulo, fazendo de sua parte para que as religiosas encarregadas daquela instituição prestassem seus serviços a tanta gente necessitada.

Sem alarde, fazendo jus ao preceito: “que sua mão esquerda não saiba o que a direita faz”, ajudava inúmeras pessoas carentes – adquiria medicamentos, conduzia necessitados da Cidade de Goiás a Goiânia para tratamento. Na nova capital, hospedava os necessitados em sua própria casa e levava-os para tratar com o Dr. Domingos Viggiano. A quem precisasse, ajudava também com alimentos e outros auxílios, tudo sob a maior descrição.

Importante ressaltar o valor que dava ao patrimônio histórico e ao meio ambiente, numa atitude própria dos mais civilizados. Correspondia-se com Rodrigo de Melo Franco, o criador do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, pedindo o tombamento da antiga capital para colocá-la a salvo da depredação. Conservou a chácara Baumann com o maior zelo, por toda a vida, fazendo dela vigoroso fator de embelezamento da cidade, hoje merecedora do título de Patrimônio Mundial.

Dr. Augusto, de andar ligeiro, sorriso bonito que volta e meia se desenhava no rosto... Um homem de hábitos simples. Quando ia à sua cidade natal, servia-se da comida do Restaurante Mendanha, na Praça do Mercado, de onde trazia também o pastel, a empada, o bolo de arroz. Depois da refeição, não abria mão do descanso em sua aconchegante chácara, entre o gorjeio dos pássaros e o sussurro do Rio Vermelho, ao pé da colina.

Professava a fé Cristã pela insuperável mensagem contida na Bíblia. Fez dela seu referencial de vida, razão pela qual foi tão ligado às

atividades religiosas, sobretudo em sua cidade natal. Quantas vezes o vi, seguindo de braço dado à esposa, Da. Ivany Craveiro, em direção à igreja. No ombro, o impecável balandrau lilás.

Seu amor à família era admirável. Não um amor de controle, típico de muitos patriarcas, mas um sentimento aveludado, carinhoso, terno. Dr. Augusto soube como ninguém ser marido, pai e amigo. Para tanto lançou mão de sua característica mais acentuada: a moderação. Nunca se entregou às paixões desenfreadas. Seu estilo sereno e recatado impunha-lhe escolher sempre o caminho da sobriedade, da ponderação, da racionalidade. Com perdão do trocadilho, poderíamos dizer que, das perigosas “Paixões”. Dr. Augusto sempre esteve “Curado”.

Embora não permitindo que ele estivesse conosco nesse momento, o Criador, do alto de sua benevolência permitiu que compartilhássemos de sua companhia até há pouco tempo atrás. Agora, com certeza, alguma missão lhe é reservada, pois lá no alto há muitos trabalhos para os retos, para os que têm sede de justiça.

Obrigada!

O CENTENÁRIO DE UM HOMEM DE BEM

José Mendonça Teles*

No seu dicionário existencial não existiam as palavras maldade, ódio e traição. Era um homem de bem, plantador de paz e amor. Viveu para a família, os amigos e sempre engajado no propósito de servir ao próximo e às instituições filantrópicas. Viveu quase um século, e nas comemorações de seu centenário de nascimento estava mais vivo do que nunca tal as lembranças evocadas daquele homem cordial, amável e sereno que caminhou pela vida deixando em cada canto a mansidão de sua presença.

Nascido de uma família tradicional, de notáveis cultores e benfeitores da cultura ele soube trilhar o caminho traçado por seus antepassados, inspirado sempre em seus pais que viveram uma odisséia de amos, numa viagem imortalizada nas páginas da literatura, dos últimos anos do século 19. O pai, goiano de Vila Boa. A mãe, paranaense, educada em colégios de freiras do Rio de Janeiro e Paris. Eram primos, apaixonaram e casaram, apadrinhados pelo notável republicano Joaquim Nabuco.

Vieram para a antiga capital do Estado e escreveram livros e fizeram história. E o seu filho, o quinto de sete irmãos, objeto desta crônica, nasceu no ano de 1908, na antiga Vila Boa, onde fez os estudos iniciais, bacharelado-se em Direito na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, sendo colega de turma de Tancredo Neves, com quem manteve cordial amizade. Tinha 24 anos de idade, quando participou, na cidade de Goiás, da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

* Sócio Emérito do IHGG

Pioneiro de Goiânia, aqui criou e educou seus filhos, participando de todos os movimentos que sacramentaram a história de Goiânia. Meu vizinho no Setor Sul, sempre o via, em companhia de sua esposa, caminhando em direção à Igreja São José. Era um homem de bem, no silêncio de seu mundo silencioso, longe das vaidades e das hipocrisias, caminhou a sua estrada, com retidão e respeito das gerações por ele conduzidas. Embora tenha várias vezes se assentado na cadeira de autoridade, nunca se viu dele um gesto de traição, de perseguição a qualquer pessoa.

Meu personagem desta crônica faleceu no dia 20 de fevereiro de 2000, às vésperas de completar 92 anos. O auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás tem o seu nome. Casado com Ivany Craveiro, também falecida, deixou os seguintes filhos: Augusta Faro Fleury de Melo, escritora, Antônio Pádua Fleury Curado, advogado, José Augusto Fleury Curado, médico, Maria das Graças Fleury Curado, doutora em Psicologia da Educação, Maria Aparecida Fleury Curado Perini, procuradora do INSS e Francisca Pinheiro Gonzaga, professora.

Seu nome? Um homem de bem que fez história: Augusto da Paixão Fleury Curado!

AGRADECIMENTO EM NOME DA FAMÍLIA

*Augusta Faro Fleury de Melo**

Na pessoa do caríssimo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, escritor e acadêmico Aidenor Aires, cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa. Cumprimento também os amigos, parentes, convidados presentes neste Auditório, nesta solenidade em que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás comemora o centenário de nascimento do Professor Augusto da Paixão Fleury Curado, sócio fundador desta instituição de cultura, no ano de 1932, na cidade de Goiás.

Cumprimento, ainda, o ilustre historiador, doutorando Bento Jaime Fleury Curado, que apresentou detalhada biografia de nosso saudoso Professor Augusto. Agradeço, em nome dos filhos, as palavras da dedicada e competente historiadora Salma Saddi, Superintendente Regional do IPHAN, palavras estas que nos tocaram o coração. Agradeço ainda a inigualável apresentação do admirado Marcelo Barra, músico-identidade de Goiás.

Todos nós ouvimos dizer do Professor Augusto da Paixão Fleury Curado, como homem público, advogado, cidadão vilaboense, pioneiro da nova Capital – Goiânia, Procurador da Fazenda Nacional, advogado, amoroso da cultura e do patrimônio histórico, zeloso guardião de nossa história e tradições, as mais genuínas.

Minha intenção, neste instante, é agradecer em nome da família do homenageado, mas pretendo também ressaltar a figura humana sob a óptica dos filhos, de um pai sempre amoroso, solidário, presente.

* Sócia Titular, Cadeira nº 22 do IHGG

Nosso pai era um apaixonado não apenas pela sua terra de berço, a cidade de Goiás, como também pelo nosso estado e por todo o Brasil.

Manso, meigo, doce no agir e no falar, sua presença era sempre um bálsamo de alegria, otimismo e bom humor.

Amava as viagens, os livros, os jornais e revistas que abarrotavam nossa casa, como me lembro desde as minhas primeiras memórias infantis, pois era assinante de periódicos de várias capitais, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Era um apóstolo do lar – fazia os filhos dormirem embalando-os com canções antigas. Amava minha mãe e nós, seus pequenos príncipes. Seus presentes eram sempre livros, discos e novidades relacionadas com a cultura.

Ainda se ele não dissesse uma só palavra a respeito das coisas, sua conduta correta, seus exemplos cotidianos, seriam o bastante para nos marcar pela vida inteira.

Honesto e coerente nos atos e palavras, jamais proferiu uma inverdade, uma contradição, um deslize de falar alguma coisa e fazer outra.

Sempre suave e amoroso, nos mostrava através de suas maneiras a vida e seus meandros, os cuidados no proceder para que deixássemos, após nossa passagem por aqui, uma boa lembrança, em que todos iriam recordar no futuro como pessoas de bem, daqueles que cultivam valores que nunca morrem.

Além de religioso, era, sobretudo, um homem de fé. Ficou órfão de mãe aos 21 anos de idade, ainda estudante de direito em São Paulo; dela herdou belo livro *Imitação de Cristo*, em francês, que usou por muitos anos, e o acompanhou por toda a vida. Rezava sempre, meditava, fazia suas reflexões em silêncio, sem alarde.

Foi um dos homens mais educados que conheci. Jamais ouvimos de sua boca um palavrão, uma palavra rude com as pessoas; jamais esboçou um gesto bruto.

Possuidor de saúde perfeita, passava anos sem uma só gripe. Nunca vi meu pai acamado, embora não dispensasse a sesta de meia hora após o almoço. Adoeceu aos 84 anos, quando foi submetido a uma cirurgia no

coração, e recebeu 5 pontes de safena; espantou os médicos de São Paulo, pela rapidez de sua recuperação, ficando apenas 24 horas na UTI.

Gostava de boa música, de festas e reuniões em família, almoços de domingos, aniversários celebrados em casa. Era amigo, acima de todas as coisas, jamais fazia um julgamento, um juízo precipitado. Desconhecia ressentimentos, mágoas, rancores. Sabia compreender os medíocres, os maldosos, sem comentários.

Logo após o seu falecimento e mesmo anos depois e ainda hoje, quando encontramos alguma pessoa que conviveu com ele, que o conheceu, é comum ouvirmos: "*Seu pai deixou para vocês um exemplo de vida, que vocês todos devem se orgulhar*".

O sorriso alvo, o olhar calmo, os gestos brandos deixavam entreaberta a grandeza de alma de quem passou pela vida como um ser do Bem, um homem pleno de luz própria, que iluminava todos os que o conheceram e o souberam amar.

Nosso pai era extremamente caridoso e tratava tanto o mendigo como o magistrado ou magnata com o mesmo respeito, atenção e gentileza.

Nada nessa vida lhe subia à cabeça – nem honrarias, nem posses materiais, nem posição social. Aliás, era alheio às bajulações, às festas mundanas, às reuniões onde pudessem falar futilidades ou palavras de desrespeito às pessoas, à mulher. Era, já no seu tempo, um feminista, um perfeito *gentleman*. Gostava dos animais, das grandes árvores, dos banhos de mar, do Rio Araguaia, das águas quentes. Ecologista nato, deslumbrava-se com a natureza e as belezas naturais de todos os países que conheceu.

Tenho agora a nítida impressão de que ele quis cumprir à risca as bem-aventuranças do Sermão das Montanhas e os ensinamentos do livro *Imitação de Cristo*, que tanto gostava.

Instintivamente, era um homem bom e, sendo cristão convicto, quis ainda em vida buscar a perfeição de conduta. Servir era seu lema – à família, ao trabalho, aos amigos, à cultura, à conservação de nossa identidade, nossa história e patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial.

Com quase 90 anos iniciou o curso de inglês, curtição dos netos que o sabatinavam com alegria.

Dono de energia invejável, parecia nunca se cansar – lembro-me de quando fomos à Europa e Israel em 1975, num Ano Santo: eu ainda era jovem, mas regressava à noite exausta, só pensando em cair na cama. Ele saía com os sobrinhos para buscar um jantarzinho para mim e ainda estudava o roteiro do dia seguinte.

Quando convidado para almoçar em casa de um dos filhos, sempre levava flores, revistas, agradinhos. Nosso pai sempre nos surpreendia por sua bondade, sabedoria, educação refinada, espírito disciplinadíssimo e alegria contagiante; sofria com os sofrendores, era solidário e ajudava a todos da família – queria fazer todos felizes.

O amor sempre foi a tônica de seus dias, suas horas, sua longa vida bem vivida e feliz.

Era um corajoso nos menores gestos e palavras; nada o abalava, pois a força de vontade e a disciplina o direcionavam no caminho das soluções positivas. Mais do que um homem público, um professor, um cidadão honesto e justo, foi um semeador do bem, da amizade e do amor, espargindo essa doçura em sua casa, entre seus familiares, junto aos irmãos, aos amigos.

E assim temos para sempre um exemplo de vida que nos enche de orgulho, felicidade e muita saudade.

Agradeço a todos a presença e a paciência de ouvir-me nessa homenagem ao centenário de um homem de bem.

AO MEU AVÔ

André Fleury

Vovô,

Se o céu for diferente para cada um de nós, se o céu de cada um for feito das coisas mais importantes que tivemos em vida, o do meu avô é:

O Sol brilha! Os dias cheiram a árvores de frutos, os fins de tarde à terra molhada, fresca do fim da rega. É um lugar pautado pela ordem

e respeito. No céu do avô, todas as pessoas são honestas, ninguém é pobre, todos vivem em casas confortáveis. Por razões inexplicáveis, os únicos sentimentos são tolerância, respeito, carinho e dedicação. No céu do meu avô, todas as dificuldades são ultrapassadas e transformadas em histórias de peripécias felizes, regadas a bom vinho e ao sabor de um arroz com pequi. Os pais dele estão lá, com o amor de sempre. Um dia nós também estaremos lá. E nesse dia, chegaremos todos à mesa na hora certa e sem atrasos (como ele sempre quis), filhos e netos, recebidos pelo seu sorriso grande e abraço forte.

O meu avô foi-se embora. Tenho tantassaudades dele. Ele era um homem de determinação e coração invejáveis. Era pai, avô e tio ao mesmo tempo!

Sobre seu caráter... Bem... Indiscutível!

Galeria
de
Fotos



Mesa Diretora da Solenidade de Posse de novos associados do IHGG, ocorrida em 25 de novembro de 2008.



Prof. Dr. Eduardo José Reinato recebe diploma e medalha, em sua posse como Sócio Titular, das mãos escritor Luiz Augusto Paranhos Sampaio, sentado, o Prof. Dr. Antônio Teixeira Neto, Sócio Titular.



Presidente Aidenor Aires faz conferência durante o IV Colóquio dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (Rio de Janeiro, 2008)



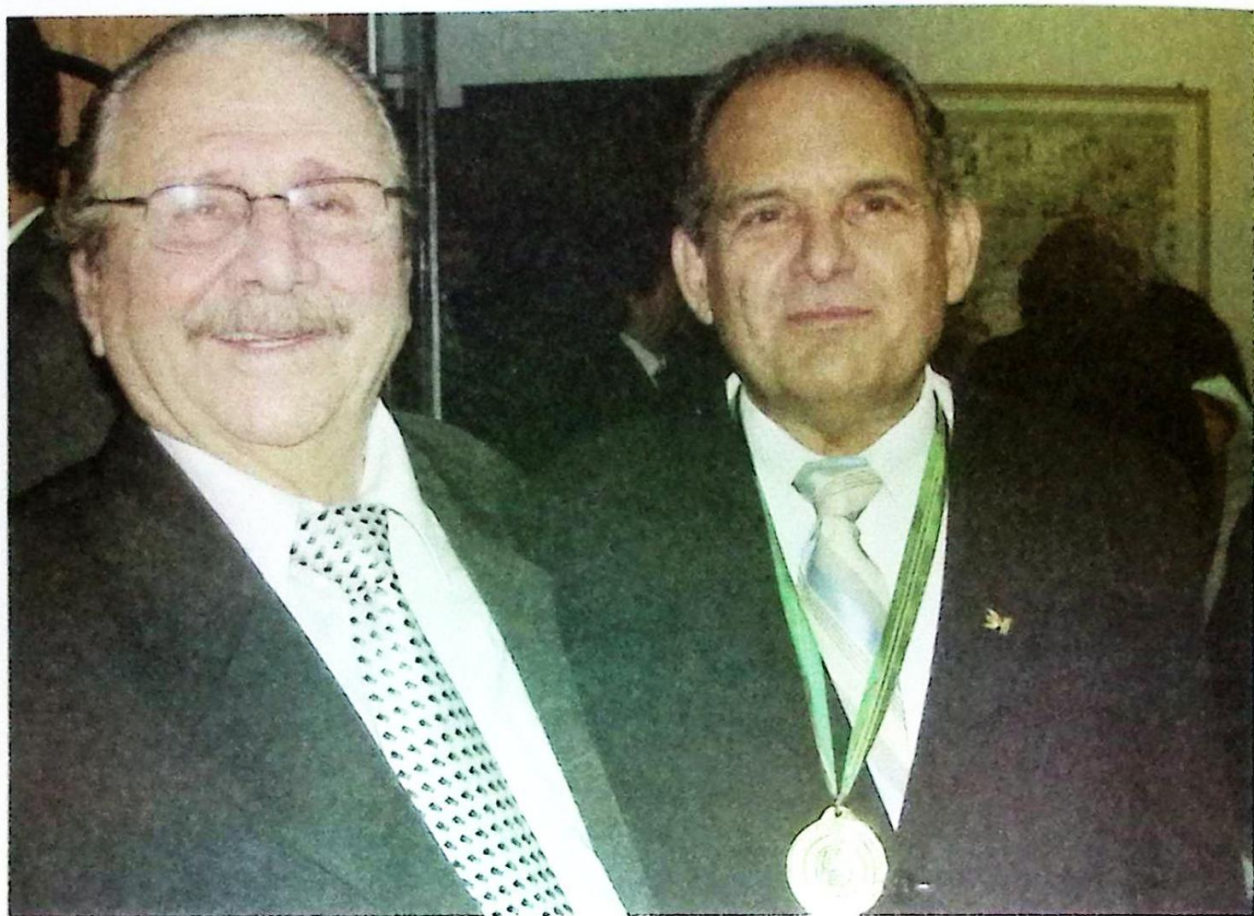
Sócia Emérita, Lena Castello Branco, Diretora da Revista do IHGG e Narcisa Abreu Cordeiro, 2ª Secretária da Diretoria



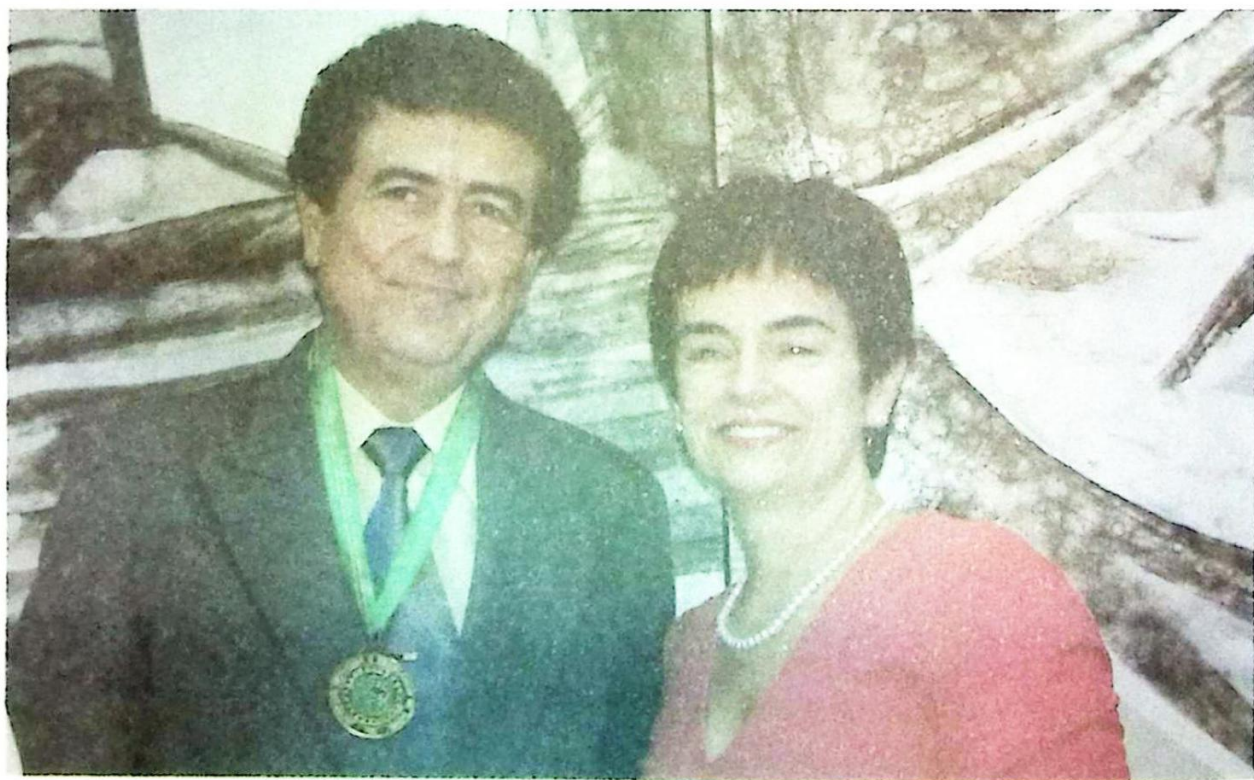
Escritor peruano, Manuel Velásquez Rojas sendo empossado Sócio Correspondente Internacional do IHGG, por Custódia Annunziata Spencieri de Oliveira, presidenta do Conselho Estadual de Cultura, em 27.01.2009



Associados: Luiz Augusto Sampaio, Ursulino Leão, Bariani Ortencio, presidente Aidenor Aires e Ruy Rodrigues da Silva, em reunião da Diretoria.



O artista Mauro da Costa Lima e o Presidente Aidenor Aires, em Solenidade de Posse como Sócio Correspondente do IHGG, em 25.11.2008



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, em sua posse como Sócio Titular, ao lado da Sócia Honorária, Prof. Dra. Milca Severino, Secretária Estadual da Educação, em 25.11.2008



Dr. Getúlio Targino de Lima assina Termo de Posse como Sócio Titular, ao lado de Heloísa Selma Fernandes Capel, Secretária Geral do IHGG, em 25.11.2008



Presidente Aidenor Aires, Doracino Naves, Secretário Municipal de Cultura e Luiz Augusto Paranhos Sampaio, sócio titular



A saudosa Profa. Gilka Vasconcelos Ferreira Sales, coordenando a realização do "Seminário Goiás e a Vinda da Família Real – 200 anos", em 29.05.2008



O Presidente do IHGG, Aidenor Aires, recebe a Comenda "Municipalismo em Ação", em Riachão das Neves, BA, tendo ao lado o Secretário Municipal de Cultura Syd James e sua tia Isabel Aires

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS NO ANO DE 2008

| | |
|----------|---|
| 15/01/08 | Reunião para decisão acerca das doações recebidas para as vítimas do terremoto no Peru. |
| 13/02/08 | Reunião para entrega oficial das doações (roupas e agasalhos) recebidas pelo IHGG, ao Eminentíssimo Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás Dr. João Batista Fagundes e Sra. Evanilde Melo Fagundes, responsável pelo Movimento Feminino da Grande Loja – Colméia. |
| 18/02/08 | Reunião para organização do Concurso SESI Arte e Criatividade. |
| 20/02/08 | Reunião com representantes dos Correios para viabilizar lançamento do Selo Comemorativo ao Bicentenário da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. |
| 22/02/08 | Reunião de Diretoria do IHGG na sede da Instituição. |
| 10/03/08 | Reunião para a realização das Comemorações do Bicentenário da vinda da Família Real para o Brasil. |
| 14/03/08 | Visita de vereador da cidade de Goiânia, Rusemberg Barbosa ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. |
| 12/04/08 | Visita dos alunos do curso de Especialização em História da Universidade Católica de Goiás – Professor Antônio César Caldas Pinheiro, sob a coordenação da Professora Heloisa Selma Fernandes Capel, ambos sócios titulares do IHGG. |
| 16/04/08 | Reunião para decisão acerca da indicação de um nome para receber o prêmio Célia Câmara de Literatura, a ser oferecido pelo Projeto Sesi Arte e Criatividade. |
| 16/04/08 | Reunião com representantes das empresas patrocinadoras do Painel Memória Goianiense, para decisão com relação às logomarcas a serem colocadas junto ao painel. |
| 16/04/08 | Lançamento do livro “A Língua Travada Consonâncias em Verso e Prosa” da escritora Denise Godoy |
| 19/04/08 | Visita dos alunos do Curso de Especialização em História da Universidade Católica de Goiás, sob a coordenação da Professora Heloisa Selma Fernandes Capel. |
| 29/04/08 | Sessão Especial Comemorativa do Centenário de Nascimento do Sócio Fundador do IHGG Augusto da Paixão Fleury Curado. |

| | |
|------------------|--|
| 30/04/08 | Visita de alunos da Universidade Católica de Goiás, do Curso de Eventos, para conhecerem o IHGG e a realização do Projeto Memória Goianiense. |
| 07/05/08 | Visita de representantes da TV Capital, para provável parceria cultural com o IHGG. |
| 19/05/08 | Reunião da Comissão Organizadora e Conferencistas do Seminário "Goiás e a Vinda da Família Real para o Brasil – 200 anos", a se realizar no IHGG em parceria com a Academia Goiana de Letras, a Universidade Federal e Católica de Goiás. |
| 21/05/08 | Reunião da Diretoria do IHGG com o Prefeito de Goiânia Íris Rezende Machado no Paço Municipal, para tratar de assuntos de interesse do Instituto. |
| 28/05/08 | Seminário "Goiás e a Vinda da Família Real para o Brasil- 200 anos". |
| 30/05/08 | Visita de Antônio Miranda escritor e ativador cultural de Brasília. |
| 22/07/08 | Visita à Secretária de Educação, Milca Severino para tratar de projetos do IHGG. |
| 20/08/08 | Palestra proferida pelo Alm. Domingos Pacífico Castelo Branco Ferreira. |
| 21/08/08 | Reunião na Procuradoria Geral do Estado de Goiás com o Dr. Norival Santomé e os representantes das Instituições Culturais do Estado de Goiás. |
| 28/08/08 | Café da manhã com o Secretário Municipal de Cultura, Senhor Doracino Naves, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, sócios e funcionários do período matutino. |
| 29/09/08 | Visita, com palestra, do presidente Aidenor Aires e da segunda secretária, Elizabeth Caldeira Brito, à UNIFAN – Faculdade Alfredo Nasser, por ocasião do encerramento das homenagens ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, com exposição fotográfica dos acervos e espaço físico do Instituto. |
| 21 a 23/10/08 | Participação do Presidente Aidenor Aires no IV Colóquio dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, realizado no Rio de Janeiro. |
| 29/10/08 | Assembléia Geral Extraordinária para discussão e aprovação da reforma do Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, conforme edital de 10 de outubro de 2008. |
| 25/11/08 | Solenidade de posse dos novos Sócio-Titulares Professor Doutor Jadir de Moraes Pessoa, Professor Doutor Getúlio Targino Lima, Desembargador Doutor Rogério Arédio Ferreira e como Sócio-Correspondente, o Senhor Mauro da Costa Lima. |
| 25/11/08 | Solenidade de posse dos novos Sócio-Titulares Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, Prof. Dr. Getúlio Targino Lima, Desor. Dr. Rogério Arédio Ferreira e como Sócio-Correspondente o Senhor Mauro da Costa Lima, no IHGG. |
| 04/12/08 | Reunião com o Senhor Governador Dr. Alcides Rodrigues para tratar de interesse das Instituições Culturais do Estado de Goiás. |
| 09/12/08 | Encontro de Instituições Culturais de Goiás com autoridades oficiais de Orizona - Goiás, promovido pelo CECULCO E ALCACAMFOR, sob a presidência de Sônia Ferreira. |
| 11/12/08 | Reunião de Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. |
| 18/12/08 | Reunião de confraternização entre diretoria, sócios e convidados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. |

Relação de Sócios

Sócios Titulares

Cadeira n. 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto
Brandão

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal

Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: MARILDA GODOI DE
CARVALHO

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA
BRITO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza

Titular: MAURO BORGES TEIXEIRA

Cadeira n.9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: FRANCISCO LUDOVICO DE
ALMEIDA NETO

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA
OLIVAL

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães
Vaga

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu
Vaga

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes

Titular: JOSÉ PEREIRA DE MARIA

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS
SAMPAIO

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO
CARNEIRO

Cadeira n. 17

Patrono: Raimundo da Cunha Matos
Titular: JADIR DE MORAES PESSOA

Cadeira n. 18

Patrono: Couto de Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira n. 19

Patrono: José Martins Pereira de
Alencastre

Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n. 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria

Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n. 21

Patrono: José Lobo

Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

Cadeira n. 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina

Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE
MELO

Cadeira n. 23

Patrono: Crispiano Tavares

Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS

Cadeira n. 24

Patrono: José Lopes Rodrigues

Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n. 25

Patrono: Luiz do Couto

Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n. 26

Patrono: Jarbas Jayme

Titular: JACY SIQUEIRA

Cadeira n. 27

Patrono: Manoel Onofre Andrade

Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA

Cadeira n. 28

Patrono: Bouyhan Helou

Titular: MARY JOSÉ YAZIGI

Cadeira n. 29

Patrono: Salomão de Vasconcelos

Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES
CAPEL

Cadeira n. 30

Patrono: Clifford Evans

Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira n. 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva

Titular: MARIA NARCISA DE ABREU
CORDEIRO PIRES

Cadeira n. 32

Patrono: José Peixoto da Silveira

Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA
JÚNIOR

Cadeira n. 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira n. 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira

Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

Cadeira n. 35

Patrono: Moisés Santana

Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS
SANTANA

Cadeira n. 36

Patrono: Ricardo Paranhos

Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira n. 37

Patrono: Luís Cruls

Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n. 38

Patrono: Henrique Silva

Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n. 39

Patrono: José Honorato de S. Silva

Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira n. 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira

Titular: ÁUREA CORDEIRO DE
MENEZES

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS
PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO
CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires de Cazal
Titular: WALDOMIRO BARIANI
ORTÊNCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: NICE MONTEIRO DAHER

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Titular: CARLOS FERNANDO
FILGUEIRAS DE MAGALHÃES

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

Sócios Correspondentes

Ademir Antônio Bacca
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges
Antônio Miguel Chaud
Antônio Oliveira Mello
Antônio Teixeira Neto
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Fleury Curado
Carlos Gomes De Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Carlos Humberto P. Correa
Célia Siqueira Arantes
Consuelo Pondé
Cybelle Moreira De Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castelo Branco
Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso

Edmar Camilo Cotrim
Enélio Lima Petrovich
Esther Caldas Guimarães Bertolletti
Filadelfo Borges de Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
José Otávio de Arruda Mello
Josemar Bezerra Rapôso
Luiz Hugo Guimarães
Luiz José Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva

Oswaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista
Ramir Curado
Sônia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury de Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes

Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

Sócios Correspondentes Internacionais

Esteban Alvarado Vera - Chile
Jaime Romanini Gainza - Chile

Maria Esther Robledo - Argentina
Manuel Velázquez Rojas - Peru
Wellington Castillo Sanchez - Peru

Sócios Eméritos

Ático Vilas Boas da Mota
Cristovam Francisco de Castilho
Elder Camargo de Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiocchi
Maria Augusta Callado di Saloma
Rodrigues
Maria Augusta Sant'Ana de Moraes
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

Sócios Beneméritos

Esther Barbosa Oriente
Gilberto Mendonça Teles
Humberto Crispim Borges

Sócios Honorários

Abílio Maranhão Gonçalves
Antônio de Souza Almeida
Goiana Vieira da Anunciação
Goiandira do Couto
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Dom José Carlos de Lima Vaz
Jorge de Moraes Jardim
Jorge Gabriel Moisés
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior

Luiz José Bittencourt
Marconi Ferreira Perillo Júnior
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar da Silva Rocha
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, órgão oficial de divulgação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás tem por fim a publicação de trabalhos de natureza cultural e científica, compreendendo: artigos, biografias, conferências, estudos sobre Patronos de cadeira, resenhas, discursos, cartas, entrevistas, comunicações, relatórios e documentos oficiais concernentes ao funcionamento do Instituto.

São colaboradores natos da Revista os Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; poderão ser aceitos trabalhos elaborados por pessoas estranhas aos quadros do IHGG, versando sobre temas de interesse da Instituição ou que sejam realizados com material do acervo.

Em qualquer caso, os originais deverão ser apresentados com observância das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das especificações que se seguem:

- 1 - Os textos devem estar completos, em redação definitiva, impressos em duas (2) vias em papel A4, fonte *times new roman*, e, também, em disquete ou CD (*Microsoft Word*). Cabe a(o) autor(a) a responsabilidade sobre o original enviado.
- 2 - Os originais serão apreciados por Comissão Editorial designada pelo Presidente do Instituto, a qual decidirá sobre a publicação dos mesmos.
- 3 - São de inteira responsabilidade do(a) autor(a) as opiniões emitidas, pois não refletem necessariamente o pensamento do IHGG e da Comissão Editorial.
- 4 - Os artigos de caráter científico deverão apresentar a seguinte estrutura: título, nome do(a) autor(a), titulação, filiação científica (se for o caso), resumo e palavras-chave.
- 5.1 - O resumo não deverá exceder a 250 (duzentas e cinqüenta) palavras e as palavras-chave serão em número de, no mínimo, três (3) e, no máximo, cinco (5).

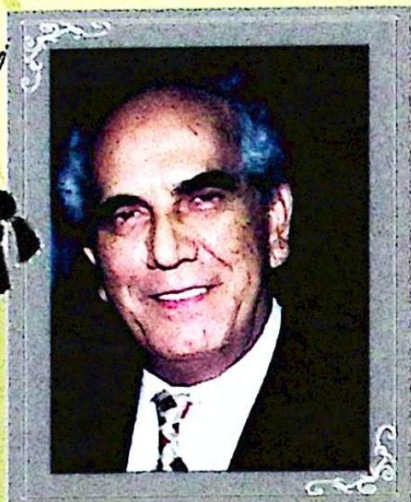
- 5.2 - No resumo, em línguas estrangeiras, evitar as versões feitas por programas de computadores, que não respeitam a sintaxe da língua portuguesa.
- 6 - As notas bibliográficas deverão ser colocadas no texto e as notas explicativas, no final do artigo com chamadas no texto.
- 7 - As citações devem obedecer às normas estabelecidas pela ABNT (NBR 10520). A citação superior a três linhas deverá ser apresentada com recuo de 4 cm da margem esquerda do parágrafo, sem o uso de aspas, em letra menor e menor espaço interlinear.
- 8 - A listagem de fontes do final do texto deverá ser intitulada como Referências, observando-se as normas estabelecidas pela ABNT na NBR 6023/2003. Serão mencionados apenas autores referenciados no corpo do trabalho, os quais deverão figurar em ordem alfabética nas Referências.
- 9 - Para ilustrações, a resolução adequada é de 720dpi, no formato *Bitmap*. Para fotografias, é de 300dpi, no formato *Tiff*. Não serão aceitas imagens capturadas por *internet*. Caso não seja possível a digitalização das imagens, elas devem ser apresentadas no original (*cromos*), formato 35mm (*slides*), 6 cm x 7,5 cm e 10 cm ou cópias fotográficas. Não escrever no verso da foto.
- 10 - Qualquer dúvida em relação aos originais recebidos será resolvida pela Comissão Editorial da Revista, ouvido(a) o(a) autor(a).

Este livro foi impresso
na oficina da ASA EDITORA GRÁFICA / KELPS LTDA.
Rua 15, Nº 117, Qd. 20, Lt. 13
Setor Marechal Rondon - Goiânia - GO
CEP: 74.560-420
Fone: (62) 3211-1616

A revisão desta obra é de total responsabilidade dos autores.

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Galeria de honra



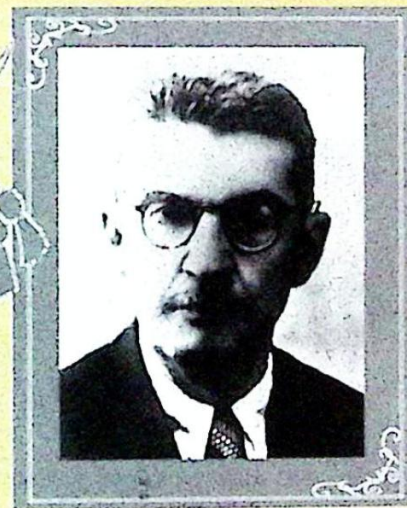
José Mendonça Teles
Presidente Ad Vitam



Marconi Perillo
Presidente Honorário



Colemar Natal e Silva
Presidente Perpétuo



Francisco Ferreira dos
Santos Azevedo
1º Presidente

Patrocínio:

